Estudos

RELAÇÕES E HIERARQUIAS MARCADAS POR GÊNERO

Organizadores:

Parry Scott
Jorge Lyra
Isolda Belo da Fonte

Editora Universitária da UFRPE
Editora UFPE

2

RELAÇÕES E HIERARQUIAS MARCADAS POR GÊNERO

Parry Scott
Jorge Lyra
Isolda Belo da Fonte

(Organizadores)

RELAÇÕES E HIERARQUIAS MARCADAS POR GÊNERO

Editora Universitária da UFPE
Editora UFPE
2016

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Publicação Especial com a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR)

Conselho Editorial

Ana Maria da Conceição Veloso, Benedito Medrado, Giselle Nanes, Gloria Rabay, Isolda Belo da Fonte, Jorge Lyra, Judith Chambliss Hoffnagel, Luis Felipe Rios,
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Maria Eulina Pessoa de Carvalho, Maria Helena Santana Cruz, Marion Teodósio de Quadros, Monica Franch Gutiérrez, Russell Parry Scott, Soraya Maria Bernardino Barreto Januário

Comissão da Série "ESTUDOS REDOR"

Giselle Nanes, Isolda Belo da Fonte, Jorge Lyra, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Maria Eulina Pessoa de Carvalho, Maria Helena Santana Cruz, Marion Teodósio de Quadros, Russell Parry Scott, Soraya Maria Bernardino Barreto Januário

Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) – Gestão 2014-2016:

Presidência: Maria do Rosário Andrade Leitão (NPMAC/UFRPE) e Maria Eulina Pessoa de Carvalho (NIPAM/UFPB); Coordenação de Pesquisa: Glória Rabay; (NIPAM/UFPB); Coordenação de Comunicação: Andréa Bandeira (UPE); Coordenação de Formação: Maria Helena Santana Cruz (NEPIMG/UFS)
http://www.ufpe.br/fages fages@ufpe.br – coordenação dos números 1, 2 e 3

Créditos Capa | OBMÍDIA - Observatório de Mídia: Gênero, Democracia e Direitos Humanos da UFPE
Projeto Gráfico| Denise Simões – EDUFPE; OBMÍDIA - Observatório de Mídia: Gênero, Democracia e Direitos Humanos da UFPE
Revisão | Amanda Martha Campos Scott

Montagem e Impressão| Editor Universitária da UFRPE. http://www.editora.ufrpe.br/contato, Diretor Bruno de Souza Leão.

Catalogação na fonte:
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

R382 Relações e hierarquias marcadas por gênero / organizadores : Parry Scott, Jorge Lyra, Isolda Belo da Fonte. – Recife : Editora UFPE : UFRPE, 2016.
281 p. : il. – (Série Estudos REDOR).

Inclui referências.
ISBN **978-85-415-0772-1** (broch.)

1. Estudos feministas. 2. Identidade de gênero. 3. Violência contra as mulheres. 4. Sexo. 5. Mulheres – Condições sociais. I. Scott, Parry, 1948- (Org.). II. Lyra, Jorge (Org.). III. Fonte, Isolda Belo da (Org.). IV. Título da Série.

305.42 CDD (23.ed.) UFPE (BC2016-030)

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. Todos os direitos reservados.

APRESENTAÇÃO

A Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR, nascida em 1992, na Universidade Federal da Bahia, por iniciativa do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, visa estimular o desenvolvimento e a divulgação desses estudos nessas regiões do país. Naquele ano, foi realizado o I Encontro Regional de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero do Norte/Nordeste, com a intenção de articular as pesquisadoras das duas regiões. A ata de fundação da REDOR foi assinada por 33 participantes de 12 núcleos e grupos ou articulações pró-núcleo de oito estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará. Desde então, a REDOR impulsionou a criação de novos núcleos e grupos e atualmente reúne cerca de trinta.

Uma das ações de maior impacto da REDOR é a promoção de encontros anuais, atualmente bianuais, de socialização de estudos e pesquisas, que não se restringem mais ao Norte e Nordeste do Brasil, e têm contado com a crescente participação de docentes e discentes da educação superior e da pós-graduação, professoras e professores das escolas de educação básica e membros de organizações não governamentais engajados na justiça de gênero. Nesse contexto, esta coletânea inicia a série ESTUDOS REDOR visando divulgar mais amplamente trabalhos de excelente qualidade realizados pelas diversas pesquisadoras e pesquisadores participantes desses encontros, direta ou indiretamente associados à Rede. A partir de uma seleção criteriosa que combina trabalhos sobre diversos temas e locais, apresentados preliminarmente no 18º Encontro realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Recife, as versões aqui

apresentadas foram revisadas por autoras e autores convidados e por nove professoras e professores, três para cada um dos livros da coletânea. O livro 1 trata de Gênero, Educação e Comunicação; o livro 2 reúne textos em torno da temática Relações e Hierarquias Marcadas por Gênero; e o livro 3 engloba questões sobre Experiências e Práticas Feministas.

A nossa intenção é de estabelecer uma prática contínua após os encontros, para manter a REDOR ativa, desenvolvendo-se a proposta de reunião dos melhores trabalhos apresentados nos encontros, bem como outros de participantes da Rede. Assim, a série ESTUDOS REDOR pretende representar uma referência para os estudos feministas e de gênero realizados pelas/os associadas/os e convidados, e uma inspiração para novos estudos.

Por terem organizado e promovido o 18º Encontro da REDOR, Maria do Rosário Leitão de Andrade do Núcleo de Pesquisa-Ação Mulher e Ciência - NPAMC/UFRPE e Russell Parry Scott do Núcleo Família, Gênero e Sexualidade - FAGES/UFPE, com a colaboração do Instituto Papai e da Fundação Joaquim Nabuco, resolveram buscar financiamento específico para esta produção. Parry Scott recebeu o apoio do CNPQ e coordenou juntamente com a diretoria atual da REDOR, presidida por Maria do Rosário Leitão de Andrade e Maria Eulina Pessoa de Carvalho, a diretoria anterior (Gloria Rabay e Maria Eulina Pessoa de Carvalho) e muitas/os integrantes da Rede, indivíduos, grupos e financiadores, ao longo de um processo de profícua interlocução.

Esta produção é uma colaboração entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco, que realizou a impressão do livro, e a Universidade Federal de Pernambuco, que realizou a diagramação da versão final, apresentada pela revisora, Amanda Martha Campos Scott, e as equipes de organizadoras/es, numa articulação coordenada pela Prof. Parry Scott.

Desejamos boas leituras.

Maria do Rosário Leitão de Andrade, UFRPE
Maria Eulina Pessoa de Carvalho, UFPB
Glória Rabay, UFPB

SUMÁRIO

Introdução: Relações e Hierarquias Marcadas por Gênero..... 11

As DEAMs desconhecem sexo e gênero na velhice: reflexões
sobre mais uma modalidade de violência contra as mulheres 21
Eulália Lima Azevedo
Márcia Santana Tavares

"Anote aí no seu diário": notas etnográficas sobre violência institucional
na atenção ao aborto e ao parto em maternidades públicas do Recife 37
Ana Cláudia Rodrigues da Silva
Thália Barreto
Sandra Valongueiro

Produções de masculinidades no contexto da violência de gênero 51
Mary Alves Mendes
Valdonilson Barbosa dos Santos

Violência contra a mulher: notas sobre o feminicídio em Salvador/BA 75
Lays Conceição Franco Fon
Rosângela Costa Araújo

As peculiaridades das mulheres em situação de violência doméstica
e familiar e os desafios para sua proteção no âmbito da Rede de Atendimento..... 87
Tatyane Guimarães Oliveira
Márcia Santana Tavares

Hormônios como atuantes: leituras a partir da Teoria Ator-Rede..... 101
Juliana Vieira Sampaio
Benedito Medrado
Ricardo Pimentel Méllo
Michael Machado

Estilo Bofe: ferramenta de produção de gênero e sexualidade em lésbicas e bissexuais.....115
Gilberta Santos Soares,
Cecília Maria Bacellar Sardenberg

Políticas públicas e os agressores das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar..... 131
Daliane Fontenele de Souza,
Inez Sampaio Nery

Simetrias e assimetrias de desejo: pensando sexo e sexualidade em contextos homo e heterossexuais..... 145
Telma Amaral Gonçalves

Mobilização, desmobilização e discursos sobre sexo na Copa do Mundo 2014..... 157
Parry Scott
Fernanda Maria Vieira Ribeiro

Controle dos corpos na/pela Saúde: desafios para atenção integral aos homens que têm problemas com os usos drogas 187
Maristela de Melo Moraes

Dever, desejo ou direito? A produção de sentidos sobre a licença-paternidade com homens trabalhadores de Suape 199
Ana Luísa Cataldo
Benedito Medrado
Jorge Lyra
Jullyane Brasilino

Programa Bolsa Família: rupturas e permanências na manutenção do status e poder masculino 213
Eloah Maria Martins Vieira
Rebecca Batista de França

Amor romântico, violência contra as mulheres e discursos adolescentes..... 229
Telma Low Silva Junqueira
Danielly Spósito Pessoa de Melo

Juventude e feminismo no Brasil: localizando corpos e experiências 245
Elismênnia Aparecida Oliveira
Eliane Gonçalves

"He can do it": a participação dos homens no movimento feminista 263
Luiz Tagore Fernandes Martins
Grasiela Augusta Morais Pereira de Carvalho

Sobre as Autoras e os Autores 277

INTRODUÇÃO

Desigualdades e diferenças sempre estão na mira de pesquisadoras e pesquisadores que adotam perspectivas de gênero e de feminismo. O campo está permeado por ideólogos e praticantes da busca por uma igualdade que, nem quando é encontrada, configura-se como "igual". De fato, deleita-se mais na promoção da igualdade do que no seu encontro, justamente porque a igualdade que se busca é uma igualdade que respeita as diferenças. Isto implica em não inserir as diferenças observadas e vividas em quadros ou campos que outorgam mais poder e valorização a uma diferença e menos a outra. Historicamente, nem havia cegueira sobre poder e hierarquias quando quem pesquisava sobre "papéis sociais de sexo" parecia estar encontrando roteiros prescritivos que naturalizavam tais papéis. Qualquer leitura criteriosa da literatura com essa terminologia de "papéis" – atualmente banida da literatura sobre gênero e feminismo – percebia que pesquisadoras e pesquisadores estavam falando de relações hierárquicas!

São justamente estas duas referências: relações e hierarquias, que as crescentes teorias buriladas na área resolveram destacar enquanto se construía um campo politicamente mais atuante de ideias. As desigualdades se denunciam pelos seus conteúdos hierarquicamente diferenciadores, nos quais as mulheres costumavam receber um tratamento percebido como inferior, numa série de dicotomias ou binarismos que exerciam um poder nefasto na busca de um olhar que enxergasse igualdade. Era preciso colocar às claras os prejuízos amontoados na operação impensada de tais hierarquias e mostrar que as relações entre homens e mulheres não chegavam necessariamente "estampadas" com privilégios, e que tais privilégios se construíam

socialmente nas relações, sempre negociadas, entre homens e mulheres. Eram (e são) muitos os caminhos a seguir, mas dois se destacam: desvendar como as desigualdades se firmam dentro destas relações hierárquicas que se repetem em tudo que é canto para criar uma documentação irrefutável da reprodução multifacetada das desigualdades de gênero; e realizar uma "inversão simbólica" na qual o que se via como "inferior" de fato não o era, e um outro olhar poderia virar a mesa contra quem queria buscar a construção de inferioridade em seus discursos e pesquisas.

Politicamente astuta, a pesquisa em gênero e feminismo requer uma permanente readequação de olhares sobre uma pletora incontável de assuntos. Nesta coletânea de artigos sobre Relações e Hierarquias Marcadas por Gênero se percebe esta prática política em ação quando se aborda o próprio feminismo, a sexualidade, a masculinidade, a saúde, a violência e o desenvolvimento, entrecortados por diferenças que reportam a fatores como geração, sexo, políticas públicas e movimentos sociais que colorem todas as discussões. Torna-se impossível imaginar alguma relação como fazendo parte de alguma "essência" do ser homem ou do ser mulher, pois as identidades são múltiplas e contrastivas, criando um vai-e-vem de mensagens sobre quem cada um é e quem cada um não é, e com quem compartilha fragmentos da realidade que produzem essa sensação de coletividade. A denúncia faz parte desta prática, pois a inadmissibilidade de sofrimento infringido em pessoas por causa de relações de gênero justifica permanentemente uma atenção de estudiosas(os) e militantes que descortina violências, sejam físicas, institucionais, subjetivas ou de tudo que for nocivamente "disciplinador". Para isto, percebe-se que algumas instituições disciplinadoras com segmentos sensíveis a gênero e feminismo, como delegacias e programas de saúde, têm pelo menos dois lados: ao mesmo tempo em que elas contribuem diretamente para, na medida do possível, impedir parte dos sofrimentos e desestimular ou mesmo punir agressores, elas também encaminham os serviços e ações de uma maneira que reforce as próprias desigualdades que almejam, aparentemente, diminuir.

Descortinar "desigualdades" e realizar inversões simbólicas são dois processos que se extraem deste conjunto de trabalhos que descreve os múltiplos campos de construção do feminismo e de promoção de uma

igualdade que respeita as diferenças. São trabalhos irrequietos que floresceram em estudos, pesquisas e ações sensíveis a padrões e fluxos internacionais. São realizados sobretudo, mas não unicamente, no Nordeste Brasileiro. Inspirados em discussões ocorridas sobre estas questões ocorridas durante o XVIII Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero, em novembro de 2014, os trabalhos publicados aqui elaboram diversas considerações sobre estes assuntos. Cada título dos 16 artigos escritos anuncia com clareza o objeto de estudo das(os) autoras(es) que se reuniram para estudar e escrever, num espaço democraticamente plural, incluindo mais que uma dezena de professores doutores, outro tanto de mestrandos e bacharéis e, todas(os) ativistas ocupantes de espaços institucionais de estudos e ação que, cada um à sua maneira, contribuem para as ações de descortinar e de inverter simbologias.

Nos caminhos trilhados por este livro, encontram-se espaços institucionais voltados para a prevenção e o atendimento de mulheres vítimas de violência e se desvenda uma enorme dificuldade de enxergar a especificidade de violência de gênero sofrida por mulheres mais velhas, a produção de uma maneira de falar "masculina", num espaço de justiça abertamente favorável às mulheres, e várias realidades repetidas de agressores provenientes de relações da maior proximidade – maridos e parceiros, atuais e anteriores – que encontram na violência formas de controlar os corpos das suas companheiras, às vezes redundando nas estatísticas alarmantes sobre feminicídios.

O acolhimento da(o)s que sofreram de violência não está desprovido de ambiguidades, ora parecendo acolher bem, ora parecendo mais uma instância de exclusão e de criação de estigma(s). Quem cai fora do que as normas e regimentos de serviços de saúde ditam, sente a intensificação do seu sofrimento, como, por exemplo, por ter tido que recorrer a um aborto que suscita atitudes estigmatizantes pelos profissionais que atendem. O mesmo ocorre com a busca de serviços que suscitam atitudes estereotipantes sobre sexualidade por serem provenientes de códigos de vestimentas, ou até de patologias "sexualmente transmitidas" e por correr com uma imagem de um ambiente implícito deles e delas serem "culpados e culpadas" pelo próprio sofrimento.

Aliás, a dimensão de controle que acompanha discursos sobre sexualidade e, especificamente, sobre práticas sexuais, revela-se uma região nebulosa onde o que se chama de proteção e de combate à exploração, por mais bem intencionados e por bem fundamentados em direitos humanos que sejam, bem examinados, exercem uma ação cujas finalidades são muito mais restritivas do que protetoras, seja no que se relaciona com grandes eventos e expectativas de "promiscuidade", seja no atendimento cotidiano de quem precisa de apoio da área de saúde e de organizações feministas.

Um dos campos que mais informa sobre as dificuldades de "inverter simbologias" é a discussão sobre novas vivências de masculinidade, onde os integrantes deste movimento, frequentemente identificando-se como "feministas", encontram uma resistência calcada numa recrudescência do essencialismo que questiona se é possível os homens serem, honestamente, feministas, sem que deixem de estar problematizando as novas masculinidades que são caracterizadas pelo seu sexo biológico.

A dureza de ter que lidar com estes questionamentos, e as possibilidades provocadas pela ideia de que homens e mulheres possuem mais opções do que parecem estar abertas para eles e elas, para agir de acordo com as suas percepções de sexualidade, é justamente um assunto que vem recebendo reforço jurídico institucional formal e informal, intersectando com diversos outros campos, antes insensíveis, de controle institucional. Quando os campos institucionais se confundem com a vivência de espaços públicos e privados o acesso a políticas públicas se torna um campo de produção de imagens sobre o que se quer de homens e mulheres, como o que fazer quando o direito à licença paternidade se intersecta com um campo de emprego rico e transitório – é possível ou interessante reivindicar tal direito, ou apenas pensar em ser provedor? E a bolsa família, preferencialmente feminina, forma atitudes que condicionam o recebimento de uma complementação monetária ao exercício de atividades de cuidados de saúde e de educação, simultaneamente empoderando e disciplinado as mulheres.

Ao intitular esta coletânea Relações e Hierarquias Marcadas por Gênero, pretendemos descentrar a atenção aos lugares específicos tão

necessários para podermos perceber como operam os processos que fazem com que as relações de gênero sejam permeadas por questões de poder. Ao incluir sexualidade, saúde, geração, feminismos e políticas no conjunto de temas sem separar cada assunto de acordo com uma dessas áreas de conhecimento e ação identificamos os assuntos concretos tratados de uma forma mesclada e inter-relacionada ao longo da coletânea. Estamos percebendo gênero, como tanto tem se pronunciado, como "transversal", mas também estamos insistindo que é nas particularidades, de uma delegacia, das estatísticas de uma secretaria, da articulação de uma campanha, da adesão a um ou outro grupo feminista ou não, no tratamento de saúde, da produção de discursos biologizantes e da sua negação, na precária inclusão de homens e mulheres como objetivos de políticas de desenvolvimento, e numa multiplicidade de outras áreas que se pode perceber que, além de ter progredido muito na direção de maior promoção de igualdade de Gênero, o caminho sempre será relacional, e não vai ocorrer fora do ambiente de produção de hierarquias.

Mais especificamente relatamos a seguir qual a tônica de cada artigo que compõe esta coletânea.

No artigo "As DEAMs desconhecem sexo e gênero na velhice: reflexões sobre mais uma modalidade de violência contra as mulheres" de Eulália Lima Azevedo e Márcia Santana Tavares, as autoras se detêm na questão da violência de gênero (imbricada com a violência geracional, doméstica e intrafamiliar) historicamente perpetradas contra as mulheres. Têm como intuito desenvolver uma discussão teórica sobre a lógica que orienta as DEAMs a não prestarem atendimento às mulheres idosas tomando como filtros analíticos a luta feminista e as categorias de gênero e geração.

"'Anote aí no seu diário: notas etnográficas sobre violência institucional na atenção ao aborto e ao parto em maternidades públicas do Recife", é o artigo de Ana Cláudia Rodrigues da Silva, Thália Barreto e Sandra Valongueiro, que analisa a qualidade da atenção prestada às mulheres parturientes e em situação de abortamento em maternidades públicas do Recife. Utilizam os dados obtidos na pesquisa Complicações Precoces da

Gravidez e Atenção Prestada na Rede SUS do Nordeste (Gravsus-Ne), campo Recife, composta por dois subprojetos: estudo epidemiológico e avaliação da qualidade da atenção às mulheres em situação de abortamento.

"Produções de masculinidades no contexto da violência de gênero" de Mary Alves Mendes e Valdonilson Barbosa dos Santos discute a reprodução dos valores tradicionais de gênero, entendida como prática realizada tanto pelas mulheres como pelos homens. Após a identificação de uma diversidade de situações e ações, buscam compreendê-las por meio da construção de eixos e sub-eixos interpretativos, como forma de apreender os significados dos discursos masculinos acerca das práticas violentas de gênero.

O artigo "Violência contra a mulher: notas sobre o feminicídio em Salvador/BA" foi elaborado por Lays Conceição Franco Fon e Rosângela Costa Araújo. As autoras, partindo do pressuposto de que a maioria esmagadora das mulheres são vítimas das mais diversas manifestações de ruptura de integridade, principalmente no espaço familiar, tratam esta questão com particularidade, destacando como essa violência se desenvolve provocando a morte de mulheres.

O texto de Tatyane Guimarães Oliveira e Márcia Santana Tavares, intitulado "As peculiaridades das mulheres em situação de violência doméstica e familiar e os desafios para sua proteção no âmbito da Rede de Atendimento" afirma que, contextualizar historicamente a legislação de combate à violência doméstica e familiar é resgatar as reflexões e ideias que acompanham as lutas das mulheres contra a violência. As autoras citam a Lei Maria da Penha como fruto da crítica feminista ao Direito, mas concluem que, apesar da incorporação das mulheres e a centralização destas no ordenamento jurídico por meio dessa Lei, as medidas de proteção à mulher em situação de violência doméstica dependem diretamente de uma revolução nos serviços de atenção, sob pena de se tornaram apenas mais um obstáculo para o combate à violência de gênero.

O trabalho "Hormônios como atuantes: leituras a partir da Teoria Ator-Rede" de Juliana Vieira Sampaio, Benedito Medrado, Ricardo Pimentel Méllo e Michael Machado, se refere à discussão sobre as contribuições da Teoria Ator-Rede (TAR) para os estudos em Psicologia Social sobre

corpo, biotecnologias e biopoder. Discute inicialmente os pressupostos epistemológicos da TAR, seus principais conceitos, e posicionamentos metodológicos. Trata, também, do modo como a Teoria Ator-Rede compreende a prática de pesquisa, apontando para uma possível mudança dos estudos nos humanos e seus discursos para o direcionamento de um olhar mais atento às redes de humanos e não-humanos.

"Estilo Bofe: ferramenta de produção de gênero e sexualidade em lésbicas e bissexuais" de Gilberta Santos Soares e Cecília Maria Bacellar Sardenberg é um estudo que se propõe a entender como se dá a produção das diversas expressões de masculinidade em pessoas auto-identificadas como mulheres. Adotam a concepção de que a masculinidade não é um atributo restrito aos homens, mas que ela pode habitar corpos de mulheres, sejam lésbicas ou não; assim como a feminilidade não está restrita às mulheres.

O artigo "Políticas públicas e os agressores das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar" de Daliane Fontenele de Souza e Inez Sampaio Nery, objetiva traçar o perfil dos agressores no contexto do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Teresina-PI, e relacionar tal perfil com as políticas públicas executadas na referida capital, no que diz respeito a programas de recuperação e reeducação destes agressores de acordo com a Lei Maria da Penha.

O texto "Simetrias e assimetrias de desejo: pensando sexo e sexualidade em contextos homo e heterossexuais" de Telma Amaral Gonçalves tem como foco central os discursos sobre o amor e as práticas amorosas vivenciadas por díades que se configuram como parceiras em dois universos específicos – o heterossexual e o homossexual, ambos pertencentes às camadas médias urbanas. Ele se insere no campo de estudos mais recentes sobre a abordagem de gênero que enfocam as novas configurações que os relacionamentos afetivo-sexuais têm assumido na contemporaneidade.

O artigo "Mobilização, desmobilização e discursos sobre sexo na Copa do Mundo 2014", de Parry Scott e Fernanda Maria Vieira Ribeiro pretende descobrir e interpretar como o discurso e as ações sobre

sexo permeiam, aberta e furtivamente, o planejamento e realização de megaeventos. A explosividade moral do assunto sexo o relega a tratamentos que misturam simbologias sobre o competir, ganhar e conquistar (obras e jogos), sobre os poderes mercantis (cobranças e lucros), e sobre o exercício de dominação (de geração, de gênero e de classe).

O texto "Controle dos corpos na/pela Saúde: desafios para atenção integral aos homens que têm problemas com os usos drogas" de Maristela de Melo Moraes trata dos conflitos em torno da compreensão da autoridade e a imposição de limites como as intervenções prioritárias junto aos homens na saúde a partir de referências antagônicas, como por exemplo, fragilidade-força, passividade-agressividade, dócil-indomável, com repercussões diretas no modo como são organizados os serviços e como são realizadas as práticas de cuidado voltados para essa população, no que se refere aos homens que têm problemas com o consumo de drogas.

O artigo "Dever, desejo ou direito? A produção de sentidos sobre a licença-paternidade com homens trabalhadores de Suape" de Ana Luísa Cataldo, Benedito Medrado, Jorge Lyra e Jullyane Brasilino tem como objetivo apreender a produção de sentidos sobre paternidade por homens que atuam na construção dos grandes empreendimentos portuários da região de Suape, tendo como referência suas trajetórias narrativas relativas à licença-paternidade.

O texto "Programa Bolsa Família: rupturas e permanências na manutenção do status e poder masculino" de Eloah Maria Martins Vieira e Rebecca Batista de França busca refletir os impactos do Programa Bolsa Família nas vivências masculinas. Apostando na perspectiva de gênero e na sua dimensão relacional, as autoras entendem como fundamental saber também o que os homens pensam sobre o PBF e a titularidade de preferência feminina, e se este Programa poderia alterar status e poder masculinos.

O artigo "Amor romântico, violência contra as mulheres e discursos adolescentes" de Telma Low Silva Junqueira e Danielly Spósito Pessoa de Melo visa refletir sobre os sentidos produzidos por 12 adolescentes acerca do mito do amor romântico e da violência contra as mulheres.

No texto "Juventude e feminismo no Brasil: localizando corpos e experiências', Elismênnia Aparecida Oliveira e Eliane Gonçalves têm por objetivo apresentar alguns pontos de vista de mulheres jovens inseridas em grupos e coletivos acerca da transmissão do conhecimento feminista e de suas tecnologias ou metodologias, dos contatos geracionais e da coexistência mais ou menos afetada por conflitos que não inviabilizam a prática no presente e também o pensar o futuro.

O trabalho "'He can do it': a participação dos homens no movimento feminista" de Luiz Tagore Fernandes Martins e Grasiela Augusta Morais Pereira de Carvalho pretende localizar o homem, as questões de gênero e masculinidades na contemporaneidade, revelando a contribuição do movimento feminista na desconstrução dos papéis para cada sexo, no intento de contribuir para os estudos gênero, apresentando um olhar feminista sobre as masculinidades.

Parry Scott
Jorge Lyra
Isolda Belo da Fonte

As DEAMs desconhecem sexo e gênero na velhice: reflexões sobre mais uma modalidade de violência contra as mulheres.

Eulália Lima Azevedo [1*]
Márcia SantanaTavares[2*]

Anotações Iniciais

A questão da violência, segundo as pesquisas, aparece como uma das principais preocupações dos brasileiros seguindo de imediato as preocupações com o desemprego. Vivemos numa sociedade, cuja violência extrapola hoje o mundo urbano dos grandes centros, alcançando cidades de médio e pequeno porte e destas até para as regiões rurais antes tidas como pacatas e tranquilas.

Nesse contexto de uma rede mais ampla de violência estrutural, e articulada com ela que se insere a complexidade da violência sofrida pelas mulheres em todas as idades. Violência quase sempre invisível socialmente que só pode ser compreendida em conexão, também, com outros fatores determinantes das dinâmicas sociais, tais como gênero, classe social, gerações, raça/etnia**,** dentre outros, assim como as representações sociais hegemônicas relacionadas a esses marcadores sociais.

1 * Doutora em Ciências Sociais; pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia; eulaliaazevedo@uol.com.br.

2 * Doutora em Ciências Sociais; Professora Adjunto I do Curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia; marciatavares1@gmail.com.

A violência, aqui entendida como qualquer forma de violação dos direitos humanos (SAFFIOTI, 2004), atinge as mulheres sob a forma de várias modalidades e as violências ocorrem, quase sempre, em interconexão umas com as outras. Todavia, neste artigo nos deteremos na violência de gênero imbricada com a violência geracional, doméstica e intrafamiliar, historicamente perpetradas contra as mulheres, com o intuito de desenvolver uma discussão teórica sobre a lógica que orienta as DEAMs a não prestarem atendimento às mulheres idosas, tomando como filtros analíticos a luta feminista e as categorias de gênero e geração.

1. A luta feminista frente à violência contra mulheres: idosas também?

Ainda que o feminismo não tenha atentado em sua teoria e prática para as dimensões idade e geração, não menos estruturantes da vida social, não há justificativa para passarem despercebidas essas dimensões quando se propõe discutir o processo de construção das diferenças transformadas em desigualdades sociais e sustentadas pela dominação/exploração que têm formatado ao longo da história relações conflitantes, embora as feministas as considerem apenas como hierarquias, para justificarem a falta dessa problemática em suas discussões e ações.

Britto da Motta, em vários de seus trabalhos (1998; 2002; 2010). vem tecendo oportunas críticas à ausência da temática geracional nas produções teóricas feministas, bem como nas suas ações políticas, sobretudo, as questões que afetam as mulheres que envelhecem, a exemplo da pobreza, o não lugar social e a violência, dentre outras.

O contexto mundial de envelhecimento populacional em que, a cada mês, de acordo com a ONU, um milhão de pessoas no mundo atravessa a barreira do envelhecimento, ou seja, alcança a marca dos 60 anos de idade, apresenta uma especificidade nos países em desenvolvimento**,** a espantosa velocidade com que vem ocorrendo. No Brasil, a população idosa é a que mais cresce, de acordo com o Censo de 2010. A expectativa de vida passou de 50 anos, na metade do século XX, para 74,08 anos, em 2011, e as mulheres vivem 7 anos a mais que os homens. Segundo a publicação

da PNAD de 2013, cujos dados são relativos ao ano de 2012, a população brasileira alcançou 24.800 milhões de pessoas acima de 60 anos, atingindo os índices previstos para 2020. Mais de 600.000 pessoas, hoje, atravessam, por ano, o marco dos 60 anos de idade. A previsão é de que em 2025 o Brasil tenha a 6ª maior população idosa do mundo, em termos absolutos, segundo Minayo (2013).

A maior visibilidade da velhice, bem como a expressão de suas necessidades específicas, vem suscitando discussões polêmicas quanto ao impacto desse fenômeno nas políticas públicas de Proteção Social e se transformando em recente objeto de interesse das Ciências Sociais, embora o feminismo ainda não tenha despertado para sua devida importância. Nas sociedades contemporâneas, a questão da proteção social deve ser pensada levando em conta os desafios impostos com o envelhecimento mundial da população não só no nível familiar, mas também na agenda política. A definição das políticas públicas, no que diz respeito à distribuição de recursos, tem demandado atenção especial, tendo em vista as relações entre grupos etários, sob novas configurações. Essa problemática, segundo Goldani (2004), vem suscitando novos debates nas discussões referentes às políticas de combate à pobreza, sendo vista por alguns como a emergência de um conflito entre as gerações. Segundo Bengtson (1993), as discussões sobre o conflito intergeracional, na atualidade, além de focarem a sucessão e expectativa de poder, vêm girando, principalmente, em torno da distribuição de recursos (AZEVEDO, 2010).

Esses dados demográficos, em permanente transformação, anunciam uma revolução em todos os domínios da vida humana – econômicos, políticos, sociais, culturais e psicológicos. Essa transformação nos países em expansão (economia em transição) como o Brasil, que ganha inesperada velocidade, como visto acima, configura uma situação única observada no mundo atual, visto que, segundo Minayo (2013), enquanto os países europeus levaram cerca de 140 anos para alcançar elevada proporção de pessoas idosas em relação à população geral, o Brasil o fez em 50 anos. Dados do Censo de 2010 revelam que a população do país com mais de 100 anos de idade já alcança quase 30.000 pessoas, sendo que as mulheres constituem 2/3 delas.

Nesse cenário, tem sido quase impossível desconhecer os problemas que afetam o contingente da população classificada como idosa, mas aqui vamos destacar especificamente as mulheres, por se constituírem como sua maioria e sofrerem muito mais os constrangimentos da idade/geração, visto que estes interseccionam com as hierarquias de gênero e as tornam mais vulneráveis do que os homens idosos. Além disso, na medida em que poucas participaram no mercado formal de trabalho, não fazendo jus a uma aposentadoria, elas têm maior probabilidade de viver uma situação econômica precária, bem como um período mais longo de debilitação física e depender mais de cuidados do que os homens, pelo fato de elas viverem mais do que eles.

Uma das políticas relacionadas à especificidade da problemática dessa população, que requer estudos e pesquisas mais detalhados e, ao mesmo tempo, abrangentes, diz respeito à proteção requerida contra as várias formas de violência que têm as idosas como alvo, sobretudo, aquelas sofridas no âmbito das relações intergeracionais na família.

O quadro abaixo, apresentando dados de pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2004), é ilustrativo de que não se pode desprezar na análise e na ação política os 31% de mulheres idosas que sofrem violência:

Violências sofridas, segundo idade	
15 a 17 anos	28%
18 a 24 anos	42%
25 a 34 anos	50%
35 a 44 anos	52%
45 a 59 anos	42%
60 anos ou mais	31%

Fonte: Fundação Perseu Abramo (2004)

Mais recentemente, uma pesquisa desenvolvida pelo SESC/SP, em parceria com a Fundação Perseu Abramo (2007), reforça que, entre as pessoas idosas investigadas, 15% sofreram algum tipo de violência e

maus tratos após os 60 anos, sendo 18% de homens e 13% das mulheres. A pesquisa revela, entre outras coisas, que enquanto para os homens 6% das situações de violência ocorreram na rua, 6% em casa e 2% em ônibus, para as mulheres, 7% das ocorrências aconteceram em casa, 2% na rua e 1% em ônibus. Além disso, a pesquisa identifica que, entre os homens, os principais agressores são desconhecidos ou pessoas com quem mantêm relações sociais, ao contrário das mulheres, cujos agressores predominantes são pessoas da família com quem moram ou moravam.

É importante ressaltar, no entanto, que os maus-tratos domésticos que atingem as idosas não devem ser pensados fora do contexto da violência social/estrutural em que os indivíduos e as comunidades estão inseridos. Muitas vezes o convívio entre várias gerações num mesmo domicílio, que, via de regra, contribui para facilitar a violência contra as mais velhas, é imposto pelo empobrecimento da população, em especial nos grandes centros urbanos, como evidenciamos dados empíricos da pesquisa realizada por Azevedo (2010), dentre outras.

Por outro lado, embora não seja consensual[3] entre as/os pesquisadores que a condição de gênero atue como fator de risco para a violência contra a pessoa idosa, estudos recentes têm sinalizado para a importância de adotá-lo como categoria analítica, em virtude da vulnerabilidade a que se encontram expostas as mulheres idosas em situação de violência (SILVA; FRANÇA, 2013), cujos agressores são pessoas pertencentes a gerações mais jovens com as quais mantêm um vínculo de parentesco e convivência, principalmente homens, mas também mulheres – filhos, filhas e netos (BRITTO DA MOTTA, 2013).

Motta (2013) pondera que o feminismo, ao investigar a violência contra a mulher, concentra-se nas mulheres jovens, ignorando as idosas e, acrescenta que, embora o enfoque analítico sobre a violência contra as pessoas idosas se direcione para as relações de gênero, focaliza as mulheres apenas como principais alvos da violência doméstica, o que compromete a eficácia

3 Ver, por exemplo, Goldman e Faleiros (2008) e Alves (2008), cujas pesquisas sobre violência contra pessoas idosas apontam as mulheres como principais vítimas, ao contrário das pesquisas desenvolvidas por Oliveira e colaboradores (2012) que identificam uma tendência de casos de agressão contra homens idosos.

explicativa, ao desconsiderar que a violência cometida pelos/as agressores/as contra mães ou avós é consequência ou manifestação de vivências – rejeições ou conflitos – que ocorrem, geralmente, na esfera da convivência e das relações intergeracionais. Neste sentido, a autora recomenda que:

> A violência, principalmente doméstica, contra idosos será mais eficazmente analisada em princípio como uma ocorrência que se dá em âmbito geracional e ganha maior visibilidade por efeito da maior nitidez social e política das relações de gênero, inclusive porque se exerce em maioria sobre as mulheres, devido, primordialmente, a uma esperada 'fragilidade' feminina, física, afetiva e social. Mas também porque elas constituem maioria demográfica. Por essa dupla entrada, a situação pode ser também analisada ao reverso, como uma violência de gênero que se realiza majoritariamente no âmbito geracional (BRITTO DA MOTTA, 2013, p. 73).

Grandes desafios se apresentam para as famílias, para as políticas públicas de promoção da saúde, de garantia de direitos sociais, de combate à violência, enfim, de direitos da cidadania, decorrentes da atenção e cuidado devidos às mulheres que envelhecem. Tais desafios precisam pautar os estudos e ações políticas desenvolvidas pelas feministas, que tão bem compreendem a pluralidade das mulheres envoltas em problemáticas particulares e, por isso, vêm se empenhando para lhes conferir um olhar diferenciado. Falta, porém, ampliar esse mesmo olhar em direção às mulheres que envelhecem.

Em pesquisa a qual estamos dando continuidade na Delegacia em Defesa do Idoso da Bahia (DEATI/BA), situada em Salvador, pretendemos investigar algumas questões não problematizadas anteriormente ou porque as condições empíricas ainda não estavam dadas: porque as mulheres idosas constituem a maioria das vítimas de violência atendidas na Delegacia do Idoso? Será que esse mesmo contingente de idosas é atendido pelas DEAMs ou é maior ou menor? A estrutura física, de equipamento e o corpo de profissionais para um atendimento adequado continuam as mesmas dos primeiros anos de funcionamento da DEATI/BA? Estão melhores ou piores? O número de idosas(os) atendidas(os) na DEATI/BA reduziu ou

não em função da implementação do Estatuto do Idoso? Ainda em função do trabalho do movimento do idoso(a) em relação à conscientização dos beneficiários desta Lei, quanto aos seus direitos, houve uma mudança do comportamento das mães vítimas de violência em relação às queixas contra filhos(as)? Neste trabalho inicial sobre estas questões já podemos discutir algumas delas, mas não todas, que vão depender do avanço da pesquisa.

Nos primeiros anos de instalação da DEATI/BA, em pesquisa realizada entre o 2º semestre de 2006 e 1º semestre de 2008, 57% das vítimas eram mulheres; a maioria dos agressores dessas mulheres eram os filhos, 65% comparado aos 35% das filhas. Estes dados são semelhantes aos de outros centros urbanos revelados em outras pesquisas disponibilizadas na literatura sobre o tema (PASINATO; CAMARANO; MACHADO, 2006; SOUZA et al., 2004; FALEIROS, 2008). O maior número dos agressores se encontra entre os filhos e filhas juntos (AZEVEDO, 2010). Muitas dificuldades se apresentam quando se procura combater esse tipo de crime, principalmente porque as vítimas, sobretudo, as mães solicitam a retirada da queixa contra o(a) filho(a) com muita frequência, de acordo com a informação da Delegada titular atual da DEATI/BA, em entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2014:

> *Há desistência de queixas, sim, há semanas que vem um atrás do outro ... por ser mãe... aquele, filho... mais mulheres do que homens vêm desistir da queixa, dizendo que 'foi um momento de exaltação que ele não estava muito bem'... mas a gente trabalha isso aqui com muito cuidado, porque a pessoa pode estar sendo vítima de mais violência, estar sendo coagida, sendo ameaçada. A gente trabalha informando que não existe isto de retirar a queixa, no imaginário das pessoas perpassa isto. A gente tem de parar para explicar* [...] *que o Estado não pode se abster* [...] *Está no Código Penal que a gente não pode deixar nada arquivado* [...] *temos de encaminhar para o Ministério Público...*

Quanto a este item não houve nenhum avanço comparado ao comportamento das mulheres mães na primeira fase da pesquisa. A fala da Delegada titular de então, Drª Márcia Telma Bittencourt, em entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2008, é ilustrativa dessa continuidade:

> *Elas, muito mais as mulheres idosas, retiram, desistem da continuidade do processo. Vêm na hora da emoção, geralmente com um outro filho/a, como ela está sofrida, está doída, registra a queixa. Depois, passa uma noite, ela retorna, muitas vezes telefona, vem aqui fora do horário, dizendo 'oh! Doutora, fui forçada a vir mas não é bem assim'. Ou então, não fazem o exame de lesão de corpo de delito, porque a prova material desaparece* (AZEVEDO, 2010, p. 216).

"As mulheres idosas vêm à delegacia para que seus filhos(as) agressores(as) recebam aconselhamentos de uma autoridade policial e se sintam pressionados(as) a não mais cometerem tais delitos", segundo informa a Drª Márcia, na mesma entrevista (AZEVEDO, 2010), ou seja, as mulheres idosas, em geral, não tencionam registrar queixa, mas que a autoridade policial as ouça e chame as partes em conflito, de modo a promover uma conciliação e oferecer esclarecimentos acerca dos seus direitos, principalmente aos filhos. Assim, é designado à autoridade policial um papel moralizador frente às famílias, demarcando deveres e obrigações de filhos e netos adultos em relação aos seus parentes idosos (DEBERT; OLIVEIRA, 2007).

Saffioti (1994) pondera que, às vezes, a queixa em uma delegacia, seguida de uma enérgica advertência da autoridade policial pode cessar a violência. Mas, ressalta que a tarefa da polícia não é advertir, ela tem a obrigação legal de realizar o inquérito e encaminhá-lo ao judiciário, seja com o intuito de arquivamento, seja para instauração do processo-crime.

Todavia, a DEATI/BA, em alguns casos, ainda recorre à Lei 9099/95 para tratar da violência doméstica contra as mulheres idosas, conforme nos relatou uma defensora pública. A referida Lei, aplicada nos anos 1990, em casos de denúncia de violência doméstica e familiar feita nas DEAMs, relativa a lesões corporais leves e ameaças – crimes considerados de menor potencial ofensivo –, geralmente recomendava a conciliação entre as partes e, resgatá-la se revela como um retrocesso, pois contribui tanto para reforçar a trivialização da violência perpetrada contra a mulher idosa, como para invisibilizá-la.

De fato, uma vítima idosa de 60 anos, entrevistada na DEATI/BA, no dia 12 de setembro de 2014, relatou que foi agredida primeiramente por uma irmã e procurou a DEAM de Brotas em Salvador. Lá foi orientada de que ela deveria procurar a DEAM de Paripe, bairro onde mora. Assim o fez e deu a queixa que foi recebida por uma escrivã. Dias depois recebeu uma notificação para comparecer à Delegacia. Certa de que iria ser ouvida, em audiência, por uma Delegada, mas não foi o que ocorreu. Um senhor que ela não soube informar qual era seu posto na Delegacia lhe informou que ali não era o lugar para aquela queixa. E o pior, chamou a atenção dela, dizendo que não se presta queixa de irmã. Agora que ela sofreu violência de uma sobrinha e seu namorado, que querem expulsá-la da sua casa (casa da idosa), construída com a ajuda de um genro e filho sobre a laje da casa da irmã (com o consentimento desta), ela não mais se deu ao trabalho de procurar a DEAM e já foi direto para a Delegacia de Atendimento ao Idoso (DEATI/BA), à qual já compareceu para a audiência com a Delegada titular atual.

A coabitação de gerações tem produzido mudanças nos níveis de hierarquia e poder no núcleo familiar, as pessoas mais jovens (filhos/as e netos/as) tendem a exercer poder e controle sobre as mais idosas, principalmente quando estas possuem salário ou alguma remuneração previdenciária. Consequentemente, revoga-se o poder das pessoas com mais experiência de vida, à medida que deixam de ser ouvidas, percebidas como sujeitos ativos e respeitadas como referenciais de vida importantes (ALVES, 2008), o que as torna vulneráveis à violência doméstica e intrafamiliar.

Sobre o atendimento às mulheres idosas nas DEAMs, na entrevista mencionada anteriormente, a Delegada titular atual da DEATI/BA declara que,

> [...] *por conta de ter 60 anos e porque há também grande demanda em outras delegacias especializadas, a exemplo da delegacia da mulher – porque era para ser tratado lá o caso da violência da mulher, pelo fato de ser mulher* – [...] *está mandando todas "prá cá" e aqui está demandando muito mais trabalho e está difícil de atender, de dar respostas em um menor espaço de tempo* [...] *a agenda já está para janeiro de 2015...*

Embora a violência doméstica e familiar atinja mulheres em todas as faixas etárias, estudos desenvolvidos pelo Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha (OBSERVE) nas DEAMs de Salvador demonstram que as mulheres atendidas apresentam um perfil específico no tocante à faixa etária, apresentam idade entre 18 a 49 anos, que compreende a fase reprodutiva e de maior inserção feminina no mercado de trabalho, em que frequentam mais espaços de socialização e têm acesso a campanhas informativas divulgadas na mídia impressa e televisiva (SOARES, 2011; LEÂO, 2011; SILVA; LACERDA; TAVARES, 2012).

Quanto ao atendimento, o monitoramento do OBSERVE nas DEAMs de Salvador identificou desde instalações precárias, que inviabilizam a privacidade no atendimento, mas também a falta de capacitação dos servidores sobre as questões de gênero e a violência contra as mulheres em suas diversas expressões, o que, por sua vez, impede a realização de uma escuta qualificada, além de contribuir para a morosidade no atendimento, falta de orientação sobre os trâmites pertinentes aos processos, de resolutividade e de articulação entre os serviços de proteção (SILVA; LACERDA; TAVARES, 2012; TAVARES, 2013).

Neste sentido, vale destacar que a violência contra as pessoas idosas, ao ser considerada uma variante da violência doméstica, destrói a imagem idealizada da família como lócus de proteção e cuidado, reforçado por propostas de ação e políticas públicas que se pretendem progressistas, nas quais a matricialidade familiar é considerada um instrumento privilegiado para garantir o bem-estar social. Todavia, pensar nos crimes contra a/o idosa/o como uma nova expressão da violência doméstica e familiar é tornar os problemas da velhice uma questão exclusiva das famílias, ou seja, o Estado se exime de responsabilidade e ensaia um processo de reprivatização da velhice, cabendo às famílias cuidarem de seus velhos de maneira adequada (DEBERT; OLIVEIRA, 2007).

A análise dessa questão nos remete a grupos etários específicos de mulheres – jovens e adultas plenas - nos quais estão focados os estudos e ações políticas das feministas em interlocução com o Estado, ou seja, mulheres na fase reprodutiva, como bem chama a atenção Britto da Motta:

> Nas várias campanhas nacionais de prevenção contra o câncer, por exemplo, as faixas etárias atingidas não costumam ultrapassar a meia idade, isto é, as idades reprodutivas ... (2010, p. 174)

Mais adiante, a mesma autora continua tratando sobre o não atendimento às demais idades e o seu desconhecimento em relação a qualquer protesto do Movimento Feminista ou das parlamentares que nos representam no Poder Legislativo, sobre essa questão. E acrescenta,

> [...] as mais recentes e anualmente renovadas campanhas nacionais contra a violência às mulheres têm sempre como alvo único as mulheres jovens, em idade reprodutiva, majoritariamente as que são agredidas pelos seus parceiros sexuais [...] Restando ignoradas as mulheres idosas [...] que são objetos de variadas formas de violência, não apenas por parte de seus companheiros, mas, sobretudo, de seus filhos e netos de ambos os sexos, além de outros membros da família e até vizinhos (2010, p.174).

Na medida em que as feministas omitem das suas reflexões teóricas a situação das mulheres idosas e ainda ignoram a exclusão das mesmas das políticas públicas destinadas às mulheres, torna-se evidente na atitude das policiais das DEAMs que há uma obediência a orientações tácitas, sustentadas em convenções que consideram a velhice como uma categoria social homogênea, sem sexo. Tais convenções tendem a desclassificar as idosas da condição de mulheres que sofrem as hierarquias e constrangimentos de gênero, inseridos em especificidades criadas pela situação de idade e geração, articuladas com a classe social, a raça/etnia dentre outros marcadores sociais de desigualdades. Essas convenções, que informam a teoria e ações práticas feministas, distanciam-se da explicação analítica sobre a condição real de ser velho ou velha, isto é, ignoram que há "uma especificidade de gênero na situação de velhice, tanto quanto de idade e estágio geracional na condição de gênero" (BRITTO DA MOTTA, 2002, p 44). Neste sentido, ponderam Debert e Oliveira (2007, p. 24),

> [...] na delegacia da mulher a associação da violência contra o idoso ao crime de maus-tratos torna invisíveis ocorrências de ameaças e lesões corporais das idosas nas relações com seus companheiros, genros, noras e vizinhos. Assim, há uma desconexão entre a maneira como esses agentes veem a violência contra os idosos e aquilo que os boletins de ocorrência mostram: mulheres autônomas que buscam a delegacia para solucionar seus conflitos. Mais do que isso, é possível dizer que ao transformar a violência doméstica num fenômeno que envolve, por excelência, jovens casais, as delegacias da mulher acabam por excluir uma série de outras manifestações de assimetrias de poder nas relações pessoais e familiares.

Com efeito, o perfil das mulheres idosas, para as policiais das DEAMs, não confere com a imagem de mulheres expostas à violência: aquelas em idade reprodutiva, com vida sexual ativa e que estão sujeitas às agressões de parceiros íntimos. As mulheres idosas, destituídas dos atributos que podem atrair interesse e desejo dos homens, são banidas do jogo afetivo-sexual e já não importam mais. Ao mesmo tempo, as idosas não correspondem à imagem de fragilidade, dependência e passividade presente no imaginário social. Deste modo, excluídas da condição de mulheres e não se enquadrando nos estereótipos associados à velhice, as ocorrências de violências a que são expostas nas relações pessoais e familiares são ignoradas.

Últimas Considerações

É como se a violência contra as mulheres idosas nada tivesse a ver com gênero, as DEAMs se esquecem "de que as gerações têm dois sexos, e experiências sociais e trajetórias de vida de homens e mulheres jamais coincidiram" (BRITTO DA MOTTA, 2010, p. 180). Assim, as violências devidas à idade/geração sofridas pelas mulheres idosas, permanecem ausentes na agenda das ações políticas em defesa da dignidade das mulheres. Ao que tudo indica, as mulheres na velhice se igualam aos homens em relação ao sexo e à condição social de gênero, ou seja, as assimetrias de poder e desigualdades de gênero que acompanham suas trajetórias e experiências de vida se tornam invisíveis, na medida em que, agora idosas, parecem perder a

condição de ser mulher. Enfim, mesmo com a Constituição de 1988, o Plano de Enfrentamento à violência contra o idoso e o próprio Estatuto do Idoso, os dados obtidos até o presente momento em nossa pesquisa indicam que a violência contra a mulher idosa continua invisível para os operadores da Lei e agentes policiais que atuam nas DEAMs e na DEATI/BA.

Referências

ALVES, Carla Maria Lobato. Rompendo com o silêncio: uma breve análise sobre violência familiar contra idosos em São Luís, Maranhão. **Revista Kairós**, São Paulo, 11(2), dez. 2008, p. 81-94.

AZEVEDO, Eulália Lima. **Um palco de múltiplas vozes**: a invenção dos idosos em luta pela cidadania. 2010. 281 f.Tese - (Doutorado em ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

BENGTSON, Vern L. Is the contract across generations changing? In: BENGTSON, Vern L; ACHENBAUM, W. Andrew (Eds.). **The changing contract across generation**. New York: Aldine de Gruyter, 1993. p. 3-23.

BRTTO DA MOTTA, Alda. **Geração, a "diferença" do feminismo**. Trabalho apresentado ao I Seminário Internacional Desafio da Diferença – articulando Gênero, Raça e Classe. Salvador, 1998.

_____. Gênero e geração: de articulação fundante a 'mistura indigesta'. In FERREIRA, Silvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo (ogs)**. Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea.** Salvador, NEIM/UFBA, 2002. p. 35-49.

_____. Revisitando o par relutante. In: ALVES, Ivia; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de (orgs). **Travessias de gênero na perspectiva feminista.** Salvador. EDUFBA/ NEIM, 2010. p. 169 -181.

_____. Violências específicas aos idosos. In: **Sinais Sociais,** v. 8, nº 22. SESC, Departamento Nacional. Rio de Janeiro: SESC/DN, p. 63-85, maio/ago. 2013.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques de. A polícia e as formas de feminização da violência contra o idoso. In: **São Paulo em Perspectiva,** v. 21, n. 2, p. 15-28, jul./dez. 2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Idosos no Brasil***:* vivências, desafios e expectativa na 3ª idade. [2007]. Parceria com SESC Nacional e SESC/SP. Disponível em: http://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/7102_PESQUISA+IDOSOS+NO+BRASIL+VIVENCIAS+DESAFIOS+E+EXPECTATIVAS+NA+3+IDADE#resultados. Acesso em: 01 out 2014.

GOLDANI, Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar: por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.p. 211-250.

GOLDMAN, Sara Nigri; FALEIROS, Vicente de Paula. Violência contra a pessoa idosa. In: Ana Paula Abreu Borges; Angela Maria Castilho Coimbra. (Org.). **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. 1ed.Rio de Janeiro: EAD/ ENSP, 2008, v. 01, p. 325-329. Disponível em: http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_803622948.pdf. Acesso em: 09 set 2014.

LEÃO, Mônica Regina da Rocha. **Relatório Final do Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica 2010-2011**. Salvador: UFBA, 2011.

OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de; GOMES, Ana Cláudia Gonçalves; AMARAL, Cláudia Pereira Machado and SANTOS, Laysa Buriti dos. Características dos idosos vítimas de violência doméstica no Distrito Federal. ***Rev. bras. geriatr. gerontol.*** [online]. 2012, vol.15, n.3, p. 555-566. ISSN 1809-9823.

PASINATO, Maria Tereza; CAMARANO, Ana Amélia; MACHADO, Laura. Idosos vítimas de maus-tratos domésticos: estudo exploratório das informações dos serviços de denúncia. **Texto para discussão Nº 1200**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1200.pdf>. Acesso em: 7 ago 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: _____ & Munõz-Vargas (eds). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Ermildes Lima da; LACERDA, Simone Oliveira de; TAVARES, Márcia Santana. A Lei Maria da Penha e sua Aplicação nas DEAMs de Salvador: reflexões sobre o que pensam e dizem as mulheres em situação de violência. **Anais do 17º Encontro da Rede Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR**. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/285. Acesso em: 13 dez 2013.

SILVA, Edson Alexandre da; FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. In: **Sinais Sociais,** v. 8, n. 22. SESC, Departamento Nacional. Rio de Janeiro: SESC/DN, p. 115-141, maio/ago. 2013.

SOARES, Jenefer Estrela. **Relatório Final do Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica 2010-2011**. Salvador: UFBA, 2011.

SOUZA, Andrea Santos et al. Fatores de risco de maus-tratos ao idoso na relação idoso/cuidador em convivência intra-familiar**. Textos sobre Envelhecimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2004, p. 57-76.

TAVARES, Márcia. Roda de Conversa entre Mulheres: denúncias sobre a inaplicabilidade da Lei Maria da Penha em Salvador/BA e a descrença na justiça. **Anais do Fazendo Gênero 10** – Desafios Atuais dos Feminismos. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=76. Acesso em: 01 jun 2014.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely. **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

“Anote aí no seu diário”: violência institucional na atenção ao aborto e ao parto em maternidades públicas do Recife.

Ana Cláudia Rodrigues da Silva[1],
Thália Barreto[2],
Sandra Valongueiro[3].

Introdução

No Brasil, são poucos os estudos qualitativos que abordam a qualidade da atenção prestada às mulheres que vivenciaram situações de abortamento. Quando ocorrem, percebe-se que grande atenção é dada aos cuidados físicos, sobrando pouco espaço para a experiência das mulheres. Este artigo analisa a qualidade da atenção prestada às mulheres parturientes e em situação de abortamento em maternidades públicas do Recife através de dados obtidos na pesquisa Complicações Precoces da Gravidez e Atenção Prestada na Rede Sus do Nordeste (*Gravsus-Ne*), campo Recife, composta por dois subprojetos: estudo epidemiológico e avaliação da qualidade da atenção às mulheres em situação de abortamento (AQUINO et al, 2012).

O GRAVsus-NE resultou de um esforço colaborativo entre três instituições públicas de ensino superior e pesquisa do Nordeste brasileiro

1 Doutorado em Antropologia. Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE. acrodriguess@gmail.com

2 Doutorado em Saúde Coletiva. Programa de Pós-graduação Integrada em Saúde Coletiva-PPGISC/UFPE. thaliabarreto@hotmail.com

3 Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação Integrada em Saúde Coletiva-PPGISC/UFPE. svalong@gmail.com

– a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Federal do Maranhão e a Universidade Federal de Pernambuco. Pretendeu caracterizar o perfil das complicações ligadas à perda ou interrupção de uma gravidez, assim como avaliar a adequação e a qualidade da atenção prestada às mulheres admitidas por estas complicações em hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), comparando cidades da região Nordeste – Salvador, Recife e São Luiz.

O projeto, de abordagem multidisciplinar, contou com várias áreas de conhecimento, dentre elas a antropologia, contribuindo principalmente na realização de observação *in loco* de cunho etnográfico nas unidades de saúde. A observação direta focou-se no acolhimento e humanização do atendimento; na relação entre profissional e usuária; na avaliação de risco; na resolutividade das necessidades apresentadas; nos encaminhamentos e orientações após a realização do procedimento indicado; no encaminhamento para a rede de atenção à saúde da mulher. Na avaliação do processo, foi considerada a forma de organização do cuidado, reconhecendo-se os diversos "momentos assistenciais", desde a admissão, a assistência recebida no interior do estabelecimento, até a alta hospitalar, ou seja, o itinerário assistencial dessas mulheres.

O trabalho de observação foi desenvolvido por oito observadoras devidamente treinadas na técnica de observação e supervisionadas por uma antropóloga. As observadoras cobriram todos os turnos das maternidades no período de uma semana e dois dias atípicos (feriado e/ou final de semana). As observações foram anotadas em diários/notas de campo, levando em consideração o roteiro pré-estabelecido pela coordenação da pesquisa. O material resultante consta de 86 diários/notas de campo e três relatórios de pesquisa referentes a cada unidade de saúde. A pesquisa em Recife contemplou três maternidades cujos nomes não serão revelados. Estas unidades hospitalares deveriam realizar número considerado de curetagens uterinas, desenvolver atividade de ensino de graduação em obstetrícia (pelo menos uma das unidades), dispor de leitos de terapia intensiva para adultos e oferecer serviço de Aborto Legal.

Apesar de a pesquisa se direcionar ao atendimento às mulheres em situação de abortamento, as observadoras também registraram o

atendimento prestado às mulheres por parto, uma vez que ambas ficavam internadas no mesmo espaço e compartilhavam condição de atenção obstétrica. Ao observar o itinerário interno das mulheres nas maternidades verificou-se situações para serem problematizadas, como a relação médico/a paciente, cuidado e organização do trabalho. O material dos diários de campo foi uma rica fonte de pesquisa, pois neles foram relatados processos intersubjetivos (DAMATTA, 1978; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) que envolveram as mulheres, profissionais de saúde e as próprias observadoras.

A técnica da observação produz dados que dificilmente são apreendidos por outras ferramentas metodológicas. Acompanhamos pessoas e eventos para observar o comportamento e os relacionamentos cotidianos. No campo da saúde, é adequada para estudar como as organizações funcionam, os papéis desempenhados por diferentes equipes e a interação entre equipe e clientes/usuários (POPE; MAYS, 2009). Destarte, a observação cria um ambiente propício a uma compreensão partilhada do mundo social entre participantes e pesquisadores. O título deste artigo surgiu exatamente dessa troca estabelecida no campo, onde as mulheres desejosas em externar suas opiniões, solicitavam às pesquisadoras que escrevessem em seu diário. "Escreva aí no seu diário", com esta frase elas mostraram que queriam registrar suas experiências, denunciar situações de violência, opinar sobre o tratamento recebido, a partir do lugar que elas ocupam nesse ambiente.

Esse artigo divide-se em duas partes. A primeira problematiza a relação do cuidado prestado às mulheres nas maternidades com foco na violência institucional. A segunda, enfatiza as experiências das mulheres em maternidades do Recife a partir de duas categorias, dor e peregrinação hospitalar. Na conclusão, termos como acessibilidade, integralidade e humanização são problematizados à luz dos dados apresentados.

1.Cuidar não é ocupar-se do outro, mas preocupar-se com o outro

> "[...] Gostaria de terminar esse diário com uma reflexão que venho fazendo nesses últimos dias e que se consolidou ao escutar um professor numa de minhas aulas do mestrado.

> Segundo o filósofo Heidegger[4], **nós homens nos ocupamos com as coisas e nos preocupamos com os outros homens. Mas, em certas situações, ao invés de nos preocuparmos com estes outros seres humanos como a gente, nós nos ocupamos com eles**. E o professor deu o exemplo do médico, que muitas vezes não se preocupa com o paciente, mas sim, ocupa-se com ele, não lhe oferece escuta, mal o olha nos olhos, prescreve uma medicação e diz "RUA!", como eu já vi um médico fazer... Acho que é isso que mais me angustia nas minhas observações, desde o início. É claro que vejo alguns profissionais se preocuparem com os usuários, mas grande parte parece apenas vender o próprio dia de trabalho, ocupando-se com aquelas pessoas. Aquele médico da família, que conversa, procura saber como a pessoa está além de seus sintomas físicos me parece cada vez mais inexistente até mesmo quando se trata do próprio médico da ESF, que supostamente deveria ter incorporado essa atitude. Pois bem, é essa a sensação que eu gostaria de deixar registrada aqui hoje" (Diário de Campo, Recife, 2011).

As maternidades se configuram como espaço de poder biomédico onde as mulheres encontram pouco espaço de protagonismo no parto (MACALLUM REIS; MENEZES, 2005), por isso, busca-se um processo de humanização que devolva às mulheres o papel principal nesse fato, seja ao parir ou ao interromper uma gravidez não desejada. O cuidado nesse espaço deveria ser permeado por situação de encantamento, pelo surgimento de uma nova vida ou pela garantia de direitos fundamentais, mas como mostra o relato acima, o cuidado, muitas vezes, não passa de uma mercadoria. Nessa lógica esvazia-se o "outro" de sua própria existência.

Partindo da perspectiva de Heidegger, verifica-se que nessas maternidades, ao pensar o itinerário das mulheres, o ocupar-se é mais comum do que o preocupar-se. Os dados das observações revelam muitos casos de violência. Aqui considera-se a violência praticada nesses espaços como violência institucional. Segundo o Ministério da Saúde:

4 Heidegger desenvolve uma discussão sobre cuidado em Ser e Tempo (SANTOS *at al*, 2013*)*.

> Violência Institucional é aquela exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à saúde, até a má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional. Esta violência pode ser identificada de várias formas: **peregrinação** por diversos serviços até receber atendimento; falta de escuta e tempo para a clientela; frieza, rispidez, falta de atenção, negligência; maus-tratos dos profissionais para com os usuários, motivados por discriminação, abrangendo as questões de raça, idade, opção sexual, gênero deficiência física, doença mental; violação dos direitos reprodutivos (discriminação das mulheres em processo de abortamento, aceleração do parto para liberar leitos, preconceitos acerca dos papéis sexuais e em relação às mulheres soropositivas (HIV), quando estão grávidas ou desejam engravidar); desqualificação do saber prático, da experiência de vida, diante do saber científico; violência física; detrimento das necessidades e direitos da clientela; proibição de acompanhantes ou visitas com horários rígidos ou restritos; **críticas ou agressões a quem grita ou expressa dor e desespero**, ao invés de se promover uma aproximação e escuta atenciosa visando acalmar a pessoa, fornecendo informações e buscando condições que lhe tragam maior segurança do atendimento ou durante a internação; diagnósticos imprecisos, acompanhados de prescrição de medicamentos inapropriados ou ineficazes, desprezando ou mascarando os efeitos da violência (BRASIL, 2002, p. 21).

A violência institucional foi observada nas maternidades estudadas em suas variadas formas, porém, para este trabalho destacam-se duas dimensões desta violência; a dimensão da dor e da peregrinação hospitalar. Salienta-se que as relações de violência estão permeadas pelo poder. Segundo Wolf (2003), existem vários tipos de poder e cada um deles é concernente a um nível das relações sociais, destacamos para a discussão aqui proposta o poder tático ou organizacional (instituições) posto em movimento para dirigir ou limitar a ação de outros. É justamente essa relação de poder – que

impede a ação dos sujeitos – que está presente quando falamos em cuidado e direitos das mulheres nas instituições médicas.

2. A Dor e a Peregrinação hospitalar em busca de assistência

Segundo Le Breton (2013), não existe uma atitude estabelecida em relação à dor, mas sim variadas formas de se relacionar com ela. Essa diversidade de postura frente à dor não pode ser explicada apenas por fatores biológicos, devem ser levados em conta também os aspectos sociais e culturais que darão significados diferentes para a manifestação da dor. Apesar de ter uma dimensão individual forte não podemos descartar a dimensão social da dor. A dor é, antes de tudo, um fato situacional.

Para Sarti (2001), a dor, como realidade social, é simbolizada, e os distintos lugares sociais dos indivíduos influenciam na forma de se viver e de sentir a dor. A dor, e o tratamento dado a ela, engloba vários sujeitos com diferentes visões de mundo. No cuidado em saúde, é importante atentar para os atores envolvidos na dimensão social e cultural da dor, como a família, os profissionais de saúde e o próprio indivíduo, pois todos atuam numa realidade social, tecendo a trama das relações que fazem da dor uma experiência com significado a ser buscado. Por isso, a importância de compreensão da dor do outro, uma dor que, em muitos casos, não pode ser mensurada, medida, classificada. A própria classificação e atenuantes para a dor passa pela dimensão do poder tático, uma vez que ela pode ser medicalizada em uma instituição ou simplesmente negligenciada, a depender do sujeito/profissional que "cuida" ou "ocupa-se" da dor.

No campo biomédico, sabe-se que a dor do parto foi medicalizada, no entanto, a vivência da dor passa por processos que caminham entre aspectos subjetivos e naturais da dor, sofrimento e prazer, sagrado e profano (SOUZA, 2007). Nas maternidades observadas, verifica-se que há um certo retardo no trato da dor de parturientes e mulheres em situação de abortamento. Nesse sentido, parte-se da prerrogativa de que o parir requer dor e termos como: "na hora de fazer não doeu", "quis abortar agora aguenta", os quais refletem uma visão punitiva a um momento que deveria ser de alegria. A depender dos casos, ou do tipo do cuidado, se medicaliza

logo para não ter trabalho, ou, demora a medicalizar, pois "fez agora aguenta". A nuance entre preocupar-se e ocupar-se de alguém é muitas vezes imperceptível, como mostram os relatos dos diários abaixo:

> A mulher que estava com sangramento pediu para as técnicas retirarem seu soro. Quando uma das técnicas foi retirar a agulha, a mulher deu um grito de dor: *"ai, doeu!"*. Outra técnica que estava de costas ajeitando alguma coisa no armário, olhou para trás com uma cara de reprovação e disse: *"Pede pra não estar grávida, viu. Se tu estiver, isso aí é o de menos"*. (Diário de Campo, Recife, 2011).

> Outro atendimento dela que achei um tanto quanto desrespeitoso foi o de uma usuária que também se contorcia muito de dor, mas que ainda estava com apenas 2 cm de dilatação. Impaciente com ela, a médica disse várias vezes em tom irônico que ainda faltava muito para a criança nascer. Deslegitimou a dor da mulher, fazendo comentários que davam a entender como se aquilo fosse frescura dela, pois ela estava se comportando como alguém que estava prestes a parir, sendo que só tinha 2 cm de dilatação e, estando assim, não devia estar realmente sentindo aquela dor toda. Ela olhava para a usuária com tom de recriminação (Diário de Campo, Recife, 2011).

> Num outro leito, uma menina começava a sentir as dores do parto, mordia um pano para abafar os gritos e aguentar a dor. Parecia que seria outro parto solitário, ela fazia força para poder parir logo, só com o apoio da mãe. Depois de um tempo, a médica que eu acho que se chama X (a mesma que estava na triagem no domingo passado) veio e meteu a mão na vagina da menina, dizendo ignorante: *"não adianta você ficar 'ai, ai' o tempo todo, filha. Você tem que se concentrar"*. Não demorou muito, a menina fez cocô na cama e a médica falou para a técnica em alto e bom som: *"pegue este lençol e dobre que ela fez cocô"*. Foi horrível a situação, num dado momento ela estava batendo boca com a menina: *"Não faça 'ai' e pare, não! Quando fizer força, faça força sem parar! Tem que fazer força na hora certa"*. E a menina: *"A senhora tá botando a mão..."*. E ela: *"E voc*ê quer que eu faça o quê*?!"*.

> A menina sem se aguentar de dor, gritou: *"Tira a mão!!!"*. E a médica furiosa disse: *"Eu não vou tirar a mão, não, porque eu tenho que te examinar! Não grite, não, porque não adianta nada gritar"*. E, então, levaram a menina toda suja de cocô para a sala de parto. Ficou um fedor horrível na sala. Antes, ela pediu várias vezes para tomar banho, mas disseram que não tinha roupão, a técnica até falou: *"vai ficar sem roupa, é? Vai ficar pelada?"* (Diário de Campo, Recife, 2011).

> M só iria poder fazer a curetagem às 20h30min por causa da questão do jejum. Explicaram que como ela tinha almoçado, tinha que esperar mais tempo em jejum. Ouvi Mayara falar para a mãe no celular: *"Ô, tô morrendo de dor, imagine de medo!"* Ela se embrulhou toda com o lençol finalmente recebido, contorcia-se e gemia de dor discretamente para não chamar atenção (Diário de Campo, Recife, 2011).

O cuidado com a dor requer pensá-la também através de seus aspectos simbólicos e contextuais. Falar "não chore", "não grite", em situações limites é uma forma de violência, principalmente, por que é difícil mensurar a dor do outro. É necessário partir da perspectiva de que cada mulher é uma pessoa, possui uma trajetória e sua posição perante a dor é diversa. É fato a assertiva de que algumas mulheres, a partir de suas experiências em maternidades, desenvolvem estratégias como não chorar para não desagradar os profissionais de saúde, ou gritar para que seja logo atendida. Souza (2007) verifica que, diante da vivência da dor do parto, as mulheres mantêm posturas como silenciar-se e submeter-se diante das regras sociais e institucionais estabelecidas mediante relações históricas e culturais de gênero e de poder vivenciadas durante a internação hospitalar. Para as mulheres em situação de abortamento ou "curetas" como são chamadas pelos profissionais de saúde, o sentir dor aparece como uma punição legítima. O poder opera silenciando a dor.

A peregrinação hospitalar por que passam essas mulheres está muito distante do tratamento propagado pela Política de Humanização do Parto (BRASIL, 2002). Na pesquisa realizada, verifica-se desde problemas estruturais e organizacionais como o fluxo entre maternidades de vários

municípios, concentração de unidades de alto risco em capitais e uma política de regulação de leitos distante da realidade das mulheres. Nesse sentido, é comum a cena de mulheres peregrinando em maternidades em busca de leito. Observa-se que o poder público está ocupando-se delas e não cuidando como mostram os relatos a seguir.

> Falou do tempo em que essa paciente passou na estrada esburacada, segundo informação da enfermeira, correndo risco, podendo ser encaminhada para outro hospital. Pediu para falar com alguém lá na Central e relatou o caso. Às 21h45 conseguiu transferência para o K em Olinda e demonstrou cuidado com o caso perguntando à enfermeira se o motorista sabia se locomover aqui em Recife para realizar a transferência da paciente para o hospital K (Diário de Campo, Recife, 2011).

> No entanto, espantei-me quando às 18 horas vi que a menina e a mãe ainda esperavam a ambulância levá-las para a outra maternidade. Obviamente, a esta altura, a mãe da menina já estava quase entrando em desespero e bastante indignada com a ineficiência do serviço. As duas só conseguiram sair de lá quase às 19 horas, a mãe da menina reclamou muito do tratamento recebido, alegando que os profissionais as haviam tratado mal (Diário de Campo, Recife, 2011).

> Também a escutei dizer alguma coisa sobre a distância da maternidade com relação ao local onde morava. Perguntei à recepcionista se as ambulâncias traziam a mulher de volta para o seu bairro de origem, mas ela me explicou que o que eles fazem é esperar ela ser atendida e haver a confirmação de que ela realmente poderá ser internada naquela maternidade. Quando há um encaminhamento (feito por meio de uma senha gerada pela Central de leitos, que indica para qual maternidade a mulher irá) a ambulância tem que esperar a mulher ser acolhida e no caso de ausência de leito também nessa maternidade, gera-se uma nova senha e a mulher fica peregrinando pelos serviços até achar uma vaga, ou como bem disse a recepcionista: *"até quando ela aguentar"* (Diário de Campo, Recife, 2011).

> Ela simplesmente passou por três municípios antes de chegar ao Recife. Aqui ainda peregrinou por duas maternidades até ser internada em uma maternidade municipal para finalmente ter tratamento referente a um aborto retido (Diário de Campo, Recife, 2011).

A peregrinação em unidades públicas de saúde é uma difícil questão para políticas de assistência ao parto e ao abortamento. A busca por atendimento ou por um leito passa por decisões no campo do poder organizacional, que como enfatiza Wolf (2000), canaliza ações para certo caminho enquanto interdita o fluxo de ações em outros sentidos. Como proceder diante de situações em que uma pessoa procura uma unidade de saúde e é forçada pela organização do serviço a peregrinar em várias instituições? Como profissionais, pensando na relação de trabalho, podem exercer o cuidado mediante amarras estruturais inerentes a própria instituição? A pesquisa revelou várias situações. Uma delas é a sobreposição de violências institucionais. Se a peregrinação em si deixa a pessoa vulnerável para adentrar em uma instituição isso se agrava quando ao chegar a um destino novas situações de violências são perpetradas.

Conclusão

Segundo Adler et al (1990) a experiência de gravidez e abortamento é marcada pelo contexto sociocultural influenciando os comportamentos e decisões das mulheres, dos seus parceiros sexuais e da família. Assim, segundo MacCallum (2013), o aborto é um fenômeno que ocorre no corpo das mulheres, e assim como a gravidez, é vivenciado e interpretado de formas variadas, configurando-se como um estado social. Por isso, é importante ampliar o escopo da investigação numa perspectiva que englobe os fatores biológicos, sociais e psicológicos como apontou o antropólogo Marcel Mauss (2003) ao estudar os fatos sociais.

Os problemas enfrentados pelas mulheres internadas em maternidades públicas como a dificuldade de acesso a vagas, situações de discriminação, retardos no atendimento e banalização dos sofrimentos são apontados por várias pesquisas (AQUINO et al, 2012; OLIVEIRA;

BERTOLANE, 2010; MENEZES; AQUINO, 2001). Nesse sentido, conceitos como o de acessibilidade (DONABEDIAN, 2003; FRENK, 1985), integralidade e humanização (BRASIL, 2004) são colocados em xeque ao pensar a atenção prestada a essas mulheres, criando um fosso entre política de saúde e cuidado em saúde.

De acordo com Davis-Floyd (1994) as forças que moldam os partos hospitalares norte-americanos – podemos estender sua análise para o Brasil – são invisíveis para nós porque elas se originam nos princípios conceituais da sociedade ou como afirma Wolff (2003) nas relações sociais permeadas pelas várias esferas de poder. Suas crenças estão centradas na ciência, na tecnologia, no patriarcado e nas instituições que as controlam e disseminam, e não haveria melhor forma de transmitir seus valores e crenças do que através dos procedimentos hospitalares dos partos, encarados como necessários.

As relações entre parturientes, mulheres em processo de abortamento e profissionais de saúde são estabelecidas num campo de poder, o hospital/maternidade, uma instituição por excelência. Assim, para compreender o processo de atenção e cuidado é preciso considerar essa dimensão. O parto e as complicações precoces na gravidez não podem ser observados apenas pelo viés clínico-obstétrico, eles devem ser pensados dentro de um sistema simbólico que lhes confere sentido e estabelece os tratamentos a serem realizados (MACCALUUM; MENEZES, 2013), assim como numa dimensão real econômica e política. Aproximando-se, assim, do termo preocupar-se ao invés do termo ocupar-se com as mulheres. Essa aproximação faz muita diferença seja no trato da dor ou ao evitar a peregrinação hospitalar dessas mulheres por unidades de saúde e minimiza processos de violência institucional.

Referências

ADLER, N.E. et al. Psychological responses after abortion. **Science.** Washington v. 248, 4951, p.41-44, 1990.

AQUINO, Estela et al. Qualidade da atenção ao aborto no Sistema Único de Saúde do Nordeste brasileiro: o que dizem as mulheres?. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(7), 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humanização do parto**: humanização do pré-natal e do nascimento. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica da Saúde da Mulher. **Atenção Humanizada ao Abortamento:** norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto**. O trabalho do antropólogo**. Brasília: Pararelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

DAVIS FLOYD, Robbie. ***Conformity and Conflict****: Readings in Cultural Anthropology*, 8th ed., David McCurdy, ed. Harper Collins, New York, 1994.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter *Anthropological Blues.* In: NUNES, Edison (org). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DONABEDIAN, A. **Aspects of medical care administration**. Boston, Harvard University Press, 1973.

_____. **An introduction to quality assurance in health care**. New York, Oxford University Press, 2003.

FRANCO, T.B. O Uso do Fluxograma Descritor e Projetos Terapêuticos para Análise de Serviços de Saúde, em apoio ao Planejamento: O caso de Luz - MG. In: Merhy, E.E.; Franco, T.B. et al. **O trabalho em saúde:** olhando e experienciando o SUS no cotidiano. HUCITEC, São Paulo, 2003.

FRENK, J. Concept and measurement of accessibility. **Salud Pública Mex** 27(5): 438-53,1985

LE BRETON, David. **Antropologia da dor**. São Paulo: Editora FAP-Unifesp, 2013.

MACALLUM, C.A.; REIS, A. P; MENEZES, G. M. S. A experiência de jovens mulheres em situação de abortamento em uma maternidade pública de Salvador. **Trabalho apresentado no Seminário Fazendo Gênero**. Florianópolis, 2005.

MACALLUM, C.A; G.M MENEZES. **Uma discussão teórica sobre ultrassonografia obstétrica, aborto e pessoa. Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Rio de Janeiro, 2013.**

MARIUTTI, M. G.; ALMEIDA, A. M.; PANOBIANCO, M. S. O cuidado de enfermagem na visão das mulheres em situação de abortamento. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15., n. 1, p. 20-27, 2007.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac &Naif, 2003.

MENEZES, G.M.S.; AQUINO, E.M L. **Mortalidade Materna na Bahia, 1998**: Relatório de Pesquisa. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva, Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, 2001.

MOTTA, I. S. A relação interpessoal entre profissionais de saúde e a mulher em abortamento incompleto: o "olhar da mulher". **Rev. Bras. Saude Mater. Infant**, Recife, v.5, n.2., p. 219-228, 2005.

OLIVEIRA, Eleonora; BERTOLANI, Giorgia. Mulheres em situação de abortamento: um estudo de caso. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, 2010.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTOS, Danielle; SÁ, Roberto. A existência como cuidado: elaborações fenomenológicas sobre psicoterapia na contemporaneidade. **Revista da abordagem gestáltica**. XIX (1), jun/jul de 2013.

SARTI, Cynthia. A dor, o indivíduo e a cultura. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, V. 10 (1), jan/jul, 3-13, 2001.

SOUZA, Lissandra Martins. **A dor do parto**: uma leitura fenomenológica de seus sentidos. Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Brasília, 2007.

THADDEUS, S.; MAINE, D. Too far to walk: maternal mortality in context. **Social Science Medicine**, New York, 38(8):1091:110, 1994.

WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: FELDMAN-BIANCO, RIBEIRO (Org). **Antropologia e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

Produções de masculinidades no contexto da violência de gênero

Mary Alves Mendes[1]
Valdonilson Barbosa dos Santos[2]

Introdução

Em geral, observa-se que a reprodução dos valores tradicionais de gênero está presente nos sujeitos investigados nessa pesquisa, o que inclui não somente os homens que se encontram na situação de acusados de agressão, mas também as mulheres na situação de vítimas e os profissionais da segurança pública que lidam com esse tipo de violência. As mulheres, em particular, são partes integrantes na constituição das relações de gênero e não só resistem aos valores e práticas tradicionais de gênero, mas também corroboram na sua manutenção (BOURDIEU, 2010).

Acredita-se que esses valores são constituídos e sedimentados em suas personalidades como reflexos de um longo e duradouro processo de socialização e sociabilidades adquirido nas suas trajetórias de vida. O que não significa afirmar que tais processos são determinísticos e exclusivos na constituição desses sujeitos ou que sejam manipulados e dominados pelas estruturas sociais e cultura, mas que são fortes indicadores de suas identidades e, consequentemente, de suas ações e comportamentos.

1 Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Piauí, Campus Petrônio Portella – Teresina-PI. mryam@uol.com.br

2 Doutor em Antropologia e professor da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé-PB. valdonilson.santos@uol.com.br

Percebe-se que os modos como esses valores são introjetados em suas histórias de vida e as formas como os internalizam, enquanto *habitus*, dependem das situações e contextos vividos, assim como das formas com que (re)significam tais valores, podendo, pois, manifestar-se de forma mais ou menos clara ou velada, intensa ou fraca, frequente ou rara em suas práticas e comportamentos cotidianos (MENDES, 2005).

Não se pode desconhecer a força desses valores socioculturais na constituição das relações de gênero, dos sujeitos que as engendram, e que se constituem nas bases referenciais das práticas violentas. Por outro lado, não se pode afirmar que os valores tradicionais de gênero, especialmente aqueles traduzidos pelo modelo tradicional (hegemônico) de masculinidade, se apresentem em suas características puras no perfil ou identidade de todos os homens aqui pesquisados, haja visto se perceber que transitam entre modelos diferentes de masculinidades, ou seja, possuem características que demarcam práticas tradicionais e ao mesmo tempo incorporam outras que escapam delas.

Apesar de na maioria dos discursos masculinos haver um reforço ao modelo tradicional de gênero, esses não deixam de perceber e acatar de bom grado algumas mudanças que vêm ocorrendo na esfera das relações entre homens e mulheres. Reconhecem que hoje as mulheres ocupam espaços antes exclusivos para homens, que elas cada vez mais estão se inserindo no mercado de trabalho, estudando mais, etc, portanto, reconhecendo que possuem mais autonomia, liberdade e individualidade. No entanto, tais características não são traduzidas como um tipo de dominação feminina por eles, ou seja, mulher independente não quer dizer que vai controlar o homem. E mesmo quando há qualquer sinal de perda de poder, por parte deles, utilizam-se da violência como forma de "correção" da ordem social de gênero.

Dessa forma, tratar as práticas discursivas de gênero, especialmente dos homens acusados de agressão, não é objeto simples de análise, dada a complexidade que envolve as questões de gênero, pois embora se saiba que as bases referenciais dos discursos masculinos são tradicionais e machistas, esse fato não legitima todas as falas, aqui analisadas, ao ponto de transformá-las num quadro unificador. Nesse contexto discursivo o qual, à primeira vista, parece uma mesmice de práticas e motivos sobre

violência, aparece uma diversificação de situações e ações que se tentou compreendê-las construindo eixos e sub-eixos interpretativos, como forma de apreender os significados dos discursos masculinos acerca das práticas violentas de gênero.

Sendo assim, enxergaram-se os discursos dos sujeitos, em discussão, a partir de dois eixos interpretativos: 1) como as relações de gênero devem ser e 2) como essas relações estão sendo. Desse modo, percebeu-se que os homens: 1) reforçam a importância do controle masculino no cumprimento das normas relativas aos papéis tradicionais de gênero; e 2) reconhecem um crescimento na autonomia feminina que gera neles certo inconformismo.

Produzindo masculinidades e "fantasiando" poder

Nos discursos dos homens, havia uma forte tendência para preservar as normas tradicionais das relações de gênero. Sendo eles os porta-vozes dessa preservação e os defensores do modelo tradicional, justificavam o fato de estarem na delegacia porque discutiram com a parceira ou ex-parceira que tinha deixado de cumprir algo que socialmente estava estabelecido nas normas de gênero. Com isso questionavam o propósito de serem obrigados a depor, já que estavam crentes que nada fizeram, apenas resguardaram os valores morais que homens e mulheres deveriam cumprir. Nesse sentido, perceberam que são cumpridores desses valores quando exigiam que as mulheres cuidassem bem da casa, dos filhos e do marido ou quando exigiam que fosse mantida a divisão sexual do trabalho.

A provisão da família é também uma das características apresentadas pelos homens no sentido de resguardar as normas tradicionais de gênero. É um elemento importante de autoridade e controle dos homens sobre as mulheres, estejam elas na condição de atuais companheiras ou ex-companheiras. As práticas violentas são secundarizadas diante do cumprimento desse atributo importante de masculinidade. Vidal[3], por exemplo, ressalta o fato de ter sido um provedor exemplar, de nunca ter deixado faltar nada em casa, de ter deixado duas casas para a ex-esposa e diz que ainda assim ela teve coragem de denunciá-lo, ou seja, algo imperdoável

3 Todos os nomes dos informantes são fictícios para preservar a sua identidade.

"denunciar um homem de bem, que nunca foi numa delegacia, que vive do fruto do seu trabalho".

Sustentar a família é um dos atributos centrais do modelo tradicional de masculinidade, como se orgulha Valdemar ao dizer *"eu sempre fui um homem que nunca deixou faltar nada em casa, quando eu pedi a ela para não ir trabalhar foi para que ela ficasse cuidando da nossa filha"*. No discurso de Valdemar está implícito que não há taxativamente uma proibição do trabalho feminino fora da casa, mas que não aceita porque esse impede que ela cuide dos filhos.

Contudo, o discurso de Valdemar possui ambiguidades. Em determinados momentos do seu depoimento, diz que não é contra o fato da sua, então, esposa trabalhar e estudar, apenas não via sentido naquele momento da vida conjugal do casal, já que tinham uma filha pequena e que, se caso ela saísse para trabalhar, seria necessário a contratação de babá. No entanto, em outros momentos, diz não entender o fato de a mulher rejeitar um homem que nunca deixou faltar nada em casa. Como os espaços das DEAMs são vistos pelos homens como um espaço de defesa das mulheres e acusação dos homens, isso explica a ambiguidade em seu discurso. Por ser um espaço "inimigo", estrategicamente há a construção de um discurso de homem compreensivo, que não é contra a liberdade e autonomia feminina, desde que isso não desarrume a organização doméstica.

Observa-se, pois, que a afirmação do que é ser homem passa pelo sustento da família, seja como provedores principais ou únicos da família. Serem responsáveis pelos recursos financeiros da família, os fazem proprietários dos bens e dos membros da família, incluindo principalmente suas mulheres. Nas brigas conjugais é frequente a alegação de que são os verdadeiros proprietários de todos os bens ali presentes, inclusive da própria casa que habita a família, uma forma de humilhar as companheiras, mostrando-lhes o lugar de dependentes no contexto familiar. Como dependentes, cabe-lhes obediência e respeito àquele que é seu marido e lhe sustenta[4].

4 Segundo Oliveira (2004, p. 184), setenta e oito pontos percentuais (78%) dos maridos (ou companheiros) que batiam em suas mulheres mencionam como motivo para a agressão o fato de elas não executarem adequadamente seus afazeres domésticos em casa.

Geralmente discordam de mudanças nas atribuições tradicionais de gênero, confirmando o modelo tradicional da divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico, mulheres cuidando da casa e dos filhos e homens responsáveis pela provisão da família. Cumprir o papel de provedor que nunca deixou faltar nada em casa já é algo que, por si só, justifica a esposa ficar em casa cuidando do lar e dos filhos, não havendo necessidade, portanto, de trabalhar fora.

A provisão masculina como forma de controle de mulheres também aparece através dos filhos, particularmente no pagamento da pensão alimentícia, quando separados de suas companheiras. Trata-se de uma forma de controle feminino à distância. Novamente, os recursos financeiros são utilizados como arma estratégica para controlar as ações e comportamentos das ex-companheiras. Tal estratégia visa a evitar que a referida pensão seja desviada para gastos pessoais com a ex-mulher e/ou com futuros namorados/companheiros que venha a ter.

Por esse motivo, alguns homens recusam-se a entregar às ex-companheiras o dinheiro em espécie para gasto com o filho, optando em transformá-lo em gêneros alimentícios: *"o que a criança precisa eu dou, mas dinheiro eu não dou..."* (Veto). Nessa escolha, ainda, tomam o cuidado de comprar alimentos exclusivos para crianças, impedindo que as mães se utilizem da alimentação do filho: *"Se eu der dinheiro pra ela, ela gasta tudo com futilidade, roupas, etc."* (Valarico). Fazendo isso, impede ou tenta impedir uma possível autonomia de sua ex-companheira. Claro que sua justificativa é de que ela é fútil, não destinaria o dinheiro para comprar o estritamente necessário para os filhos, indicando que não é uma boa mãe, não pensa nos filhos. No seu entendimento uma boa mãe, entre outras coisas, garante o bem-estar da família, gerindo adequadamente os recursos financeiros da família.

Tal situação se torna ainda mais problemática quando a ex-companheira já tem novo namorado ou companheiro, cabendo também a ele o impedimento de usufruir dos recursos direcionados ao filho. *"Ela disse que ia colocar outro macho dentro de casa para usufruir das coisas que eu comprei"*. Considera inconcebível que ela usufrua (juntamente com outro

macho) dos objetos que fora comprado com o fruto do *seu suor*. Como forma de impedir o uso inapropriado de certos objetos, resolve quebrá-los. Por ter comprado as coisas, se considera portador do direito de fazer o que quiser, inclusive quebrá-los.

Ele acrescenta, para confirmar seu posicionamento, que ela deixou de levar um dos filhos para UPA[5], sob o pretexto de que iria se divertir na balada, *"como pode uma mãe de família deixar suas obrigações para ir a uma festa?"* Não passa pela cabeça dele que isso possa ter sido uma estratégia feminina para dividir as obrigações, ela diz *"Te vira aí, tu não é pai não..."* (Ex-companheira de Valarico). Na visão de mundo de Valarico trata-se do não cumprimento de uma norma tácita de que as mulheres devem sempre estar de prontidão para cuidar dos filhos, em qualquer que seja a situação.

Nesse sentido, os filhos são as pontes que ligam as práticas ou a vontade de controlar as ex-companheiras, consideradas por eles como "descontroladas". A atribuição de descontrole às mulheres está associada a forte carga emotiva, a fragilidade que carregam e as decisões impensadas que tomam. As situações consideradas como descontrole feminino podem significar escândalo público cometido por elas diante do conhecimento de que foram traídas, a decisão de separar, a criação desregrada dos filhos na condição de separadas e "escapulidas" femininas. Nessas situações, cabem a eles tentativas intermitentes de controle das ex-companheiras, mesmo à distância, visando a restaurar a ordem desfeita com a separação, sobretudo, as consequências danosas dessa decisão, que é a ausência masculina no domicílio (SARTI, 1996).

Outros homens presentes na vida delas e dos seus filhos é motivo de vigilância dobrada sobre as formas de criação e cuidados dos menores. Percebe-se haver, frequentemente, calúnias e ameaças endereçadas a elas alegando serem mães desnaturadas, irresponsáveis ou imorais, que deixam os filhos largados, além de despudoradas ao trocar carícias com os namorados na frente dos filhos. Desse modo, justificam as práticas violentas endereçadas às ex-companheiras e seus namorados alegando defesa da honra dos(as) filhos(as), culpabilizando-as de depravarem o lar ao colocar

5 Unidade de Pronto Atendimento.

outro homem em casa e namorar na frente dos filhos, o que é interpretado como mau exemplo e comportamento de *puta*.

Algumas vezes, deixam subentendido ou claramente verbalizado, que os namorados ou novos companheiros de suas ex-mulheres não são homens de verdade, mas "moleques", "vagabundos", visto que não cumprem a função verdadeira de um homem que está assumindo uma família, sendo o seu provedor, mesmo quando a prole não é sua. Quando reclamações desse tipo são feitas diretamente ao namorado da ex-companheira, mostra que assuntos como esses se resolvem de *"homem para homem"*, provando, assim, quem é mais homem, quem respeita quem, quem amedronta quem, quem é digno de gozar da prerrogativa de ser considerado *homem de verdade*. Mostrando que ela fez uma besteira ao trocar de parceiro.

Um dos aspectos centrais que move os conflitos familiares gira principalmente em torno da criação dos filhos. Cada qual buscando exigir do outro a melhor forma de cumprir seu papel de pai ou de mãe, cabendo a mulher a função de ficar com a criança em caso de separação, como geralmente acontece. Raros são os casos em que o homem fica com a guarda dos filhos. Ser pai é um dos pré-requisitos para ser um *homem de verdade*, na concepção dos homens pesquisados. Porque garante ao homem/pai o estatuto de um homem viril, capaz de engravidar uma mulher.

Mas, ser pai também traz consigo uma série de atribuições, de deveres que coadunam com o que se espera de um homem pai de família, capaz de educar os filhos e prover a família. Mesmo em casos de separação, essas atribuições e deveres paternos não desaparecem e, nesse caso específico, são resgatados no sentido de construir uma imagem de gênero que se espera. Nesse sentido, ter pouca atenção com os filhos, se atrasar nos dias de visita, deixar de ficar com eles para ir beber são falhas apontadas pelas mulheres que explicitam quais as expectativas esperadas de um homem pai de família. Na medida em que tais expectativas não são preenchidas vai haver um questionamento sobre o modo tradicional de masculinidade, como diz a ex-parceira de Valério*: "você não cumpre seu papel de pai"*.

A criação dos filhos sempre está no centro do jogo de negociação das relações conjugais, sendo regido pela ordem de gênero: *"eu pedia para ela*

cuidar dos afazeres domésticos direito, exigia que ela cuidasse dos meninos" (Vítor). O não cumprimento das tarefas domésticas, como cuidar da casa e dos filhos, são apontados por alguns homens para justificar casos de separações, discussões e agressões, justamente por desviar o rumo natural de como deve se processar as relações de gênero. Quando as mulheres não cumprem a divisão sexual do trabalho tradicional, deixando de fazer as tarefas domésticas e/ou traindo o marido, cabe ao homem agir, de alguma forma, para proteger a ordem de gênero tradicional, como maneira de garantir uma vida conjugal adequada aos princípios de tal ordem.

A presença de um filho que não é do casal é apontada, em alguns casos, como um dos problemas da relação conjugal. *Viriato*, por exemplo, não tem autoridade perante o filho de sua companheira. A ausência dessa autoridade o deixa incomodado porque ele não exerce um atributo importante: a autoridade. Autoridade esta que, na sua visão, deveria se estender a todos os membros da casa. Seu papel de chefe da família vai se esvaindo na medida em que não consegue acionar a lógica da dominação.

Essa perda de autoridade é expressa através da queixa de que a companheira deixa de fazer as tarefas domésticas para ficar conversando com as amigas. Quando reclamada, ela questiona sua autoridade. Tal questionamento é possibilitado pela posse da residência. Mesmo tendo ele contribuído para reformar a casa, isso não o dava direito de propriedade, sendo usado por ela como mecanismo de equalização das relações de poder. Se por um lado, ele era o provedor da casa, por outro, ela era a proprietária da casa.

A divisão sexual do trabalho, portanto, é um aspecto que perpassa os conflitos conjugais. Tal divisão obedece às *"ordens lógicas"* que um grupo ou determinados grupos entendem como certas. Para muitos homens, o fato de as parceiras conjugais trabalharem fora de casa contraria essas ordens lógicas. Para muitos, cabe ainda ao homem o papel de provedor, não havendo necessidade do trabalho feminino, sendo este necessário apenas quando a renda do trabalho masculino for insuficiente para o sustento da família.

Se, por um lado, a divisão sexual do trabalho, em seu modo tradicional, é apresentada como desencadeador de práticas violentas, por

outro lado, as separações ganham coloridos fortes nesse *metier* de práticas violentas. Observou-se que as separações estão relacionadas à suspeita de traição feminina ou ainda quando as mulheres decidem[6] por elas, porque não aguentam mais os comportamentos masculinos: viver bêbado, ser muito mulherengo, ser descuidado com a manutenção da ordem moral e econômica da família, etc. Os exemplos a seguir demonstram a associação entre a dificuldade masculina de lidar com a separação e sua justificativa no sentido de reforçar as normas tradicionais de gênero. Mostram que eles entendem que estão corretos quanto à manutenção dessas normas, e como as mulheres estão erradas por se distanciarem, algumas vezes, delas.

Quando a separação é uma decisão feminina, os homens interpretam que eles estão perdendo o poder de decisão. E aí se coloca o limite da aceitação masculina frente à autonomia e liberdade feminina. Essas coisas não podem pôr em xeque a legitimidade do poder masculino, por isso a produção da violência não é a plena realização da dominação, mas a iminente perda de poder. O sentimento de posse toma conta e a consequente perda dela leva muitos homens a agirem de forma violenta, chegando até a assassinar suas companheiras. *"Se você não morar comigo não mora com homem nenhum mais. Ele vive me perturbando no meu emprego, vive me ligando para me ameaçar, tirar meu juízo. Me chama de porra, caralho"* (ex-companheira de Valmor).

Quando a tônica do relacionamento é pautada por agressões físicas, bater na esposa está vinculado ao modo de expressar sua virilidade. A separação é a saída: *"Não vou querer uma mulher que não dar valor ao que tem"* (Valter). Quem ordena também obedece. O conteúdo das ordens está fixado pelo modelo de dominação masculina. Nesse caso, obedece a uma estrutura de dominação masculina que tende a naturalizar as relações sociais. No entanto, percebe-se que o poder do macho está sendo destituído e deslegitimado por uma nova ordem social que valoriza os princípios da igualdade de gênero. A dominação masculina, no entanto, não se trata de uma continuidade decorrente do funcionamento do sistema social já dado, nem do exercício de um consenso geral, mas de uma persistência

6 No eixo interpretativo sobre a crescente autonomia feminina e o conformismo masculino será discutido como os homens lidam com a separação frente ao empoderamento feminino.

problemática que envolve o confronto de interesses e a possibilidade sempre presente de ruptura por abandono, pelos dominados, da crença da legitimidade dos mandatos.

No corolário que fortalece as normas tradicionais de gênero, presente nos discursos dos homens pesquisados, está a ideia do domínio sobre a casa do cônjuge e até mesmo, algumas vezes, sobre à casa da ex-companheira. Esse domínio se configura como um atributo importante no sentido de demonstrar que a dominação masculina ainda persiste.

A violação do espaço doméstico é uma estratégia masculina de afastamento de outros homens, sobretudo, a figura intrusa do namorado/companheiro, culpado por ter tirado a harmonia do lar, afrontado o seu domínio e controle sobre a mulher e a prole, se existir. A presença recente de outro homem na casa, depois da separação, torna-se uma afronta diante de um relacionamento que mal acabou, criando a suspeita de que no curso normal da relação, a companheira possa ter se interessado por esse outro homem, configurando numa traição: *"já botasse outro macho na minha casa"* (Vianney). Entende, pois, que continua sendo o proprietário da casa e, assim, pode entrar e sair quando bem entender, afinal como disse *"é minha casa"*. Quanto a Vianney, sua ex-companheira o denunciou por ameaça de morte, teria dito ele: *"se não ficar comigo não fica com mais ninguém"*. Ele nega que tenha feito ameaça de morte a ela, confirma que houve discussão, que se exaltou ao ver outro cara na "casa dele", mas considera natural haver xingamentos recíprocos, troca de insultos e até mesmo empurra-empurra. Percebe-se que, diante da perda de poder, Vianney aciona a estratégia masculina: o uso da violência como recurso último para resgatar a realização da dominação masculina no âmbito conjugal.

Mais uma vez, repete-se o modo como alguns homens veem a questão da posse, tanto dos objetos como das pessoas. O fato de ter comprado objetos para casa, para a namorada, esposa, companheira, parece mais ser uma espécie de concessão. Elas não detêm a posse definitiva desses bens porque em momentos cruciais dos conflitos conjugais eles quebram e tomam para si esses objetos. Como foi comprado com o "suor" do seu trabalho, creem que a qualquer momento podem destituir a posse desses objetos. Na

verdade, essa prática reforça o modelo machista de comportamento, em que os objetos são usados como instrumentos de controle sobre as pessoas, no caso, sobre as companheiras e até ex-companheiras. O domínio sobre elas atravessa vários níveis da relação conjugal, desde o controle dos objetos, passando pelas pressões psicológicas e indo até a violência explícita.

Se há o reconhecimento dos homens de que as relações de gênero estão mudando, existe um aspecto que parece intocável, trata-se da sexualidade. A sexualidade parece apontar para o limite masculino quanto à liberdade feminina. Por isso, as relações sexuais se apresentam como desencadeador das práticas violentas. No plano dessas relações, os homens pesquisados não entendem que seja algo a ser negociável entre o casal, mas uma obrigação natural estabelecida com a união.

Para Valeriano, por exemplo, a mulher tem a obrigação, enquanto esposa, de ter relações sexuais com o marido. Nesse caso particular, ele usa tais relações para impor sua vontade, seja forçando-a ou chantageando-a através do sexo: *"Se você não fizer sexo comigo todo dia eu não saio da casa..."*. O casal já vinha brigando e a separação estava por acontecer. A casa onde morava era de propriedade dela, mas ele tinha uma participação porque foram feitas algumas reformas e ele quem patrocinou. Diante das brigas, sua companheira insistia para que ele saísse da residência, diante de tanta insistência se anuncia que sua saída do lar estava vinculada à condição dela ter relações sexuais todos os dias durante certo período de tempo. Sua companheira ainda reforça que ele teve relações sexuais sem a sua vontade, causando até desmaio. Depois de desmaiar, ele ainda teria dito que transaria com ela assim mesmo.

Os casos interpretados aqui demonstram como, nos discursos dos homens acusados de violência conjugal, há uma referência ao modelo tradicional de gênero, reproduzindo uma gama de expectativas normativas de como as relações de gênero devem ser: divisão sexual do trabalho tradicional, sendo preferencialmente o homem o provedor e a mulher a responsável pelos cuidados com a casa e com os filhos. A gramática de masculinidade desses homens é guiada por estas normas. Por isso, quando as mulheres se "desviam" do que eles acham serem ações corretas buscam

impor a elas as normatividades desse modelo, mesmo que seja na base da violência.

O recurso à violência é um artifício utilizado quando eles percebem que a fuga a essa normatividade já tem minado seu poder nas relações conjugais. Sua dominação não é mais considerada legítima, já que a autoridade é incompatível com a utilização de meios externos de coerção[7] – Mesmo assim, ainda continuam tendo uma fantasia de poder (MOORE, 2000), procurando exercer alguma forma de controle sobre a parceira ou ex-parceira.

Nas DEAMs, os homens tentam reproduzir seus conhecimentos sobre as relações tradicionais de gênero e enfatizam o não respeito das mulheres às normatividades dessas relações. Mostram-se como porta-vozes do comportamento correto de gênero, que deveria ser seguido tanto pelos homens como pelas mulheres. Por isso, mecanismos de controle, acusação, proibição, são mecanismos masculinos de fazer com que as mulheres trilhem por caminhos tradicionais de gênero.

No próximo item será abordado como os homens se deparam com situações que indicam autonomia e independência feminina.

Reconhecimento e resistências masculinas frente à autonomia e independência feminina

Um fator perturbador da lógica de dominação masculina são as mudanças de comportamento feminino, de certa forma, reflexo das lutas feministas[8] que levaram as mulheres a atuarem em esferas e atividades tradicionalmente endereçadas aos homens. Essas mudanças, reconhecidas pelos homens, refletem nas relações de gênero cotidianas e diante delas eles parecem confusos, perdidos e resistentes. Como, por exemplo, pode-se observar no depoimento de um homem que se mostrava indignado pelo

7 "onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou. Há um decréscimo de poder; poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparição do poder" (ARENDT, 2009, p. 44).

8 O feminismo é um movimento político e intelectual que luta pelo fim da dominação de um gênero sobre outro, questionando suas desigualdades e o papel da mulher na sociedade, procurando promover a igualdade entre mulheres e homens.

fato da ex-companheira colocar, em público, o dedo em riste no seu rosto, atitude inadmissível de ser suportada por um homem.

Tal postura evidencia a coragem feminina de enfrentá-lo, ao tempo que expõe as fragilidades de uma dominação masculina. Um dedo no rosto simboliza uma das maiores afrontas no mundo masculino, principalmente quando vem de uma mulher-esposa ou mulher de família, da qual esperam obediência, conformação e postura conservadora, diferentemente da mulher-da-rua (DAMATTA, 1997). Na medida em que tais expectativas não são atendidas, implica no reconhecimento da existência de uma certa autonomia feminina. Elas se impõem, enfrentam, põem o dedo em riste no rosto do marido, demonstrando que não são passivas nas relações conjugais.

Para reafirmar a masculinidade questionada, acionam práticas de violência junto às companheiras/esposas como forma de minimizar a desonra sofrida pela afronta (ARENDT, 2009; WEBER, 1994). Pensando a partir de Arendt (2009), o uso da violência é um recurso utilizado quando não há realização total ou parcial da dominação, sendo, portanto, um dos últimos recursos usados no sentido de restabelecer a legitimidade da dominação já em vias de desaparecer. Assim, a perda da autoridade masculina, em várias esferas da vida social, pode ser um indicador da permanência da violência como instrumento de restauração de uma ordem de gênero tradicional pautada na dominação masculina.

As conquistas femininas nas mais diversas esferas da sociedade e, particularmente, na vida conjugal de homens e mulheres pesquisados, denotam uma mudança de comportamento refletida na condução das relações afetivas e no modo como as relações de gênero são vivenciadas por eles. O reconhecimento por parte dos homens, de que as mulheres estão galgando, cada vez mais, conquistas importantes que permitem a elas ter mais liberdade e autonomia, não quer dizer automaticamente que eles queiram perder inteiramente o domínio sobre suas ações e sobre a parceira. A aceitação do avanço dos direitos das mulheres não implica dizer que eles devam, a partir de agora, ser dominados por elas. Qualquer sinal de perda de poder é visto como dominado e precipita os atos violentos.

Os excessos de autonomia, liberdade e individualidade feminina são percebidos como provocações. Querer mandar no companheiro, ousar ir até o bar para exigir que ele vá para casa, interferir na rotina de trabalho dos homens, querer trabalhar fora e "abandonar" o marido, os filhos e a casa, querer estudar e deixar que os estudos interfiram na relação conjugal, são interpretados como excessos do moderno comportamento de algumas mulheres e percebidos como provocação, uma espécie de ultrapassagem dos limites.

Há em alguns discursos a aceitação da autonomia feminina, mas essa os provoca, invadindo seus espaços, fazendo-os perceber que estão perdendo poder. Ganho de poder feminino é permitido, desde que os homens não percam poder. As provocações ocorrem quando compreendem que a autonomia, liberdade e individualidade feminina os fazem perder poder, ou seja, quando elas querem mandar neles. Autonomia sim, mandar neles nem pensar.

Valdemir, por exemplo, fica incomodado quando a mulher procura interferir publicamente nas suas rotinas de homossociabilidades. Essa "invasão" leva a uma inversão nas ordens de gênero: afinal, quem deve controlar? Homens ou mulheres? Ou as relações devem ser iguais? De acordo com as normas tradicionais de gênero, exercer alguma forma de controle sobre o outro foi destinado ao gênero masculino. Claro que controlar nem sempre é sinônimo de domínio. A esposa de Valdemir, por exemplo, busca formas de controlar o marido, no entanto, através de agressões (verbais ou físicas) impede que seja mandado. Sabedor de que sua esposa não se comporta passivamente na relação, procura estratégias para não ser um *varunca*. Lembrando que esta noção implica em dizer que o homem não manda nunca, ou seja, a ênfase é na ausência do mando masculino e não numa afirmação positiva do mando feminino. Nesse sentido, a dominação masculina, mesmo questionada, parece ser tratada de maneira naturalizada.

Nota-se também, que um desencadeador dos conflitos é a mudança de comportamento feminino no curso da vida conjugal. As mulheres estão estudando mais do que os homens, boa parte delas estudam e trabalham e

esse cenário está sendo aceito por muitos homens, no entanto, tem horas que isso tudo é entendido como provocação.

O fato de a esposa estudar e trabalhar fora de casa, ter autonomia financeira podem representar ganhos de poder para ela e perda para ele. Ainda mais se ela capitanear tais ganhos no sentido de impor suas vontades e minar, cada vez mais, o poder dele. Estudar e trabalhar fora são indicadores de uma possível autonomia feminina e enfrentamento junto às práticas e comportamentos de violência no relacionamento conjugal. Nesses espaços, há possibilidades de obterem informações e conhecerem novas pessoas, nesse sentido uma ameaça ao domínio e controle masculino. Para evitar tal situação, um dos caminhos é impedir que sua esposa frequente esses *lugares perigosos*, evitando que ela adquira mais conhecimento, que experimente o sabor de decidir sobre os seus próprios gastos, mantendo-a sob seu julgo (MENDES, 2005).

O desencadeamento das práticas violentas obedece a uma via de mão dupla: as práticas violentas ocorrem quando existe "provocação", entendida como comportamento feminino de invasão dos "espaços masculinos", elas aparecem, então, para reforçar a masculinidade, dizer quem manda e quem obedece. É possível encontrar relatos de mulheres que diziam que apanhavam dos maridos, mas desconheciam os motivos latentes. Entende-se que numa situação de conflitos conjugais os motivos podem ser latentes e/ou adjacentes (que se manifestam inconscientemente), motivos como estes levam ao reforço de dispositivos de dominação, encarnada na violência contra a mulher.

Efetivamente, essa violência marca os corpos femininos e os modelos de masculinidade. Ao marcar um modelo, demarca as fronteiras de gênero. Na violência conjugal, especificamente as vítimas (mulheres), não são totalmente passivas diante das práticas e situações de violência sofrida, elas reagem de diversas maneiras e em alguns casos podem ser as *agressoras*. Percebeu-se que as acusações de agressão foram mútuas. Vítimas e agressores se misturam, desmistificando a tese da natureza violenta do gênero masculino.

A violência é um tema complexo, exigindo se afastar das interpretações simplificadoras e maniqueístas que pouco aprofundam

o âmago da questão. Assim, as análises sobre violência exigem um olhar acurado, sofisticado, que evitem as dualidades estanques (sim/não, agressor/vítima, etc). Os dados revelam que se deve ir além dessa forma de analisar o fenômeno da violência conjugal. Homens e mulheres, portanto, são protagonistas e também vítimas de dispositivos de dominação incorporados fortemente desde suas infâncias, o que acaba por sedimentar modelos de gênero, tendo como consequência uma dominação sentida e praticada de forma naturalizada e simbólica (BOURDIEU, 2010; VALE DE ALMEIDA, 1995; OLIVEIRA, 2004).

É importante ainda frisar que as práticas violentas contra as mulheres/esposas/companheiras podem ser percebidas como fruto do mero acaso, de um acidente natural, num ato de defesa, reflexo de uma reação sendo o ato, em si, interpretado como involuntário: *"apenas a empurrei... não sei como ela se machucou"*. O próprio comportamento da mulher ("ela é muito ciumenta"*)* é utilizado como situação provocadora que faz o homem perder a paciência e recorrer aos empurrões. Os empurrões, no seu entender, não pressupõem um ato de agressão, um espancamento, mas uma estratégia de evitar o pior. A relação vítima/agressor se mistura, aquela que fora vítima passa a ser a provocadora e aquele que fora acusado de agressão passa a ser vítima das provocações.

Como demonstrado anteriormente, em muitas situações os homens aceitam as conquistas femininas, não rejeitam em definitivo a inserção de suas parceiras no mercado de trabalho, especialmente quando a renda familiar tende a aumentar, mesmo ciente do risco de que nessa situação a autonomia feminina é algo bem presente. Além disso, o fato da parceira estudar nem sempre é visto como um complicador das relações conjugais, claro que se levando em conta alguns fatores internos da relação, como por exemplo, a presença de filhos pequenos.

Quando as mulheres querem assumir o comando: separação e controle feminino

Percebe-se que um dos aspectos presentes nos conflitos conjugais está relacionado à separação do casal. Como em boa parte das separações,

os homens parecem não reagir bem a essa situação, ainda mais quando nutrem algum sentimento pela companheira ou quando a decisão da separação é tomada por ela. A decisão feminina de separar é, de certa forma, um indicador de liberdade e autonomia feminina. O fortalecimento disso pode levar a perdas de poder masculino e quando isso acontece, muitas vezes, é a violência física ou simbólica contra a (ex) companheira, um instrumento pelo qual se busca o restabelecimento da ordem tradicional de gênero no contexto conjugal, guiada por valores culturais que conduzem suas práticas e percepções sobre a relação conjugal, cujo papel feminino é de submissão e conformação.

> *Ele é muito ciumento e não aceita a separação, quando invadiu minha casa só não me espancou mais porque a vizinhança e o meu namorado impediram [...] foi aí que ele disse: "se não ficar comigo não fica com mais ninguém"* (Josélia, ex-companheira de Vianney).

> *Quem não aceita o fim do relacionamento é mais ela do que eu...* (Vianney).

A desqualificação da ex-mulher é a estratégia de defesa utilizada para enfrentar a dura ou quase certeza do fim do relacionamento. Na medida em que não aceitam a separação, a tentativa de desmoralizá-las frente à comunidade e colegas de trabalho é a saída para justificar a incapacidade de ter deixado a mulher escapar, uma notória demonstração de sua fragilidade e ineficácia de ter o controle sobre as ações da companheira.

> *Tinha ciúme de tudo... eu não podia vestir um vestido que se ele achasse que era curto pronto já vinha aquela arenga... ele me esculhamba no meio da rua, até no meu trabalho ele vai, não aguento mais. Ele não aceita a separação...* (Marta, ex-companheira de Venâncio).

Essa demonstração pública de controle feminino é visualizada também no caso de Valdemir. Ele usa a profissão como estratégia para contrapor o controle feminino. Trabalhar com transporte alternativo exige simpatia com o público, uma atenção aos passageiros e horários incertos

para chegar em casa. O que ele questiona é o abuso feminino de interferir no seu trabalho, ainda por cima na frente dos colegas de trabalho. Deixar passar isso despercebido é assinar um atestado de que a esposa está com as rédeas da dominação. Nesse sentido, a violência é a revelação pública da falta de autoridade, abrindo fissuras nas relações conjugais.

> *não posso sair pra beber com meus amigos... Como trabalho com transporte alternativo, não tenho horário fixo para terminar as viagens, se precisar fazer uma viagem a gente vamos, mas daí se chego tarde em casa é confusão. Ela diz que sou mulherengo... O que acontece é o seguinte, eu lido com público, tenho que ser simpático, faz parte da minha profissão...* (Valdemir).

Em geral, os discursos apontam que mesmo homens e mulheres buscam estratégias de controle. Deixar que a mulher tome as rédeas absolutas das ações aponta para um aspecto desqualificador do que vem a ser homem ferindo, assim, uma prerrogativa masculina de ser dono do seu próprio domínio e dos outros e não o contrário. Por isso, reiterando, qualquer movimento no sentido de garantir às mulheres mais autonomia e liberdade e, consequentemente, mais ganhos de poder para elas e cada vez menos poder concentrado nos homens, a percepção de que esse movimento produz mais violência, instrumento que serve para dramatizar as queixas e trazer à tona o processo de deslegitimação daqueles que se entendem (entendiam) como dominantes.

A separação, a partir desse eixo interpretativo, apresenta-se como uma situação de desconforto para os homens, especialmente, quando a (ex) esposa/companheira/namorada decide se separar e logo em seguida encontra outra pessoa: *"ele é tão ciumento que amassou o tanque da moto do meu atual namorado. Ele não concorda que o namoro chegou ao fim..."* (Kátia, ex-namorada de Virgulino). A existência de *"outro"* possibilita dois caminhos interpretativos: 1.) Mais poder de decisão concentrado na mão feminina, já que ela decidiu pelo fim do relacionamento e 2.) O interesse dela por esse outro pode ter acontecido quando ainda estava na relação com o homem acusado de agressão.

No primeiro caminho, a assunto é separação quase sempre a decisão final recai sobre a mulher, os homens quase sempre procuram protelar tal decisão porque estão numa situação mais cômoda na relação conjugal, especialmente quando a divisão sexual do trabalho é regida pelos ditames das normas tradicionais de gênero.

No segundo caminho, cresce a suspeita de que ela possa ter sido infiel durante o relacionamento. E nesse campo, o controle sobre a sexualidade feminina, os aspectos relacionados à autonomia e liberdade feminina, apresentam-se como ponto dos mais problemáticos de aceitação por parte dos homens. Se, como foi dito, há por parte dos homens pesquisados, o reconhecimento e até, às vezes, a aceitação das mudanças na ordem tradicional de gênero, parece ser na esfera da escolha do parceiro sexual da mulher o ponto nevrálgico, inegociável, onde os homens querem ter o poder de decisão e controle da sexualidade feminina.

Sobre a formação de novas relações conjugais, havia poucas referências à qualidade dos novos parceiros, era um assunto evitado, especialmente pelas mulheres. Falar abertamente pode ser um sinal de suspeição de seus princípios morais, abrindo espaço para o fortalecimento do argumento masculino de que ela não vinha se comportando como mandam as normas tradicionais de gênero. Quando esse assunto se apresentava era porque os ex-companheiros(as) ou ex-namorados(as) não aceitavam tal situação.

Nesse aspecto, percebe-se que o conteúdo da argumentação muda. Para as mulheres, o assunto vem à tona para explicar a qualidade possessiva do ex ou para mostrar que a nova relação foi construída após a separação, e para os homens o assunto aparece para desqualificar moralmente as mulheres, colocando em suspeita a fidelidade feminina. Essa formação discursiva se explica, em parte, porque as DEAMs são consideradas espaços de demonização dos homens (discursos femininos) e de "inquisição" e opressão aos homens (discursos masculinos).

Tentar de alguma forma exercer publicamente o controle sobre os homens é interpretado como provocação. Daí a ideia de a mulher/esposa merecer uma correção: quer mandar no marido e não cuidar da casa e dos

filhos, atributos considerados femininos. As alegações masculinas circulam em torno de desqualificar o comportamento feminino como mecanismo de justificar suas práticas violentas. Essas informações nos permitem demonstrar como não só as práticas violentas, mas suas justificativas são fortemente marcadas pelas relações de gênero. Os discursos masculinos sobre suas práticas violentas indicam uma visão de mundo recortada por gênero.

A presença excessiva de comportamentos femininos fora dos padrões tradicionais faz com que os homens se mostrem desconfortáveis, buscando reparar a normatividade esperada através de práticas violentas. Em seus discursos, quando assumem que cometeram algum tipo de agressão é para mostrar que estavam certos e que foram provocados. A exposição do ciúme feminino e a tentativa de impedir que eles frequentem alguns locais com os amigos, controlar seus horários, dizer quando devem chegar em casa, são percebidos como tentativas de mando feminino. Ser dominado (ser um "barriga branca") representa que o poder mudou de mão. Mas, ainda se veem como machos o suficiente para reivindicar o mando.

Acreditam ser natural um homem sair a qualquer hora para beber e conversar com os amigos. De preferência sem a presença da esposa, que frequenta com ele outros ambientes considerados propícios à presença de mulheres de família, porque são vistos como lugares impuros e inapropriados para elas. A gramática dos espaços de sociabilidades masculinas e femininas possui características e conteúdos distintos. Assim, cada uma tem uma ordem moral e lógica peculiar, demarcando os espaços e as coisas tidas como masculinas e femininas.

Um argumento muito presente nas falas dos homens é a tentativa feminina de querer prejudicá-los: *"Tudo que ela quer é me processar criminalmente..." (Vagner)*. Independentemente da veracidade dos fatos, uma questão é importante de ser refletida. Em nenhum caso as mulheres são colocadas como sujeitos passivos. Indicando que numa relação conjugal, os conflitos são desencadeados por que o casal age e pensa relacionalmente.

A construção de uma imagem de mulher violenta ajuda a enfrentar o crescimento do poder feminino. Essa imagem de mulher violenta ou que fica bêbada e não respeita o parceiro é usada como forma de questionamento

do comportamento feminino. O homem pode até ficar num bar e não ser perturbado pela mulher, já a autonomia feminina para fazer uso de bebida alcoólica ultrapassa os limites de autonomia permitida de acordo com as relações de gênero, porque inverte a situação.

Não se está negando que as mulheres também reagem e até usam de práticas violentas (MENDES, 2005), quando se refere à imagem não implica dizer que esta tal imagem esteja descolada do mundo vivido, mas que ela reforça a percepção dos homens de que no mundo contemporâneo está aumentando o empoderamento feminino, ao ponto de enfrentá-los publicamente.

Quando são agredidos pelas esposas, companheiras ou namoradas, dificilmente vão à delegacia prestar queixa. Até relatam o fato quando estão sendo "ouvidos" na DEAM, mas discursam negativamente o sentido de usar os meios jurídicos para denunciá-las. Ao serem questionados porque não usaram os meios legais dizem que seria ridículo um homem assumir que apanhou da mulher. O discurso de Valderi é construído no sentido de demonstrar o quanto seria vergonhoso assumir tal situação. Principalmente, quando a mulher a que se está referindo é a própria esposa, aquela que supostamente o marido deveria dominar. "*O que as pessoas iriam pensar?*", reflete ele. No seu entender, iriam pensar que seria um fraco, adjetivo que na lógica masculina não combina com as características de ser um *homem de verdade*.

Quando indagados sobre sua reação no momento da agressão sofrida, ele falou que não revidou porque sabe que naturalmente o homem é mais forte, tendo todas as condições físicas de feri-la gravemente, se assim quisesse, não fez porque ser homem é, antes de tudo, ter um comportamento respeitoso com a esposa. Perguntamos se ele não pensou em chamar a polícia ou mesmo prestar queixa contra a companheira ao que ele respondeu: "*você acha que me passaria por esse papel? Imagine o que a delegada, as pessoas da delegacia, vocês iriam pensar de mim? Que tipo de homem iriam pensar que eu sou – 'um homem que apanha da mulher*'".

Isso demonstra que seu comportamento naquele momento foi guiado por uma lógica de gênero que coloca os homens como mais "fortes", mas nem sempre capazes de impor sua vontade. Na medida em que ela

bate, grita e não deixa ele sair com o carro, não está cumprindo os ditames tradicionais do modelo de gênero, algo espera por ele. Diferente de outros homens que discursaram no sentido de usar a violência para conter a fuga das mulheres desse modelo, Valderi se diz vítima de violência perpetrada por sua esposa.

Em seu discurso, percebe-se uma ambiguidade presente: ao mesmo tempo em que não tem coragem de expor suas fragilidades de homem denunciando a esposa, encoraja-se e diz no seu depoimento (enquanto acusado) que foi vítima de violência conjugal. De qualquer forma, ainda se notam elementos que reforçam a tradicionalidade das relações de gênero e, ao mesmo tempo, sinalizam em direção a um discurso vitimista, que não só foi vítima da violência feminina, como é vítima do modelo de masculinidade imperante que impede ou freia algumas tomadas de decisões, como por exemplo, denunciar a esposa.

Considerações finais

Nos discursos masculinos se pode perceber fortes apelos ao cumprimento das normas tradicionais de gênero imputadas às mulheres, mas também se pode perceber que tais reivindicações se tornavam mais fortes à medida em que ocorria um crescimento da autonomia e liberdade feminina, ou seja, quando se sentiam ameaçados. Tais investidas se apresentam nos discursos, através das ambiguidades, contradições e incoerências, provavelmente estratégias que demonstram não lidarem bem com as novas situações que se lhes apresentam através das posturas e comportamentos femininos. Notando que a divisão requerida pelas mulheres era por autonomia e liberdade, os homens passavam habilidosamente a ter posturas ambíguas. Ao tempo que reconheciam as conquistas e direitos femininos adquiridos, impunham-lhes limites, controle no comportamento.

Em se tratando de violência conjugal, reforçamos aqui ser fundamental trabalhar com os homens, uma vez que são eles majoritariamente os agressores. Fazendo isso, certamente poderá se chegar mais próximo de explicações mais eficazes e concretas sobre tal fenômeno.

De acordo com Medrado e Lyra (2011, 2008, 2002), para compreender a violência de homens contra as mulheres é preciso incluir análises sobre os processos de socialização masculinos e os significados de ser homem em nossa sociedade, na qual esses são educados para reprimir suas emoções, sendo a agressividade, incluindo a violência física, formas geralmente aceitas como marcas ou provas de masculinidade.

Referências

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DA MATTA, Roberto. Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. In: CALDAS, Dario (org.) **Homens**. São Paulo: Senac, 1997.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas,** Florianópolis, 16(3): 809-840, setembro-dezembro/2008.

_____. **Teorias feministas para estudos com e sobre homens e masculinidades.** [2011] Disponível em: <http://acobol.org.bo/acobol/images/coloquio_internacional.pdf#pag e=85> Acesso em: 13 fev. 2013.

_____ "Produzindo sentidos sobre o masculino: da hegemonia à ética da diversidade". In.: **Coletânea Gênero Plural** / organizadores: Miriam Adelman, Celsi Brönstrup Silvestrin. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

MENDES, Mary Alves**. Mulheres Chefes de Família em áreas ZEIS:** gênero, poder e trabalho. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos PAGU** (14) 2000: pp. 13-44.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen**. A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Senhores de si** - Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade** (vol 1). Brasília: UNB, 1994

Violência contra a mulher: notas sobre a opressão interseccional e o feminicídio[1]

Lays Conceição Franco Fon[2]
Rosângela Costa Araújo[3]

1. Definição de violência

O conceito de violência é entendido como "ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral" (SAFFIOTI, 2004, p.17). Partindo do pressuposto de que maioria esmagadora das mulheres são vítimas das mais diversas manifestações de ruptura de integridade, principalmente, no espaço familiar, tratar-se-á desta questão com particularidade, destacando como essa violência se desenvolve provocando a morte de mulheres.

---

1 A pesquisa sobre violência inicia-se na Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSal), enquanto integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania, de coordenadoria da Profª. Dra. Márcia Esteves de Calazans. Porém, após a transferência para a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), incorreu a dificuldade de permanência no aludido grupo de estudos, entretanto prosseguiu-se a pesquisa bibliográfica. Ato contínuo, diante do real compromisso e necessidade de alinhamento acadêmico, faz-se contato com a Profª. Dra. Rosângela Costa Araújo, quem merece total agradecimento, eis que acolheu e aceitou prosseguir os iniciados estudos e observações.

2 Estudante da Faculdade de Direito da UFBA. Integrou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania da UCSal. Membro do Programa Direito e Relações Raciais da UFBA. laysfrancofon@hotmail.com

3 Graduada em História pela UFBA, Mestra e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo/USP. Professora Adjunta do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar de Difusão do Conhecimento/DMMDC-UFBA, do Bacharelado de Estudos de Gênero e Diversidade -BEGD/NEIM e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Atual Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/UFBA. E-mail

O tema violência contra a mulher traz consigo a abordagem da violência de gênero, enquanto expressões sinônimas, cuja última denominação serve para evidenciar a ocorrência de atos violentos, em quaisquer esferas, tendo o homem como autor do fato e a mulher enquanto sujeito passivo do crime.

A necessidade de utilização do termo violência de gênero surge de estudos e pesquisas do movimento feminista acerca da opressão em que a mulher é submetida, ao introduzir na discussão de violência o conceito de patriarcado (RAMÃO; MENEGHEL; OLIVEIRA, 2005).

Os avanços que as mulheres conquistaram fazem surgir uma espécie de empoderamento, resultado da autonomia e independência econômica experimentadas, ainda muito rasteiras, mas que já se vive/observa, cuja consequência é o inconformismo do gênero masculino, criando-se, então, um espaço de disputa entre o homem e a mulher, uma vez que a equivalência de forças passa a ser experimentada.

Todavia, como dito alhures, "a violência de gênero somente pode ser compreendida no marco de um sistema patriarcal" (GOMES, 2012, p. 40). A dominação masculina vem denunciada como "regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens" (SAFFIOTI, 2004, p.44), resultante das relações sociais entre os indivíduos, onde se verifica, por parte da figura masculina, a necessidade de impor autoridade e, numa atitude de dominação, subordinar as mulheres nos mais diversos espaços.

Ainda é muito comum, mulheres enquanto alvo de atos brutais, misóginos, que perpassam a ofensa, a intimidação, resultando um sentimento de medo e insegurança, fruto da infeliz desigualdade de gênero, assistida e vivida ao longo dos séculos, cujo motivo não é outro, senão um sistema enraizado de opressões, discriminações e preconceitos.

De acordo com Tavares, Sardenberg e Gomes (2012), o processo de reconhecimento e visibilidade da violência contra a mulher representa uma conquista dos movimentos feministas e de mulheres, que emergiram no Brasil na década de 1970, tornando-se, então, esse tipo de violência um problema de ordem social.

As demandas desses movimentos pautam, principalmente, o investimento e implementações de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e a garantia de punição dos agressores, onde o Estado vem avançando visivelmente, sobretudo a partir de 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM).

O processo de institucionalização das demandas para o combate à violência contra as mulheres apresenta três momentos importantes, quais sejam: a criação das delegacias da mulher[4], a implantação dos Juizados Especiais Criminais e, por fim, o Brasil fora contemplado com a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, cuja sanção foi do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2012).

De igual modo, o combate à violência contra as mulheres constitui um avanço, ainda tímido, na compreensão política, visto que buscam e proporcionam a intervenção direta do Estado, ampliando a ideia de rompimento do espaço privado.

2. Instituto feminicídio

Os assassinatos sexistas e misóginos praticados por homens são denominados feminicídios ou femicídios, termos esses que vêm sendo difundidos indistintamente no Brasil, porquanto apresentam variações e peculiaridades, seja no real objetivo da utilização do termo ou de tendências que algumas autoras entendem por bem adotar, entretanto, no geral, representam a expressão letal da violência de gênero como alternativa ao tipo criminal "homicídio" (GOMES, 2012), a fim de combater o sexismo e o machismo presente nesses crimes.

A expressão *femicide* foi utilizada, pela primeira vez, em 1976, por Diana Russel, perante o Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, realizado em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, e difundido em 1992 com o texto "*Femicide*" de Caputi e Russel (GOMES, 2010).

4 Nos anos 1980, foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher no Estado de São Paulo.

Acontece que nem todo assassinato de mulheres é feminicídio, isto só se configura nos casos em que o sexismo é o fator originário para o resultado fatal da violência. Esta afirmativa é fundamentada da seguinte maneira:

> Assim, em meio a numerosas críticas ao conceito de patriarcado, se argumenta que é uma chave analítica para compreender a situação de violência e de violações a que estão subordinadas as mulheres em todo o mundo, na medida em que o sistema patriarcal permite uma série de vulnerabilidades por meio das desigualdades, que se manifestam na divisão sexual do trabalho, no mercado de trabalho e na família, onde geralmente, as mulheres são prejudicadas. Os feminicídios são, nesta perspectiva, a expressão letal de um *continuum* de violência contra as mulheres. (RUSSELL, 2006A *apud* GOMES 2012, p. 40/41).

O assassinato de mulheres no contexto em estudo, perpetrado por homens e em âmbito privado, é ampliado por Mota (2012), no sentido de destacar que o feminicídio requer uma qualificação diferenciada, para favorecer o seu entendimento como um produto de valores culturais e processos sociais históricos e ao mesmo tempo inibir a sua efetivação como alternativa de finalizar os conflitos (des)amorosos.

3. Dados de pesquisas via fontes secundárias

Os crimes de feminicídio são perpetrados por homens, comumente, advindos da existência de uma relação íntima, no espaço privado, caracterizado por situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem. Isto resta evidenciado quando, aproximadamente, 40% de todos os homicídios de mulheres no mundo são cometidos por um parceiro íntimo (GARCIA, 2013).

Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cujo nome é Violência contra a mulher: feminicídio no Brasil, durante o período de 2009-2011, foram registrados, no Sistema de

Informações sobre Mortalidade (SIM), 16.993 feminicídios, resultando em média 5.664 mortes ao ano, 472 ao mês, 15,52 a cada dia, ou uma a cada hora e meia.

A região Nordeste apresenta a maior taxa de feminicídios, sendo 6,90 óbitos por 100.000 mulheres, sendo a Bahia, o segundo Estado em maior índice, com 9,08 óbitos por 100.000 mulheres, o que supera, inclusive, a região da qual faz parte (GARCIA, 2013).

Acontece que mais da metade dos óbitos (54%) foram de mulheres jovens, entre 20 e 39 anos e maior parte destas com baixa escolaridade. No Brasil, 61% dos óbitos foram de mulheres negras, as quais foram as principais vítimas em todas as regiões, exceto o Sul. 50% dos feminicídios envolveram o uso da arma de fogo. (GARCIA, 2013).

Waiselfisz (2012) contribui para análise dos feminicídios no Brasil, ao construir um gráfico da evolução desses crimes no Brasil, do período compreendido entre 1980 até 2010; constatando o crescimento efetivo assistido até o ano de 1996, período em que as taxas duplicam. Entretanto, a partir de 1996 até 2006, as taxas permaneceram estabilizadas, experimentando um leve decréscimo no ano de 2007, quiçá enquanto fruto da implementação da Lei 11.340/2006, voltando imediatamente a crescer até o ano de 2010.

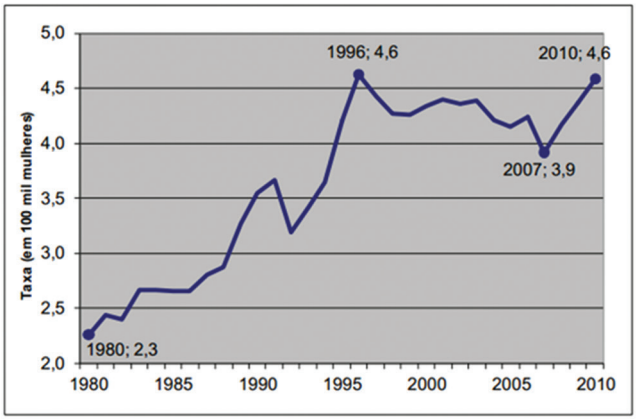

Gráfico 01: Evolução das taxas de homicídios femininos (em 100 mil mulheres). Brasil. 1980/2010.
Fonte: SIM/SVS/MS *apud* Waiselfisz (2012, p. 09)

Ainda conforme Waiselfisz (2012), outra informação relevante registrada na Declaração de Óbito do SIM, do ano de 2010, é o local em que as mortes de mulheres ocorrem, cujas residências e habitações representam 41% do percentual de locais possíveis para ocorrência de tais crimes. Confirmando, assim, o fato de que os feminicídios, uma vez caracterizados como a expressão máxima de violência contra a mulher (GARCIA, 2013), são resultantes de cotidianas violências domésticas e familiares.

Os assassinatos de mulheres estão presentes nas mais diversas capitais, entretanto, observa-se que as diferenças regionais são fatores decisivos na representação dos números de mortes, muitas vezes relacionados com a aceitação cultural da violência contra a mulher e sua ocorrência (GARCIA, 2013), consoante tabela a seguir:

Tabela 01: Taxa de feminicídios (em 100 mil mulheres) por Capital. Brasil. 2010.

UF	Nº	Taxa	Pos.
Vitória	23	13,2	1º
João Pessoa	48	12,4	2º
Maceió	59	11,9	3º
Curitiba	95	10,4	4º
Salvador	118	8,3	5º
Recife	63	7,6	6º
Goiânia	46	6,8	7º
Porto Alegre	50	6,6	8º
Macapá	13	6,4	9º
Rio Branco	11	6,4	10º
Natal	27	6,3	11º
São Luís	34	6,3	12º
Belo Horizonte	78	6,2	13º
Porto Velho	13	6,2	14º
Aracaju	18	5,9	15º
Fortaleza	76	5,8	16º
Brasília	78	5,8	17º
Boa Vista	8	5,6	18º
Campo Grande	22	5,4	19º
Manaus	48	5,2	20º
Belém	36	4,9	21º
Rio de Janeiro	130	3,9	22º
Cuiabá	10	3,5	23º
Teresina	14	3,2	24º
Florianópolis	7	3,2	25º
São Paulo	163	2,8	26º
Palmas	2	1,7	27º
Capitais	**1.290**	**5,4**	

Fonte: SIM/SVS/MS *apud* Waiselfisz (2012, p. 12)

4. Da questão racial

O emergente desenvolvimento das políticas de ações afirmativas deve atender à complexa tarefa de construção conjunta das ações do governo, nos três pilares de estruturação para superação das problemáticas destacadas no presente artigo, como muito bem destacou Ribeiro (2012, p. 52), quais sejam, a política para mulheres, direitos humanos e étnico-racial.

Nesse sentido, o professor Dr. Kabengele Munanga (2010, p. 02) traz a seguinte contribuição:

> Mas é preciso cruzar as políticas universalistas com as políticas específicas ou focadas capazes para atingir os segmentos da sociedade que, por motivos históricos e estruturais, têm perdas acumuladas e atrasos em matéria do seu desenvolvimento coletivo, que jamais as políticas macrossociais poderão reduzir. Ou seja, praticar a discriminação positiva, ou como preferem alguns, tratar desigualmente os desiguais. Perante a lei somos todos iguais, está correto, mas em formulação de políticas públicas não devemos ficar presos a esse princípio de isonomia, pois seria uma negação de nossas diferenças sociais, de gênero, de religião, de idade, de etnia, de classe.

Como se sabe, a violência contra a mulher pode ocorrer, independente de classe, etnia ou qualquer categoria socioeconômica, entretanto a presença de mais de um eixo de subordinação impõe maior gravidade ao crime, ou seja, quando o ato é fruto de discriminações históricas deve-se considerar as peculiaridades envolvidas.

Nessa esteira de entendimento, Crenshaw (2002, p.173) remonta a seguinte reflexão:

> Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são 'diferenças que fazem diferença' na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem ariar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres.

Partindo para os antecedentes históricos, Carneiro (2011, p. 01), versa sobre a emergência desse processo de desigualdade/exploração que traz, como consequência, a violência praticada em mulheres negras:

> O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

Há muito se vive e observa a tentativa de camuflagem das manifestações discriminatórias no campo racial, nas mais diversas "castas" da sociedade. Destarte, trazendo a análise para o campo da violência contra as mulheres, é transparente, em todos os sentidos, as inclinações dos estudos, de modo generalizado, desconsiderando os setores de opressões a que estão submetidas as destinatárias dos atos violentos.

É relevante destacar que não se pretende criar um espaço de disputa ou favorecimento a todo vapor dos setores subalternizados, mas chamar atenção, exatamente reforçando a importância do movimento de mulheres negras, na solidificação do feminismo negro e suas peculiaridades.

A sociedade, mais especificamente, o Estado deve considerar as necessidades específicas e particulares que atingem ao ser feminino de raízes africanas, não experimentadas pelo ser feminino cujas fontes teóricas são de origem europeia que, feliz ou infelizmente, são ilegítimos para discutir e analisar minuciosamente as opressões a que não estão expostas.

Nesse sentido, Munanga (2010, p. 03) atesta que para o avanço em conquista de direitos é necessário o desenvolvimento de políticas específicas, com vistas aos setores de pertença daquelas destinatárias dos atos violentos, a se ver:

> As políticas que defendem os verdadeiros direitos humanos devem ser as que dão conta do conjunto das necessidades das pessoas e coletividades e não se percam na generalidade e na abstração. Para serem concretas essas políticas

> devem defender os direitos humanos acompanhados de ações, de programas e de projetos efetivos de mudança, de transformação da sociedade em sua complexidade e diversidade.

A violência contra a mulher negra é entendida como fruto de dupla discriminação, haja vista a associação de dois sistemas de subordinação, a subordinação de gênero, pelo fato de ser mulher, e a subordinação de raça, por ser negra. A interação entre esses dois eixos da subordinação gera consequências estruturais e dinâmicas (CRENSHAW, 2002).

Essa dupla discriminação é compreendida por um processo de opressão interseccional; quando mulheres negras são vítimas de violência, sobretudo com base na raça e no gênero, evidenciando, respectivamente, o racismo e o sexismo, trata-se, portanto, de subordinação interseccional intencional (CRENSHAW, 2002).

Ramão, Meneghel e Oliveira (2005, p. 85) afirmam, com propriedade, que "as diferentes violências (físicas, emocionais simbólicas; de classe e de raça) a que estão sujeitas as mulheres, acentuam a situação de opressão e vulnerabilidade, em especial, a das mulheres negras".

Vale ressaltar que o fator raça no estudo de violência contra a mulher vem sendo desvendado, no sentido de permitir contribuições necessárias, ao apresentar o fato de que há um agravamento da violência contra a mulher quando a vítima é uma mulher negra e, como tudo exposto alhures, destaca a presença de violências adicionais, a saber, o racismo.

Neste cenário, vislumbra-se a real necessidade de implementação de políticas públicas específicas, válidas ao reconhecimento com as lutas históricas construídas e apoiadas nas necessidades e particularidades herdadas e vidas pelas mulheres negras.

Referências

BRASIL, Lei n. 11.340/06 de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha.** Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 13 out. 2014.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés Instituto da Mulher Negra.** 2011. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em: 13 out. 2014.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. A violência doméstica como violação dos direitos humanos. **Jus Navigandi,** Teresina, ano 10, n. 901, 21 dez. 1995. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/7753>. Acesso em: 14 out. 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. Revisão de Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. University of California – Los Angeles. **Estudos Feministas,** ano 10, 1º semestre 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.

GARCIA, Leila Posenato. *et. al*. **Violência contra a mulher:** feminicídios no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômina Aplicada – IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

GOMES, Izabel Solyszko. **Femicídio**: a (mal) anunciada morte de mulheres. Universidade Federal do Rio de Janeiro. R. Pol. Públ. São Luis, v. 14, n. 1, p. 17-27, jan/jul, 2010.

_____. Feminicídios: um estudo sobre a violência de gênero letal contra as mulheres. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.22, nº 1, p. 37-52, Jul-Dez 2012.

Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH). ***I Informe regional: situatión y analisis del femicídio em la región Centroamericana.*** Costa Rica, San José, 2006. Disponível em <http://www.cawn.org/espanol/publicaciones/documentos/otras/Femicidio%20oficial.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

MOTA, Maria Dolores de Brito. Feminicídio: indagando novos aspectos no assassinato de mulheres. **XVII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulheres e Relações de Gênero,** Salvador, BA, 14 a 16 maio de 2012/ Allinne De Lima Bonetti [et. al.], organizadoras. – Salvador: UFBA/ NEIM, 2012. 225p. – (Caderno de resumos).

MUNANGA, Kabenguele. Lutas contínuas concretizam mudanças sociais e raciais. In: RIBEIRO, Matilde (org.). Direitos Humanos como direito de todos, sem exceção. V.6. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. (Coleção 2003-2010: o Brasil em transformação). Disponível em: <http://www.fpa.org.br/sites/default/files/Kabengele_Munanga.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. Cadernos Pagu, nº.37, Campinas July/Dec. 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332011000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 out. 2014.

RAMÃO, Silvia Regina; MENEGHEL, Stela Nazareth e OLIVEIRA, Carmem. **Nos caminhos de Iansã:** Cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Psicologia & Sociedade; 17 (2): 79 – 87; mai/ago, 2005.

RIBEIRO, Matilde. Reflexões sobre a transversalidade de raça e gênero nas políticas públicas. In: _____. (org.). **Políticas de igualdade racial:** reflexões e perspectivas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TAVARES, Márcia Santana. SARDENBERG, Cecília M. B. GOMES, Márcia Queiroz de C. Feminismo, Estado e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres: monitorando a lei maria da penha. **Labrys, études féministes/ Estudos feministas,** julho/ dezembro 2011 – janeiro/ junho 2012. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys20/brasil/lei%20MP.htm>. Acesso em: 15 out. 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012:** Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil. Ago, 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf> . Acesso: 14 out. 2014

As peculiaridades das mulheres em situação de violência doméstica e familiar e os desafios para sua proteção no âmbito da Rede de Atendimento

Tatyane Guimarães Oliveira[1]
Márcia Santana Tavares[2]

Introdução

A Lei Maria da Penha é resultado de um processo histórico de luta do movimento feminista e de mulheres no Brasil. Enquanto resultado não só histórico, mas também ideológico da luta feminista, a lei incorporou perspectivas que obrigam o Estado, a sociedade e, especialmente, o Direito a lançar um olhar específico sobre a violência doméstica e familiar.

Contextualizar historicamente a legislação de combate à violência doméstica e familiar é resgatar as reflexões e ideias que acompanham as lutas das mulheres contra a violência. A prática feminista no Brasil se desenvolveu, e ainda se desenvolve mediante processos profundos de reflexão sobre a condição feminina e o papel da mulher na sociedade.

É a partir deste processo de ação-reflexão que se dão as perspectivas feministas que moldaram as ações de enfrentamento à violência

1 Mestre em Ciências, área de concentração em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (PPGNEIM). tatygut@gmail.com.

2 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunto I do Curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (PPGNEIM). marciatavares1@gmail.com.

doméstica e familiar preconizadas pela Lei Maria da Penha às instituições, especialmente as governamentais. Desde medidas integradas de prevenção, como atividades educativas e promoção de pesquisa e estudos, até medidas protetivas, como afastamento do lar e prestação de alimentos, a legislação de proteção à mulher tem apresentado ao Poder Público desafios que não só contemplam, mas ultrapassam questões orçamentárias ou estruturantes relacionadas aos serviços de atendimento.

O Estado e as instituições, fundadas e estruturadas em uma perspectiva androcêntrica, têm o desafio de interpretar e aplicar uma legislação que rompe com ideologias patriarcais e liberais e, exige uma postura que considere as especificidades das mulheres que estão em situação de violência doméstica, assim como as condições objetivas e subjetivas em que ela se desenvolve.

As condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar têm se revelado um dos maiores desafios para as instituições que compõem a rede de atendimento à mulher[3] que, movidas por expectativas ideais do rompimento com o ciclo de violência e, constituídas e mantidas sob a lógica liberal, individualista e naturalizante dos papéis sociais a serem desempenhados pela mulher, desconsideram questões como classe, raça/etnia, geração e sexualidade, assim como o impacto ideológico do patriarcado na vivência das mulheres no âmbito das relações familiares.

1. Lei Maria da Penha: um compromisso feminista

A violência de gênero é denunciada há tempos, diferenciando-se em intensidade e estratégias de ação, a depender do período histórico e das dinâmicas sociais, econômicas e políticas. As ações dos movimentos feministas e de mulheres na denúncia contra esse tipo de violência têm gerado importantes resultados, como o reconhecimento de direitos, que avançou em muitos aspectos, em âmbito nacional e internacional, nas últimas três décadas.

3 "(...) a rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento" (BRASIL, 2011, p. 14).

Esse reconhecimento foi uma conquista e essa atuação teve como foco "tornar visível e politizar a violência com base nas ideologias de gênero" (TAVARES; SADENBERG; GOMES, 2014, p. 2). E é nesse contexto histórico de lutas e resistência dos movimentos feministas brasileiros contra a violência de gênero que a aprovação da lei Maria da Penha se insere.

> A luta pelo direito a uma vida sem violência, que possibilitou a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, é um caso exemplar de exercício de uma cidadania ativa expressa no discurso e na atuação das feministas no espaço público. Sintetiza, também, a longa interlocução das feministas com os poderes legislativo e executivo e aponta para a necessidade de investimentos contínuos no diálogo com o poder judiciário e as demais instituições da justiça (BARSTED, 2011, p. 15).

O feminismo enquanto prática política trouxe para o espaço público discussões que, historicamente, sempre foram tratadas como de cunho íntimo e privado. Ao afirmar que o "pessoal é político", o movimento feminista quebra a dicotomia entre público e privado e passa a questionar as relações de poder entre homens e mulheres (COSTA, 2005).

Dentre as mais variadas estratégias de luta que o movimento feminista lançou mão no final da década de 1970 e nos anos 1980, a crítica feminista ao Direito contribuiu significativamente para a visibilidade da violência contra a mulher e, aliada às reivindicações no campo das políticas públicas, iniciou a construção do caminho para uma legislação específica voltada para o combate à violência doméstica, com uma perspectiva crítica sobre o direito e sobre a atuação do Poder Judiciário. Como ressaltam Teixeira e Ribeiro (2014), as manifestações dos movimentos feministas dificultaram o uso de alguns argumentos sexistas pelos juristas.

> É nesse campo que o tema da violência praticada por parceiros íntimos e as propostas feministas de intervenção para sua contenção surgem. Como já mencionado, o tema não é novo para o feminismo e surge da necessidadede estancar interpretações e práticas jurídicas (e não jurídicas) de naturalização da violência conjugal. Em nossa tradição jurídico-penal, até muito recentemente, aceitava-se a tese da

> legítima defesa da honra masculina para absolver homens que matavam mulheres em suposto adultério; o estupro para ser punível exigia uma determinada condição da vítima (honesta, de boa família, etc.), cuja punibilidade era extinta se a vítima casasse com o estuprador; a violência contra mulheres era considerada delito de menor potencial ofensivo, isto é, teses, categorias e interpretações jurídicas que criavam sujeitos de direito distintos, conceitos jurídicos e campos que limitavam a intervenção na 'vida privada' e nos 'costumes'. Somente com a ação feminista é que essas interpretações passam a ser questionadas e a intervenção do estado no âmbito da família para proteger as mulheres passa a ser uma exigência (CAMPOS, 2012, p. 36-37).

Outro processo histórico de suma importância para a compreensão da ação do movimento feminista para o combate à violência doméstica é a criação das Delegacias de Proteção à Mulher (DDM)[4]. Nesse sentido, Aquino (2000, p. 03) destaca como as delegacias especializadas tinham como foco atender a mulher de forma diferenciada, considerando a situação especifica que envolve a violência sofrida. Para a autora, a luta por políticas públicas de combate à violência contra a mulher se pautou por uma ideia de cidadania que "implicou, em primeiro lugar, no reconhecimento público de que existe uma violência específica e de que esta é uma questão de cunho social".

A inserção da luta por uma legislação de proteção à mulher em situação de violência doméstica se insere num processo intenso de análise e críticas à legislação brasileira e à cultura patriarcal, assim como de tensões internas e na relação com outros movimentos sociais e o próprio Estado. E é na medida em que essa configuração caracteriza a relação do movimento com o Estado e suas instituições que as perspectivas feministas passam a ser incorporadas à estrutura jurídica.

Essas perspectivas implicavam em abordagens mais amplas de combate à violência doméstica e familiar, como recordam Tavares, Sardenberg e Gomes (2014), os diálogos dos movimentos feministas se

4 Hoje denominadas DEAMs – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

pautavam pela temática do combate à violência contra a mulher não só no campo de uma política repressiva, mas também por meio dos processos mais amplos como educação e capacitação não sexista de profissionais, criação de instituições específicas de atendimento à mulher vítima de violência e a reformulação da legislação machista.

As propostas que se consideram eficazes para o combate à violência doméstica, como as descritas acima, têm sido marcadas pela ideia de especificidades ou peculiaridades do processo de violência doméstica e familiar, o que implica em compreender o fenômeno da violência contra a mulher, de forma a reconhecer a existência de relações de poder desiguais entre homens e mulheres (re)produzidas historicamente pelo uso da violência e por meio de ideologias que naturalizam os papéis sociais.

Os dispositivos expressos na nova legislação são considerados inovadores no campo jurídico e exigem dos profissionais que atuam na rede de atendimento à mulher em situação de violência esse olhar específico. Algumas das inovações nos permitem compreender como essa proposta diferenciada e específica se coloca como desafio. Dentre elas, destacamos a criação normativa da categoria "violência de gênero", a redefinição da expressão "vítima" e a tutela penal exclusiva para mulheres (CAMPOS; CARVALHO, 2014, p. 145-146).

Essas três perspectivas têm implicação direta na forma como a Rede de Atendimento é chamada a atuar nos casos de mulheres em situação de violência. Sua influência pode ser visualizada na medida em que as medidas protetivas e as medidas de assistência, por exemplo, são direcionadas exclusivamente às mulheres e incluem aspectos que se relacionam diretamente com um tipo de violência que é baseada no gênero, levando em consideração, ainda, que a violência é cíclica, mas que pode ser superada, tirando a mulher de uma posição de passividade e determinista. Outro aspecto importante é a consideração das condições objetivas e subjetivas vivenciadas pela mulher no processo de violência como, por exemplo, a possível desvantagem econômica em que a mulher se encontra, o poder do agressor em relação ao seu patrimônio e a presença das/os filhas/os que, geralmente, estão sob a responsabilidade da mulher.

Outra inovação expressiva para o combate à violência doméstica foi a proibição de aplicação da lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Criminais – JECrims. A proibição da aplicação da lei se insere não só em um quadro de inovações instrumentais, mas implica em uma ressignificação da violência doméstica e familiar no âmbito jurídico e, na esfera da cidadania, pois implica em reconhecer a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e, não como infração de menor potencial ofensivo.

A lei 9.099/1995 foi aprovada com a finalidade de atender às reivindicações de tratamento célere de casos considerados de baixa complexidade e de infrações penais de menor potencial ofensivo, no âmbito do Poder Judiciário. Como destaca Barsted (2011, p. 27-28), a lei 9.099/1995, apesar de representar para muitos um avanço importante no campo do Direito Penal, ao tratar a violência doméstica contra a mulher como crime de menor potencial ofensivo, estimulava a desistência das mulheres em relação ao processo judicial contra os agressores, assim como fomentava "a ideia de impunidade presente nos costumes e na prática que leva os homens a agredirem as mulheres".

A legislação em vigor à época permitia a conciliação, inclusive estimulando esse método de resolução de conflitos, assim como previa condenações de pagamento de cestas básicas para infrações penais envolvendo a violência doméstica. O tratamento de casos de violência doméstica como crimes de menor potencial ofensivo pela lei 9.099/1995 feria diretamente a concepção e o reconhecimento pelo Estado Brasileiro da violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos.

As críticas do movimento feminista e de mulheres aos JECrims marcam um momento histórico importante na luta contra a violência doméstica, pois dão início, não obstante uma série de conquistas legislativas pelo movimento feminista, a um processo de participação e intervenção direta na ordem jurídica, esta concebida não só como o conjunto de leis que regem as relações sociais no país, mas o sistema jurídico como um todo, incluindo leis, práticas e instituições.

A lei Maria da Penha, ao incorporar essas perspectivas e afirmar que "na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar" (art. 4º, Lei 11.340/06), traz "verdadeira mudança conceitual e operacional no entendimento do tratamento das violências contra as mulheres no Brasil" (CAMPOS; CARVALHO, 2014, p. 144) o que, consequentemente, tem acarretado em resistências das mais diversas no âmbito da rede de proteção e atendimento à violência doméstica e familiar.

2. Especificidades dissolvidas: a invisibilização das condições peculiares que envolvem as mulheres em situação de violência

As diversas denúncias relacionadas à inaplicabilidade dos dispositivos da lei Maria da Penha e o desvirtuamento de seus objetivos –considerando os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar– se inserem num forte campo de resistência às perspectivas feministas.

As situações que podemos observar em relação ao atendimento à mulher em situação de violência mostram como as práticas ainda são determinadas pelas ideias relacionadas ao "lugar" da mulher e às perspectivas androcêntricas de como devem se construir as relações entre homens e mulheres; ideias que as feministas questionam e que compõem a estrutura e conteúdo da Lei Maria da Penha. A despeito da inauguração de um novo "sistema jurídico autônomo", como propõem Campos e Carvalho (2014), são as crenças patriarcais que têm impulsionado a prática dos profissionais que atuam na rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, gerando um desvirtuamento dos objetivos da lei e contribuindo cotidianamente para um retrocesso nas políticas públicas de combate à violência doméstica.

Ancorados em ideologias que não contextualizam a violência doméstica e familiar e as dinâmicas específicas desses processos, as instituições de atendimento preventivo e repressivo têm gerado problemas

que vão da intensificação da exposição da mulher à violência do agressor/a à perpetração direta de violência por parte dos os/as profissionais que atuam nestes espaços.

Documento de suma importância para compreender as atuais questões que envolvem a aplicação da Lei Maria da Penha é o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher (BRASIL, 2014), instalada em 2012 para investigar situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

O Relatório reúne denúncias relacionadas à omissão do Poder Público no combate à violência doméstica nos 27 estados da federação. Algumas dessas denúncias são úteis para compreender a inobservância das peculiaridades que envolvem a violência doméstica. Para efeito deste trabalho, focaremos a análise nas tentativas de conciliação dos casos de violência doméstica, por meio do uso inadequado do processo judicial e do atendimento profissional à mulher em situação de violência, que não atentam para as peculiaridades do caso.

Compreendemos como tentativas de conciliação as práticas relacionadas diretamente a impedir a punição do agressor. Salientamos que não pretendemos simplificar a discussão defendendo ideologias de defesa social, mas problematizar como essas práticas se dão e, o atual contexto de violência vivenciado pelas mulheres. Como afirma Campos (2012, p. 40):

> A complexidade e a diversidade de vida das mulheres impedem que se parta de uma frase que expressa um suposto 'desejo' (elas não querem processar) e que se a utilize genericamente para justificar a não intervenção. O desafio parece ser: tornar a ação eficaz, de modo que as mulheres não sejam obrigadas a conviver com a violência, já que acionaram o sistema de justiça em busca de proteção.

Desde o início das articulações para a construção de uma lei que pudesse combater de forma efetiva a violência doméstica e familiar, a aplicação de dispositivos conciliatórios, como os previstos na lei 9.099/1995,

sempre foi uma preocupação dos movimentos feministas e, não obstante a expressa determinação de não aplicação da referida legislação nos casos de violência doméstica e familiar, várias tem sido as denúncias relacionadas à insistência dos juízes e juízas em aplicá-las.

Este foi o contexto que motivou o Ministério Público Federal, em 2010, a ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4424), requerendo ao Supremo Tribunal Federal (STF) que declarasse a inconstitucionalidade dos artigos 12, I, 16 e 41 da Lei Maria da Penha, para garantir que a ação penal, em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, fosse incondicionada, ou seja, sem a possibilidade de desistência. O argumento que justificou a ação era a necessidade de que fosse dada "a única interpretação compatível com a Constituição" (DECISÕES, 2014). A decisão do Supremo Tribunal Federal foi favorável ao pedido e, desde então, a desistência da mulher nos casos de violência doméstica não é mais admitida.

Todavia, o Relatório Final da CPMI da Violência contra a mulher (2014, p. 54) aponta que a prática dos Tribunais de Justiça dos Estados tem ignorado esse aspecto. Para a relatoria da CPMI não houve ainda, por parte destes, a compreensão necessária de que a violência contra as mulheres não é mais aceita socialmente e não pode ser banalizada pelo Poder Judiciário através da negação da adequada prestação jurisdicional, que deve ser realizada pelas varas e juizados especializados.

> (...) a CPMI também constatou que a decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou constitucional a Lei Maria da Penha e afastou os institutos despenalizantes previstos na Lei9.9099/1995, tais como a conciliação, a transação penal e a suspensão condicional do processo não vêm sendo cumprida adequadamente.
>
> (...)o crime de violência doméstica ao ser julgado em um juizado especial criminal remete à concepção doutrinária de delito de menor potencial ofensivo. Essa informação simbólica que a Lei 11.340/2006 rompe é novamente trazida pelos Tribunais mencionados revelando sua dificuldade de compreender que estamos diante de um novo paradigma

> legal, que não pode ser mais regido e interpretado com os velhos argumentos que há séculos banalizam a violência doméstica e familiar contra mulheres.

Santos (2014, p. 160) destaca como os impactos desse tratamento afetavam diretamente as políticas públicas de combate à violência doméstica contra a mulher. Citando estudos feministas[5] sobre os juizados, a autora mostra como o tratamento dado aos crimes que envolvem violência doméstica ressignificam as penas e os crimes dessa natureza, de forma a descriminalizar a violência contra as mulheres, promovendo a trivialização, reprivatização e invisibilização das relações de poder que marcam esse tipo de violência.

As práticas de estímulo à desistência do processo contra o agressor sempre foram obstáculos não só para o rompimento com o ciclo da violência, mas para a compreensão da violência doméstica como uma violação de direitos humanos, o que implica diretamente na consideração da mulher como sujeita de direitos. E nesse sentido, é importante destacar que essa prática conciliatória não tem se dado apenas durante o processo judicial, mas tem se revelado nos atendimentos dos profissionais que atuam na rede de atendimento.

Essas estratégias de estímulo à conciliação e desistência de punição do agressor são observadas no cotidiano do atendimento realizado pela Rede de Atendimento à mulher que realiza a denúncia para o rompimento do ciclo de violência. Nesse sentido, Aquino (1998, p. 104), no final da década de 1990, ao pesquisar sobre as Delegacias de Defesa da Mulher, já denunciava essas práticas. Segundo a autora, era possível observar "estratégias argumentativas" usadas com o objetivo de desencorajar a mulher a fazer a denúncia, como questionar de maneira enfática e, por diversas vezes, se a mulher "tem certeza do que quer" e, lançar questionamentos que colocam a mulher em uma situação em que esta se vê sem saída: "você prefere **que seu marido** vá preso ou que ele fique **solto e pague** pensão pros seus filhos?" (grifos da autora). A autora analisa:

5 CAMPOS 2001, DEBERT, 2006 e OLIVEIRA, 2008.

> É preciso ter em conta que a ida da mulher à DDM é marcada por conflitos emocionais - medo, dúvida, desconhecimento dos seus direitos, vergonha. Logo, sua narrativa será permeada por tais sentimentos. No geral, elas desejam contar uma história que antecede o espancamento em si. Por outro lado, o funcionário da delegacia quer fazer o Boletim de Ocorrência. Por isso, quer que a narradora seja "objetiva" (AQUINO, 1998, p. 102).

O contexto se modificou, mas ainda presenciamos um índice alarmante de profissionais não capacitados para o atendimento[6] e que impedem o acesso das mulheres à justiça, sejam nas Delegacias Especializadas, Juizados Especiais, Centros de Referência e Promotorias (BRASIL, 2014).

Conclusão

Percebe-se que as tentativas de conciliação e os estímulos de desistência do processo que pode gerar a punição do agressor se inserem num campo de compreensão, ideologicamente androcêntrico, que ignora as peculiaridades da violência doméstica, inserindo-a no âmbito das violências em geral, universalizando processos diferenciados de construção das relações sociais que são permeadas por relações de poder desigual. Esse processo se dá tanto com a naturalização da violência física contra a mulher e a crença de que esta ocorre justificadamente, como com a crença de que processos de violência que não sejam físicos (moral, psicológica, patrimonial) não são de interesse público ou apresentam menor potencial ofensivo.

A Lei Maria da Penha é fruto da crítica feminista ao Direito, o que significa questionar a exclusão da mulher e revelar os prejuízos causados pela Lei (CAMPOS, 2012, p. 36). Apesar da incorporação das mulheres e a centralização destas no ordenamento jurídico por meio da Lei Maria da Penha, as práticas descritas neste trabalho se confrontam diretamente com a proposta das feministas, excluindo novamente as mulheres da esfera

6 Ver, por exemplo, Tavares, Sardenberg e Gomes (2011), que identificam a prática de conciliação em diferentes capitais brasileiras.

da cidadania. As medidas de proteção à mulher em situação de violência doméstica dependem diretamente de uma revolução nos serviços de atenção que constituem a rede de atendimento especializado, sob pena de se tornaram apenas mais um obstáculo para o combate à violência de gênero.

Referências

AQUINO, Silvia. Rompendo o silêncio: a violência contra a mulher à luz da esfera pública. In: PASSOS, Elizete. ALVES, Ívia. MACÊDO, Márcia. (Orgs.). **Metamorfoses:** gênero nas perspectivas interdisciplinares. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998. (Coleção Bahianas).

_____. A trajetória de luta do movimento feminista de Salvador pela criação da Delegacia de Proteção à Mulher. In. MOTTA, A.; SARDENBERG, C. e GOMES,M. (orgs). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. **Coleção Bahianas,** n. 5. Salvador: NEIM/UFBA. 2000.

BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, Carmem Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.** Brasília, 2011

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI da Mulher)**. Disponível em http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1. Acesso em 21 ago. 2014.

CAMPOS, Carmem Hein de. CARVALHO, Salo de. **Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira.** Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1_8_tensoes-atuais.pdf>. Acesso em: 27 set. 2014.

CAMPOS, Carmem Hein de. Teoria Feminista do Direito e Violência Íntima Contra Mulheres. **R. EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 33-42, jan.-mar. 2012.

_____. Violência doméstica no espaço da lei. In: BRUSCHINI, Cristina. PINTO, Celi Regina (orgs.). **Tempos e lugares de gênero.** São Paulo: Editora 34 e Fundação Carlos Chagas, 2001.

COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política. **Labrys,** Estudos feministas, Janeiro/julio. 2005

DEBERT, Guita Grin. As delegacias de defesa da mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça? In: CORREA, Mariza. SOUZA, Erica Renata de (orgs.). **Vida em família:** uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra". Campinas, SP: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero/Universidade Estadual de Campinas, 2006.

DECISÕES STF ADC 19 e ADI 4424 (constitucionalidade da Lei Maria da Penha e dispensa da representação da vítima). Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-Content/uploads/2012/08/PGR31052010_ADI4424_lei9099naoseaplica.pdf>. Acesso em 21 ago. 2014.

OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Da delegacia de defesa da mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo processual. In: DEBERT, Guita Grin. GREGORI, Maria Filomena.

OLIVEIRA, Marcella Beraldo de (orgs.). Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal de Júri. **Cadernos Pagu.** Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, 2008.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** 89. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/gender%20workshopRCCS_89_Cecilia_Santos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

TAVARES, Márcia Santana. SARDENBERG, Cecília M. B. GOMES, Márcia Queiroz de C. Feminismo, Estado e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres: monitorando a lei Maria da Penha. **Labrys,** nº 20-21, 2011. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys20/brasil/lei%20MP.htm>. Acesso em 26 jun. 2014.

TEIXEIRA, Analba Brazão. RIBEIRO, Maria do Socorro Santos. Legítima defesa da honra: argumentação ainda válida nos julgamentos dos casos dos crimes conjugais em Natal 1999-2005. **Cadernos Pagu.** Unicamp. Disponível em http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/colenc.05.a06.pdf. Acesso em 22 ago. 2014.

Hormônios como atuantes: leituras a partir da Teoria Ator-Rede

Juliana Vieira Sampaio[1]
Benedito Medrado[2]
Ricardo Pimentel Méllo[3]
Michael Machado[4]

1. Introdução

O presente trabalho se refere à discussão sobre as contribuições da Teoria Ator-Rede (TAR) (LATOUR, 2009; LAW, 1992) para os estudos em Psicologia Social sobre corpo, biotecnologias e biopoder. Dessa forma, discutiremos inicialmente os pressupostos epistemológicos da TAR, seus principais conceitos, e posicionamentos metodológicos. Trataremos, também, do modo como a Teoria Ator-Rede compreende a prática de pesquisa, apontando para uma possível mudança dos estudos nos humanos e seus discursos, para o direcionamento de um olhar mais atento às redes de humanos e não-humanos.

Partindo de uma análise sobre a produção dos hormônios "sexuais" como importantes marcadores sexuais, apresentaremos um uso possível

1 Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Integrante do Gema/UFPE. julianavsampaio@hotmail.com.

2 Professor Doutor da pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Coordenador do Gema/UFPE. beneditomedrado@gmail.com

3 Professor Doutor de Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

4 Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Associado do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da UFPI. Integrante do GEMA/UFPE. michael.mmachado@gmail.com.

da Teoria Ator-Rede nas pesquisas em Psicologia Social. A TAR se fundamenta a partir de uma epistemologia que propõe a desconstrução de dicotomias que marcam os estudos científicos da modernidade, separando objeto e sujeito, natural e social. Desse modo, as pesquisas que utilizam a TAR como ferramenta metodológica irão compreender que tanto natureza como sociedade são efeitos de redes heterogêneas, não havendo separação de antemão do mundo das coisas e o mundo dos humanos, mas atuantes[5] híbridos, como os hormônios (FREIRE, 2006).

2. Teoria Ator-Rede

A Teoria Ator-Rede, ou antropologia simétrica[6], começou a ser formulada pelo antropólogo francês, Bruno Latour, em parceria com Michel Callon e John Law, a partir dos seus estudos etnográficos em um laboratório de neuroendocrinologia, nos Estados Unidos, em 1997. Para desenvolver as suas pesquisas nos laboratórios Latour realizou uma interlocução com diferentes autores, como Michel Serres e seu conceito de circunstâncias, apontando que a prática científica é intimamente influenciada pelo seu contexto. A partir de Bourdieu, tomou a noção de credibilidade, já que, Latour discute como o investimento financeiro, o tempo e o status do pesquisador, permitem ou não o sucesso de determinado estudo. O conceito de rede que permeia a TAR foi inspirada na ideia de rizoma postulada por Deleuze e Guattari, que propõe pensar a rede como a relação de diferentes atores, humanos e não-humanos, na qual não há origem e estes elementos se articulam e compõem redes heterogêneas (FREIRE, 2006).

Partindo das noções e conceitos citados acima, Latour buscava em suas pesquisas etnográficas nos laboratórios, observar como se dava a produção do conhecimento nas ciências naturais e percebeu que os pressupostos da ciência moderna eram contraditórios com o processo da

5 "Bruno Latour (2001) usa o termo "actante". Porém, neste texto, optamos pelo uso do termo "atuante", por ser a palavra existente na língua portuguesa cujo uso produz o efeito que o autor buscou ao usar o termo na língua inglesa (actante)" (MEDRADO, SPINK, MÉLLO, 2014).

6 Nas suas análises acerca das práticas dos cientistas, Latour & Woolgar (1979) propõe uma extensão do princípio de assimetria de Bloor. O princípio da assimetria afirma que há uma continuidade radical entre o verdadeiro e o falso. Assim, não apenas o erro e o acerto deveriam ser simetricamente estudados, mas a natureza e a sociedade. Dessa forma, a proposta da TAR esforça-se por reelaborar a construção da natureza e da sociedade.

pesquisa, pois, mesmo nas ciências biomédicas, experimentais, como na neuroendocrinologia, a problemática política e social se faziam presentes na construção de informação.

> Se a Ciência possui certeza, frieza, distanciamento, objetividade, isenção e necessidade, a Pesquisa parece apresentar todas as características opostas: ela é incerta, aberta, às voltas com problemas insignificantes como dinheiro, instrumentos e know-how, incapaz de distinguir até agora o quente do frio, o subjetivo do objetivo, o humano do não-humano. Se a Ciência prospera agindo como se fosse desvinculada do coletivo, a Pesquisa é vista antes como urna experimentação coletiva daquilo que humanos e não-humanos, juntos, podem suportar. (LATOUR, 1999, p.33).

Os estudos da TAR vão apontar que há na nossa forma de produzir conhecimento uma a tentativa de cisão entre sociedade e natureza, que começa a se radicalizar na modernidade. Tal separação se apoiou no iluminismo, com a instituição das ciências naturais para se opor ao obscurantismo, dominação e fanatismos; e ao mesmo tempo para se opor ao cientificismo do polo natural foram utilizadas explicações sociais (LATOUR; 1992). Essa ontologia de purificação, fundada no século XVII, onde humanos são assunto da política, e não humanos da ciência, passa a ser impossível a partir da perspectiva analítica da TAR.

> Operou-se, nessa forma dos modernos de entender o mundo, o que Whitehead chamou de "bifurcação da natureza" que ocorre quando aceitamos a premissa de que o mundo deve ser dividido em dois conjuntos de coisas: um composto pelo que está na natureza, matéria de que o universo é constituído, das coisas reais cujas qualidades primárias seriam independentes da existência de um observador; outro, composto por qualidades que nossos sentidos atribuem a estes elementos do mundo, sendo, portanto, qualidades secundárias. O primeiro conjunto seria passível de estudo pelas ciências, enquanto que o segundo seria a "matéria da qual nossos sonhos e valores são construídos (LATOUR; WOOLGAR, 2002, p. 02).

A Teoria Ator-Rede defende que nunca chegamos na modernidade, não fazendo sentido o uso do termo moderno ou pós-moderno, já que o conhecimento não é simplesmente construído, envolvendo assim uma rede heterogênea de materiais, representações, financiamentos, pressões econômicas, disputas políticas, numa cadeia infindável de elementos. Nesse sentido, é realizada uma crítica tanto ao realismo como ao construcionismo. Para Latour (1991) "as coisas são reais como a natureza, narradas como o discurso e coletivas como a sociedade" (p. 15).

Os trabalhos dos autores que utilizam a TAR como instrumento de pesquisa tentam traçar detalhadamente quais as relações dos atuantes em rede e apresentam também como as questões sociais circundam a produção científica e necessariamente, fazem parte dela.

Bruno Latour (1997), posteriormente irá fazer uma crítica à teoria Ator-Rede, afirmando que existem quatro pontos nela que não funcionam muito bem, a palavra teoria, a palavra ator, a palavra rede e o hífen que liga as duas últimas palavras. Latour (1997) argumenta que não teve a intenção de criar uma teoria, mas sim, um método que teria como proposta seguir os efeitos dos atores em rede. O uso do termo ator é questionado, pelo risco de restringi-lo a atores humanos, já que, a proposta da TAR compreende como ator, tudo que age, que possui agência, que produz efeitos, com isso, para fugir de compreensões precipitadas o termo passou a ser substituído posteriormente por actante. A ideia de rede, também pode se confundir com a noção de rede de informação, como meio de comunicação, mas na TAR, a rede remete a noção de fluxo, interferência mútua, em constante transformação. O hífen é colocado em questão, na medida em que pode ser percebido como uma tentativa de ligar os polos ator e rede como se formassem o duplo indivíduo e sociedade; o que não condiz com a proposta da TAR, que propõe demarcar a relação entre as instâncias micro e macro (FREIRE, 2006).

A TAR irá apresentar como procedimento de pesquisa o olhar atento, principalmente aos efeitos dos encontros entre humanos e não-humanos. No caso específico da psicologia social, o foco de estudo será produzir controvérsias ao seguir os atuantes em uma rede. Neste sentido,

materialidade e socialidade são produzidos simultaneamente, ao analisar o social se observa a produção de materiais, assim como o inverso também ocorre; a produção do social pode ser percebida ao focar nos materiais. A dupla natureza e sociedade não é, dessa forma, compreendida como oposição, já que a natureza não existe a priori, nem a sociedade é a única que possui uma história passível de modificação.

3. Hormônios e Teoria Ator Rede

São múltiplos os possíveis usos da Teoria Ator-Rede no campo da psicologia social, para este trabalho, escolhemos os hormônios sexuais como recorte para ilustrar tal metodologia. A análise dos hormônios sexuais surge a partir de pesquisas anteriores com travestis e transexuais que administravam tais substâncias. O discurso a respeito da importância dos hormônios para produzir um corpo feminino é um elemento constante na fala de muitas mulheres[7] transexuais[8], essas substâncias são referidas como elementos "mágicos", a "chave da felicidade", pois fazem crescer seios, arredondar quadril, pernas e rosto, diminuir pelos, isto é, produzem marcas corporais que na nossa sociedade estão relacionadas ao campo da feminilidade (PELÚCIO, 2007; GALINDO; VILELA; MOURA, 2012; SAMPAIO, 2014).

Entretanto, as mudanças produzidas na materialidade do corpo não são as únicas a serem observadas pelas trans que fazem o uso de hormônio. As transformações físicas são, na mesma medida, tão importantes no processo de feminilização como a produção de uma subjetividade "mulher" como elemento bastante associado à administração de hormônio. Essa feminilização do "eu" possibilita que as trans passem a performar como "mulheres de verdade" (BUTLER, 2010). Nesse contexto, os hormônios tornam-se fábricas de subjetividade e afetos. Traços do humor que na nossa sociedade estão geralmente relacionados ao mundo feminino passam a ser relatados pelas trans como consequência da administração do hormônio,

7 Mesmo com exemplos de pesquisa restritos ao uso de hormônios por mulheres trans a proposta do presente trabalho é visibilizar a terapia hormonal para homens trans também.

8 Empregaremos os termos transexuais e trans para fazer referência aos sujeitos desta pesquisa mesmo compreendendo os limites do uso de categorias identitárias (BUTLER, 2010).

tais como, tensão pré-menstrual (TPM), choros, diminuição da libido, ficar mais romântica e sensível (SAMPAIO, 2014).

O uso dos hormônios por transexuais é, portanto, não só um instrumento estético, mas também um modo de gestão molecular do seu "eu" e da feminilidade. A anatomia e fisiologia permitiram a construção de saberes que explicam o funcionamento do corpo, e com isto, produziu uma maior cisão e diferenciação entre o que é corpo e o que é sujeito. O dualismo alma e corpo foi transformado em subjetividade e corpo. O corpo na nossa sociedade é o que individualiza, marca o limite entre as pessoas, é onde começa e acaba o indivíduo. As qualidades das pessoas são deduzidas a partir de suas marcas corporais: negro, branco, homem, mulher, deficiente, gordo, magro, alto, baixo. O corpo torna-se a descrição do sujeito.

Dessa forma, a urgência de transformar o corpo para as pessoas trans está atravessada pela premissa de que as marcas corporais são a expressão da sua interioridade, de quem são de verdade. Nessa lógica, ao modificar o corpo em sua aparência também é possível produzir transformações na sua interioridade, sua essência. O corpo nesse sentido passa a ser psicologizado, sendo a morada e a prisão do sujeito e da subjetividade. Consequentemente, esse corpo pode ser utilizado como instrumento para expressar a essência do indivíduo.

O uso de hormônios por transexuais tem a função de transformar e adequar um corpo que é "incoerente" com a "interioridade" destes sujeitos. A prescrição de terapia hormonal para transexuais é uma tentativa de readequação dos corpos à norma, pois, não é possível "viver" na ambiguidade. Todas as características das pessoas trans devem corresponder linearmente ao que se espera do padrão de mulher e homem instituídos, desde as moléculas presentes no seu sangue até o comportamento.

Podemos entender que, com a produção de novas tecnologias, os hormônios ganharam o status de produtor de gênero que vai se configurar não apenas como um efeito performativo de humanos, como aponta Butler (2010), mas passa a ser composto a partir dos arranjos entre materialidades orgânicas e inorgânicas (GALINDO; VILELA; MOURA, 2012). São injeções, comprimidos, adesivos, microcápsulas que em contato

com o corpo passam a produzir transformações e serem transformados em gênero.

Os hormônios ganham destaque em meio a uma diversidade de tecnologias na produção de corpos ditos masculinos e femininos, na medida em que o saber biomédico associa estas substâncias à menstruação, desenvolvimento da genitália e as ditas características sexuais secundárias como seios, barba, pelos pubianos etc. Tal saber passa a regular a presença e as taxas de hormônios, instituindo quem pode e como deve administrar esses compostos para construir corpos femininos. Desta forma, os hormônios adquirem um lugar importante na produção da subjetividade, orientando as ações dos sujeitos. Com isso, os comportamentos passam a serem definidos pelas substâncias que dominam o metabolismo do corpo.

A construção dos hormônios como substâncias sexuais, possibilita a sexualização e o controle dos corpos inclusive no nível molecular. Entendemos a partir dos pressupostos da Teoria Ator-Rede, que os hormônios não possuem propriedades estáveis e atributos inerentes, pois seus efeitos e descrições mudam. Tais propriedades farmacológicas são tecnologias que portam "materialidades, socialidades e estratégias de governamentalidade" (MENEGON, 2010, p.219). O hormônio na nossa sociedade tecnológica passa a ser instrumento central do governo e gerenciamento dos corpos, pois é um elemento que articulado com outras materialidades constrói corpos sexuados.

> O modo clássico de pensar a performance é dizer que pessoas performam em torno de propriedades materiais. A nova abordagem performativa tenta compreender o papel de qualquer coisa na performance, pessoas e objetos. Então, a teoria ator-rede diz que humanos e não humanos performam juntos para produzir efeitos (LAW; SINGLETON, 2000 apud GALINDO; VILELA; MOURA, 2012, p. 171).

Partindo dessa lógica, entendemos que os hormônios como atuantes, pois não são apenas elementos sintéticos fabricados pelas indústrias farmacêuticas, mas a sua materialidade produz efeitos em consequência dos laços e encontros que estabelecem. Esses produtos não são fixos, mas adquirem

uma forma temporária, performando nas e por meio dessas relações. Nesse sentido, não negamos a materialidade dos hormônios e que estes produzem transformações corporais ao serem administrados, mas compreendemos que a leitura destas mudanças vai variar de acordo com as disputas de saber e poder presentes em determinado momento histórico e cultural. A testosterona e o estrogênio não são a masculinidade ou a feminilidade, estas categorias são mais políticas que biológicas. Nada pode afirmar que os efeitos produzidos por estes compostos são masculinos ou femininos.

Tal centralidade dos hormônios na produção do sexo/gênero tem uma história recente, pois até meados do século XVII não havia inclusive distinção anatômica entre os corpos ditos masculinos e femininos. O sexo feminino não "existia"; era apenas uma variação inferior do sexo masculino como apresenta Laqueur (2001). O corpo da mulher era visto como igual ao do homem, mas por falta de calor vital seus órgãos sexuais ficariam dentro do corpo. O modelo masculino era a medida para todas as coisas, desta forma, a anatomia e fisiologia também estavam subordinadas a esse padrão.

O modelo do sexo único masculino durou por muitos séculos. Uma das explicações é que, uma vez que os espaços público e político eram dominados por indivíduos do sexo masculino, então, todas as referências de corpo eram relativas aos homens. Ontologicamente, a mulher não existia como uma categoria (LAQUEUR, 2001). A hierarquia social era imposta de fora pela cultura, não precisando de um aparato biológico como base para justificar a sua ordem.

Apenas a partir do século XVIII é construído um modelo de dimorfismo sexual não apenas a partir da anatomia, mas sendo ampliado para a fisiologia e para a alma. O corpo ganha vida própria e o único modelo confiável de estudo para explicá-lo era a natureza. Separou-se, portanto, o corpo do espírito, e só assim foi possível a emergência do sexo biológico (LAQUEUR, 2001). Tais mudanças não foram provocadas simplesmente pela evolução natural das produções científicas, mas estavam intimamente relacionadas com as transformações políticas deste período.

Muitas lutas e revoluções pelo poder e posicionamento na esfera pública ocorreram nos séculos XVIII e XIX. O advento da modernidade

e do capitalismo fez as diferenças hierárquicas entre os gêneros serem questionadas. A permanência da subordinação da mulher ao homem não possuía mais justificativas plausíveis para continuar. Nesse momento, o corpo se tornou decisivo, não era mais possível reivindicar posição política, pois as divergências das relações sociais passaram a ser explicadas pela biologia. Até então, não era necessário recorrer à natureza para justificar a inferioridade da mulher no campo social, econômico, cultural e erótico. Mas, com a emergência de uma nova estética sexual pautada na verdade da diferenciação anatômica de homens e mulheres, ficava legitimada a permanência da hierarquia sexual na organização social (PRECIADO; 2008).

Relatar a construção do modelo binário de sexo não é uma recusa em perceber que o corpo possui materialidade, mas mostrar como esse corpo está inserido em uma rede de discursos, políticas, instituições que modificam a forma como determinadas marcas são "lidas". O corpo, portanto, não possui uma natureza transcendental ou universal, mas é uma materialidade provisória, mutável. Ele está sujeito às mais diversas transformações produzidas por diferentes tecnologias: jurídica, política, cultural, médica etc. "O corpo é uma falsa evidência, não é um dado que existe *a priori*, mas um efeito de uma elaboração social e cultural" (LE BRETON, 2006, p. 26). Ele é plástico e relacional.

Segundo Oudshoorn (1994 apud MORAES, 1994), a ideia pré-científica do dualismo de gênero, tão presente em períodos anteriores continuou direcionando a produção e as descobertas científicas do início do século XX. Esse processo constante de busca pelo "sexo verdadeiro no corpo" visibiliza que a superfície deste possui uma permeabilidade que é regulada politicamente. Diferentes saberes são instituídos como verdade e utilizados para justificar o dimorfismo sexual e consequentemente a permanência de uma lógica hierárquica dos gêneros. A ciência que categoriza os sexos como naturalmente masculino ou feminino não é neutra, mas atravessada por diversos discursos.

A sexualização do corpo foi sendo cada vez mais ampliada, de um campo macro, pela visualização da genitália a um campo micro, no qual

as moléculas do corpo são classificadas em masculinas e femininas. Não se trata mais de uma disparidade de "grau" como no isomorfismo, mas de espécie. As mulheres são uma "espécie" completamente diferente dos homens, por mais parecidos que eles sejam. São distintos em sua anatomia, fisiologia, cromossomos, comportamentos, desejos etc. Os hormônios, os órgãos, os genes, o corpo como um todo é sexualizado, mas não é qualquer tipo de sexualização que o atravessa, é a partir de um modelo binário de sexo que ocorre esse processo.

A "descoberta" dos "hormônios sexuais" teve um papel fundamental para sustentar o binarismo de sexo. Esse movimento corresponde à passagem de um modelo biológico para um modelo bioquímico de entendimento do corpo humano (ROHDEN, 2000). Até o final do século XIX, era nítida a busca de um órgão que a explicasse e fundamentasse a diferença entre homens e mulheres, mas já nas primeiras décadas do século XX o desafio era entender como as substâncias produzidas pelas gônadas operavam neste processo de diferenciação. Se antes o ovário poderia ser visto como núcleo da feminilidade, assim como o testículo, da masculinidade, agora se tratava de descobrir o mecanismo de produção da feminilidade e da masculinidade (ROHDEN, 2000).

Foi nessa conjuntura de busca pelas causas últimas da relação entre sexo e gênero, substancializado em órgãos e posteriormente em secreções internas, que "descobriram" os chamados hormônios sexuais. Segundo Rohden (2000) desde meados da década de 1890 haviam trabalhos que procuravam demonstrar a existência e a importância dessas substâncias. Esse é um ponto importante, porque nesse contexto se deu a descoberta dos chamados hormônios sexuais e, desde então, prevalece uma relação estreita entre determinados tipos de substâncias (andrógenos e estrógenos) e determinados tipos de corpos (masculinos ou femininos).

Segundo Fausto-Sterling (2000) apenas entre os anos de 1900 e 1940 os cientistas criaram a categoria "hormônios sexuais", que poderiam ter sido classificados de modo diferente, como hormônios do crescimento, por exemplo. Pois essas substâncias afetam o crescimento de diferentes partes do corpo, inclusive dos órgãos reprodutivos. Entretanto, ao categorizar

esses hormônios como sexuais passou-se a construir tais substâncias como importantes marcadores da diferença sexual. Com isso, tornou-se sexual algo que previamente era "neutro" em relação aos gêneros masculino e feminino.

Desde esse período até a década de 1920 predominou a noção de que os hormônios produzidos pelos ovários e pelos testículos seriam específicos, exclusivos de cada sexo e dotados de um papel único na determinação sexual. A presença de hormônios femininos só seria possível nas mulheres e determinaria as suas características sexuais, assim como os hormônios masculinos seriam exclusivos dos homens e determinariam as características masculinas. Contudo, a partir da década de 1920, as experiências realizadas com animais passaram a mostrar a presença dos dois tipos de hormônios em machos e fêmeas. Apesar das "nítidas evidências" científicas, não houve uma transformação imediata no campo. Os novos dados foram recebidos com muita resistência e incômodo, e somente uma década depois foi possível aceitar uma nova relação entre hormônios e sexo.

Na década de 1930, ainda eram descritas com espanto, experiências nas quais se detectava a presença de hormônios femininos em machos e, notadamente com menos importância, se descrevia a presença de hormônios masculinos em fêmeas (ROHDEN, 2000). Gradualmente, passou-se a demonstrar uma diferença quantitativa na presença dos hormônios típicos de machos e fêmeas. Embora os cientistas tivessem identificado a não exclusividade na origem e função dos hormônios, os ginecologistas, na clínica, continuaram promovendo um modelo dualista (ROHDEN, 2000). O que prevalece até os dias de hoje é a noção comum que, postula uma relação íntima entre determinados tipos de hormônios e determinados tipos de corpos.

4. Questões para debate

A Teoria Ator-Rede, a partir do princípio da simetria generalizada, propõe a introdução dos objetos, como os hormônios sexuais, por exemplo, no campo de investigação das ciências humanas. Os hormônios são materialidades inseparáveis da trama, que nomeamos como social, da qual fazem parte, pois a sua forma de produção, apropriação e difusão dizem muito da sociedade, na qual estão inseridos.

A história dos hormônios e a sua compreensão como importantes atuantes no processo de construção de corpos sexuados é reveladora para a visibilização de toda uma rede de ações desencadeadas em/por vários tipos de atores que não só os humanos, tais como os microscópios, jalecos, abatedouros, testículos, ovários, pesquisadores, revistas científicas, ginecologistas etc. A extensão dessa rede é imprevista e ilimitada, podendo ser detalhadamente descrita nos estudos que utilizam a Teoria Ator-Rede.

Podemos perceber que a noção de verdade também é colocada em questão pela Teoria Ator-Rede, que a compreende como uma ideia que, dependendo da relação com diferentes eventos, irá ou não ganhar tal status, consequentemente a verdade não é inerente a determinado conhecimento. A construção de determinadas substâncias como hormônios sexuais está envolvida com uma série de acontecimentos históricos que, a partir do século XVIII, passaram a buscar no corpo marcas da diferença sexual, com a finalidade de justificar a desigualdade social entre homens e mulheres.

O corpo trans, nesse caso, ganha importância por produzir e ser produto agenciamentos coletivos e de certas tecnologias de gênero que possibilitam a construção de novas formas de subjetivação. Essas pessoas, mesmo que não intencionalmente, produzem uma pirataria de gênero, pois, tais deslocamentos colocam em questão a natureza do sexo/gênero e a possibilidade de transitar sem regulação por diferentes formas de viver a sexualidade (GALINDO; MÉLLO, 2010).

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** Feminismo e subversão da identidade. (R. Aguiar, Trad.). 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the body**. New York: Perseus. 2000.

FREIRE, Letícia. Seguindo Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Revista Comum**, Rio de Janeiro, v.11, n.26, p.46-65, jan/jun. 2006.

GALINDO, Dolores; MÉLLO, Ricardo. Piratarias de gênero: Experimentos estéticos queer-copyleft. Psico, Porto Alegre, n.2, pp 239-245, abr/jun, 2010.

GALINDO, Dolores; VILELA, Renata; MOURA, Morgana. Uma dose queer: performances tecnofarmacológicas no uso informal de hormônios entre travestis. In:

SOUZA, Leonardo, GALINDO, Dolores; BERTOLINE, Vera (Org.). **Gênero, corpo e ativismos**. Cuiabá,MT. UFMT, 2012.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo:** corpo, gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

LATOUR, Bruno. Onactor-network theory: a fewclarifications. **SozialeWelt,** 47, n4 367, 369-381. 1997.

_____. Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches. Bauru, SP: EDUSC. 1999.

_____. **A Esperança de Pandora:** ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. "Não congelarás a imagem", ou: como desentender o debate ciência e religião. **MANA,** v. 10, n. 2, p. 349-376, 2004.

_____. **Jamais Fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A Vida de Laboratório:** a produção dos fatoscientíficos.Rio de Janeiro: RelumeDumará. 2002.

LAW, John. Notes on the Theory of Actor-Network: Ordering, Strategy and Hetergeneity. **Systems Practice**, v.5, n. 4, 1992.(Tradução de Fernando Manso). Disponível em: <http://www.necso. ufrj.br, 1992>. Acesso em: 15/06/2012.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2006.

MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane; MÉLLO, Ricardo. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, Mary Jane; BRIGAGÃO, Jaqueline; NASCIMENTO, Vanda; CORDEIRO, Mariana (Org.). **A produção de informação na pesquisa social:** compartilhando ferramentas. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro. 2014

MENEGON, Vera. Tecnologias em saúde reprodutiva: implicações nos modos de ser contemporâneos. *In:* JOBIM, Solange; MORAIS, Márcia (Org). **Tecnologias e modos de ser no contemporâneo.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: 7 letras, 2010.

MORAES, Marcia. **Alianças para uma psicologia em ação:** sobre a noção de rede.Disponível em: www.necso.ufrj.Brasil/Ato2003/MarciaMoraes.htm, 2003

OUDSHOORN, Nelly. **Beyond the natural body:** an archeology of sexhormones. London: Routledge. 1994.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele:** uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui.** Madri: Espanha Calpe. 2008.

ROHDEN, Fabíola. **Uma Ciência Da Diferença**: Sexo, Contracepção e Natalidade na Medicina da Mulher. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu. **Educação & Realidade**, 26 (1), 33-57. 2001.

SAMPAIO, Juliana. Viajando entre sereias: saúde de transexuais e travestis na cidade de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

Estilo Bofe: ferramentas de produção de gênero e sexualidade em lésbicas e bissexuais.

Gilberta Santos Soares[1]
Cecília Maria Bacellar Sardenberg[2]

Introdução

Muitas trajavam roupas identificadas como masculinas: bermudas largas na altura do joelho, com camisas largas ou camisetas estilo regata, calçavam tênis, chinelas vendidas em prateleiras de sapatos para homens ou sandálias havaianas. Usavam bonés, tinham cabelos bem curtos e, quando longos, presos em forma de rabo de cavalo. Usavam adereços masculinos, como relógios, anéis e trancelim no pescoço. Algumas adotavam os calções ou camisas de uniformes de seus times de futebol no figurino. Outras mulheres adotavam *perfomances* femininas, usando shorts apertados e curtos, saias curtas, calças jeans; blusas decotadas e coladas no corpo; calçavam sandálias baixas; algumas usavam salto alto. Usavam maquiagem; os cabelos longos e curtos, muitos pintados, usavam brincos longos, colares e outros enfeites, unhas pintadas. O primeiro grupo era visivelmente mais numeroso que estas últimas. Todas vestiam roupas de baixo custo, compradas no comércio popular ou lojas de departamentos.

1 Pós-doutorado como *Visiting Fellow* no *Institute of Development Studies* (IDS), *University of Sussex*, Inglaterra. Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba. gilbertass@gmail.com

2 Dra. em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal da Bahia. cecisard@ufba.org.br

A coordenadora geral do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI), Goretti Gomes, abriu a "tarde cultural de informação", divulgou ações do grupo e transmitiu mensagens sobre violência contra mulheres para as participantes. Lembrou que "não é fácil ser lésbica, negra e de periferia nesse estado" e afirmou: "trabalhamos com o alternativo porque o convencional não nos contempla" (Caderno de campo, 08/01/12). Ao se referir ao alternativo em contraposição ao convencional, a coordenadora estava aludindo à subversão da heterossexualidade como norma.

Autoras (BRANDÃO, 2010; BUTLER, 2008) afirmam que a experiência da lesbianidade rompe com o binarismo social, enfrenta barreiras relativas ao preconceito e à discriminação em diversos contextos em que as mulheres vivem. Configura-se como transgressão, ao deslocar a relação obrigatória entre sexo, gênero e desejo sexual.

O estudo[3] buscou entender como se dá a produção das diversas expressões de masculinidade em pessoas auto-identificadas como mulheres, motivada pela presença majoritária de mulheres com diferentes *performance*s masculinas no campo de pesquisa, compreendendo como uma expressão de gênero vivenciada entre lésbicas.

Adotamos a concepção de que a masculinidade não é um atributo restrito aos homens (HALBERSTAM, 2008), mas que ela pode habitar corpos de mulheres, sejam lésbicas ou não; assim como a feminilidade não está restrita às mulheres. Para Judith Halberstam (2008), o uso de termos como mulher-macho, macho-fêmea, *butch* e bofe, esta última utilizada pelas mulheres da pesquisa, captam a ideia da fusão de uma conduta masculina em um corpo de mulher.

Atentamos para o fato de que a paródia (BUTLER, 2008) favorece o surgimento de novos significados enunciativos, que os gêneros se inscrevem nos corpos a partir de signos culturais, que a masculinidade é produzida discursivamente e que as configurações de gênero se articulam com a idade, raça, trabalho, em histórias de vida distintas. Conhecer a experiência de

3 Este artigo resulta da tese "Sapatos tem sexo? Metáforas de gênero em lésbicas, de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil", defendida por Gilberta Soares junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos do Núcleo de Estudos da Mulher da Universidade Federal da Bahia.

mulheres lésbicas, negras e de camadas urbanas de baixa renda teve o propósito de visibilizar a posição de subalternidade, constituída na intersecção entre os marcadores de sexualidade, gênero, raça, classe social e geração.

Estudos sobre mulheres lésbicas ou mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com mulheres (LACOMBE, 2010; MEINERZ, 2008) têm demonstrado a variação de *performance*s de gênero. Esse tema tem sido abordado por autoras (HALBERSTAM, 2008; BUTLER, 2008; BRANDÃO, 2010), indicando essas configurações entre lésbicas no ocidente, a partir do final do século XIX, com a institucionalização da homossexualidade/heterossexualidade. Gayle Rubin (1992) foi pioneira no estudo das diferentes configurações em comunidades lésbicas norte-americanas, demonstrando a presença de pares *butch/femme*[4]. Essa denominação é comumente utilizada em grupos de lésbicas, em reconhecimento à expressão de gênero masculina (*butch*) e feminina (*femme*).

Gayle Rubin (1992, p. 467) define: "*butch és el término vernáculo para las mujeres que se sienten más cómodas con los códigos, estilos o identidades de género masculinos que con los femininos*". A autora (1993) identificou diferentes formas como as *butches* produzem e significam a masculinidade, podendo utilizar acessórios (roupas, cabelos), se verem como homens, passarem por homens, sentirem-se travestis ou ter disforia de gênero.

Os termos *bombeira*, *camioneira*, *chicazo*, *chonguitas*, *marimacha* revelam a presença da masculinidade em mulheres em culturas que falam espanhol (HALBERSTAM; 2008). Na língua inglesa, esta masculinidade é expressa nos termos *butch, dyke* ou *tomboy*. No Brasil, termos como bofe, maria-homem, macho-fêmea, caminhoneira e bombeira são atribuídos a lésbicas masculinas.

Bofe é a expressão êmica usada pelas interlocutoras para a lésbica com performance masculinizada, que se expressa também nos seus desejos e relações afetivas sexuais. As lésbicas femininas são denominadas fitinhas; expressão correlata de *femme, fem* ou *lady*. (CORDEIRO, 2005; HALBERSTAM, 2008).

4 *Femme é* palavra francesa para mulher. *Butch* é a forma reduzida de *butcher* (açougueiro), em inglês, utilizada inicialmente para se referir à criança briguenta (*tough kid*). *Butch* ganhou o significado de lésbica com jeito masculino nos anos de 1940; é correlata de bicha (gay afeminado) no universo de lésbicas, gays, travestis e transexuais. T*omboy* se refere a uma menina com perfomance de menino.

Nas conversas com o Veio, interlocutora e assistente de pesquisa, predominava o tema do jeito masculino em mulheres lésbicas com as quais ela[5] convivia. Para ela, a expressão da masculinidade e a atração por mulheres era algo tão imbricado que não era possível separar uma da outra. Coral[6] disse: "tenho tanta coisa de masculino e não me sinto homem [...]". Olhando para Coral é inevitável associá-la ao masculino, pois apresenta-se com signos instituintes da masculinidade na vestimenta, no cabelo, no jeito do corpo. As mulheres que protagonizaram o estudo, na sua grande maioria, têm semelhanças com Coral. Elas se nomearam como lésbicas, entendidas, do sindicato, do sistema, sapatão, bofe, o cara, etc.

Para Guacira Louro (2010), as identidades de gênero e sexuais são definidas a partir de relações sociais, moldadas pelas redes de poder de uma sociedade, e se constituem a partir de lugares que interpelam os sujeitos, podendo ser estas situações, instituições, relações sociais ou grupos sociais, o que aponta para o fato de que nem sempre a identidade gênero corresponde ao sexo biológico nem se enquadra nas referências pré-estabelecidas de feminino e masculino.

1. Os contornos da pesquisa através das entendidas do Gami

A definição por uma pesquisa com lésbicas de camadas urbanas de baixa renda foi amadurecida no levantamento bibliográfico sobre os estudos com mulheres lésbicas e motivada na constatação do reduzido número, quando comparado a estudos sobre a homossexualidade masculina, DST/Aids, direitos reprodutivos, violência contra mulheres, para citar temas relacionados ao campo de estudo.

A estratégia de aproximação do campo de pesquisa poderia ser por duas entradas: através de um grupo ativista que desenvolvesse ações com lésbicas e bissexuais dessa camada social ou de uma rede de relação

5 Manteremos os artigos e pronomes femininos como designação gramatical com o uso do sujeito (nome próprio) masculino para corresponder à forma como elas se autopercebem: mulheres com jeito masculino, mulheres masculinas que gostam de mulheres, lésbicas masculinas. Poderemos usar o masculino como designação gramatical já que elas assim o fazem, em momentos de brincadeira ou quando estão em turma. A ideia é causar estranhamento no texto em analogia aos efeitos da *performance delas* frente às normas de gênero.

6 As interlocutoras foram identificadas por nomes de cores para preservar o anonimato das mesmas. A escolha deu-se em alusão à diferença entre elas e a simbologia do arco Iris.

(HAGUETE, 1987), através da técnica conhecida como bola de neve. Esta poderia ser deflagrada a partir de contatos com mulheres lésbicas que pudessem levar a mulheres com relações afetivas sexuais com mulheres[7] de camadas urbanas de baixa renda, encontradas em algum espaço de sociabilidade, a exemplo do percurso realizado por outros estudos (LACOMBE, 2010) com mulheres lésbicas e bissexuais.

É digno de nota que estudos (MEINERZ, 2007; SOUZA, 2005) sobre a lesbianidade façam extensa discussão sobre as estratégias de configuração do campo de pesquisa e as dificuldades de abordagem com mulheres lésbicas, sendo por isto a busca de espaços de sociabilidade, como bares e boates, socialmente reconhecidos ao público de lésbicas ou homossexual.

Segundo Nádia Meinerz (2007), as pesquisas com mulheres homossexuais não se dissociam do fato de ser este um grupo marcado como desviante em relação à sexualidade e sofrer os efeitos constitutivos do estigma, sendo que este não é necessariamente visível. É difícil encontrar lésbicas em um só canto, pois estão em lugares variados, se movimentam, e muitas não revelam que são lésbicas. Como diz Sedwick (2007), na sua admirável descrição sobre o armário, o jogo de mostrar e esconder, de modo que sempre haja a dúvida, o silêncio, o controle.

A opção metodológica de entrar em uma rede de relação de mulheres lésbicas e bissexuais de camadas de baixa renda através de espaços de lazer e sociabilidade não foi eficaz pelo perfil dos espaços encontrados e pelo fato de a pesquisadora ser conhecida das frequentadoras e de ter outras inserções sociais, como gestora pública e ativista feminista[8].

Dessa forma, o campo de pesquisa foi definido através de um grupo ativista na cidade de Natal, pelo mesmo ter um trabalho com mulheres lésbicas de camadas urbanas de baixa renda, de forma sistemática, com variadas estratégias, ações e atividades que levaram ao contato com mulheres lésbicas e a vários aspectos da experiência da lesbianidade. A

7 Utilizo as duas terminologias lésbicas e mulheres com relações afetivas sexuais com mulheres por compreender que existem mulheres que não se identificam com a categoria identitária lésbicas mesmo que tenham a vivência homoafetiva ou que façam sexo com mulheres. Porém, as interlocutoras com que tive contato na pesquisa se autoreferiram como lésbicas ou entendidas, ou seja, com categorias identitárias.

8 Foram tentativas feitas na cidade de João Pessoa, onde a pesquisadora residia.

inserção como pesquisadora no campo de pesquisa na Zona Norte de Natal, mediada pelo Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI), que se define como entidade de expressão política feminista de lésbicas e bissexuais do Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil, se deu de forma suave, com encontros baseados na confidencialidade e na cumplicidade.

A metodologia do estudo foi qualitativa, de cunho etnográfico, através de observação participante e entrevistas em profundidade, desenvolvida no período de 15 meses, de novembro de 2011 a janeiro de 2013, com lésbicas e bissexuais de camadas urbanas de baixa renda, localizadas na zona norte de Natal e contatadas através do GAMI[9].

Cheguei ao campo orientada pela consigna de "olhar, ouvir e escrever" (OLIVEIRA, 2000) tudo que estivesse ao meu alcance naquele rico campo. Estava ciente das dificuldades de empreender uma etnografia pela primeira vez, considerando a formação interdisciplinar da pesquisadora, com usos anteriores de metodologias oriundas da Psicologia Social, da Sociologia e da Saúde Pública. Todavia, o método etnográfico conferia as condições para realização do estudo, em especial, o contato aprofundado com as experiências das mulheres e a possibilidade de quebrar os bloqueios do interdito. Tinha ao meu favor o uso anterior de metodologias participativas, sobretudo a observação participante e o manejo com grupos focais, e o treino da escuta em estudos qualitativos com uso de entrevistas em profundidade.

Logo, percebi que, também no GAMI, os espaços de sociabilidade seriam o ponto de aproximação com mulheres lésbicas, já que a promoção de atividades culturais e festivas eram uma das estratégias de atuação da ONG. Assim, desenvolvi a observação participante durante todo o período de trabalho de campo, no espaço de um ano, quando me envolvi no ciclo de programações culturais e eventos formativos realizados pelo GAMI. No último mês da observação, realizei as entrevistas em profundidade. Deparei-me com um rico universo de experiências de lesbianidade, envolvendo a afetividade, os relacionamentos, o trabalho, os arranjos familiares, a relação com as famílias de origem, a sexualidade, as performances de gênero, que em diferentes medidas se conectava com a ação do GAMI.

9 As interlocutoras foram identificadas por nomes de cores para preservar o anonimato das mesmas. A escolha deu-se em alusão a diferença entre elas e a simbologia do arco Iris.

A proximidade e cumplicidade foram alcançadas na observação, tornando-me alguém muito próxima do grupo, das mulheres e de seus segredos. Comecei a estabelecer conexões entre as mulheres, os relacionamentos, conflitos e também a perceber que, algumas vezes, a vida real estava um pouco diferente do que fora dito na entrevista.

Por isto, a observação tornou-se pertinente por possibilitar o entrosamento com os códigos e as práticas sociais de forma mais suave, captando aquilo que se expressa de forma espontânea (GEERTZ, 1989). A observação participante permitiu captar a lógica de sociabilidade das mulheres lésbicas, inscrita nos códigos e comportamentos das participantes das festas, naquele contexto interseccionado com a dimensão de classe social, racial e geracional. Possibilitou-me ainda conhecer familiares das mulheres, acompanhar o trabalho e identificar sua rede de relação.

A entrevista em profundidade permite apreender os significados que as mulheres fornecem às suas experiências. Desta forma, é uma ferramenta privilegiada para conhecer, de dentro, práticas, relacionamentos, preconceitos, abjeções e resistências vivenciadas por grupos considerados como "diferentes", "desviantes", "[...] o recurso à entrevista em profundidade comportaria, contudo, a vantagem de permitir não apenas evidenciar o que as pessoas vivenciam no cotidiano, mas igualmente dar-lhes a palavra [...]" (POUPART, 2008, p.216).

Muitas vezes, entrevistava as mulheres e seguia acompanhando-as no jogo de futebol, na sede do GAMI, em bares, festas, nas suas casas, enfim, onde era possível estar com elas e, desta forma, continuava a captação de informação, possibilitando o diálogo constante e dinâmico entre os relatos das entrevistas, a observação e as notas de campo.

A presença majoritária de mulheres com performances masculinas, entre aquelas que se identificaram como lésbicas no grupo estudado, aponta para fissuras nas identidades de gênero vivenciadas por estas mulheres, agregando uma condição producente de significados no contexto das identidades de gênero. Essa condição despertou o interesse de entender como a masculinidade se expressa na articulação da identidade de gênero, das práticas sexuais e do desejo dessas mulheres.

Para as entrevistas aprofundadas, foram consideradas mulheres que conheci nas atividades do GAMI ou indicadas pelas coordenadoras do grupo, que se dispuseram a participar da pesquisa. Foram consideradas as diferenças etárias, a ocupação (desempregadas, assalariadas e microempresárias) e a *performance* de gênero, com ênfase nas *perfomances* masculinizadas.

Entrevistei 20 mulheres de faixas etárias entre 16 a 67 anos, configurando o grupo com mulheres jovens, adultas e acima da meia idade. A questão geracional foi transversal ao estudo, revelando diferenças relacionadas à época em que identificaram que os desejos e práticas sexuais estavam dirigidos a mulheres, tendo sido fundamental para inserir a vivência da homossexualidade e a produção do masculino e do feminino em contextos culturais específicos. Desta forma, o foco nas performances masculinas levou a analisar mais profundamente 15 entrevistas, buscando identificar os significados e as práticas de resistência e reificação exercidas pelas lésbicas masculinas em relação à abjeção, provocada pela quebra de padrões hegemônicos delineados pela heteronormatividade.

Vestimentas para o estilo bofe: a produção das masculinidades

As vestimentas tomam parte da vida dessas mulheres e de seus discursos como ferramenta da composição da masculinidade. Roupas, sapatos, acessórios fizeram parte da composição da masculinidade nas mulheres, compondo o guarda-roupa bofe.

Entre as interlocutoras, não havia alusão à transexualização, sem referência à rejeição aos órgãos genitais nem aos seios. Esta afirmação pode ser respaldada no fato de que não encontrei o uso de faixa[10], envolvendo os seios, nem discursos de abjeção em relação ao órgão genital feminino ou à menstruação, apesar dos relatos de desconforto no período menstrual.

As conversas com Coral foram regadas por questões sobre as vestimentas masculinas como forma de aproximação com uma masculinidade produzida no seu corpo de mulher:

10 É um recurso de uso contínuo que envolve e pressiona o seio para que não seja percebido por fora da blusa, utilizado por aquelas que não suportam conviver com os seios e sua referência ao feminino.

> *Eu não sei porque eu gosto de vestimentas, calçados, um pouco masculina. Eu, às vezes, fico me perguntando a mim mesma o porquê. Não que eu queira ser homem, porque eu sei que eu sou mulher, então, às vezes, as pessoas me confundem, quando eu tô numa loja, a minha tendência é entrar logo pra o lado masculino. Eu acho bonito, olho as camisas, sapato, não sapato muito masculino, sandalinhas que dê pra calçar unissex. Aí, as pessoas me confundem, às vezes, diz: "o senhor deseja alguma coisa?". Eu fico calada* (CORAL).

Judith Butler (2008) afirma: "O sujeito é aquele que se presume o ser a pressuposição do agenciamento, mas o sujeito é também aquele que está submetido a um conjunto de regras que o precedem" (BUTLER, 2008, p 167). As vestimentas representam artifício importante na repetição de atos instituintes da masculinidade e são referidas como algo que se ajusta a um desejo interno muito tempório, registrado no arquivo das expressões dissidentes de gênero, que transpuseram a latência, com seus significados instáveis e contraditórios, como relatou Castanho:

> [...] *eu acho que, quando a gente nasce pra aquilo* [...] *porque meu pai comprava saia, meu pai comprava essas roupas mais íntima, a gente tentava botar e eu não queria. Eu pegava a roupa do meu irmão, roupa íntima dele, vestia as cuecas dele e tal. Só vestia a roupa dele, acho que ele num se ligou e sempre eu fui querendo ser uma pessoa independente, mesmo sendo nova* [...] (CASTANHO).

De acordo com Judith Butler (2008), o gênero prevê a estilização dos corpos através da repetição de atos, de acordo com o quadro regulatório vigente, com o intuito de conferir a aparência de substância e de naturalidade. Esta aparência de substância aparece nos discursos como algo intrínseco à existência, ou que "já se nasceu daquele jeito", remetendo às lembranças mais remotas da infância. A despeito de que tenham quebrado com a circularidade esperada entre sexo, gênero e práticas sexuais, o processo de construção da (nova) identidade dar-se-á da mesma forma por repetições, sendo constantemente testada pelas tentativas de normalização e reiterada nas atitudes de resistência.

A pergunta que o Veio faria a Judith Butler: sapato tem sexo?

O relato de Coral é significativo para apontar a insistência dos atos de nomeação do corpo sexuado, que acontecem "no interior de um quadro regulatório altamente rígido", o da heterossexualidade. Estes são regulados por diferentes sistemas de poder e nomeados por autoridades da família, da escola, da medicina, da mídia, do direito, da Igreja, permeando as regras do mercado.

> [..] *quando eu fui pra sapataria, eu fui comprar uma sandália, fui pra masculina, gostei dessa sandália. Aí o rapaz veio, por favor..., eu disse: "essa sandália, aqui essa, tem número 37?" Ele disse: "é pra senhora?" Eu disse: "é". Ele disse: 'mas é que este* é estilo masculino'. Eu disse: "*não, mas eu gostei dela. Sandália tem sexo? Sapatos, calçados têm sexo?". Ele riu e disse: "não". "Então, eu gostei dessa, eu gostei".*

A reação de Coral desestabilizou a identidade de gênero naturalizada na ótica do vendedor, que tentava negar seu estilo de mulher masculina. Como expressão de sua posição em relação a sua performatividade de gênero, ela diz: "Minha roupa não dá o direito de você me discriminar. [...] não adianta eu botar um vestido para agradar ao público e não ter confiança, não me sentir bem, me incomodar. Eu tenho certeza que se eu botasse um vestido, ficava ridículo" (Coral). A noção de confiança transmite a força que a vestimenta assume para uma existência que seja inteligível para si mesma e a determinação de enfrentar a norma já identificada por ela.

Para Judith Butler (2008), o gênero é performativo, o que significa que ações, gestos comportamentos e vestimentas fazem acontecer o gênero e o sexo, mas não de uma única e categórica vez. É um processo contínuo ao longo da vida, que precisa ser reiterado através de atos repetidos que interpretam as normas de gênero. Judith Butler (2008) apoia-se nos conceitos utilizados por Derrida para dialogar com a ideia do ato performativo, como na brincadeira do telefone sem fio. É na possibilidade do fracasso que surge o espaço para a ressignificação e para a subversão dos gêneros e da sexualidade.

A recorrência à explicação do "jeito masculino" colado ao fato de gostar de mulher, através do natural e do biológico, foi associada à infância,

às vestimentas e à descoberta da atração por mulheres. "Mesmo criança, eu já nasci com essa... forma de homo... de homem"; (Vermelho) "foi de berço praticamente, sempre as brincadeiras, as roupas..." (Azul Marinho); "Agora, em relação às roupas, eu acho que, quando a gente nasce pra aquilo, porque meu pai comprava saia, essas roupas íntimas... eu não queria" (Castanho).

Assim, rompe-se com a norma e explica-se como algo que vem do corpo na justificativa das vestimentas e da estilística corporal. Desse modo, é possível identificar a coexistência da performatização de atos que questionam o dualismo sexo-gênero e de atos que reiteram a essencialização da identidade e do desejo para torná-los legítimos nesse discurso. Estratégias de resistência às tentativas de adequá-las à performance feminina foram acionadas e a independência financeira foi almejada para garantir a possibilidade de construir novos significados de gênero e vivenciar a lesbianidade, como disse Castanho:

> [...] *Com 12, 15 anos, eu já trabalhava, vendia uma roupa, vendia alguma coisa, ajudava uma pessoa... pra mim poder comprar minhas coisas, pra mim ser do meu jeito, sabe? Então, eu acho que meu pai, em relação a ele ir comprar, ele deixou muito cedo de me dar. Ele dava dinheiro, né? Então, eu sabia como fazer* (CASTANHO).

O corpo generificado informa que tipos de "ferramentas" devem ser utilizadas para compor as expressões de gênero (BUTLER, 2008). A ferramenta é a linguagem êmica que expressa o conjunto de recursos que compõem a masculinidade ou o "jeito de lésbica". Quando Caramelo afirmou "ela tinha todas as ferramentas de lésbica", estava se referindo aos signos da masculinidade associados à identidade sexual. Se o corpo não é inerte às ações culturais sobre ele, com o tempo passará a expressar, em sua materialidade, o gênero performatizado, figurando um corpo com jeito masculino; que não combina com roupa feminina, como disse Vermelho:

> *Essa forma de... homem, não tem como... Não adianta botar uma saia, eu sou mulher de nascença, mas eu sou... querendo ou não, tenho os traços de homem. Se você olhar minhas costas é toda dividida, questão do interior, de pegar peso. Assim, como*

minha mãe vinha trabalhar pra cá, aí ficava só eu e minha irmã, eu era a mais nova... (VERMELHO).

Moda bofe: estilo e comodidade

Já havia ouvido que a roupa masculina era uma roupa cômoda entre as interlocutoras, assim como na literatura sobre o tema (PASCOE, 2006; MEINERZ, 2011). A vestimenta masculina é descrita como uma roupa que facilita a locomoção – subir em árvores, jogar futebol; apontando o desejo de liberdade de movimento na rua – "para ficar mais à vontade", "se sentir livre" – e adequada a certos tipos de trabalho.

Alguns trabalhos realizados pelas interlocutoras, relacionados à condição socioeconômica e ao baixo nível de escolaridade, promovem o uso de roupa masculina. Ocupações como: segurança em festas, cobradora em transporte alternativo, pedreira, em bares, operária em fábricas, agente de limpeza em firmas terceirizadas, vendedora ambulante, e *"office boy"*. As mulheres trabalhadoras de classes populares têm seu corpo modelado pelo trabalho manual, que, muitas vezes exige a força e/ou mobilidade física. A influência da classe social na vestimenta pode ser percebida pelo tipo de roupa utilizado, o que inclui o baixo valor investido na aquisição.

Para Amarelo Ouro, a roupa social – uma calça e camisa de tecido fino – suaviza a masculinidade, torna a mulher masculina menos masculina: "antes eu me vestia muito masculina". Também encontramos mulheres, em menor número, que gostam da roupa cômoda, mais associada ao masculino, e não se sentem bofe. Para estas, não há uma restrição absoluta ao uso da roupa feminina, que pode ser usada em algum momento. Uma interlocutora jovem, que se define como fitinha, disse: "Saia, vestido, eu não gosto [...] Mais calça, short, mas usava quando era pra festa. Salto não combina comigo [...]" (Caramelo). Para as jovens, o gosto pela roupa masculina está relacionado à prática de esportes, especialmente o futebol.

Estudos sobre a autopercepção em comunidades lésbicas, referem rejeição a mulheres com códigos e atitudes ditos masculinos por lésbicas engajadas em associações e frequentadoras de bares lésbicos na França e Suíça (PERRIN; CHETCUTI, 2002). A *butch* ou caminhoneira, geralmente

associada às classes trabalhadoras, é percebida como pesada, vulgar, mal cuidada, machista, enquanto que as lésbicas masculinizadas de outros extratos sociais são vistas como andróginas, com elegância, zelo, bom gosto e autocuidado. A análise das autoras aponta que a forte conotação pejorativa de "*butch*", tipo de "masculinidade operária", também está relacionada ao componente de classe social. Todavia, a produção da masculinidade extrapola a dimensão de classe, podendo ser encontradas masculinidades (HALBERSTAM, 2008) em diferentes extratos sociais.

O uso da roupa masculina associada à liberdade de locomoção e à mobilidade apareceu como uma proteção para mulheres lésbicas em relação à violência sexual, nas suas diversas formas, como o assédio, abuso sexual e estupro. Roxo desabafou:

> *Aí eu comecei a me vestir... cortei primeiro o cabelo bem curtinho igual o de (diz um nome de uma mulher masculina aos extremos do GAMI). Fiz tatuagem, comecei a vestir roupa de homem mesmo. Eu acho que era isso mesmo... "ah, nenhum um cara vai olhar, vai querer ficar comigo desse jeito".* [...] *uma armadura que eu coloquei em mim... eu ficava com cara fechada pra pessoas não se aproximarem de mim porque eu não queria realmente aproximação de ninguém, eu comecei a ter medo de pessoas, porque todo mundo que se aproximou de mim era querendo alguma coisa em troca.*

A roupa masculina é acessada para se proteger da vulnerabilidade das mulheres no espaço público e das agressões ao feminino.

> [...] *eu lembro de várias coisas que aconteceu que eu... nunca falei pra ninguém, eu procurei esquecer um pouco, do que acontecia.* [...] *Ele batia muito na minha mãe... batia em mim como se batesse num homem, eu apanhava muito quando eu ia contra ele.* [...] *Então, foi muito difícil, ele não aceitava isso (que gostava de meninas)... ele dizia que queria ficar comigo, e não aceitava... foi quando começou a perseguição. Foi quando ele me estuprou... eu pedia para ele sair, eu não tinha força pra um homem, porque era uma menina, eu tinha 13 anos... eu tinha menstruado há pouco tempo. Aí, eu me desiludi totalmente* (Roxo).

A roupa significou uma armadura, um escudo e cumpriu a função de proteção, baseada na invisibilidade do corpo e dos signos do feminino, produzindo a sensação de segurança. A história de Roxo confirma tantos casos de mulheres lésbicas que sofrem violência pela sua identidade sexual, resultantes do sexismo. Felizmente, após experimentar uma violência dirigida à sua identidade sexual, Roxo pode significar a masculinidade de uma forma prazerosa para si mesma na sua experiência de vida.

Considerações finais

As expressões de masculinidade em mulheres apontam que o sexo e a identidade de gênero não estão intrinsecamente ligados, desconstruindo a ideia de uma identidade feminina compartilhada por todas as mulheres. Variações nas expressões de gênero quebram a linearidade entre sexo e gênero, provocando rupturas nos discursos dominantes, ao apresentar uma pluralidade de significados de masculinidades que não dependem do corpo biológico para se expressarem.

Diferentemente de outras experiências, as interlocutoras se definiram como mulheres, sem referência à transexualidade, desestabilizando a categoria "mulher", sem abrir mão dela, pois se inserem em uma coletividade que agrupa mulheres lésbicas, circunscrita nos limites da ação do GAMI. Para elas, o manejo de tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994) – como vestimentas, posturas, práticas esportivas, trabalho, relacionamentos – é suficiente na produção do masculino.

O uso de ferramentas de gênero para produção das masculinidades se insere numa dinâmica de subversões e resistências à disciplinarização dos movimentos, dos corpos, da sexualidade e do gênero. Não existe corpo antes do gênero. Assim, ocorre que as performances de gênero buscam modelar os corpos para alcançar a identidade de gênero, de modo que a interioridade (como o indivíduo se vê e se comporta) corresponda à exterioridade (como é visto/é tratado(a) pelos outros).

Sob este aspecto, é importante considerar que o enfoque reduz a compreensão da masculinidade em mulheres, como uma variação de gênero, a uma expressão sexista, reforçando um modelo de feminilidade. A

vestimenta masculina descrita como cômoda e confortável ou como proteção, assim como o trabalho e o tipo de lazer, assumem um lugar importante nos contornos corporais, funcionando como signos da masculinidade.

Referências

BRANDÃO, Ana Maria. Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homo-erotismo feminino. **Analise Social,** v. XLV, n. 195. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CORDEIRO, Diana. ***Acoples subvertidos****: roles sexuales en las parejas de lesbianas.* México: Editora fem-e-libros, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989

HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petropólis: Vozes,1987

HALBERSTAM, Judith. ***Masculinidad feminina****.* Durham: Duke University Press, 2008.

LACOMBE, Andrea. **Ler [se] nas entrelinhas**: sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins. 2010. Doutorado (Tese em Antropologia Social)- Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LAURENTIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, H. B. **Tendências e impasse:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MEINERZ, Nadia. Entre mulheres: a constituição de parcerias sexuais e afetivas femininas. **Revista Latitude**, v. 2, n. 1, p. 124-146, 2008.

_____. Um olhar sexual na investigação etnográfica: notas sobre o trabalho de campo e sexualidade. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraia. **Entre saias Justas e jogos de cintura**. Santa Catarina: Ed mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do Antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2000.

PASCOE, C. J. ***Girls can be masculine too:*** *thinking about theories of masculinity. Montreal: American Sociological Association*, 2006

PERRIN, C.; CHETCUTI, N. Além das aparências: sistema de gênero e encenação dos corpos lesbianos. **Labrys:** estudos feministas, p. 1-2, jul/dez. 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/natacha1.html>. Acesso em: 19 set. 2007.

POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. In: POUPART et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 215-253.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle; HALPERIN, David (Eds.). **The lesbian and gay studies reader**. Nova York: Routledge, 1993.

_____. Of catamites and kings: reflections on butch, gender, and boundaries. In: NESTLE, Joan (Org.). ***The persistent desire:*** *a femme-butch reader.* Boston, EUA: Alyson Publications, 1992. p. 466–482.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, v. 28, p. 19-54, 2007.

SOUZA, Érica Renata. **Necessidade de filhos:** maternidade, família e (homo)sexualidade. Tese (Doutorado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005

Políticas públicas e os agressores das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar

Daliane Fontenele de Souza[1]
Inez Sampaio Nery[2]

1. Introdução

Cada vez mais as mulheres integram os números de vítimas da violência doméstica e familiar, cujos maridos ou companheiros são os agressores. Esse tipo de violência, atualmente denominada violência de gênero e entendida como aquela em que o gênero do agressor e o da vítima estão intimamente unidos à explicação de tal atitude, vem tomando não apenas proporções crescentes nos casos documentados pela mídia, mas também ampliando sua importância nas discussões de estudiosos da área e na elaboração de políticas públicas.

Dados revelam a magnitude dessa forma de violência em nível mundial. Acosta et al. (2013, p. 548) informam que "mulheres com idade entre 15 e 44 anos têm maior risco de estupro e violência doméstica do que de sofrerem acidentes, contraírem câncer, malária ou, ainda, serem vitimadas na guerra".

1 Assistente Social, Especialista em Gestão Hospitalar, Especialista em Seguridade e Serviço Social, Mestra em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí – UFPI, Analista Judiciária do Núcleo Multidisciplinar do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Teresina-PI/Brasil. daliane.souza@hotmail.com

2 Enfermeira, Pós-Doutora e Doutora em Enfermagem, Profa. Associada III do Departamento de Enfermagem, Membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina-PI/Brasil. ineznery.ufpi@gmail.com

Waiselfisz (2012), no estudo "Mapa da Violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil", afirma que, com uma taxa de 4,4 homicídios em 100 mil mulheres, o Brasil ocupa a sétima posição no contexto dos 84 países do mundo com dados homogêneos da Organização Mundial de Saúde (OMS), referentes ao período compreendido entre 2006 e 2010. Destaca ainda que, nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010, foram assassinadas, no país, cerca de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década.

No referido documento, verificou-se também uma grande heterogeneidade existente entre os estados do país. Em 2010, o Espírito Santo, com sua taxa de 9,8 homicídios em cada 100 mil mulheres, mais que duplicou a média nacional e quase quadruplicou a taxa do Piauí, estado que apresentou o menor índice do país (2,5). Nas capitais dos estados, os níveis foram ainda mais elevados. Se a taxa média dos estados, no ano de 2010, foi de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres, a taxa das capitais foi de 5,1. No referido ano, a taxa de homicídios na capital Teresina foi de 3,2, ocupando a 24ª posição no *ranking* nacional. Dentre os 100 municípios brasileiros com as maiores taxas de homicídios de mulheres, nenhum estava localizado no estado do Piauí (WAISELFISZ, 2012).

A Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República – SPM/PR elaborou, em 2008, o documento "Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor". O termo "serviço" foi utilizado para se referir ao previsto no Art. 45 da Lei Maria da Penha, que se refere a Centros de Educação e de Reabilitação para os Agressores. Essas diretrizes para funcionamento do serviço são de responsabilidade da SPM/PR e dos demais Ministérios integrantes da Câmara Técnica do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2011).

O estudo em questão objetivou traçar o perfil dos agressores no contexto do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Teresina-PI e relacionar tal perfil com as políticas públicas executadas na referida capital, no que diz respeito a programas de recuperação e reeducação destes agressores, de acordo com a Lei Maria

da Penha. Pretende-se, com os resultados desse estudo, instrumentalizar as instituições que compõem a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, seus familiares e os(as) agressores(as), nos âmbitos municipal e estadual, na criação e implementação de políticas públicas que visem a minorar a situação de vulnerabilidade das vítimas de violência doméstica e familiar.

2. Método

Trata-se de um estudo quantitativo realizado no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Teresina-PI, visando a coletar dados relevantes no que diz respeito ao perfil dos agressores das vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher em Teresina-PI. O universo da pesquisa é formado por dados coletados dos processos protocolados no período de janeiro a junho de 2012, em tramitação no Juizado, através do preenchimento de formulário estruturado durante os meses de agosto e setembro de 2012. O total de processos protocolados no período referido foi 816, tendo sido utilizados para o estudo dados de 244 processos, ou seja, 30% do total.

3. Resultados

Os resultados do estudo compreendem, dentre outros, os constantes nas tabelas 1 a 3 e nos gráficos 1 a 4. Depois de realizada a coleta de dados constantes nas tabelas e gráficos, houve a análise por frequência e percentual dos mesmos e a discussão à luz da literatura sobre o tema. Ressalta-se que as cores nos gráficos têm como objetivo apenas destacar os diferentes resultados encontrados na pesquisa.

Tabela 1. Distribuição de agressores segundo faixa etária. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Teresina, PI, Brasil, 2012.

Faixa Etária	Agressores	
	N	%
15 a 19 anos	1	0,49
20 a 29 anos	60	24,39
30 a 39 anos	69	28,29
40 a 49 anos	43	17,56
50 a 59 anos	18	7,32
60 anos ou mais	6	2,44
Sem registro	48	19,51
TOTAL	244	100

Tabela 2. Distribuição de agressores segundo estado civil/situação conjugal. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Teresina, PI, Brasil, 2012.

Estado Civil/ Situação Conjugal	Agressores	
	N	%
Casado	65	26,54
União Estável	53	21,8
Solteiro	99	40,76
Divorciado / Separado	20	8,06
Sem registro	7	2,84
TOTAL	244	100

Profissão do Agressor

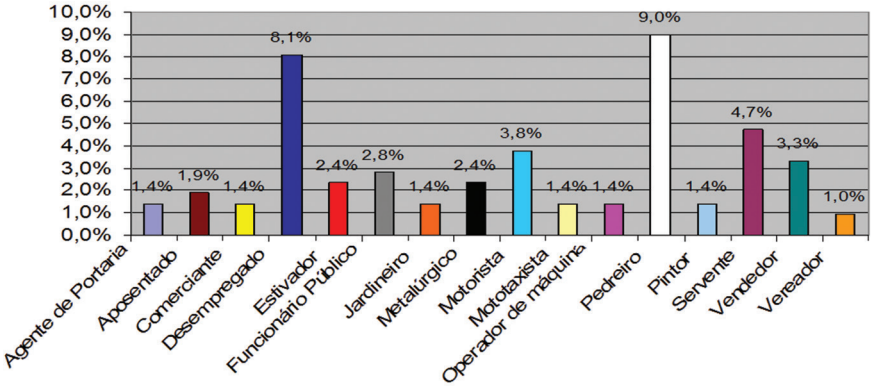

Gráfico 01. Distribuição de agressores segundo profissão/ocupação. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher/Corregedoria Geral da Justiça do Piauí. Teresina, PI, Brasil, 2012.

Relação da Vítima com o Indiciado

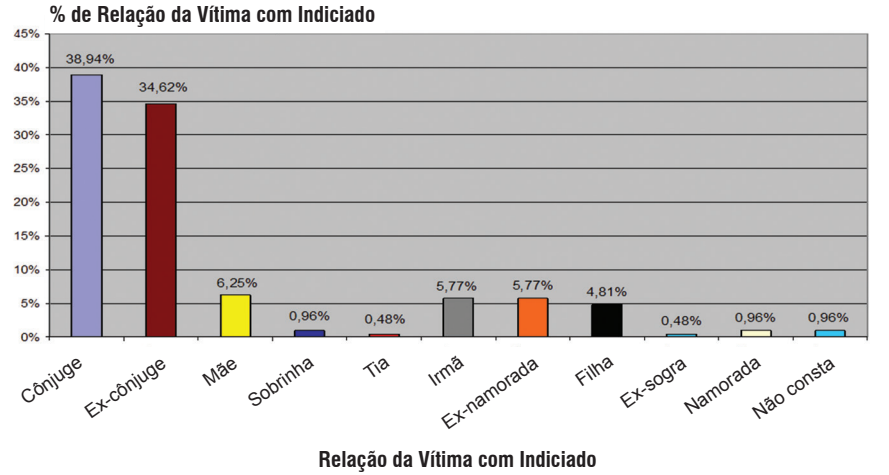

Gráfico 02. Distribuição de mulheres vítimas segundo relação com o agressor. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher/Corregedoria Geral da Justiça do Piauí. Teresina, PI, Brasil, 2012.

Tabela 3. Distribuição de agressores segundo tipo de violência cometida. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Teresina, PI, Brasil, 2012.

Tipos de Violência	N	%
Moral	206	37,87
Psicológica	176	32,72
Física	107	19,67
Patrimonial	45	8,27
Sexual	8	1,47
TOTAL	542	100

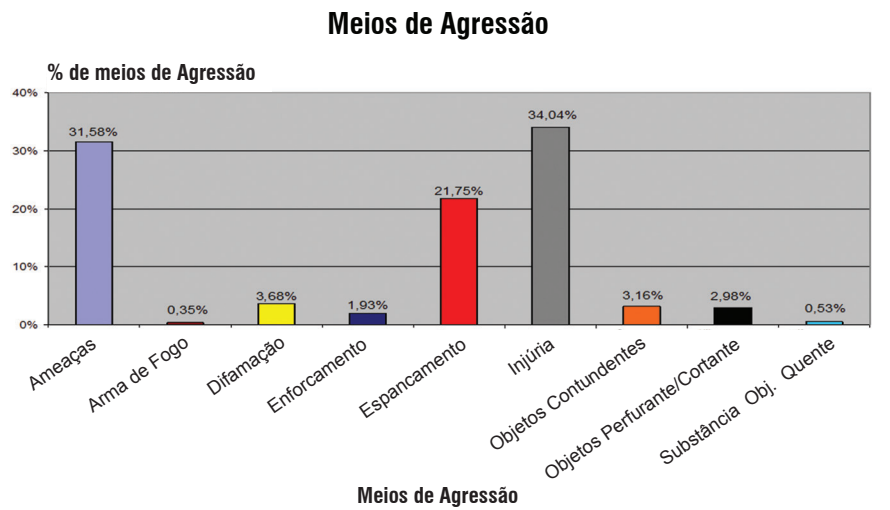

Gráfico 03. Distribuição de agressores segundo meios de agressão utilizados. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher/Corregedoria Geral da Justiça do Piauí. Teresina, PI, Brasil, 2012.

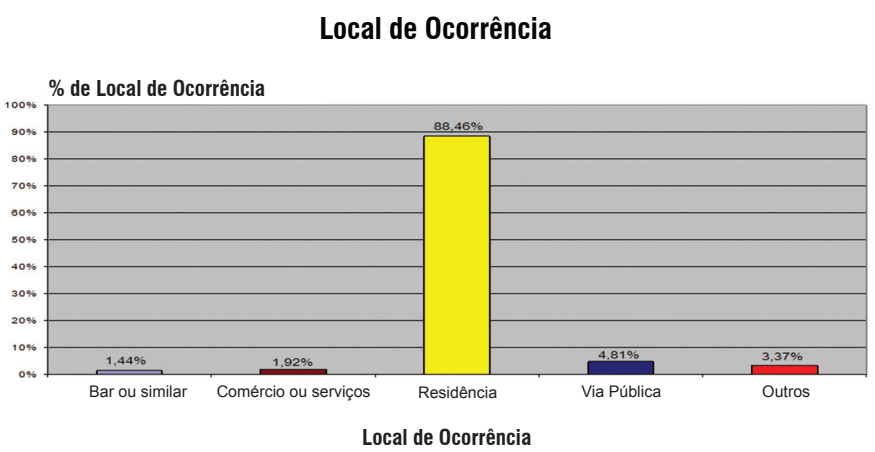

Gráfico 04. Distribuição de agressores segundo local de ocorrência da agressão. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher/Corregedoria Geral da Justiça do Piauí. Teresina, PI, Brasil, 2012.

4. Discussão

Ao analisar as tabelas 1 a 3 e os gráficos 1 a 4, percebe-se que 28,29% dos agressores estavam na faixa etária de 30 a 39 anos de idade; 24,39% tinham entre 20 e 29 anos de idade; e, em 19,51%, dos processos não constava a idade do agressor. Na maioria dos processos estudados (40,76%), os agressores estavam solteiros, seguidos dos casados (26,54%) e em união estável (21,8%).

Em 18,96% dos processos analisados não constava a profissão/ocupação do agressor. As profissões/ocupações de maior ênfase foram: pedreiro (9%), desempregado (8,06%) e servente (4,74%). Alguns agressores estavam inseridos em profissões consideradas socialmente como menos precarizadas, tais como: publicitário (0,95%); engenheiro civil (0,47%); e fisioterapeuta (0,47%). Observou-se que 0,94% dos agressores exerciam função no âmbito das Policias Civil e Militar.

O homem desempregado se sente impotente, porque está destituído do principal papel que define sua masculinidade, já que não é mais provedor, o que ameaça a hierarquia doméstica. Neste sentido, "o próprio gênero acaba

por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu destino assim determina" (SAFIOTTI, 1999, p. 88).

Nery e Tyrrell (2014, p. 63) argumentam que "a violência contra a mulher é uma realidade premente e gritante; é um fenômeno sociocultural que se vem agravando pela reincidência". Argumentam, ainda, que a emancipação da mulher não parece agradar ao homem (macho), havendo, em muitos casos, o inconformismo e a dificuldade de o homem adaptar-se a essa nova forma de convivência, centrada nos direitos humanos. Nesse sentido, para elas, o homem expressa frustrações, muitas vezes, de forma violenta, por não conseguir controle sobre o corpo e a vida da mulher.

O cônjuge era o principal responsável pelos incidentes violentos, com 38,94%, seguido do ex-cônjuge, com 34,62% dos casos, totalizando 73,56% dos casos de ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher em Teresina, no primeiro semestre de 2012. Um percentual de 6,25% das vítimas eram mães dos agressores; 5,77% eram irmãs; 5,77%, ex-namoradas; e, 4,81%, filhas.

De acordo com Menezes (2005, p. 185-186), o conceito de violência conjugal abrange "todos os tipos de relação de casal, tendo ou não um vínculo matrimonial, com ou sem coabitação. Ele engloba também a totalidade das formas de violência praticadas (verbais, psíquicas, físicas e sexuais), que se sobrepõem a maior parte das vezes". O conjunto delas foi levado em conta para a criação de um indicador global, e o termo "situação de violência conjugal" foi considerado o mais adequado para expressar a realidade vivida pela maioria das vítimas de violência doméstica e familiar.

A forma mais frequente de violência doméstica e familiar contra a mulher foi a violência moral (37,87%), seguida pela violência psicológica (32,72%). A violência física apareceu em terceira posição, com 19,67%, sendo que a violência patrimonial apresentou um percentual de 8,27% e a violência sexual de 1,47%. A ameaça e a injúria foram os meios mais utilizados pelos agressores, com 38,8% e 31,1% respectivamente, seguido pelo espancamento (16,3%) e utilização de objeto perfurante/cortante (3,8%).

A despeito de, nesse estudo, o percentual de violência sexual ter sido o menor, ressalta-se que "a violência sexual atinge homens e mulheres com uma prevalência global estimada em 8,6% na população urbana brasileira, com incidência 2,2 vezes maior nas mulheres" (COSTA et. al., 2011, p. 630). A autora ressalta ainda que, em muitas sociedades, a mulher não entende o sexo forçado como violência, caso ela esteja casada ou vivendo com o agressor, daí não o denunciar.

Percebe-se que, ao longo de muitos séculos, sempre

> [...] se tentou impor às mulheres que a vontade dos homens é que vale. Ainda hoje elas são estimuladas a agradar aos homens e, em geral, aparece pouco a satisfação de seu próprio desejo. Aparece menos ainda a importância de sua autonomia e escolha. Em função disso, existe toda uma parafernália do que precisam fazer para estarem sempre sedutoras, mas o mais grave é o fato de sua vontade e seu desejo não contarem. Por isso, é comum que realizem práticas sexuais que não desejam, a fim de não serem consideradas inadequadas. Muitas vezes, elas têm relações sexuais sem querer, porque o seu "não" é desconsiderado (FARIA, 1998, p. 15-16).

No imaginário coletivo, permanecem cristalizadas representações sociais que, ancoradas na desigualdade dogmática entre os sexos, culpabilizam a mulher pelas agressões sofridas, ao considerar que ela as incita. Vítima da violência de gênero, aos poucos a mulher vai perdendo a autoestima e, dessa forma, responsabiliza-se por todo tipo de agressão sofrida, acomoda-se à relação e não cogita uma separação (TAVARES, 2010).

Para compreender a permanência da mulher na relação conjugal violenta, faz-se necessário apreender o sentido do fenômeno da violência contra a mulher. Medeiros (2005, p. 102) considera que essa compreensão se dá quando se reconhece a discriminação histórica contra a mulher, o que tem aprofundado a desigualdade: econômica, social e política entre mulheres e homens, "onde a mulher sempre ocupou e ocupa posição inferior. Provavelmente, é a falta de igualdade que faz a mulher vulnerável à violência".

Segundo Mota et al. (2007), o fator cultural também é uma característica associada à violência doméstica do parceiro que favorece a permanência da mulher na relação agressiva. No entanto, a autora afirma que o maior risco de a mulher sofrer agressão do cônjuge está

> [...] em sociedades nas quais o homem, via de regra, detém o poder econômico e decisório frente aos demais residentes do domicílio. Neste sentido, a mulher estaria subordinada à autoridade masculina e esse quadro se agravaria se a mesma não dispusesse de acesso à informação que favoreça o entendimento de sua posição como sujeito de direitos capaz de mediar o conflito sem que haja, necessariamente, uso da força física (MOTA et al., 2007, p. 808).

No que diz respeito ao local de agressão, o estudo mostra que 88,46% das agressões ocorreram nas residências, seguidas das agressões realizadas em via pública (4,81%), em comércio ou serviços (1,92%) e em bares (1,44%). A absoluta maioria das agressões sendo praticadas no interior da residência também é um dado encontrado na literatura de Giffen (1994) e Soares et al. (1996), sendo esta prática recorrente, facilitada pelo fato de a agressão transcorrer sem interrupções de outras pessoas e sob a legitimidade da privacidade do lar.

A aplicação da força física e/ou constrangimento psicológico que se impõe a alguma mulher contra seus interesses, vontades e desejos, resulta em danos à saúde física e mental pela violação da dignidade humana em sua integridade. É produzida sob a organização hierárquica do domínio masculino nas relações sociais entre os sexos, historicamente delimitadas, culturalmente legitimadas e cultivadas, nas quais a mulher está exposta a agressões objetivas e subjetivas, tanto no espaço público, como no privado (SCHRAIBER et al., 2009).

Sobre a situação prisional do agressor, em 43,60% dos processos pesquisados, os agressores haviam sido presos, sendo que destas prisões 89,01% foram em flagrante e 9,99% foram preventivas.

A Lei Maria da Penha estabelece que a pena para o crime de lesão corporal que envolva violência doméstica passa a ser de três meses até três

anos de prisão. Refere ainda que os(as) agressores(as) não mais podem ser punidos(as) com pagamentos de cestas básicas. Esta lei também altera o Código de Processo Penal e possibilita a prisão em flagrante e a prisão preventiva, mesmo em casos mais simples de violência doméstica, como ameaça (BRASIL, 2012).

Em nenhum dos processos, o(a) juiz(a) determinou o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. O que ocorre em relação a programas de recuperação, no cotidiano do Juizado, é que quando o agressor demonstra voluntariamente o interesse de se tratar contra dependência química, dependendo do caso, o(a) juiz(a) o autoriza a fazer este tratamento, sendo o encaminhamento e o acompanhamento do agressor realizado pela equipe técnica do Núcleo Multidisciplinar do Juizado. No que diz respeito a programas de reeducação do agressor, os(as) magistrados(as) alegam não fazerem essas determinações porque não existe esse serviço em Teresina nem em outras cidades do Piauí.

O Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor não constitui um espaço de "tratamento" dos agressores e deverá se restringir ao acompanhamento dos homens processados criminalmente (apenados ou não). Faz parte da Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e deverá atuar de forma articulada com os demais serviços da rede, no sentido de contribuir para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres (BRASIL, 2011).

O enfrentamento dos problemas da mulher em situação de violência doméstica necessita da ação intersetorial e transdisciplinar, ou seja, os serviços precisam de comunicação eficaz entre si e de adequação de informações para selecionar seus conteúdos e objetivos (LUCENA et. al., 2012).

Endossa-se a crença de que somente a melhor estruturação dos serviços, a capacitação e valorização dos profissionais atuantes na rede de atendimento e a articulação/combinação de ações – entre políticas, intersetorial, intergovernamental e entre agentes sociais – potencializa o desempenho da política pública. A descentralização e municipalização impõem, cada vez mais, uma ação articulada entre as esferas de governo, ao

mesmo tempo em que reivindicam do governo central o papel assegurador da unidade e da cooperação.

5. Considerações finais

Conhecer o perfil dos agressores das vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher é um dos primeiros passos para combater e prevenir este tipo de violência. Sem um diagnóstico preciso da realidade local, a intervenção, seja de entidades públicas, privadas e/ou da sociedade civil pode acabar sendo desfocada e superficial. É imprescindível saber primeiro quem são e como são os sujeitos para depois serem traçadas as políticas públicas capazes de superarem as vulnerabilidades sociais que os acometem.

No entanto, só a identificação do perfil do agressor não é o suficiente para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Outros fatores importantes devem ser levados em consideração. O sujeito agredido também deve ser analisado dentro do contexto socioeconômico e sociocultural em que está inserido. A questão de gênero e as relações hierárquicas de poder que permeiam e sustentam a situação de violência e o seu não rompimento também devem ser analisadas, além das políticas públicas existentes e de todo o aparato institucional de enfrentamento a esta violência.

Diante do exposto, defende-se que as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero devem orientar-se para a desconstrução de valores sexistas e machistas e para questões culturais e sociais, que não individualizem o problema. O acompanhamento dos agressores constitui parte das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, na medida em que – juntamente com ações educativas e preventivas ampliadas (tais como campanhas, formação de educadores, mudança dos currículos escolares) – contribui para a responsabilização dos homens pela violência cometida e para a desconstrução de estereótipos de gênero e de padrões hegemônicos de masculinidade. Tudo isso deve ser acompanhado do atendimento/apoio e empoderamento das mulheres para que consigam romper com o ciclo de violência no qual estão inseridas.

Referências

ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. de O. G.; BARLEM, E. L. D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. **Revista Acta Paulista de Enfermagem.** 2013; 26(6): 547-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n6/07.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República, 2011.

_____. **Lei Maria da Penha** *(Nº 11.340/2006).* Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República, 2012.

COSTA, A. M. da; MOREIRA, K. de A. P.; HENRIQUES, A. C. P. T.; MARQUES, J. F.; FERNANDES, A. F. C. Violência Contra a Mulher: Caracterização de Casos Atendidos em um Centro Estadual de Referência. ***Rev. Rene: Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste,*** Fortaleza, Editora UFC, v. 12, n. 3, p. 627-635, jul.-set./2011.

FARIA, N. **Sexualidade e Gênero:** uma abordagem feminista. São Paulo: SOF, 1998.

GIFFEN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, v. 10 (supl. 1), p. 146-155, 1994.

LUCENA, K. D. T. de; SILVA, A. T. M. C. da; MORAES, R. M. de; SILVA, C. C. da; BEZERRA, I. M. P. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Cadernos Saúde Pública,** vol. 28, n. 6, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1111-1121, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010311X2012000600010&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2014.

MEDEIROS, M. C. Unidos contra a violência. In: CASTILLO-MARTÍN, M; OLIVEIRA, S. (Org.). **Marcadas a Ferro:** violência contra a mulher – uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 100-103.

MOTA, J. C.; VASCONCELOS, A. G. G.; ASSIS, S. G. Análise de correspondência como estratégia para descrição do perfil da mulher vítima do parceiro atendida em serviço especializado. **Revista Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, ABRASCO, v. 12, n. 3, p. 799-809, maio/jun. 2007.

NERY, I. S.; TYRRELL, M. A. R. **O aborto provocado e a questão de gênero**. Teresina: EDUFPI, 3 ed., 2014.

SAFIOTTI, H. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **Revista São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, Fundação SEAD, v. 3, n. 4, p. 82-90, out.-dez./1999.

SCHRAIBER, L. et al. Violência de gênero no campo da saúde coletiva: conquistas e desafios. **Revista Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, ABRASCO, n. 4, p. 1019-27, 2009.

SOARES, L. E.; SOARES, B. M.; CARNEIRO, L. P. Violência contra a mulher: As DEAMs e os pactos domésticos. In: SOARES, L. E. (Org). **Violência e Política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará/ISER, 1996, p. 65-106.

TAVARES, M. S. Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. ***Revista Serviço Social & Sociedade,*** São Paulo, Cortez, n. 101, p. 121-145, jan.-mar./2010.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012 ATUALIZAÇÃO:** HOMICÍDIOS DE MULHERES NO BRASIL. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA. FLACSO Brasil: Agosto, 2012. Disponível em:<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php> Acesso em: 28 out. 2013.

Simetrias e assimetrias do desejo: pensando sexo e sexualidade em contextos homo e heterossexuais

Telma Amaral Gonçalves[1]

Introdução

Corria célere o ano de 2007 e eu precisava concretamente iniciar a pesquisa de campo que me permitiria levantar dados para o desenvolvimento de minha tese de doutoramento, iniciada no ano anterior[2]. Meu tema de pesquisa versava sobre o amor e certamente era uma abordagem pouco convencional se considerarmos que o estudo da afetividade, sexualidade e seus correlatos era e – me arrisco dizer – ainda é pouco explorado nos arraiais das ciências humanas, em especial na antropologia, área em que atuo mais especificamente[3].

Era necessário e urgente compor um grupo de interlocutoras e interlocutoras e iniciar o lento processo de estabelecimento de uma relação de intimidade e confiança que me permitiria adentrar no universo das relações amorosas, o tema central da tese, e explorar mais detidamente o campo da sexualidade que ainda hoje é cercado de tabus e representações de senso comum que dificultam seu entendimento e o lugar, o significado e a importância que ele ocupa na vida a dois.

1 Doutora em Antropologia, Universidade Federal do Pará. telmaral@ufpa.br

2 Amaral Gonçalves, Telma. Falando de amor: discursos sobre o amor e práticas amorosas na contemporaneidade. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2011.

3 Sobre esta questão no âmbito da antropologia ver Vance, Carole. *A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico*. In Physis, vol.1, n 5. Rio de Janeiro,1995.

Assim o fiz e os dados aqui apresentados e discutidos são resultado de pesquisa de campo que realizei com um grupo de interlocutores e interlocutoras cujas vivências situavam suas práticas no campo da heterossexualidade, bem como da homossexualidade feminina e masculina. Entrevistei dez parcerias, três heterossexuais, três homossexuais femininas e quatro homossexuais masculinas, todas pertencentes a segmentos das camadas médias urbanas da cidade de Belém, com tempo mínimo de relacionamento de um ano[4] e coabitando, critérios que estabeleci previamente como forma de delimitar melhor o campo.

As parcerias heterossexuais que entrevistei se enquadram no modelo "tradicional" de conjugalidade no que se refere à forma, pois são casadas legalmente no civil e/ou no religioso, com filhos e num relacionamento definido por elas como estável cuja duração varia de três a cinquenta e dois anos. As parcerias amorosas homossexuais femininas e masculinas não se enquadram no modelo típico de conjugalidade, não possuem vínculos legais entre si, não tem filhos e o tempo de relacionamento é de um a vinte e dois anos. Ainda sobre os dados de campo, e para finalizar esta parte, devo dizer que o grupo formado incluía economistas, cientistas sociais, administradores(as), pedagogos(as), advogados(as), psicólogos(as), médicos(as) e jornalistas, com somente um entrevistado de nível médio.

O tema da sexualidade, e do sexo em particular, foi tratado apenas durante a última etapa do trabalho de campo[5] período em que já se havia estabelecido uma relação de maior proximidade entre eu e meus interlocutores e interlocutoras. Estava preocupada em não parecer invasiva, principalmente em relação às parcerias heterossexuais que tinham uma relação mais duradoura – quarenta e cinquenta e dois anos – e que, portanto, foram socializadas em um período em que o sexo era considerado – muito mais do que ainda é hoje – um tabu. Todavia, o nível de abertura em falar do assunto e em fazer revelações acerca de sua intimidade foi revelador do quanto esse debate mobilizava as parcerias entrevistadas.

4 Contabilizei o tempo desde o início do namoro até o momento em que os dados foram levantados.

5 Realizei de três a cinco entrevistas com cada uma das dez parcerias entrevistadas com duração média de uma hora e meia a duas horas e meia.

A perspectiva de gênero que norteou este trabalho me possibilitou descolar o desejo de uma base biológica e pensá-lo relacionalmente como fruto da vivência cotidiana que é singular para cada um dos pares, ditada pelo ritmo cotidiano e pelas idiossincrasias peculiares a cada uma das partes envolvidas. Além disso, numa proposta de consideração indiferenciada e, mais que isso, num exercício de pensar e enxergar a diversidade tal como ela se apresenta cotidianamente, estou considerando, conjuntamente os dois campos, ou seja, a homossexualidade e a heterossexualidade. Certamente, cada um destes universos possui especificidades que não se pode deixar de sopesar, até porque em alguns momentos elas se impõem e precisam ser analisadas. Todavia, a despeito daquilo que é peculiar a cada uma das experiências, foi possível pensar a sexualidade englobando as duas categorias e posso mesmo afirmar que a tônica dos discursos apresentou mais similaridades do que diferenciações como se verá mais adiante[6].

Como já apontei em outros trabalhos[7], a sexualidade adulta na esfera de uma relação amorosa, homo ou heterossexual, apesar de ser um tema de relevância sociológica, tem sido pouco privilegiada ou brevemente tratada enquanto campo de estudo. Digo isso porque as publicações brasileiras acerca de tal tema, em sua maioria, dizem respeito ao público juvenil com foco em temas como gravidez, iniciação sexual, práticas sexuais, trajetórias afetivo-sexuais, valores sobre a sexualidade, enfim explorando a sexualidade em todas as suas nuances neste contexto mais específico.

Essa evidência não desconsidera a existência de estudos acerca da sexualidade adulta no contexto de uma relação amorosa[8]. Todavia, o

6 Essa foi uma escolha metodológica que fiz: analisar os dois universos pesquisados – homo e hétero – sem dar ênfase às diferenças, ainda que as apontado sempre que necessário, mas revelando os pontos em comum, as similaridades, aproximações, cruzamentos e interseções existentes entre campos que rotineiramente são pensados e definidos mais pelas suas oposições.

7 Parte do debate que faço aqui está publicada em dois outros trabalhos, além da tese de doutorado já referida. Ver Amaral Gonçalves, Telma. Sexo, desejo e amor no contexto de relações amorosas homossexuais e heterossexuais. Buenos Aires: Anais do X Congresso Argentino de Antropologia Social, 2011. ISBN 978-987-1785-29-2 e Amaral Gonçalves, Telma. *"O nosso amor a gente inventa": discursos e práticas amorosas homo e heterossexuais*. Revista Percursos. Florianópolis, v.15., n.28, p. 337-353.jan./jun. 2014. DOI: 10.5965/1984724215282014337.

8 Dialogo mais detidamente com dois destes trabalhos ao longo deste artigo. Ver Bozon (2002 e 2003) e Heilborn (2004).

que desejo enfatizar é a importância de se investigar a sexualidade mais particularmente nesse âmbito, o que procuro fazer no bojo deste artigo.

Dito isso, passo a apresentar e analisar os dados de campo.

****

Quando indagadas em relação à importância da sexualidade e do lugar que o sexo ocupa no relacionamento amoroso, todas as parcerias, independente da orientação adotada, foram unânimes em afirmar que ambos ocupam um lugar de grande importância na vivência afetiva, mas ao mesmo tempo dividem esse papel de relevância com outros elementos da vida cotidiana como o companheirismo e o respeito. Isso implica em considerar que é preciso mais que o relacionamento sexual para que a parceria se mantenha enquanto tal, mas que, por outro lado, a inexistência dele põe em risco a vida a dois. Fundamental (fundante, até) ou assumindo um papel secundário, pude observar que muito da vida do par gira em torno desta questão.

Como o título deste trabalho aponta, existem simetrias e assimetrias no desejo e na forma como se pensa e se vivencia a vida sexual, o que passo a analisar a partir de agora. No discurso das três categorias entrevistadas – hétero, homo feminina e homo masculina – afirmou-se que no início do relacionamento o sexo assume um papel preponderante, pois o desejo se apresenta de forma mais intensa e a frequência do intercurso sexual é notadamente maior. Em contrapartida, à medida que o relacionamento estabiliza, os desejos antes tão intensos passam a sofrer uma redução e, consequentemente, a frequência sexual diminui.

Há também concordância no universo pesquisado de que um dos membros do par é aquele que ao longo de toda a trajetória amorosa manifesta maior interesse e necessidade do sexo, enquanto no outro o desejo se manifesta de forma mais amena. Entre os pares heterossexuais, a manutenção do interesse ou o maior interesse é manifesto pelos homens e nos pares homocorporais é um dos membros do par que assim se expressa.

Apesar disso, o grupo entrevistado considera que *"amor sem sexo é amizade"* e que a ausência de relacionamento sexual pode provocar o rompimento entre o par ou a busca por um outro(a) parceiro(a), ainda

que se tenha afirmado do mesmo modo que o sentimento amoroso não encontra no sexo a sua única forma de expressão.

Bozon (2003), ao analisar as mudanças de comportamento na França contemporânea no âmbito da relação entre sexualidade e vida conjugal nas últimas décadas do século XX[9], destaca que existem duas fases da vida sexual conjugal no contexto da heterossexualidade: o casal nascente corresponde aos primeiros dois ou três anos de vida em comum, onde claramente há uma elevada frequência de atividade sexual e também um alto nível de satisfação e apaixonamento; e o casal estabilizado, onde há uma diminuição do ritmo das relações e de satisfação em relação à sua vida sexual, fatores estes que não impedem que o sentimento amoroso permaneça.

****

Analisando os depoimentos de meus entrevistados e entrevistadas e contrapondo-os com as considerações feitas por Bozon em relação à realidade francesa, identifico inúmeras similaridades no que se refere ao universo heterossexual, onde as fases da vida conjugal, a questão do desejo e da iniciativa masculina, bem como a diminuição da atividade sexual podem ser facilmente visualizadas através das falas enunciadas.

Vejamos algumas delas:

> *Eu era muito danado quando a gente casou. Eu cansei de acordar ela de madrugada pra fazer amor* (...) *Era muito bacana. E foi arrefecendo, não tem jeito* (...). (Homem de 54 anos)
>
> *E antes eu achava assim: que o que fazia cinquenta por cento da relação amorosa era a relação sexual. Tinha de ter. E depois eu vi que não. Hoje em dia eu penso que não. Pra mim continua sendo muito importante mas não tem a mesma importância que tinha antes.* (Homem de 38 anos)
>
> É verdade que depois de um tempo se perde o interesse é (...) *da natureza*. (Mulher de 61 anos)
>
> *Eu poderia passar sem isso* (...) (Mulher de 64 anos)

9 A pesquisa realizada por este autor abrangeu dois períodos distintos, o ano de 1970 e o ano de 1992, os quais ele compara com o intuito de compreender a transformação dos comportamentos sexuais na França.

Considero pertinente referir aqui que no caso das duas parcerias heterossexuais entrevistadas, as mulheres, de 61 e 64 anos, relataram que o exercício da sexualidade com seus parceiros sempre foi uma zona desconfortável em função de suas histórias de vidas marcadas pela influência religiosa, no caso de uma, e pela influência familiar, no da outra. Entretanto, coincidentemente nas duas situações os parceiros se revelaram vivamente apaixonados e interessados sexualmente mesmo depois de mais de quarenta anos de vida em comum.

****

O universo homossexual apresenta algumas peculiaridades, como veremos a seguir. Estas parcerias vivem uma situação diversa daquela encontrada no universo heterossexual, no qual existe uma família já ampliada pela presença dos filhos e até mesmo de netos. Nos pares homossexuais que entrevistei o núcleo familiar mais imediato é formado apenas pelos dois membros do par que vivem mais centrados em si mesmos ou na relação a dois.

No caso das parcerias masculinas, o interesse sexual me pareceu independente do tempo de relacionamento, ainda que tenha que levar em consideração que o tempo de vida a dois, mais especificamente, quatro, três e um ano, com exceção de um par juntos há vinte e dois anos, configuraria a fase inicial do relacionamento, portanto de maior intensidade sexual.

Foi justamente a parceria com maior tempo de relacionamento que referiu uma situação diferenciada, pois disse um deles que no início *"era um fogo (...)Meu Deus do céu! Era coisa assim de triscar (...).* Com o passar do tempo *"(...) a gente vê que a questão da sexualidade (...) ela vai mudando"* (46 anos).

Nesse caso específico, foi mencionada a ausência de uma postura de respeito em relação à existência de uma assimetria no campo do desejo, o que foi conquistado via amadurecimento da relação, já que em certo momento havia muita cobrança por parte do parceiro que se via preterido, expresso na fala a seguir:

> (...) *antes ele não tinha esse respeito em relação a mim, se eu não queria, era um carão desse tamanho. "Ah! Porque tu não gosta de mim, porque tu não me procura", porque torna, porque deixa, e não sei o que e tal, ou seja, eu tinha que acompanhar a energia dele, então eu não concordava com isso.* (45 anos)

A ideia de amadurecimento da relação e dos parceiros implicou numa postura de "compreensão" e no entendimento de que ainda que o sexo tenha sido reduzido em sua frequência, ele ganhou mais "qualidade" e "refinamento", como veremos adiante.

****

No universo homossexual feminino, identifiquei da mesma forma, algumas diferenciações. As mulheres ainda que referissem como as demais categorias, à paixão inicial como um traço marcante da fase primeira do relacionamento, deram maior ênfase às mudanças que foram se dando ao longo do tempo de convivência e que implicaram numa redução da atividade sexual, marcada pelo desinteresse de uma das partes envolvidas. Em duas, das três parcerias entrevistadas, fica clara a existência de um ponto de tensão, expresso pela insatisfação de uma das parceiras quando o tema vem à baila, como vemos nos depoimentos a seguir.

> *Hoje a gente discute muito...é…um dos motivos básicos das nossas brigas e discussões é a questão* (...) *relacionada a sexo, porque eu quero e ela não quer.(*42 anos)

> *Pra mim... eu digo pra ela: ou eu devo ser muito diferente do ser humano, porque por mim seria todo dia, mas ela não...eu digo pra ela assim: ih! Tu lembrou, tem um mês e pouco e tal...* (41 anos)

A equivalência em termos da simetria, encontrada nos dois outros universos, não vem acompanhada de uma postura de compreensão e respeito mencionada nos outros contextos como fruto, entre outras coisas, do amadurecimento da relação. Nesse caso, observo que há a permanência de uma postura de queixa e insatisfação de um dos membros do par em relação a uma redução não desejada da atividade sexual, o que configura

um campo de tensão e conflito entre o par, manifesto inclusive durante as entrevistas através de uma postura jocosa ou claramente insatisfeita.

Neste sentido, o sexo no contexto da relação lésbica, a despeito do imaginário que situa a homossexualidade feminina em oposição à masculina e remete a primeira para um campo em que este assumiria um lugar menos privilegiado, se comparado ao amor (HEILBORN, 2004), assume para as parcerias que entrevistei um papel crucial no cotidiano da vida amorosa.

Talvez por conta disso, entre os pares homossexuais femininos a ideia de amadurecimento, refinamento e qualidade se fez presente no contexto mais amplo da relação, e não no âmbito da sexualidade, no qual, como foi visto, o que se destaca é a insatisfação e o conflito motivado pela diminuição da frequência sexual.

Entre os pares heterossexuais e homossexuais masculinos a ideia de "renovação" é associada à de "refinamento", ou seja, o sexo diminui em intensidade, mas ganha em qualidade, aspecto enfatizado pelas parcerias com maior tempo de vida em comum. As falas a seguir dão bem o tom deste debate.

> (...) *eu acho que ele muda* (o sexo), *porque ele se renova, na verdade. Ele não vai perdendo, tipo assim perde a intensidade, perde a frequência, mas ele vai se modificando, porque vai se renovando* (Homossexual masculino, 36 anos).
>
> *Só que a sexualidade numa relação mais madura ela passa a ter uma conotação diferente de quando a gente era mais jovem, porque veja só, tinha a questão do prazer, da satisfação mútua, mas era aquela coisa assim de quantidade, não era a questão da qualidade. E hoje em dia não, já* vê mais a questão da qualidade (Homossexual masculino, 45 anos).
>
> *Hoje a paixão não é a paixão de trinta e cinco anos atrás; o fogo físico, sexual, não é a mesma coisa, quem disser que é, é um mentiroso, papo furado, não existe isso* (...) *Então eu digo assim: diminui muito a frequência, aumenta a qualidade* (...) (Heterossexual masculino, 54 anos).

> *Eu avalio que hoje a gente está refinado, nós conseguimos aprender um com o outro. (...) Eu acho que hoje, nós somos amigos, muito amigos, mas somos amantes também* (Heterossexual feminina, 67 anos).

Existe claramente uma ideia de que à medida que o relacionamento se prolonga e adquire durabilidade, ocorre uma redução da atividade sexual, mas se este reduz em quantidade, ele ganha maior qualidade. Essa qualidade se expressa pela preocupação com o prazer do outro(a), com o ato em si mesmo ou através da ideia de respeito pelo desejo ou não desejo do outro(a), o que só se torna possível com o aprofundamento da intimidade que gera, por sua vez, uma maior sintonia entre o par e torna a relação mais madura no sentido também de maior densidade. Isso não implica absolutamente na eliminação das diferenças, das assimetrias entre os desejos, dos conflitos, insatisfações e frustrações, mas, pelo menos no universo destes pares amorosos com os quais me relacionei, mantém acesa a chama do sentimento de amor que os une.

****

Bozon (2003) destaca que, na sociedade contemporânea, "impera a obrigação difusa e implícita de nunca interromper e nem encerrar de vez a atividade sexual (uma obrigação de fazer sexo)", independente de quaisquer situações, sejam elas de saúde, idade ou status conjugal. Com isso passa a existir, também, uma exigência de continuidade da atividade sexual. Assim, "quem não tem atividade sexual dissimula esse fato ou procura justificar-se" (p. 122).

A sexualidade passa a assumir, portanto, um papel de grande importância no contexto da vida conjugal, seja na sua constituição, como também na sua manutenção. Ela "aparece como uma experiência pessoal, fundamental para a construção do sujeito, em um domínio que se desenvolveu e assumiu um peso considerável no decorrer dos séculos: a esfera da intimidade e da afetividade" (2002, p. 45).

Alguns marcos são importantes para que se possa pensar a questão dessas mudanças com destaque para a difusão dos métodos contraceptivos

modernos, fato que ocasionou uma reviravolta na forma de encarar a sexualidade, já que a fecundidade passou a ser pensada como um projeto pessoal, o que implicou em escolhas por parte do par – e aqui estamos falando do universo heterossexual, já que foram eles os beneficiados. O dado importante é que a sexualidade passa a ser infecunda (GIDDENS, 1992; BOZON, 2002), contrapondo-se à ideia oposta de uma sexualidade que visava à reprodução.

Além disso, as mudanças conjugais no âmbito dos países ocidentais que inverteram historicamente o laço entre sexualidade e conjugalidade definiram como imprescindível a sexualidade na relação do casal. Como enfatiza Bozon, "a ausência de relações sexuais entre os cônjuges é, portanto, indício de uma dificuldade ou de um problema conjugal que pode levar à separação. Quer existam filhos, quer não, a inatividade sexual põe em perigo a estabilidade da construção conjugal" (2002, p. 50). Isso vale, inclusive, para os casais mais idosos, os quais se supõe mantêm a atividade sexual a despeito da idade, pois da mesma forma que houve uma extensão da vida sexual às idades mais baixas, ocorreu o mesmo com as idades mais elevadas.

Um outro elemento que pode ser articulado às falas dos entrevistados constitui um discurso que é quase uma fórmula utilizada para analisar o binômio frequência X qualidade, segundo a qual importa mais a qualidade com que você realiza determinado ato do que o número de vezes em que ele é executado.

Neste contexto, as falas enunciadas representariam muito mais uma necessidade de justificar-se diante da inevitabilidade da redução da frequência sexual e da pressão social negativa que envolve este ato, do que uma ênfase na qualidade do relacionamento, como pode parecer à primeira vista. Não quero com isto dizer que a convivência não implique em intimidade e em conhecimento profundo, que pode conduzir a um maior respeito, o que sem dúvida ocorre.

No entanto, a intimidade também tem sido apontada como um fator de insatisfação e conflito quando se trata do contexto amoroso, como vemos em Heilborn (2004). Quero aqui chamar atenção para o

fato de que parece haver, sim, um grande incômodo, uma espécie de mal estar dos(as) parceiros – às vezes mais de um que do outro – em torno da relação frequência X qualidade, expresso na fala de grande parte dos entrevistados(as), e em particular nas falas das parcerias femininas. Sendo, entretanto, pouco visualizado nos relacionamentos que ainda se encontram nas fases do casal nascente e do casal estável, se quisermos usar aqui os termos de Bozon (2003).

****

O que se observa no contexto dos depoimentos que resgatei para tratar da questão da sexualidade é que as parcerias entrevistadas, independentemente da categoria a que pertençam – homo ou hétero – reservam um lugar privilegiado ao sexo no âmbito da vida conjugal, mas não sempre ou do mesmo modo ao longo do tempo.

Apesar da relevância que a vida sexual assume no relacionamento amoroso, tema em destaque neste artigo, gostaria de enfatizar que as diferentes categorias entrevistadas a situaram no contexto mais amplo da vida diária do par, na qual a ênfase recai sobre um conjunto de sentimentos e atitudes que conjuntamente são pensados como amor. Neste sentido, a tríade formada pelo companheirismo, respeito e carinho representa a base que sustenta e dá substância à vivência afetiva.

Referências

AMARAL GONÇALVES, Telma. **Falando de amor:** discursos sobre o amor e práticas amorosas na contemporaneidade. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Belém:UFPA/PPGCS, 2011.

_____. **Sexo, desejo e amor no contexto de relações amorosas homossexuais e heterossexuais.** Buenos Aires: Anais do X Congresso Argentino Argentino de Antropologia Social, 2011. ISBN 978-987-1785-29-2.

_____. “O nosso amor a gente inventa”: discursos e práticas amorosas homo e heterossexuais. **Revista Percursos,** Florianópolis, v.15., n.28, p. 337-353.jan./jun. 2014.

BOZON, Michel. Sexualidade e conjugalidade. A redefinição das relações de gênero na França contemporânea. **Cadernos Pagu**, (20):131-156, 2003.

_____. Intimidade, sexualidade e individualização na época contemporânea. **Sociologia da Sexualidade,** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade.** São Paulo: UNESP, 1992.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par:** g*ênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004[1992].

VANCE, Carole. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis,** vol.1, n 5. Rio de Janeiro, 1995.

Mobilização, desmobilização e discursos sobre sexo e gênero na Copa do Mundo 2014[1]

Parry Scott[2]
Fernanda Maria Vieira Ribeiro[3]

Quando países investem em projetos de desenvolvimento, seja em projetos e programas setoriais e de polos, seja no investimento em grandes obras, seja na promoção de megaeventos, o que se desenha é um projeto de investimento cujos ganhos previstos são estimados através de medidas de produção. Os projetos e obras se realizam com vultosos investimentos em publicidade que visam ao convencimento que aquilo que está para ser produzido é de fundamental importância para alavancar benefícios para populações e que são tocadas por eles, mas que acima disso são os benefícios para a "nação". Haverá economias aquecidas, vocações e treinamento aperfeiçoados, empregos gerados, escassezes e faltas superadas, e, acima de tudo confirmar-se-á a clarividência dos planejadores e empresários que, além de saber o que é bom para todos, também sabem executar as difíceis tarefas para tornar as obras e projetos realidades. A publicidade exalta a positividade de todo este movimento para a nação, a região, o estado e o local.

Tais projetos e obras de fato são de cabal importância para reinventar possibilidades e contextos para produzir, bem como para

1 Este texto é resultado da pesquisa "Uma Arena para Pernambuco: impactos e avaliações de promotores, vizinhos, beneficiados, atingidos" Apoio: CNPq 400083/2013

2 Professor titular de Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco e coordenador do Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (FAGES). rparryscott@gmail.com

3 Professora substituta da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (CE). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Email: fernandamvribeiro@gmail.com

viver. As experiências concretas, de fato, geram contradições e produzem desigualdades no processo de distribuir os benefícios que tais projetos, obras e promoções almejam produzir. Um dos processos que subjaz simbolicamente as ações de criação de benefícios é um processo de higienização (no sentido de promoção das "purezas" que Douglas [1991] contrasta com os perigos). Há higienizações inclusivas (melhorando o que existe) e higienizações excludentes (eliminando os perigos que incomodam ou ameaçam), e, necessariamente, ambas higienizações interagem ambiguamente nestes projetos de grandes investimentos.

Ressaltam-se duas dessas contradições que sublinham desigualdades e que abrem um espaço para questionamentos morais. Primeiro, os projetos, obras e promoções produzem muito mais efeitos do que aqueles que são planejados. Isto é um fato histórico que contribuiu muito para que se criasse uma legislação que exige estudos de impactos sobre o meio ambiente, numa tentativa de contribuir para aliviar (ou no jargão desenvolvimentista, "mitigar") os efeitos nocivos inesperados, uma espécie de proposta de higienização inclusiva, mas que se apresenta mais com características de uma higienização excludente por se relacionar com mudanças de grande monte. De questionável eficácia no que diz respeito ao redirecionamento do planejamento, tais estudos são absorvidos como uma etapa incômoda, mas superável, no processo de aprovação formal da realização das obras e projetos. Com o decorrer da execução do planejado, acrescem-se grupos que se identificam mais como "atingidos" de que como "mitigados". É uma exclusão, ou mesmo uma perda, moralmente contestável.

Segundo, as grandes dimensões de recursos mobilizados pelos planejadores e construtoras dão margem a bem fundamentadas dúvidas sobre a justeza das quantias investidas e da sua divisão, visível publicamente ou não, entre quem administra o trabalho e os recursos. Ao se juntarem destinação ilegal, apropriação indevida, comissões e salários incompreensivelmente altos entre as figuras cobertas da "distinção" por planejar e administrar, cria-se uma indignação contra a "exploração" vista como injustificada por reafirmar uma desigualdade que permeia amplos setores da sociedade. Em resumo, projetos, obras e promoções de megaeventos criam uma fenda de incredulidade na qual se insere um

opróbio generalizado de quem se beneficiou às custas dos outros. Viram uma vitrine da moralidade onde a malícia e a esperteza de alguns são práticas desabonadoras dos que administram a política e a economia de um país, uma região ou um estado em nome de um desenvolvimento que faz mais para acentuar desigualdades de que para diminuí-las.

Entre os temas que mais ocasionam higienizações e suscitam outras moralidades estão os efeitos destes projetos sobre a organização social das práticas sexuais. Provocam julgamentos morais sobre o sexo que se pode e se deve praticar, e o sexo que não se deve praticar. Conforme Laura Agustín (2005), quando se fala sobre alguns fenômenos, como a exploração sexual, a prostituição, o tráfico de pessoas, dentre outros, ocorre uma vitimização dos sujeitos envolvidos em tais práticas, construindo-as como pessoas que precisam ser tuteladas pelo Estado ou pela sociedade civil, através de políticas que visam a "beneficiar" ou, implicitamente, controlar determinados grupos.

> As abordagens que se dão na Espanha são, todavia, de forte caráter moralizador. Partem de suposições sobre o lugar "correto" do sexo (na casa de um casal), sobre as boas formas do sexo (com amor, em casal e sem dinheiro) e sobre os conceitos ocidentais acerca da classe média, pouco fáceis de impor a pessoas de outras culturas (por exemplo, a identidade pessoal ou o eu, a autoestima, a dignidade do trabalho). Estas abordagens só se podem manter se ninguém prestar atenção ao discurso dos sujeitos envolvidos (AGUSTIN, 2005, pg.123, tradução nossa).

A explosividade moral do assunto sexo o relega a tratamentos que misturam simbologias sobre o competir, ganhar e conquistar (obras e jogos), sobre os poderes mercantis (cobranças e lucros), e sobre o exercício de dominação (de geração, de gênero e de classe). Descobrir e interpretar preliminarmente como o discurso e as ações sobre sexo permeiam, aberta e furtivamente, o planejamento e realização de megaeventos é a finalidade deste artigo.

Megaeventos e polos de desenvolvimento

Além de projetos de desenvolvimento ligados aos setores portuário, industrial, imobiliário, de recursos hídricos, entre outros; fenômenos,

menos duradouros, mais contingenciais, têm criado um amplo leque de estudos visando a entender seus impactos e legados na vida de determinados territórios e populações (JENNINGS, 2014; PAULA; BARTLET, 2014; OLIVEN; SANDER, 2013; VAINER, 2011; SCOTT, 2014; ZHOURI, 2014). Falamos aqui mais especificamente dos megaeventos, que mobilizam uma grande quantidade de recursos materiais e humanos, planejamento, mitigações, gerando descasos e transformações sociais profundas. No ano de dois mil e quatorze, o Brasil sediou a Copa do Mundo como ponto de chegada no meio de uma fanfarra de publicidade na qual as nações concorrentes participaram no jogo da Fédération Internationale Football Association (FIFA), de terem as condições para serem hóspedes merecedores de um evento com prestígio internacional garantido. A aceitação da candidatura do Brasil gerou um convite à nação, televisionado mundialmente em 2007 (OLIVEN; SANDER 2013), que, além de abrir as porteiras para visitas fiscalizadoras sobre a qualidade do andamento das preparações, também era uma ameaça que apresentava perigos de desgaste moral de uma nação "ainda não preparada" para fazer bonito junto à população mundial. O Brasil de mulatas de exportação e de turismo sexual, que como México na sua execração de Malinche[4], faz parte de uma região americana colonizada onde a dominação de homens sobre mulheres é citada historicamente por construtores do Estado como impedimento à construção de uma população com características promotoras de desenvolvimento (RIBEIRO, 1995; FERNANDES, 2003; SCOTT, 2011).

A Copa do Mundo no Brasil trouxe não somente obras, seja de construção de estádios ou de mobilidade urbana (muitas deixadas no meio do caminho), mas, sobretudo, uma série de questionamentos por parte da população em relação a forma como esse megaevento foi organizado e seus investimentos superfaturados. Os impactos (e não o "legado"- ver PAULA; BARTELT, 2014) desse megaevento estão sendo sentidos pela população e deixaram um rastro de destruição em comunidades onde as obras de mobilidade urbana tiveram seu traço definido. No Nordeste do Brasil, todas

4 Malinche é uma índia de prestígio que "se entregou" aos colonizadores espanhóis no início da colonização e, com a construção mítica nacional depois, se apresenta como o símbolo da "não resistência" e da entrega de todo um projeto de nação a poderes estrangeiros e à perda da autonomia do povo e do próprio Estado mexicanos (PAZ, 1981 - original 1950).

as cidades-sede que receberam jogos (Fortaleza, Natal, Recife e Salvador, guardadas as diferenças) sofreram um processo de transformação urbana que atingiu e desapropriou muitas famílias.

Dos processos mais críticos que a Copa do Mundo deixou como "legado" para o Nordeste, podemos pontuar os seguintes, conforme ressaltaram Ana Ramalho e Ronald Vasconcelos (2013),

> 1. Pouca participação do poder executivo municipal nos projetos da Copa, a despeito de tais projetos impactarem diretamente o território cuja competência é municipal. [...] 2. Flexibilização ou alteração dos instrumentos do planejamento urbano como os Planos Diretores e modificações no zoneamento, recaindo os impactos mais perversos exatamente em áreas especiais, as ZEIS. [...] 3. Violação aos direitos humanos, principalmente através de processos de remoções forçadas, afastando prioritariamente famílias pobres para as periferias. 4. Falta de transparência e de mecanismos de participação e de controle social quanto aos projetos, bem como quanto aos recursos financeiros empregados. 5. Endividamento público para beneficiar setores e grupos específicos da sociedade. Além da privatização de espaços públicos. 6. Repercussões na cultura e economia locais. (RAMALHO; VASCONCELOS, 2013, pg. 57)

Tais processos revelam que a organização da Copa no Mundo no Brasil se deu de forma política autoritária (sem participação popular) e ligada a interesses privados. Ramalho e Vasconcelos (2013, 2015), Santos Júnior et. al. (2015) e Scott et. al, (2015) enfatizam que Copa do Mundo no Brasil beneficiaria, sobretudo, dois setores específicos: o de turismo e as grandes construtoras.

No Recife, a Arena de Pernambuco[5] foi inserida numa lógica de expansão administrativa e comercial para o Oeste da Região Metropolitana, como uma espécie de polo de desenvolvimento para um conglomerado urbano que precisava de espaço para expandir, bem como espaço para "respirar". Antes da implosão das expectativas de respeitabilidade e

5 Estádio construído para receber a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014) no Estado de Pernambuco.

moralização trazidas pela construção da Arena, o discurso reinante dos promotores era de benefícios e oportunidades. A arena projetou um certo estilo de vida e de formação de redes comerciais associadas à mídia, e todas as outras esferas se associam, mais ou menos claramente, a acontecimentos relacionados com as políticas e práticas de estímulo às "vocações" em reforço de acordo com as articulações dos agentes interessados.

Em um discurso que naturaliza a criação de espaços diferenciados para aplicação de políticas de desenvolvimento circula a ideia de que alguns lugares têm "vocações" para certos tipos de atividades. Estas vocações, de fato, são manifestações da dinâmica operacional de domínios de poder de diversos agentes que se articulam para assegurar o seu favorecimento histórico em locais que se entendem como polos. De um polo emana um conjunto de ações e representações que chegam a compor a imagem de uma vocação "realizada". Ou seja, "aqui se faz isto, e se faz bem!". Políticas de desenvolvimento concentram ações que reforçam atividades existentes e projetadas, para a geração de divisas para as economias local, estadual, nacional e internacional. Evidentemente, jamais o Estado é protagonista isolado destas políticas. Ele opera na articulação entre a diversidade de agentes que visam a ocupar posições de destaque na determinação da perpetuação e ampliação de domínios de poder que repartem o ambiente da vida produtiva e de consumo de uma maneira que repercute em todos os setores da vida.

É um planejamento e uma reescrita transformadora da realidade. Foram muitos fatores que informaram a localização da Arena, entre os quais a descoberta de áreas que os planejadores identificam como "peri-urbanas" e por isso carentes de programas para soerguê-los a um status superior na relação hierarquizada entre bairros da região metropolitana. As intervenções nestes cenários tratam o que existe nos locais como "removível" (SCOTT, 1996) e esbarram contra a capacidade das populações de se organizarem em defesa das suas moradias e práticas (como ocorre nos bairros que conseguem se caracterizar dentro das Zonas de Interesse Social –ZEIS – ver MENDES, 2005), que permite que sejam ouvidos, mesmo precariamente e incorporados ao Estado. Com a implantação de uma arena, inicia-se uma negociação sobre como a nova história do local será escrita,

e como esta história redundaria em avaliações que possam ser veiculadas sobre os impactos das intervenções locais. Em construções de barragens, os prejuízos à população local têm sido veiculados por pesquisadores sociais (SIGAUD, 1986; MACHADO, 1987; VAINER; ARAÚJO, 1992; SCOTT, 2009; ZHOURI, 2012), bem como ações de Movimentos (como o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB) têm redundado numa legislação e em ações que insistem no respeito aos direitos das populações locais (CERNEA; GUGGENHEIM, 1993) valorizando a experiência cultural acumulada na convivência no local e com as suas mudanças no tempo e conhecimento da influência da atuação histórica dos diversos agentes sobre essas mudanças.

A Copa do Mundo passou, mas o chamado legado da Copa parece não ter sido tão benévolo quanto anunciado, sobretudo para as famílias que sofreram com os processos de desapropriação. Em Pernambuco, 2 mil remoções foram realizadas, segundo o Comitê Popular da Copa, e no Loteamento São Francisco[6], 129 famílias perderam as suas casas. Em 2014, 73,5% das famílias ainda não tinham recebido as indenizações e estavam tendo dificuldades para ter acesso aos seus direitos[7]. Segundo dados da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo FIFA 2014 (SECOPA) divulgados,

> A Secopa informou que, ao todo, foram feitas 594 desapropriações de imóveis para obras da Copa, sendo 217 delas para a construção do Ramal Cidade da Copa, 135 para a Arena Pernambuco, 131 para o corredor Leste-Oeste, 46 para o Terminal Integrado Cosme e Damião, 45 para o Corredor Norte-Sul e 20 para o Terminal Integrado de Camaragibe. Com as desapropriações, que chegaram a ser questionadas pelas famílias afetadas, foram gastos R$ 108,3 milhões em indenizações.[8]

6 MOURA, Alice Bezerra de. (2014). "Tudo isso por causa de uma bola?": desapropriações e resistências decorrentes das obras para a copa do mundo de 2014 em Camaragibe e Recife. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

7 Ver vídeo Limpando a Área (2014). Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=0S9SmzUhX6k

8 Copa atrai cerca de 400 mil turistas e injeta R$ 500 mi na economia de PE. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/07/copa-atrai-cerca-de-400-mil-turistas-e-injeta-r-500-mi-na-economia-de-pe.html. Acesso em: 02/11/14.

A estrutura física da Arena extrapolou os limites de estádio que hospeda eventos, representando a implantação de uma série de medidas que afetam a vida das pessoas de formas diferentes de acordo com as etapas de construção, de uso, e de elaboração e manutenção pós-eventos de toda a área em torno da arena. Redundou na compreensão não somente dos temas que captam o interesse pela perspectiva dos diferentes grupos e pessoas impactados, mas também dos próprios temas que são os almejados mais diretamente pelos promotores das atividades, da maneira em que chegam a estas populações: mobilidade urbana, segurança, telecomunicações, saúde, energia, turismo, aeroportos e portos. A Construção da Arena faz parte de, no mínimo, três processos que mereceram a nossa atenção: a formação de um polo de desenvolvimento; a criação de impactos que produzem a visibilidade de expectativas e de avaliações diversas sobre os resultados obtidos; e a necessidade de monitoramento e percepção de elementos positivos e negativos necessários para a compreensão da contribuição dela à qualidade de vida das pessoas envolvidas nela e a promoção dos seus benefícios e mitigação dos danos, acompanhados em diferentes etapas da construção e uso da arena. Sem querer avaliar aspectos da própria estrutura física da arena, é importante ressaltar que as repercussões sociais, culturais, econômicas e simbólicas da estrutura estão sempre presentes. A extraordinária relevância da mobilização de recursos para aprovar Recife como sede, para realizar a construção, e para manter as estruturas montadas em operação tiveram desdobramentos muito importantes, até o ponto em que logo no ano seguinte (2015), passado o tempo corrido da realização dos jogos, foi anunciado 1) o abandono do projeto de expansão de espaços de estruturas e serviços urbanos moderníssimos no entorno da arena, designado "cidade da copa"; 2) a retirada do governo do estado de Pernambuco do seu subsídio milionário à operação mensal do estádio, e 3) um conjunto de irregularidades financeiras que atingiram as entidades organizacionais mais amplas (FIFA e Federação Brasileira de Futebol, entre outros). Em resumo, a Arena se tornou um símbolo de má administração de recursos.

Todas as etapas dos projetos de desenvolvimento geram conflitos com as comunidades locais e impactos na vida das pessoas atingidas, desde o planejamento à mitigação de danos. Mas um importante aspecto dessa

relação entre planejadores, governo e atingidos fica sempre em segundo plano ou mesmo esquecido. As questões referentes a gênero e sexualidade são na maioria das vezes trabalhadas por setores da sociedade civil preocupadas com determinados fenômenos, como a exploração sexual de crianças e adolescentes, prostituição, turismo sexual e tráfico de pessoas. Contudo, outras questões relacionadas aos impactos dos megaeventos, projetos de desenvolvimento e grandes obras na vida de crianças, adolescentes e mulheres ficam invisibilizadas, como por exemplo, a perda das casas por famílias que foram desapropriadas para a construção da Arena Pernambuco e a consequência disso na vida de mulheres e crianças. Muitas vezes o foco sobre determinados fenômenos, ao invés de outros, mostra uma hierarquia de valores e moralidades que devem ser preservadas.

Este é o contexto no qual buscamos identificar, neste capítulo, os discursos que revelam hierarquias de sexo e gênero em torno dos megaeventos, mas especificamente sobre a Copa do Mundo em Pernambuco. Ao falar de assuntos relacionados com sexo e com desenvolvimento, percebe-se a formação de alianças e disputas sobre a ocupação de lugares superiores hierárquicos de valor relacionados a todas essas questões como campos morais[9]. A perspectiva adotada para compreender este espaço de fricção (TSING, 2004) entre os campos morais de projetos de desenvolvimento, grandes obras e megaeventos, de um lado, e os campos morais das vozes diversas sobre sexo e promoção de igualdade de gênero, de outro lado, é que o espaço de diálogo criado é um espaço de "inter-moralidades" que convergem significativamente sobre os elementos que deviam ocupar a posição superior. Longe de negar a capacidade dos agentes que promovem a igualdade de gênero conseguiem se aliar aos grupos subalternos, não hegemônicos, heteróclitos, nestes diálogos, se entende que a convergência é, operacionalmente, uma maneira de esclarecer a importância das próprias questões de sexo e de gênero como merecedoras de atenção especial.

Antes de passar para o relato interpretativo dos casos, é importante ressaltar as hierarquias subjacentes aos cinco elementos que serão focados

9 Para esclarecer, pensamos campos morais (no sentido de Bourdieu, 2010) como discursos e práticas hierarquizados enquanto valorizações sobre o certo e o errado, e também reconhecemos a relevância dos trabalhos sobre moralidade de Luís Roberto Cardoso de Oliveira (1996), mas que não são abordados diretamente aqui.

como compondo o espaço de diálogo inter-moral. No campo de gênero o elemento hierárquico superior é o homem; em geração é o adulto; em classe são as classes altas e médias que têm maior controle sobre recursos; no campo geopolítico são as esferas mais geograficamente amplas que englobam espaços locais; e no campo administrativo e de governança são os formuladores e executores de políticas. Esses cinco eixos são articulados de forma que condicionam os contextos de ação de políticas públicas e programas sociais, elaborando uma noção de estar beneficiando ou protegendo as pessoas que geralmente se encontram nas escalas mais baixas das hierarquias sociais, às quais essas ações são direcionadas.

Ao falar sobre sexo, os atores nestes cenários caracterizam o *dever ser* de atores em torno de todos esses elementos, detalhando expectativas e avaliando práticas. Assim se desenrola um campo inter-moral construído pelo encontro entre sexo, gênero e desenvolvimento. Coloca em discussão a extensão de convergência sobre a viabilidade de ações de higienização e de estigmatização, e sobre ações que centralizam e reforçam hierarquias existentes e as maneiras pelas quais se pode contribuir para uma contestação ou inversão pontuais, mas potencialmente duradouras, dessas hierarquias.

Quatro Eixos de Sexo, Megaeventos e Inter-Moralidades

Quatro campos de ação e eixos discursivos explícitos e inter-relacionados sobre sexo aparecem quando se trata da Copa do Mundo e de eventos congêneres: prostituição, turismo sexual, tráfico de pessoas e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Embasando todos os campos e eixos explícitos, há um eixo moral implícito que identifica certos tipos de organização social e práticas sexuais como corretos ou incorretos, como bons ou maus, e o diálogo entre este campo implícito e os campos explícitos sempre existe de alguma forma. Na Copa do Mundo, e com a ênfase no Recife, descreveremos estes diálogos e as suas mobilizações e desmobilizações de práticas, ações e discursos.

Prostituição/Trabalho sexual: A Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS) participa de um esforço nacional, juntamente com a Rede Brasileira de Prostitutas (DAVIDA), de reconhecimento da

prostituição como uma profissão regida pelas legislações trabalhistas. Independentemente do que tenha sido o processo pelo qual o(a) profissional tenha se aproximado ao exercício da profissão, trata-se de uma atividade comercial com consentimento de quem vende e quem compra. A noção de consentimento defendida, tanto pelas feministas do *sex radicalism*[10] como pelas próprias trabalhadoras do sexo, como algo que distingue o trabalho sexual de mulheres maiores de dezoito anos, daqueles considerados como tráfico, identificado pelo uso da força e da coerção, e exploração sexual de crianças e adolescentes, tem sido a bandeira para reivindicar os direitos das trabalhadoras do sexo. Segundo Sutherland (2004), *sex radicals* não usam acriticamente a concepção liberal de consentimento, isto é, elas não fazem afirmações sobre o consentimento como se todos estivessem em igual posição de barganha de poder. Elas reconhecem que sexualidade e atividade sexual são experimentadas de maneiras complexas e contraditórias e que ela pode servir simultaneamente com um local de exploração e vitimização e como um local de subversão e agência.

As oposições morais deste argumento provêm de um amplo espectro de grupos, desde grupos religiosos que defendem a heteronormatividade de casamentos monogâmicos com divisões de trabalho tradicionais como os espaços legítimos para relações sexuais, até grupos feministas que identificam a prostituição como associada à dominação da mulher através da prática do controle do corpo dela por quem compra os serviços[11]. A relutância da aceitação do reconhecimento da prostituição como trabalho intensifica quando quem pratica é homossexual ou é travesti. O questionamento da ordem heterossexual cria, para os opositores, mais um impedimento moral.

10 "O radicalismo sexual (como aqui vou chamar os *sex radicals*) oferece uma oposição à perspectiva abolicionista, mudando o foco para os direitos humanos das trabalhadoras e dos trabalhadores do sexo. As suas reivindicações e intervenções legais giram em torno da autodeterminação das(os) trabalhadoras(es) do sexo, incluindo condições de trabalho decentes e liberdade de movimento. O radicalismo sexual abrange uma coalizão de segmentos feministas acadêmicos, teóricos *queer*, movimentos de trabalhadoras(es) do sexo, se movendo além de uma tímida tolerância da diversidade sexual para um inconformismo sexual, reivindicando que a mudança da ideia sobre o sexo pode mudar o sexo em si e com ele o equilíbrio de poder na sociedade." (RIBEIRO, 2013, p. 64)

11 A perspectiva abolicionista, ligada ao feminismo radical, vê a venda de sexo por dinheiro como opressiva, prejudicial e responsável pela objetificação do corpo feminino, para o qual não há qualquer tipo de consentimento por parte das mulheres (JEFFREYS, 1997; BARRY, 1995).

Esses argumentos estão hoje no centro dos debates contra a regulamentação da prostituição como trabalho e a favor da legislação anti-tráfico. Feministas contemporâneas "neo-abolicionistas"[12] negam que a prostituição possa ser considerada uma escolha verdadeira ou uma "promulgação" legítima do desejo, porque toda prostituição é inerentemente violência contra a mulher, sendo nenhum consentimento possível. Como parte de uma reação defensiva para essa alegação, ativistas dos direitos das trabalhadoras do sexo argumentam que é necessário fazer uma distinção entre prostituição voluntária, a ser vista como um trabalho, e prostituição forçada, a ser vista como uma violência (DOEZEMA, 2005).

O que se observou na Copa do Mundo, em algumas cidades-sede, foi um estímulo aos(às) profissionais de sexo de aprender línguas estrangeiras para se comunicar com os estrangeiros e de aprender meios de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, aportando recursos governamentais para quem nessas atividades participavam. Estas ações de "qualificação" e de "segurança" existentes, embora mais esparsas em contextos sem a presença de megaeventos e expectativa de muitos turistas estrangeiros, convenceram algumas das representantes a participar na confecção e uso de material de divulgação das campanhas, tornando este período compreensível como promotor de "maior "colaboração" ou "articulação" com o Estado que em outros tempos. Contudo, na cidade do Recife, tais ações não foram identificadas e a relação com o Estado foi muito mais de conflito do que de parceria. Conforme Janaina Falcão, transexual, profissional do Centro de Referência em Direitos Humanos da Prefeitura da Cidade do Recife.

> *Tanto em Salvador, na Bahia, e tanto em Natal, no Rio Grande do Norte, as meninas* [travestis e transexuais] *tiveram cursos intensivos de línguas. Elas tiveram, é... uma prolongação e uma coisa mais intensiva na questão de DST e Aids. Fizeram um treinamento para reforçar que usassem a camisinha pra não propagar essas questões, dessas doenças e no nosso Estado de Pernambuco não foi feito nada!* (Entrevista relizada por Fernanda Vieira com Janaína Falcão, realizada em 20/09/14)

12 Expressão utilizada por Jo Doezema, 2005.

Em relação às mulheres profissionais do sexo, foi realizada uma campanha pela Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS), em parceria com o Fórum LGBT de Pernambuco, apoiada pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, intitulada "Profissionais do sexo na defesa dos direitos durante a copa". Essa campanha teve como objetivo distribuir panfletos sobre os direitos das profissionais do sexo (vide Figura 1). Segundo Vânia Resende, representante da APPS,

> *A gente ficou tão assim... entusiasmada com a Copa que a gente fez um projeto, onde a gente conseguiu fazer trinta multiplicadoras de informação para elas passarem, saberem os direitos de ir e vir. Que a gente tinha medo de... surgiu um boato que a polícia ia tirar as prostitutas das áreas de prostituição, então a gente fez um projeto com fundo de direito humanos que foi... "prostituta e direitos na Copa".* (Entrevista realizada dia 03/03/15)

Contudo, a ampla expectativa gerada pela chegada de muitos turistas para a Copa nos meses de junho e julho, o que gerou um planejamento tanto no sentido de preparar as profissionais através de campanhas como de coibir a prática da prostituição, não foi atendida. Profissionais de sexo foram críticos ao rendimento do trabalho durante a Copa: "Não foi tão bom quanto pensávamos"; "Teve turista, foi bom pro comércio local, não pro negócio do sexo". Vânia, prostituta há quarenta e três anos, também ressaltou o pouco movimento...

> *No centro, na época da Copa, ficava um cemitério, fechava tudo! O comércio era fechado. As prostitutas ficavam, e não tinha clientes e não aparecia ninguém. Pra nós a copa não foi legal, nem… Até aquela história que a gente tinha medo da higienização não houve, porque não tinha nem cliente. Os homens quando largava, geralmente o jogo era tarde, eles iam tudo correndo pra casa pra assistir ao jogo em casa. Enfim, a cidade ficava um cemitério. A gente acompanhou que em Boa Viagem, como é área de prostituição mais de elite, depois do jogo, ainda deu algum dinheirinho, aquela história que o beijo*[13] *divulgou que é "muito pão duro, pouco pau duro", né!* (Entrevista realizada dia 03/03/15)

13 Jornal impresso Beijo da Rua, publicado desde 1988 pela Davida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde. Disponível em http://www.beijodarua.com.br/

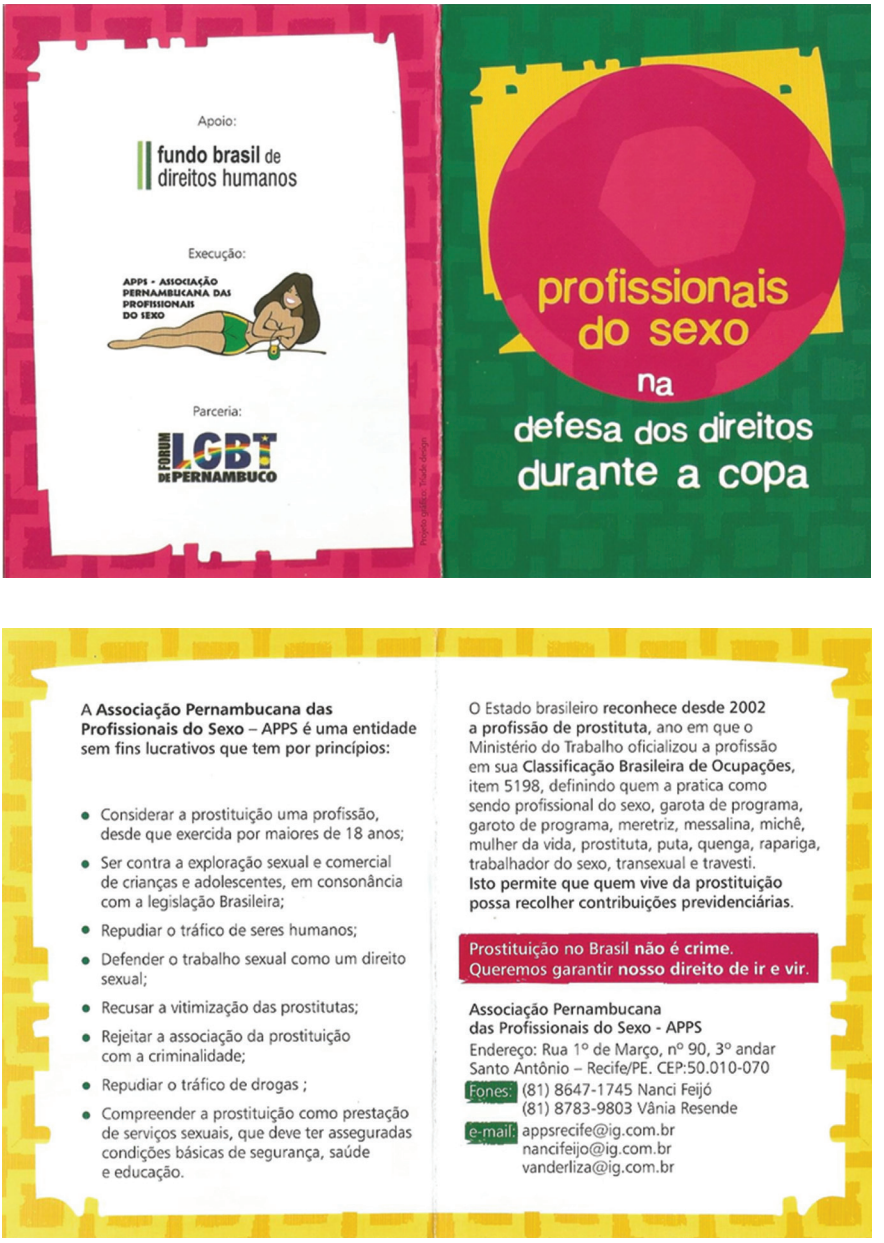

Figura 1: Campanha “Profissionais do sexo na defesa dos direitos durante a copa”

Segundo relatório lançado pelo Observatório da Prostituição/ LeMetro/IFCS-UFRJ, as evidências coletadas pela pesquisa realizada nas principais zonas de comércio sexual no Rio de Janeiro e em observações em Fortaleza e Recife[14], indicam que não houve, durante a Copa, aumento substantivo da prostituição, nem tampouco da exploração sexual de crianças e adolescentes que pudesse ser atribuída ao crescimento do comércio do sexo nessas cidades, por efeito, da presença massiva de turistas sexuais.

Numa avaliação posterior à Copa, durante o Encontro Estadual de Travestis de Pernambuco, no município de Cabo de Santo Agostinho, a avaliação foi de que houve uma ação de repressão da prostituição de rua e fechamento de casas de prostituição em Camaragibe, região metropolitana do Recife, e no Centro da cidade do Recife. A demolição de estabelecimentos mais pobres num esforço de criar uma imagem de limpeza e correção para os visitantes estrangeiros foi realizada através de uma higienização excludente. Os próprios profissionais usam o termo "higienização das ruas" para referir a essa prática que estão acostumados a enfrentar, mas que intensificou antes e durante a Copa.

> *As meninas, algumas delas foram é expulsas e proibidas de trabalhar, as que trabalham em via pública, porque infelizmente, a falsa política, a pseudo política que a gente vive no nosso país, não apenas na nossa cidade, no nosso estado, é de... fizeram uma grande limpa. Fizeram uma falsa maquiagem, pra mostrar pro turista que Recife é uma cidade limpa, que Recife é um cidade que não tem guetos, que Recife é uma cidade que não tem a baixo meretrício, no qual a nossa cidade sempre teve desde os anos quarenta. É o caso de Santa Rita, que é um foco de prostituição, foi-se retirado e usaram*

14 "O Observatório da Prostituição realizou pesquisa etnográfica nos principais pontos de prostituição do Rio de Janeiro (Copacabana, Ipanema, Centro, Lapa e Vila Mimosa), Fortaleza e Recife visando a monitorar os impactos da Copa do Mundo nas áreas de prostituição das cidades-sede (presença de estrangeiros, concentração ou aumento da prostituição em determinados setores das cidades), "as ações policiais e de organizações governamentais e não-governamentais que vêm atuando nessas áreas, ora para coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes, ora para promover sua visão quanto à prostituição. A pesquisa também observou as condições de trabalho nesses lugares durante os jogos e mapeou as redes formadas para viabilizar o trabalho sexual durante esse período, além de acompanhar o noticiário nacional e internacional sobre prostituição no Brasil no contexto da Copa do Mundo" (Observatório de Prostituição, 2015, p. 1), disponível em: www.observatoriodaprostituicao.wordpress.com

> *aquela alternativa de terem retirado as barracas porque esteticamente aquilo era feio, não! Porque ali geralmente é um grande ponto noturno de venda de drogas e de prostituição. As meninas em Boa Viagem, que é uma via também pública da cidade do Recife, no qual elas se localizam pra fazer esse tipo de trabalho, os policiais estavam ameaçando, eles estavam fazendo... tem certeza que vão ficar aí? Porque vieram a mim, as meninas, porque eu sou também do movimento social, então as meninas vieram se queixar, pra que a gente tomasse uma postura em relação* à *polícia militar do Estado* (Entrevista com Janaina Falcão, realizada em 20/09/14).

As mulheres que trabalham em boates, hotéis e motéis de luxo não relataram repressão policial ao seu trabalho, mas de fato, o(a)s profissionais que frequentam esses espaços são muito menos ativos na busca dos seus direitos, já que sofrem poucos impedimentos explícitos às suas atividades. A prostituição dita "de luxo"[15] fere a imagem do país e Estado anfitrião menos que a prostituição das classes mais pobres, heterossexuais, homossexuais e travestis, que, mesmo se chamadas para se qualificarem e fazerem "sexo seguro", precisa ser escondida e muitas vezes impedidas de exercer a sua profissão. O relativo insucesso da atividade prostitucional "menos discreta" durante a Copa reporta ao fato que a própria clientela provém da população local, e assistir os jogos parece ter tido um efeito de desviar a atenção da busca de serviços sexuais pagos.

Turismo Sexual: No Recife, segundo estimativas do Governo de Pernambuco, cerca de 400 mil turistas passaram pelo Estado durante os jogos da Copa do Mundo. Do total, 39,31% foram estrangeiros, vindos principalmente dos Estados Unidos (44.074), do México (36.448), Japão (13.868), da Costa Rica (9.245) e Alemanha (9.245)[16]. Segundo notícias

15 "Embora seja um fenômeno antigo e bem conhecido do público em geral, entre a cortesã do início do século XX e Bruna Surfistinha, a prostituição de luxo, que não se define simplesmente pelo alto preço dos programas sexuais, ganhou novos contornos: uma rede de serviços vinculada a esse tipo de prostituição, tais como a divulgação das garotas através de *sites de acompanhantes*; casas especializadas para atender clientes das classes média-alta e alta; formas específicas de organização, agenciamento e divulgação." (RIBEIRO, 2013, p.10)

16 Copa atrai cerca de 400 mil turistas e injeta R$ 500 mi na economia de PE. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/07/copa-atrai-cerca-de-400-mil-turistas-e-injeta-r-500-mi-na-economia-de-pe.html, Acesso em: 02 nov. 2014

veiculadas pela mídia, houve um aumento significativo de turistas estrangeiros e nacionais no país durante a Copa do Mundo, inclusive se comparado ao mesmo período do ano em 2013, período em que foi realizada a Copa das Confederações.

> O número de turistas estrangeiros em junho deste ano superou em 132% o do mesmo mês de 2013, quando 298.156 visitantes estrangeiros ingressaram no país. Igualmente superou os 310 mil estrangeiros que foram ao Mundial da África do Sul em 2010. [...] Os números foram engrossados principalmente pelos latino-americanos, que aproveitaram a curta distância e o bom desempenho de seleções como Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai, México e Costa Rica, que avançaram para as oitavas de final.[17]

Em relação ao perfil do turista, pesquisa realizada pela Prefeitura do Recife revela que o público estrangeiro que veio para a Copa foi predominantemente do sexo masculino (75,9%), maioria com faixa etária entre 25 e 44 anos (71,4%) e solteiro (65,6%). Os mexicanos foram maioria entre os entrevistados (23,8%), seguidos dos americanos (13,9%). A média geral de gastos dos turistas internacionais foi de US$ 3.097,80. O principal investimento foi com a alimentação (39,8%). Os estrangeiros permaneceram, em média, nove (9) noites no Estado. Os alemães e americanos foram campeões de permanência, ficando na cidade 11 e 8 noites, respectivamente.[18]

Tais dados são importantes para avaliarmos o tipo de turista que esteve no Estado durante a Copa do Mundo para problematizarmos a incidência de exploração sexual contra crianças e adolescentes e o aumento de prostituição durante o período da Copa. O investimento do estado de Pernambuco em turismo, que representa uma parte significativa da receita do estado e que veicula imagens de praias e hotéis para lazer familiar, tem

17 **Número de turistas durante a Copa supera expectativas.** Disponível em: http://exame.abril.com.br/economia/noticias/numero-de-turistas-durante-a-copa-supera-expectativas. Acesso em: 15 out. 2014

18 Pesquisa revela que Recife foi aprovado pelos turistas da Copa. Disponível em: http://www2.recife.pe.gov.br/pesquisa-revela-que-recife-foi-aprovado-pelos-turistas-da-copa/#sthash.ARcFN9Sb.dpuf. Acesso em: 02 nov. 2014

passado por sucessivos esforços de supressão de informações e práticas de turismo sexual, como se verifica em Lehman-Karpzov (2004) e Ceu Rodrigues (2006, 2014). Há duas vertentes: o turismo sexual de quem vem para o Recife, e o turismo sexual de quem viaja para fora, sendo de maior interesse para o assunto em tela o primeiro.

Como se mencionou na discussão sobre prostituição em geral, há uma nítida diferença entre a aceitação de turismo sexual como prática entre dois adultos que consentem sexo com o uso de um apartamento num hotel de classe média e o turismo sexual que possa ocorrer em prostíbulos e profissionais de baixa renda e de pouca discrição. O nível de renda e a distinção comunicada pela roupa dos usuários de um hotel "de luxo" impede qualquer repressão por parte da segurança dos hotéis ou de representantes de segurança pública e sanitária, enquanto a presença de uma pessoa vestida de forma ou "exageradamente sugestiva" ou "maltrapilha", ou o uso de estabelecimentos de menos recursos e que talvez não tenham controle eficiente sobre a presença de menores, pode ocasionar o impedimento de atividades deste tipo de turismo sexual, visto como nocivo à imagem do estado de Pernambuco.

As características dos turistas da Copa do Mundo sugerem que seriam usuários do turismo sexual mais discreto, não marcado pelas autoridades, e para as(os) profissionais de mais baixa renda houve fechamento de bares "suspeitos", de forma indiretamente dirigida a estes(as) profissionais, pois foi realizada em nome do melhoramento generalizado dos espaços urbanos da cidade. Tanto no Recife, como em Camaragibe, município da Região Metropolitana do Recife, locais onde tradicionalmente era exercida a prática de prostituição, próximos ao acesso da Arena (como Timbi, Santa Mônica e estabelecimentos ao longo da Avenida Belmínio Correia[19]), foram fechados ou demolidos. A prestação de serviços sexuais pagos nestes lugares costuma ter como clientela trabalhadores, tanto os que migram para trabalhar na construção das obras como de trabalhadores locais, então não seria compreendida como "turismo" e sim como prática resultante de mobilidade de trabalhadores distantes das suas famílias de

19 Operação de bares e inferninhos em Camaragibe. Disponível em: http://www.camaragibe.pe.gov.br/Portal/pmcg/index.php?option=com_content&view=article&id=429:opera%C3%A7%C3%A3o-de-bares-e-inferninhos-em-camaragibe%E2%80%8F&catid=16&Itemid=357. Acesso em: 20 mar. 2014

origem. Estes trabalhadores usam os serviços sexuais disponíveis no entorno das construções, como foi veiculado em Suape (SCOTT, SANTOS, no prelo; VIEIRA DA SILVA, 2013; SCALAMBRINI COSTA, LOURENÇO JÚNIOR, 2014). Essas práticas "denigrem" a imagem do Estado e não poderiam continuar existindo durante a Copa do Mundo e a estadia dos turistas no "padrão FIFA", por isso esses espaços foram demolidos, devidamente higienizados, também servindo como evidencia dos esforços de promover o legado projetado de melhor mobilidade urbana!

Tráfico de pessoas: A Global Alliance Against Traffic in Women (GAATW) percebe uma prática de mobilização intensiva contra a prática de tráfico de mulheres para a realização forçada de serviços sexuais em tempos de megaeventos.

> O tráfico de pessoas é uma grave violação dos direitos humanos e é definida por três elementos: 1) o movimento de pessoas, 2) havendo fraude ou coação da mesma para fins de trabalho forçado, 3) servidão ou práticas semelhantes à escravidão [...] O tráfico de mulheres para fins de prostituição é diferente de (a) migração internacional por conta própria de trabalhadores/as sexuais, e (b) a ajuda de terceiros nessa migração. Ou seja, uma pessoa que ajuda outra a viajar – mesmo em prol do trabalho sexual – não é necessariamente enquadrada na definição internacional de traficante (GAATW, 2011, p. 12, 14).

Os esclarecimentos na definição acima estão contidos na publicação "Qual o preço de um boato?," três anos antes da Copa, cujo argumento taxativo é que uma prática inerente à operação de grandes eventos é a mobilização de discursos e recursos através de um alarde promovido pelos organizadores do evento em torno do tráfico, mesmo diante do fato que "[n]ão há evidências de que grandes eventos esportivos promovem um aumento nos casos de tráfico para fins de prostituição" (GAATW, 2011, p.8). A participação de movimentos sociais ampliados compostos por ONGs, entidades institucionais governamentais que promovem os direitos dos cidadãos e a mídia ajudam a criar um pânico moral em torno do fenômeno que, juntos, alertam sobre a muito provável ocorrência de grandes

aumentos no tráfico de pessoas durante os eventos. GAATW exemplifica o fenômeno citando as expectativas exageradas geradas nas Copas do Mundo de Alemanha (2006) e África do Sul (2010) e as Olimpíadas de Grécia (2004) e Canadá (2010), bem como os *Super Bowls* anuais do campeonato de futebol americano, e mostrando o que de fato aconteceu durante os eventos. Invariavelmente, as expectativas foram contrariadas com a quase total ausência de ocorrências registradas. Muito mais de que uma prática de sub-registro para preservar imagens, ou uma medida de sucesso do próprio combate ao tráfico, isto se interpreta como uma mobilização de atividades e recursos num ambiente de grande circulação de capitais que permitiu a montagem de esquemas especiais de atenção.

> Apesar da falta de provas, é impressionante ver o quanto esse assunto continua sendo interessante para a mídia, para os políticos e para os grupos abolicionistas da prostituição. A resistência da afirmação é, em parte, devido a sua utilidade como: • Estratégia de captação de recursos; • Uma maneira de atrair a atenção da mídia ou do público; • Uma maneira rápida e fácil de "fazer alguma coisa" sobre o tráfico; e • Uma justificação para medidas de controle social (por exemplo, medidas antimigração ou operações contra os/as trabalhadores/as do sexo) e o cultivo do "pânico moral" (GAATW, 2011, p.28).

Não se deve confundir essa ideia com espertezas dos que se dedicam ao combate ao tráfico, e sim com a pouca seriedade e limitado volume de recursos com os quais a questão é tratada quando não existe um ambiente especial de preocupação das nações anfitriãs em projetar uma imagem positiva do seu país e dos organizadores internacionais, nacionais e locais destes eventos que trabalham com orçamentos impensáveis em outros períodos.

Dentro do Brasil, como em outros países, o tráfico de pessoas se associa muito aos movimentos entre fronteiras onde as barreiras legais de mobilidade precisam ser ultrapassadas (PÓVOA NETO, 2010; PISCITELLI, LOWENKRAUN, no prelo), bem como à questão de trabalho em condições modernas de escravidão, sobretudo em propriedades rurais. Denúncias da ocorrência de casos relacionadas com grandes obras, como no caso de casas

de prostituição em torno das obras da hidrelétrica Belo Monte[20]. Mas, após a Copa do Mundo no Brasil, o balanço entre as doze cidades-sedes dos jogos foi de não ter havido nenhum "*boom*" de tráfico. Ou seja, o que ocorreu foi igual ao que poderia ser previsto através da leitura da publicação de GAATW em 2011, ou pela pesquisa que a Observatório da Prostituição/LeMetro/IFCS-UFRJ realizou sobre atividades de prostituição durante a copa.

As brasileiras e os brasileiros visados pelo combate ao tráfico de pessoas são muito mais as pessoas que circulam em espaços internacionais e que enfrentam condições sub-humanas tanto nas suas viagens quanto na limitação da sua mobilidade nos locais de realização de trabalho sexual. Com a opinião pública aguçada sobre a condição de pessoas traficadas, veiculada pela Rede Globo na novela "Salve Jorge", e amplamente criticada como excessivamente espetacularizadora e até irreal; a criação de um alarde sobre o fenômeno formou um clima de facilitada mobilização de instituições do Estado, organizações não-governamentais e diversas entidades que trabalham contra a violação dos direitos dos que sofrem de tráfico durante os megaeventos. Mas esta mobilização contou com um grande catalizador que ampliou a adesão à indignação contra a violação de direitos: a exploração sexual de crianças e de adolescentes.

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Um dos artifícios mais capazes de movimentar a comunidade protetora de direitos humanos diante do mercado de sexo é a adoção como norte mobilizador de ações durante a Copa da "Campanha contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes". Esta campanha foi a ação mais visível de colaboração em torno da relação entre sexo e a Copa do Mundo no Brasil. Se não era o aumento do tráfico em si, a grande preocupação era com o aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes, o que remetia a atenção para a perda de autonomia dos agentes/vítimas inocentes e que criou uma postura de unanimidade da responsabilidade de adultos. Criou a possibilidade de formar parcerias entre instituições com ideologias contrapostas em alguns outros campos, a exemplo da inclusão tanto de grupos religiosos de assistência que poderiam ser considerados de postura "abolicionista",

20 "Pará liberal", reportagem disponível em: http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/06/obras-de-belo-monte-incentivaram-industria-de-sexo-no-para-diz-estudo.html Acesso em: 02 mar. 2015

ou, minimamente "salvadora de mulheres" diante da prostituição em geral; como de grupos de ação feministas, de travestis ou de profissionais que se aliavam à luta do direito de reconhecimento do trabalho de oferecer serviços sexuais como simplesmente mais uma profissão absolutamente legítima, injustamente perseguida.

O fiel da balança favorável à campanha foi a referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que deu permissão à pretensão de promoção de ações de disciplinamento, proteção e de higienização, includente e excludente, defendidas de maneiras diferentes por cada parceiro nesta Campanha. Era uma espécie de Conselho Tutelar ampliado, inclusive contando com espaços especiais de atendimento nos locais dos jogos. O lema internacional "Não desvie o olhar", com uso de imagens de jogadores "vestindo a camisa" (vide Figura 2) e que aderiam a atividades extra-campo as mais diversas (menos aqueles conhecidos por se envolverem em farras envolvendo sexo e bebidas!), criou um fator unificador: sejam quais forem as outras questões suscitadas pelos objetivos específicos de cada coletividade parceira, a unanimidade em torno da proteção da criança e do adolescente assegurava que cada uma poderia se entender como tendo a legitimidade de um adulto, capaz de guiar os que não tinham a idade para exercer autonomia nas suas decisões simplesmente por causa dessa idade. Quem queria promover o direito da prostituição ser reconhecida como profissão incluía esta questão nas suas ações e discursos, e quem não apoiava não era obrigado a explicitar a sua oposição. Simplesmente se omitia e oferecia apoio e discurso favorável a ações de proteção, muitas vezes sugerindo direta ou indiretamente, que o mais importante era evitar que as crianças e adolescentes entrassem no "indesejável e explorador" mercado de sexo.

Figura 2: Campanha Internacional "Não desvie o olhar"

A realização de seminários e encontros, tanto de capacitação e articulação preparatórios, quanto de avaliação pós-Copa, permitiu externar os objetivos do governo e dos parceiros, numa rara (e ainda relativamente limitada!) visibilização das suas demandas, articulações, ações preventivas e de divulgação. Nos seminários pós-Copa, a apresentação gráfica dos pouquíssimos casos de denúncias de exploração durante o período da Copa gerou comentários em três direções não excludentes: 1) a primeira direção, diante dos poucos casos registrados pelos complexos esquemas especiais de captação, entendiam que as ações e campanhas provavelmente tinham surtido algum "impacto" neste campo de ação, inibindo efetivamente a prática de exploração (ou mesmo da venda de serviços sexuais); 2) a segunda foi de quase não falar nos resultados ao mesmo tempo em que se concentrava atenção na dimensão, abrangência e multiplicidade de espaços e instituições onde ações foram realizadas durante uma preparação muito mobilizadora; e 3) a terceira, foi de realçar que a demanda cotidiana de defesa de direitos de crianças e adolescentes justifica uma insistência que muito mais do que em megaeventos (ou qualquer outro evento festivo), é no dia a dia que se exigem ações mais prolongadas. Enfim, não se opõem abertamente à atenção especial na Copa e em outros grandes eventos, pois conseguem se mobilizar e apresentar pública e articuladamente as demandas, mas a vigilância tinha que dar prioridade à aplicação cotidiana. De qualquer modo, todos, à altura da maturidade dos seus propósitos, se envolveram de uma maneira ou outra e exerciam a sua capacidade de reorganização de espaços de cidadania e de oferecer a sua contribuição socializadora de crianças e adolescentes!

Sexo e inter-moralidades em megaeventos

Múltiplas moralidades se interconectam quando se trata de um evento mobilizador de todo o planejamento, administração e execução de um Estado que quer fazer bonito diante de todos os outros países. Os empreendimentos econômicos de grande vulto encarnam uma meta mensagem de grandeza que sempre envolve uma fiscalização de entidades internacionais, ao mesmo tempo em que oferecem oportunidades de pôr em prática planos que visam a criar lucros e contribuir para fortunas e

crescimento; numa adesão à lógica subjacente ao funcionamento político e econômico de grandes nações contemporâneas emaranhadas em trocas mercantis identificado por Sahlins (1983) como a busca e enaltecimento de "reciprocidade negativa". Um espaço onde facilmente se cai na condenação moral por práticas escusas, falsificações, orçamentos superfaturados e muitas outras artimanhas. Mesmo assim, devido à própria dimensão da promoção destes eventos, envolver-se na circulação de informações e recursos que acompanham estes eventos se torna uma obrigação que pode ser vivida como oportunidade de agir, de tornar um posicionamento conhecido, de combater violações de direitos ou de se dar bem de qualquer jeito. Ao examinar como este ambiente da Copa do Mundo se traduziu em ações e discursos sobre prostituição, sobre turismo sexual, sobre tráfico, e sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, percebeu-se um campo de articulação ambígua, caracterizando-o como o campo de atuação de hierarquias inter-morais incluindo gênero, geração, classe, geopolítica e governança, onde os intercruzamentos formam diálogos que, se esclarecem pouco, também não deixam de comunicar posicionamentos diversos.

A hierarquia inter-moral que conectou parceiros nas ações e discursos sobre sexo na Copa do Mundo no Brasil e em Pernambuco foi, sobretudo, a de geração, que conferiu uma legitimidade à voz a todos. Criou uma noção de união em torno da responsabilidade sobre a circulação de crianças e adolescentes num ambiente em que possam ser socializados e bem cuidados, protegidos contra a exploração sexual "de crianças e adolescentes". Isto permite uma convivência com um leque de ações e discursos ambíguos e/ou contraditórios sobre moralidades que guarda muitos aspectos de moralização de campos com favorecimento da hegemonia de homens e da heterossexualidade; de maior permissividade e menor higienização de práticas das classes mais altas, tratadas como mais capazes de projetar uma imagem positiva do país; de pouco questionamento explícito de empresas e proprietários de grande porte que movimentam os recursos por este setor ser percebido como relativamente distanciado de assuntos relacionados com sexo; e de colaboração com um governo que movimenta recursos e abre espaço para um diálogo democratizado e público onde múltiplos posicionamentos possam coexistir.

Nesta inter-moralidade, as hierarquias tendem a persistir, e os que agem de uma forma *madura* e *protetora* terão como veicular os seus pleitos e desejos sobre o disciplinamento, positivo ou negativo, da sexualidade. Lutar contra a exploração sexual de crianças e adolescentes é lutar num campo importante para assegurar e defender direitos, mas que ainda abre espaços para perseguições e higienizações, includentes e excludentes, de profissionais do sexo; para tratamentos desiguais de acordo com a classe dos praticantes; para a promoção de discursos artificialmente excessivos para legitimar uma governança que parece estar controlando o que, de fato, exige mais controle cotidiano do que em megaeventos. O ambiente de celebração da mobilização e articulação em ações administradas e coletivizadas relacionadas à sexualidade durante a Copa não impediu que se realizassem ações de repressão e higienização. Ao mesmo tempo em que foram mobilizados agentes protagonistas do mercado de sexo em ações paralelas de higienização includente (aulas de línguas estrangeiras, produção de material de divulgação sobre direitos, palestras, ações de prevenção de doenças), realizaram-se higienizações excludentes desmobilizadoras (demolição de estabelecimentos e, especialmente, expulsões de rua e de espaços profissionais dos mais vulneráveis) contribuíram para uma continuidade de um tratamento estigmatizante e repressivo contra travestis, transexuais e prostitutas.

Entre as hierarquias persistentes e as simbologias complexas que caracterizam os campos inter-morais nas ações e discursos que visam a contribuir para uma imagem "limpa" do país, as investigações durante e pós-Copa sugerem que as práticas 1) privilegiam as classes mais altas com "desatenção e tolerância"; 2) enaltecem a visibilidade das ações de instituições "adultas" protetoras de crianças e adolescentes; e 3) intensificam a articulação e mobilização em torno de ações de governança vigilante. Estas ações todas foram apenas parcialmente capazes de ofuscar as ações repressivas desenhadas para contribuir a uma imagem distorcida de "limpeza" sem respeitar os direitos de grupos mais vulneráveis. Mobilizar-se para a administração coletiva e articulada da sexualidade ocorria simultaneamente às ações de desmobilização desrespeitadora do mercado de sexo. Se este lado negativo, desmobilizador de um meio de vida de parte

da população, consegue ameaçar a preservação de uma imagem de limpeza, no decorrer do período pós-Copa vem sendo cada vez mais evidente que ele é complementado por outro lado negativo, que também ameaça a perda de respeito ao país no campo de organização social: as práticas escusas de grandes empresas nacionais e internacionais, governo e financiadoras na realização da Copa.

Referências

AGUSTIN, Laura (2005). *La industria del sexo, los migrantes y la familia europea.* **Cadernos Pagu** (25), julho-dezembro de 2005, pp.107-128.

BARRY, Kathleen (1995). ***The prostitution of sexuality*.** New York: New York University Press.

BOURDIEU, Pierre (2010). **O poder simbólico.** 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. ; OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (1996). **Ensaios Antropológicos Sobre Moral e Ética.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

CERNEA, Michael; GUGGENHEIM, Scott (Eds.). (1993). ***Anthropological Approaches to Resettlement:*** *Policy, Practice and Theory.* Boulder: Westview, 1993.

CÉU RODRIGUES, Maria Eduarda Noura Rittner. (2006) **Ser estrangeiro:** a construção das múltiplas identidades nas relações afetivo-conjugais interculturais helvético-brasileiras. Dissertação. PPGA Antropologia-UFPE: Recife, 2006.

_____. **O matrimônio transpondo fronteiras:** a formação de famílias interculturais em um contexto de turismo afetivo-conjugal e de migração afetivo-conjugal. tese, Programa Pós-gradualção de Ciências Sociais UERJ: Rio de Janeiro, 2014.

DAMO, Arlei S.; OLIVEN, Ruben G. (2013). O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. *In*: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, jul./dez. de 2013.

_____. Megaeventos Esportivos no Brasil: um olhar antropológico. Campinas: Armazen do Ipê, 2014.

DOEZEMA, Jo. *Now you see her, now you don't: Sex Workers at the UN Trafficking Protocol Negotiation.* ***Social Legal Studies,*** vol.14, pp. 61-89, 2005.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo.** Lisboa: Edições 70, 1991.

FERREIRA, Ademir Pacelli; VAINER Carlos. (Org.). **A experiência migrante:** entre deslocamentos e reconstruções.Rio de Janeiro: Garamond, Faperj 491-520, 2010.

FERNANDES, João Azevedo. A mulher tupinambá e o contato interétnico no Brasil Colonial. **Revista Anthropológicas,** ano III, vol. 7 (Anais do V Encontro de Antropólogos do Norte-Nordeste), pp. 656-668, 2003.

GLOBAL ALLIANCE AGAINST TRAFFICKING IN WOMEN (GAATW). **Qual é o preço de um boato?** Um guia para classificar os mitos e os fatos sobre a relação entre eventos esportivos e tráfico de pessoas. GAATW, Bangkok, 2011.

JEFFREYS, Sheila (1997) ***The Idea of Prostitution*****.** Melbourne: Spinifex.

JENNINGS, Andrew et al. **Brasil em jogo:** o que fica da Copa e das Olimpíadas?. São Paulo: Bomtempo: Carta Maior, 2014.

LEHMAN-KARPZOV, Ana Rosa (1994). **Turismo e identidade:** Construção de identidades sociais no contexto de turismo sexual entre alemães e brasileiras no Recife. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1994

MACHADO, Eduardo Paes (Coord.) (1987). **Poder e Participação política no Campo.** São Paulo: CERIFA/CAR/CEDAP/CENTRU, 1987.

MENDES, Mary A. **Mulheres chefes de família em áreas Zeis:** gênero, poder e trabalho. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Sociologia. Recife: 2005.

OBSERVATÓRIO DA **Prostituição** Disponível em: http://www.observatoriodaprostituicao.ifcs.ufrj.br/documentos/. Acesso em: 12 jun 2015.

OLIVEIRA, Luís Roberto C. **Ensaios antropológicos sobre moral e ética.** Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1996.

PAULA, Marilene de; BARTELT, Dawid D. (Orgs.) **Copa para quem e para quê?** Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014**.**

PAZ, Octávio. ***El Laberinto de la Soledad.*** México, Fondo de Cultura Economica, 1981.

PISCITELLI, Adriana; LOWENKRAUN, Laura. (Orgs.) **Trânsitos, crime e fronteiras: gênero, tráfico de pessoas e mercados do sexo no Brasil.** UNICAMP: PAGU, No Prelo.

PÓVOA NETO, Helion. Barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade. *In:* PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam de Oliveira; FERREIRA, Ademir Pacelli; VAINER, Carlos. (Org.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções.** 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, Faperj, v. 1, p. 491-520, 2010.

RAMALHO, Anna; VASCONCELOS, Ronald (2013). A Copa de 2014: impactos ou Legado para as cidades-sede do Nordeste? In: ZIMERMAN, Artur (org.). **Copa do mundo de 2014:** impactos e legado. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013. (Desigualdade regional e as políticas públicas, 5)

RAMALHO, Anna Maria (Org.). (2015) **Recife:** Impactos da Copa do Mundo 2014, Rio de Janeiro:Oficina de Livros/Observatório das Cidades

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Fernanda Maria V. **Táticas do sexo, estratégias de vida e subjetividades:** mulheres e agência no mercado do sexo e no circuito do turismo internacional em Fortaleza/Ceará. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, Recife, 2013.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (orgs.) (2015) Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro, Observatório dos Metrópoles (epaper). Disponivel em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_abook&view=book&catid=1%3Alivros&id=151%3Abrasil&Itemid=123&lang=pt. Acesso em: 02 mar. 2015.

SAHLINS, Marshall **Sociedades Tribais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SCALAMBRINI COSTA, Heitor; LOURENÇO JÚNIOR, Silvio Diniz de (Orgs.) (2014). **Os Atingidos pelo Complexo de Suape:** coletânea de artigos, entrevistas e vídeos sobre o complexo industrial portuario de Suape-PE. Fórum Suape Espaço socioambiental: Recife (CD).

SCOTT, Parry (1996). **Remoção populacional e projetos de desenvolvimento urbano.** Anais do X Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Caxambú:Abep. Vol 3, pp. 813-834.

_____. **Negociações e resistências persistentes:** agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

_____. Família, gênero e poder no Brasil do século XX, In SCOTT, Parry. **Famílias brasileiras:** poderes, desigualdades e solidariedades. EDUFPE: Recife, pp. 17-74, 2011.

SCOTT, Parry; MELLO, Alice B. **Desapropriações, Resistências e o Megaevento da Copa do Mundo:** tempo, poder e projetos de desenvolvimento. In: Revista AntHropológicas, Ano 18, 25(2), pp. 94-132, 2014.

SCOTT, Parry; MOURA, Alice; OLIVEIRA, Teresa (Orgs.). **Copa do Mundo em Pernambuco:** Impactos, Avaliações, Ações. Recife: Edufpe (CD).

SCOTT, Parry; SANTOS, Dayse Amâncio dos. **Desenvolvimento e reprodução:** um estudo comparativo em três pólos pernambucanos. (livro sobre a região do porto de Suape e a sexualidade, organizado por Luis Felipe Rios Nascimento) PPGPsicologia, Projeto Diálogo, Recife, no prelo.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos:** as barragens de Sorádinho e Machadinho (comunicação nº 9). Rio de Janeiro, Museu Nacional/PPGAS, 1986.

SUTHERLAND, Kate. ***Work, sex and sex-work*:** competing feminist discourses on the international sex trade. Osgoode Hall Law Journal, vol.42, n1, 2004.

TSING, Anna Lowenhaupt. ***Friction:*** *An Etnography of Global Connection.* Princeton: Princeton University Press, 2004.

VAINER, Carlos & ARAUJO, Frederico. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, Carlos. **Cidade de exceção:** reflexões a partir do Rio de Janeiro. Apresentação Mesa Redonda "Política Urbana / Planejamento territorial". Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR – Rio de Janeiro, maio de 2011.

VIEIRA DA SILVA, Sirley. **Pião trecheiro:** trabalho, sexualidade e risco no cotidiano de homens em situação de alojamento em Suape (PE). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, Recife, 2013.

ZHOURI, Andrea (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais.** Brasília - DF: ABA, 2012.

ZHOURI, Andrea; VALENCIO, Norma (Orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir*: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Controle dos corpos na/pela Saúde: desafios para atenção integral aos homens que tem problemas com os usos drogas

Maristela de Melo Moraes[1]

Introdução

Não é novidade a relação entre masculinidades e consumo de álcool e outras drogas. No entanto, os homens são postos em uma *posição não marcada de sujeito* no contexto das políticas de saúde relacionadas com as drogas, ainda que o discurso científico aponte tal consumo entre homens como parte dos processos de socialização masculina (NASCIMENTO, 1999; ACIOLI, 2001; FRANCH, 2004; MORAES, 2008), e que o discurso da Saúde refira os homens como a maioria da população atendida nos serviços de saúde de atenção às pessoas com problemas relacionados ao consumo de álcool e outras drogas. Este "jogo de poder" não é simples e acaba gerando uma relação direta com a identificação/auto-identificação das vulnerabilidades e fragilidades masculinas que colocam sob ameaça uma posição superior dos homens na hierarquia de gênero.

Por outra parte, os efeitos do discurso de adoção de estilos de vida saudáveis às vezes se convertem em discriminação moralista aos que não os adotam (SPINK, 2010) e, neste sentido, algumas das estratégias utilizadas na/pela Saúde estão baseadas na multiplicidade de posições de sujeito,

1 Doutora em Psicologia Social pela Universidad Autónoma de Barcelona. Professora adjunta do curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. maristelammoraes@gmail.com

como as baseadas na perspectiva da Redução de Danos (RD), resultam pertinentes em cenários múltiplos e complexos nos quais se enquadram os estilos de vida chamados "arriscados", como é o caso do consumo de drogas, que no Brasil, são levados ao extremo pela ilegalidade do consumo de algumas substâncias, o que gera violência e morte relacionadas ao narcotráfico, afetando especialmente os homens, jovens, negros, de baixa renda (SPINK, 2010; MORAES, 2008).

Infelizmente, são poucos os estudos que têm como preocupação as desigualdades entre os homens sem uma perspectiva persecutória ou acusatória de comportamentos ou atitudes masculinas. À luz do que propõe o feminismo, algumas autoras apontam para a necessidade de uma transformação que problematize também a opressão dos homens por vários sistemas hierárquicos, a submissão, o impacto da economia e do militarismo (ARILHA, 2005; CORRÊA, 2002).

Uma importante publicação do campo das políticas públicas de saúde trata da medicalização dos corpos masculinos. Sérgio Carrara e seus colaboradores (2009) apontam a paradoxal transformação dos homens em sujeitos protagonistas de suas demandas sanitárias. Tornar os homens sujeitos para a saúde implicaria em fazê-los assumir suas vulnerabilidades e reconhecer algumas masculinidades como insalubres, das que os homens são vistos como vítimas, objetivando uma ruptura com as resistências masculinas à medicina e à medicalização. Ou seja, desde esta perspectiva, a politização e a sensibilização dos homens para a identificação de suas demandas para a saúde têm por objetivo final fazê-los conscientes de suas vulnerabilidades, para posteriormente medicalizá-los e controlar seus corpos e práticas, a partir dos dispositivos disciplinares operados pela saúde.

Tentando entender essas e outras possíveis contradições geradas pelos binarismos de gênero, que impactam a atenção à saúde dos homens no âmbito da saúde mental, especialmente no campo do consumo de drogas, realizei uma investigação doutoral na Universidad Autónoma de Barcelona, que compreendeu a identificação e análise de 11 documentos de políticas públicas de saúde sobre drogas; a realização e análise de 07 entrevistas com gestores de políticas públicas de saúde em nível nacional

e local, realizadas nas 05 regiões geopolíticas do Brasil e de 03 grupos de discussão com profissionais e gestores/as de políticas públicas de saúde, em dois estados do Nordeste do Brasil.

Orientada por uma perspectiva discursiva da psicologia social crítica, dialogada com a Saúde Coletiva, discutimos amplamente no estudo algumas cadeias de sentidos marcadas pelos binarismos de gênero que posicionam os homens na Saúde a partir de referências antagônicas, como por exemplo, fragilidade-força, passividade-agressividade, dócil-indomável, com repercussões diretas no modo como são organizados os serviços e como são realizadas as práticas de cuidado voltados para essa população, no que se refere aos homens que têm problemas com o consumo de drogas. No presente texto, entretanto, fizemos um recorte bem específico que trata dos conflitos em torno da compreensão da autoridade e a imposição de limites como as intervenções prioritárias junto aos homens na saúde, como discutiremos em seguida.

1. Autoridade e limites: controle corpos masculinos na/pela Saúde

Nas produções discursivas que encontramos e analisamos ao longo do estudo que tratamos aqui, as questões da autoridade e do limite foram referidas inúmeras vezes pelos/as participantes das entrevistas e dos grupos de discussão realizados.

Historicamente, o "paciente" da "clínica da dependência química" é descrito como alguém que necessita de limites, que não incorporou a "autoridade paterna" de modo adequado, por isso a compulsão por drogas seria uma manifestação que necessita uma lei a partir de fora, do outro. Além disso, muitos estudos apontam a relação entre os usos problemáticos de drogas e a ausência paterna, os comportamentos permissivos dos pais aos seus filhos e a indisciplina no lar como fatores de risco para o desenvolvimento de uma dependência química (BROECKER; JOU, 2007; PECHANSKY *et.al.* 2004).

Entre os/as participantes do nosso estudo, a autoridade e a falta de flexibilidade de profissionais em relação aos homens atendidos foram citadas

ao mesmo tempo como necessárias e como dificultadoras do processo de atenção à saúde das pessoas que tem problemas com o consumo de drogas.

> (...) *Há pessoas, há técnicos que têm um papel mais masculino, mais incisivo, mas ... não da flexibilidade, muito do limite, da norma que tem que ser dada. Se você, não cumprir seu papel está fora* (fala de profissional de saúde participante de Grupo de Discussão do estudo).

> (...) *Mas os médicos ainda colocam como determinação: "se você não parar, não vou te dar remédio; se você não parar, eu não vou...". E aí eles* [usuários] não contam. E vão para o grupo de apoio comigo e falam: "olha doutora, eu uso, o outro usa... mas não pode falar para o doutor fulano". Eu ouço muito isso. Claro que, por ter a escuta da Redução de Danos eles acabam confidenciando esse tipo de atitude. O discurso ainda é muito esse. E a questão do SUS: da integralidade. Hoje é a nossa grande bandeira (fala de profissional de saúde entrevistada para o estudo).

A imposição de limites também apareceu como uma característica masculina, ainda que se considere possível que um homem ou mulher o faça. A necessidade de manter os serviços funcionando sem intercorrências, sem violência ou desobediência às regras, impõe às equipes uma vigilância constante, especialmente por parte dos homens-profissionais atuantes nos referidos serviços, encarregados de manter a ordem nesses espaços.

A imposição de limites e as proibições inicialmente sinalizavam a manutenção da ordem nos serviços de saúde, porém rapidamente passam a ser significadas como uma evidência da necessidade de predição, de normatização e de controle das pessoas, vista como uma das funções da própria intervenção exitosa em saúde. Entretanto, tal objetivo da intervenção se apresenta como ainda mais complexo por estar acompanhado de um elemento a mais: a dificuldade de controlar a vida de pessoas que supostamente não se controlam, em um contexto no qual os usos de drogas são vistos como um comportamento compulsivo, incontrolável e gerador de transgressões diversas.

> (...) *acho que é um processo de desconstrução que vai levar algum tempo, mas que vai acontecendo, mas que a maioria ainda pensa nessa forma, infelizmente. "Olhe, só tem mulher aqui"* (trabalhando no serviço) *e o homem* (usuário) *faz a festa, seja ele com transtorno mental sem transtorno mental, ele usa isso... Ou simulando ou não, no momento de surto dele, são as mulheres o foco, entendeu.* (...) *E aí naquele momento o menino* (profissional de oficina de Capoeira) *tava entrando e não sabia nem o que tava acontecendo e disse assim: "chamaram o segurança". Porque ele* (o usuário) *entende, "chegou um homem pra me barrar"* (fala de profissional de saúde participante de Grupo de Discussão do estudo).

Os homens que consomem drogas também são considerados ainda mais agressivos e violentos, comportamentos que são vistos como ampliados pelos efeitos das drogas, dando mais força e legitimidade à imposição de limites como intervenção terapêutica. Neste sentido, a Saúde acaba sendo a via de domesticação e medicalização dos homens. Por outro lado, o não cumprimento das regras por parte desses homens acaba também sendo entendida como uma maneira de "não deixar-se dominar", exercitado cotidianamente por alguns desses homens.

O "não pode" aparece como uma expressão importante da linguagem do limite e é visto por alguns profissionais com os quais dialogamos como o que dificulta a "adesão" dos homens aos serviços de saúde aqui tratados. Neste sentido, quando falam de homens indomáveis, descontrolados, que consomem drogas que produzem descontrole, a perspectiva da redução de danos aparece como uma possibilidade de aproximar-se a eles, de construir uma relação de confiança, sem a força da predição e normatização de comportamentos que outras perspectivas adotam.

Também discutimos sobre produções discursivas que trazem as ideias de norma e de lei como originadas no "pai", no homem, em uma figura masculina. Todavia, muitas dessas referências não apareceram de maneira explícita, talvez sinalizando para o fato de que muitos conhecimentos da psicanálise são acionados como eixos estruturadores da atenção em saúde no cenário da "dependência química", mas poucas vezes efetivamente nomeados como tal.

1.1 Limites e regras para controle da "sexualidade exacerbada"

Outro conjunto de produções discursivas que está relacionado com a imposição de limites e regras tem a sexualidade como foco. Nos contextos de institucionalização das pessoas que têm problemas com drogas, o controle sobre a sexualidade aparece como uma maneira a mais de "domar" os supostos homens descontrolados, especialmente quando identificamos que os sentidos produzidos sobre a sexualidade masculina se apresentam como algo instintivo, animal, impulsivo, heterossexual e indomável.

Chamou nossa atenção o uso do termo "exacerbada", utilizado por alguns participantes para referir-se a dois grupos de sentido: 1) uma masculinidade exagerada, violenta e grotesca; 2) um comportamento feminino que tem a sexualidade "extrema" como característica relacionada com o uso de drogas, vista como provocadora de problemas, descontrolada, exagerada, aquela das prostitutas ou das mulheres que "vendem o corpo" para comprar drogas.

> (...) *a gente fez um levantamento lá e a gente tem um altíssimo índice de agentes de limpeza que fazem uso de álcool e outras drogas, principalmente, de álcool e a gente tem a guarda municipal. Então são perfis de homem que têm aquela coisa da masculinidade bem exacerbada então a gente fez uma pesquisa também na guarda municipal e tem um altíssimo índice de violência contra a mulher e de uso de álcool e outras drogas* (...). (Fala de gestor de saúde participante de Grupo de Discussão do estudo).

A ideia de que as mulheres que usam drogas são prostitutas ou vendem o corpo para comprar droga parece ter sido construída nos mesmos pilares de sentido que atribuem aos homens-usuários de drogas o descontrole sobre sua sexualidade, heteronormatizada, que domina e compra os corpos femininos disponíveis para venda.

> *(...) Para que as mulheres, depois de um certo tipo de uso abusivo, elas começam a viver de uma certa maneira para conseguir, para obter essa droga. Elas se vendem, vendem o*

> *corpo, entendeu? (...) Então, muitas vezes, a sexualidade é exacerbada. Eu acho que a única vez que a gente falou de – se é que se pode dizer que isso é falar um pouco de gênero –, foi quando alguns técnicos abordaram algumas mulheres em separado em relação à própria vestimenta, de como elas estavam indo ao serviço. As roupas que elas estavam indo, como isso estava afetando também o comportamento dos homens. Depois a gente falou com os homens também, nesse sentido, de como é que as coisas estavam se dando dentro do serviço. Estavam sendo coisas muito fortes entre alguns. Casais que estavam se consolidando demais e que estavam interferindo em muitos aspectos do próprio cotidiano deles dentro do serviço* (Profissional de saúde participante de Grupo de Discussão do estudo).

A mulher-usuária de drogas aparece como sinônimo de mulher promíscua, que se distanciou de sua feminilidade dócil, domesticada, contida e maternal, cuja sexualidade deveria ser heterossexual e estar inscrita no matrimônio, vinculada à procriação. A sexualidade feminina exacerbada se considera moralmente vergonhosa e provocadora dos instintos animais dos homens, reavivando suas masculinidades exacerbadas e seus impulsos sexuais incontroláveis, supostamente diminuídos pelos usos de drogas. Tal sexualidade, portanto, precisaria ser controlada, justificando a prioridade dada às intervenções "corretivas" junto às mulheres, seguindo um raciocínio considerado óbvio de controle dos corpos femininos.

Por outro lado, esse controle da sexualidade das mulheres também aparece como uma forma de controle também dos corpos dos homens, de seus encontros afetivo-sexuais com mulheres, em contextos nos quais os vínculos afetivo-heterosexuais são vistos como problemáticos e ameaçadores da manutenção da ordem nos serviços e, portanto, justificando o controle para impedir o surgimento do indomável, mantendo os homens "sob controle".

As relações homoafetivas, por outro lado, geralmente não são consideradas como uma possibilidade, e nem se identifica o tema da sexualidade como um "problema" quando os serviços não são mistos (com homens e mulheres).

Podemos pensar a partir dessas construções que, se práticas heterossexuais e poder masculino estão intrinsecamente ligados, resguardando obviamente toda a crítica ao papel que cumpre enquanto objeto de dominação imposta às mulheres nessa relação desigual, a proibição das relações afetivo-sexuais (que tem sua expressão máxima na separação de homens e mulheres em serviços do tipo albergue ou similares), acaba sendo mais uma forma de distanciamento dos homens do exercício de suas masculinidades heteronormativas, como uma estratégia de domesticação dos homens que usam drogas, em e pela Saúde.

Considerações finais

Diante do que significa a dinâmica "poder" e "não poder" para esses homens que consomem drogas, seja no contexto da atenção em saúde, seja no cotidiano de suas vidas, avaliamos que a incorporação de uma perspectiva de gênero na saúde pode contribuir para uma abordagem integral no contexto dos processos que rotulamos como "problemas da/na saúde" relacionados com o consumo de drogas, ajudando a entender as maneiras como os gêneros são produzidos e como influenciam nas produções discursivas e práticas de cuidado.

De todo modo, cabe uma problematização do que chamamos de utilização de uma perspectiva de gênero no contexto da atenção em saúde, sobretudo porque grande parte dos discursos científicos que encontramos sobre gênero e consumo de drogas estavam marcados pelo binarismo de gênero e pela mera descrição de comportamentos e identidades. A ênfase desses discursos está em diferenciar o que é natural do que é cultural, reafirmando sua função reguladora e produtora de corpos de homens e mulheres como complementares e diferentes, construindo hierarquias e desigualdades (BUTLER, 1995; PUJAL I LLOMBART, 2005).

Analisamos aqui a necessidade de controle sobre os corpos e os prazeres dos homens a partir das intervenções em saúde, e a função social que cumprem tais intervenções. Petuco & Medeiros (2009, p.7) recorrem a Foucault (2005) para nos ajudar a entender estas associações, lembrando que do mesmo modo que o dispositivo da sexualidade silencia certos

discursos sobre o sexo, o dispositivo droga faz funcionar certas dinâmicas de afirmação e de silenciamentos discursivos.

Defendemos, portanto, a inclusão da dimensão do prazer e a perspectiva da redução de danos relacionada com os consumos de drogas no cotidiano das práticas de/em saúde, não somente por seu potencial de permitir uma variedade de posições de sujeito, mas também como uma forma de resistir aos excessos da moralidade associados ao enfoque da promoção dos estilos de vida saudáveis, como discute Spink (2010), possibilitando incluir novas formas de legitimação de gênero que permitam atender aos homens e às mulheres a partir de outros princípios que não sejam o controle e a medicalização dos corpos.

Como sinaliza a postura construcionista que adotamos e alguns dos projetos epistemológicos feministas com os quais se dialoga, supomos a possibilidade de múltiplos modos de pensar e atuar, que admita o exercício crítico da desconstrução, incluindo a possibilidade de analisar até mesmo o que se apresenta como "problema" suscetível à intervenção sanitária, ou seja, o que é necessário para saná-lo e suas possíveis consequências.

Subjugar os homens às intervenções sanitárias de controle aparece como uma justificativa para "livrá-los" da submissão às drogas que consomem (exceto os medicamentos, claro!). Todavia, não precisamos de homens controlados, nem de homens controladores. O que precisamos é atender às necessidades diversas de atenção em saúde de homens e mulheres, de modo específico, porém múltiplo.

Referências

ACIOLI, Moabi Duarte. **O processo de alcoolização entre os Pankararu**: um estudo em Etnoepidemiologia. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ARILHA, Margareth. **O masculino em Conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero**. Tese de Doutorado não publicada. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2005.

BROECKER, Carla Zart; JOU, Graciela Inchausti de. **Práticas educativas parentais:** a percepção de adolescentes com e sem dependência química. Psico-USF, 12(2), 269-279, 2007.

BUTLER, Judith. ***Deshacer el género.*** Barcelona etc.: Paidós, 2006.

CARRARA, Sérgio; Russo, Jane A.; Faro, Livi. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, 659-678, 2009.

DE PAULA SOUZA, Tadeu. **Redução de danos no Brasil**: a clínica e a política em movimento. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Edições Graal, 2005

FRANCH, Mónica. Um brinde à vida: reflexões sobre violência, juventude e redução de danos no Brasil. In: Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Álcool e redução de danos: uma abordagem inovadora para países em transição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, 49-71.

GRUP IGIA. ***Gestionando las drogas.*** *Conferencia de consenso sobre reducción de daños relacionados con las drogas: cooperación e interdisciplinariedad. Generalitat de Catalunya,* Barcelona, España, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu,** (5), 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. ***Ciencia y feminismo.*** Madrid: Morata, 1996.

IBÁÑEZ, Tomas. **Psicología Social Construccionista**. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, 1994.

ÍÑIGUEZ, Lupicinio. ***Análisis del discurso.*** Manual para las ciencias sociales. Nueva edición revisada y ampliada. Editora UOC. Barcelona, 2006.

MORAES, Maristela. O modelo de atenção integral à saúde para tratamento de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: percepções de usuários, acompanhantes e profissionais. **Revista Ciência e Saúde Coletiva,** 13 (1), 121-133, 2008.

NASCIMENTO, Pedro. **'Ser homem ou nada'**: Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Antropologia Cultural, Recife, Brasil, 1999.

PECHANSKY F; SZOBOT CM; SCIVOLETTO S. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. **Rev Bras Psiquiatr.** 2004; 26 (suppl.1): S14-7.

PETUCO, Denis; MEDEIROS, Rafael Gil. **Redução de danos:** dispositivo da reforma? Disponível em http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=340&cod_boletim=31. Acesso em: 18 fev. 2012.

PUJAL I LLOMBART, Margot. ***El feminisme***. Barcelona: Editorial UOC, 2005

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. 16 (2). 5-22, 1990.

SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano:** aproximações metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, Mary Jane. **Ser fumante em um mundo antitabaco:** reflexões sobre riscos e exclusão social. Saúde e Sociedade, 19(3), 481-496, 2010.

Desejo, dever ou direito? A produção de sentidos sobre a licença- paternidade com homens trabalhadores em Suape.

Ana Luísa Cataldo[1]
Benedito Medrado[2]
Jorge Lyra[3]
Jullyane Brasilino[4]

1. Introdução

Licença-paternidade é o dispositivo legal a partir do qual pretendemos discutir o exercício da paternidade dos trabalhadores responsáveis pela construção do complexo Suape, reconhecendo os limites e possibilidades desta leitura.

Inicialmente, é preciso informar que a licença-paternidade é um direito previsto no artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e 10º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, respectivamente:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

1 Graduada em Psicologia pela UFAL, atualmente vinculada à UFPE. Pesquisa financiada pela CAPES. analuisacataldos@gmail.com

2 Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP, professor adjunto da UFPE. beneditomedrado@gmail.com

3 Doutor em Ciências (Saúde Pública) pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, professor adjunto da UFPE. jorglyra@gmail.com

4 Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP. jullyanebrasilino@gmail.com

> [...] XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei; [...] Art. 10 º. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: [...] § 1º - Até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias (BRASIL, 1988).

As discussões sobre tal dispositivo não têm ocorrido de forma significativa, principalmente se observarmos que na Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 10º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) foi determinado o prazo de cinco dias para a licença, até que uma futura lei fosse sancionada. O termo "transitórias" sugere que tal ato fosse passageiro, contudo não foi isso que aconteceu. Passadas mais de duas décadas, ainda não foi aprovada uma lei que regulamentasse o inciso, ainda que atualmente estejam em tramitação alguns projetos de lei sobre o tema.

A licença-paternidade foi evidenciada pela primeira vez em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual determinava, no parágrafo único do artigo 473, "Em caso de nascimento de filho, o empregado poderá faltar um dia de trabalho e no correr da primeira semana, para o fim de efetuar o registro civil, sem prejuízo de salário" (BRASIL, 1943).

Observa-se que nessa época – 1943 – a licença foi pensada a partir da ideia do pai como o ser no espaço público, que tal direito é garantido apenas para que ele possa efetuar o registro civil da criança, ação esta realizada no espaço público, desvinculando o pai do espaço privado após o nascimento de seu filho.

Na licença-paternidade são contemplados homens que trabalham – por se tratar de um direito trabalhista – e que são pais, visto que tal direito é concebido após o nascimento de seus/suas filhos(as). Logo, essa temática configura-se no campo do trabalho e da família, sendo contemplada nas discussões da divisão sexual do trabalho.

Segundo Caroline Leal (2011), na década de 1970, como conquista do movimento feminista, as mulheres ingressaram efetivamente na esfera pública, a partir do trabalho. Contudo essa inserção para as mulheres não

depende apenas das demandas do mercado de trabalho, mas de outros fatores, como nível de escolaridade, presença e número de filhos(as), sua posição do grupo familiar, necessidade de prover ou complementar a renda do lar. Para os homens, esses fatores não interferem tanto na hora de procurarem emprego, logo "essa inserção ainda é bastante desigual e reproduz desigualdades sociais e entre os gêneros, favorecendo a subalternidade feminina" (LEAL, 2011, p. 5).

Apesar das transformações nas últimas décadas na composição sexual do mercado de trabalho e responsabilidades familiares, mesmo o mercado de trabalho contemplado com mulheres e homens, os cuidados com a família permanecem em maior parte com as mulheres. A gestão para os dilemas entre trabalho e família tem sido privada, assumida quase que exclusivamente pelas mulheres, o que legitima um desenvolvimento insuficiente de políticas públicas para a problemática da conciliação entre trabalho e família. Dentre essas poucas políticas, temos a licença-paternidade, licença-maternidade e creches (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Tendo em perspectiva essa leitura complexa sobre divisão sexual do trabalho, decidimos escutar homens que trabalham e são pais, para compreender como configuram o exercício da paternidade, a partir do dispositivo da licença-paternidade. A pesquisa hora relatada tem como objetivo apreender a produção de sentidos sobre paternidade por homens que atuam na construção dos grandes empreendimentos portuários da região de Suape, tendo como referência suas trajetórias narrativas relativas à licença-paternidade.

2. Método

Este trabalho configura-se como um estudo qualitativo, que tem por base princípios construcionistas sobre o fazer pesquisa, em psicologia social e focaliza a produção de sentidos a partir do estudo das práticas discursivas, tendo como objeto de estudo os repertórios linguísticos.

Vale ressaltar que os autores deste trabalho integram o Núcleo feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA-UFPE), que

coordenou junto com a ONG Instituto Papai um projeto de pesquisa-ação voltada aos homens no contexto do Programa *Diálogos para o desenvolvimento social de Suape*[5].

Localizado na região metropolitana de Recife, o Complexo Industrial Portuário de Suape possui uma área de 13.500 hectares, é considerado um dos principais polos de investimento do país, com mais de 100 empresas em operação (e outras 50 em implantação), responsáveis por mais de 25 mil empregos diretos[6]. Um aspecto que marcou a região foi o aumento considerável da população masculina.

Assim, o local escolhido para realizar as entrevistas foi o município de Cabo de Santo Agostinho – PE, que integra a região metropolitana de Recife, mais especificamente na Praia de Gaibu, onde habitam diversos trabalhadores do Porto de Suape.

Foram entrevistados dez trabalhadores-pais[7], sendo os critérios para participar da pesquisa: ser maior de 18 anos, trabalhar em Suape e ser pai, com o objetivo de apreender a produção de sentidos sobre paternidade por homens que atuam em Suape, tendo como referência suas trajetórias narrativas relativas à licença-paternidade.

Foram realizadas entrevistas episódicas (semiestruturadas), tendo como referencial Uwe Flick (2007), que compreende como episódico o conhecimento e experiências de circunstâncias concretas e específicas, cujo material é um convite para narrar acontecimentos concretos, com perguntas mais gerais, que possibilitem respostas mais amplas de relevância pontual. Nesse caso, o período da licença-paternidade foi o episódio escolhido. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas, a partir do estudo dos repertórios linguísticos produzidos.

---

5 Programa *Diálogos para o desenvolvimento social de Suape,* produzido a partir de convênio entre a UFPE, a Petrobrás e outros parceiros. Configurado enquanto pesquisa-intervenção, sua gestação teve início em 2009, a partir da uma demanda de ajuda da Refinaria Abreu e Lima, da Petrobras, direcionada à universidade, na perspectiva de responder ao quadro de vulnerabilidade da população de Suape.

6 Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/institutional/institutional.php> Acesso em: 07 out. 2014.

7 Nomenclatura adotada para se referir à população estudada.

Como esta pesquisa está vinculada a um projeto maior, consideram-se os aspectos éticos da pesquisa *Gênero e vigilância em saúde: o impacto do crescimento econômico nas práticas e ações em saúde com homens na microrregião de Suape, em Pernambuco,* a qual foi submetida e aprovada[8] ao comitê de ética da Universidade Federal de Pernambuco e segue as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde (Resolução 196/96).

De todo modo, é importante destacar que esta pesquisa assumiu três estratégias, com vistas a garantir o respeito em relação aos informantes (SPINK, 2000), no que se refere às implicações e cuidados éticos desenvolvidos na condução das entrevistas:

- *Consentimento livre e esclarecido* – consiste em solicitar dos informantes, por escrito, de que eles se dispõem a colaborar com o estudo e autorizam o uso do material discursivo produzido durante a pesquisa ou fornecido por eles. Esse acordo selado é, obviamente, passível de ser revisto durante o desenvolvimento da pesquisa; garantindo um direito que assiste aos informantes;
- *Anonimato* – mesmo obtendo, por parte dos informantes, autorização para uso e referência aos relatos e opiniões, isso não isenta a necessidade de manter em sigilo a identificação dos participantes. Foi-lhes solicitado nomes pelos quais eles gostariam de ser identificados;
- *Resguardo das relações de poder abusivo* – consiste numa relação de confiança entre pesquisador(a) e participantes, considerando que não há, nem deve haver, relações hierárquicas nem abuso de poder do(a) pesquisador(a) no trato com os informantes, ou seja, que a pesquisadora não se deixe levar pela curiosidade pessoal, respeitando, inclusive, o direito de não resposta por parte do entrevistado.

3. Resultado e discussão

As práticas discursivas dos entrevistados sobre a licença-paternidade foram significativamente divergentes. Esta temática possui

8 Número do processo submetido e aprovado ao comitê de ética da UFPE: 0346.0.172.000-11.

diferentes sentidos para esses homens, ou seja, são diversas as maneiras como eles se posicionam nas relações e práticas sociais cotidianas que dizem respeito a tal direito.

Com relação ao conhecimento e exercício da licença-paternidade, lhes foi perguntado se conhecem a licença e se usufruíram da mesma. Assim, foram obtidas as seguintes informações:

Quadro 1 – Licença-paternidade.

Trabalhador-pai	Conhece a licença-paternidade?	Solicitou a licença?
João	Sim	Sim (cinco dias: apenas uma vez – tem três filhos)
Paulo	Sim (oito dias)	Não
Henrique	Não	Não (não trabalhava)
Pedro	Não	Não (atrapalhar o serviço; não acostuma ficar em casa)
José	Sim, mas não identificou pelo nome	Sim (cinco dias)
Tiago	Sim	Sim (cinco dias)
Fábio	Sim	Sim (cinco dias)
Rodrigo	Sim, mas não identificou pelo nome	Sim (três dias)*
Gabriel	Sim, mas não identificou pelo nome	Sim (no primeiro filho juntou com mais cinco dias de folga; no segundo filho tirou férias)
Lucas	Sim, mas não identificou pelo nome	Sim (cinco dias)

*Rodrigo relatou ter tirado três dias de licença-paternidade, entretanto considerou como cinco dias, pois em nossa conversa observei que ele não considerou o final de semana como parte da licença (já que normalmente tem folga nesses dias). Logo, se acrescentássemos dois dias aos três dias que falou ter tirado, totalizam cinco dias de licença-paternidade.

Quanto ao conhecimento sobre a existência da legislação que confere direitos aos trabalhadores referente à licença-paternidade, apenas dois trabalhadores-pais – Henrique e Pedro – relataram não conhecer esse direito, enquanto quatro afirmaram conhecer – João, Paulo, Tiago e Fábio –, Paulo disse que conhecia a licença, contudo informou a quantidade de dias errada, oito dias ao invés de cinco.

Um fato que nos chamou atenção sobre esse dado, foram os quatro entrevistados – José, Rodrigo, Gabriel e Lucas – que conhecem o direito aos cinco dias de licença do trabalho quando seus filhos nascem, mas não o reconheceram pelo nome de licença-paternidade, relatando num primeiro momento não conhecê-la, posteriormente afirmam que usufruíram de tal direito e informam a quantidade correta de dias, como podemos observar na fala de Gabriel:

> Pesquisadora: [...] *Agora vamos falar um pouquinho com relação a licença-paternidade. Você conhece a licença-paternidade? Já ouviu falar?*
>
> Gabriel: *Não.*
>
> Pesquisadora: *Quando seus filhos nasceram você tirou algum dia de licença?*
>
> *Gabriel: Ahh sim! Tirei sim.*
>
> Pesquisadora: *Quantos dias?*
>
> Gabriel: *Cinco dias.* (Gabriel, 33 anos, dois filhos)

Esse dado evidencia o quanto essa lei ainda não é amplamente divulgada, sendo necessário investir em ações que possibilitem sua divulgação, como é o caso da Lei Maria da Penha[9]. Afinal, mesmo usufruindo da licença-paternidade, os trabalhadores-pais não a identificam pelo nome. Quem sabe se a conhecessem melhor, eles passariam a compreender seus direitos e também a reivindicar sua ampliação.

9 Na pesquisa *Homens, Gênero e Práticas de Saúde*, realizada pelo projeto Diálogos, dentre os 421 trabalhadores entrevistados, quando questionados se no Brasil existe alguma lei sobre violência contra a mulher, 414 (98,3%) responderam existir uma lei e 398 (94,5%) afirmaram ser essa lei a Maria da Penha.

No que diz respeito à ação de terem solicitado ou não a licença-paternidade, as informações foram diversificadas. Para contextualizar a situação de cada trabalhador-pai entrevistado, detalharemos nossas produções discursivas sobre a licença. O primeiro entrevistado, João, tem três filhos, mas só usufruiu da licença em um filho, porque em um caso ele não estava trabalhando e em outro, o filho é de uma relação extraconjugal, que ele considera como "arrumadinho", e como não tem muita aproximação com esse filho, não sentiu necessidade de requerer a licença, pois não ficaria com ele.

Já Paulo, apesar de conhecer o direito, não o solicitou, em nenhum nascimento de seus quatros filhos. Nos três primeiros filhos, ele trabalhava em outro interior e afirmou que não adiantava solicitar a licença, que não seria cumprido – *[...] lá no interior não davam, eu não cheguei a pedir, mas eles não davam, mesmo que eu falasse tenho certeza que meu patrão não dava*. No caso do filho mais novo, recém- nascido, Paulo passou apenas o final de semana com a família, ele ficou receoso de solicitar a licença e colocar seu emprego em risco, e não ficou preocupado em deixar sua esposa e filho, pois tinha outros parentes para lhes dar apoio: *[...] fui passar o final de semana, pronto! Aí passei o sábado, domingo, aí vim embora na segunda-feira, tinha minha família tudinho, e eu tava precisando desse trabalho aqui.*

Observamos que Paulo optou por trabalhar e garantir a provisão financeira da família, ao invés de estar junto dela no momento de nascimento de seus filhos. Ele acredita que outros parentes podem ajudar sua companheira e filho, não percebendo que sua presença é diferenciada dos demais familiares e que poderia ser importante para ele também, a fim de possibilitar uma aproximação com o filho, contribuindo na construção da sua paternidade.

Outro trabalhador-pai, Henrique, não conhecia a licença-paternidade e quando seu filho nasceu ele não trabalhava, por isso não teve como solicitar o direito. Como há o desejo de um segundo filho futuramente, perguntamos se Henrique usufruirá da licença e ele relatou que sim, mas não se empoderou do seu direito, não estando disposto a reivindicá-lo: É um direito, né?! Se derem pra mim vê meu filho, eu tiro, mas se não derem também, fazer o que, né?!

Pedro[10] é o entrevistado que acredita que o lugar do homem é na rua, que não se acostuma ficar em casa. Ele tem três filhos e trabalhava quando seus filhos nasceram, apesar de não conhecer a licença-paternidade, a empresa solicitou que ele tirasse os dias de folga, mas ele não quis. Quando seus filhos nasceram, Pedro continuou trabalhando e as crianças ficaram sob os cuidados das mães e avós. Para ele, estar em casa é sinônimo de estar parado e ele não se acostuma com isso, logo ele não compreende a oportunidade da licença como uma possibilidade de estar mais próximo ao filho e compartilhar seus cuidados.

José tem um filho, dos cinco dias que tirou de licença-paternidade passou três deles em casa cuidando do bebê e fazendo os serviços domésticos, visto que é a esposa quem é a responsável pelos afazeres domésticos, mas como ela estava de resguardo, ele quem ficou "ajeitando a casa". Os outros dois dias ele fez um "bico", deixou a esposa e o filho com a sogra e cunhada, e foi ajudar um conhecido no açougue – *Aí o sábado e domingo minha sogra e minha cunhada ficava em casa, e eu ia fazer meu bico, que eu gosto de fazer, sempre gosto de fazer!*

Observamos que a construção cultural de que o lugar da mulher é em casa e do homem é na rua (espaço privado e público, respectivamente) ainda se faz tão presente na realidade da nossa sociedade, que mesmo quando o homem é solicitado a ficar no espaço privado, ele o boicota e retorna ao espaço público.

Segundo Ana Cristina Staudt e Adriana Wagner (2008), ainda que existam, atualmente, homens desempenhando os serviços domésticos e cuidado dos filhos, o crescimento da entrada das mulheres na esfera pública não é proporcional ao crescimento da participação dos homens na esfera privada. Com isso, as mulheres ficam sobrecarregadas, sendo necessário os homens se tornarem mais participativos na esfera privada, para compartilhar as atividades com suas companheiras e não sobrecarregá-las.

10 Pedro foi pai aos 13 anos e como ele relata "eu não me sentia pai", "eu fiquei meio assim, meio abestalhado", a paternidade foi construída aos poucos, sendo amadurecida com o nascimento dos outros filhos. Talvez, com o nascimento do seu primeiro filho, tenha sido mais fácil para ele ir para rua e trabalhar, do que ficar em casa e aceitar que tinha um filho. Ele falou que se arrepende de ter sido pai cedo, que se pudesse voltar no tempo não o teria feito naquele momento.

Tiago, Fábio, Rodrigo e Lucas, todos com apenas um filho, usufruíram dos cinco dias de licença-paternidade. Já Gabriel foi o único trabalhador-pai quem mencionou acrescer outros dias à licença-paternidade, no seu primeiro filho somou aos cinco dias da licença, mais cinco dias de folga e ainda ficou mais dois dias em casa "por sua conta", totalizando doze dias em casa; no segundo filho ele tirou férias, ficando um mês e cinco dias em casa.

Solicitar as férias do trabalho próximo ao período de nascimento dos filhos é uma estratégia utilizada por alguns homens para passar mais tempo em casa, visto que consideram cinco dias pouco tempo, então se utilizam das férias para "ampliar" esse período. Dentre os dez trabalhadores-pais entrevistados, Gabriel foi o único que relatou utilizar essa estratégia.

Após contextualizarmos o cenário da licença-paternidade, apresentando os entrevistados que tinham conhecimento e usufruíram desse direito, neste momento focaremos nas atitudes e práticas dos trabalhadores-pais durante os cinco dias da licença.

Dentre os sete entrevistados que solicitaram a licença – João, José, Tiago, Fábio, Rodrigo, Gabriel e Lucas –, todos relataram se dedicar aos serviços domésticos durante esse período, sendo assinalado como uma atividade desempenhada pela companheira, refletindo a tradicional divisão sexual do trabalho, em que o homem é responsável pela provisão financeira da família e a mulher pelos cuidados dos filhos e serviços domésticos. Contudo, como no período da licença a mulher está de resguardo devido ao parto, os homens assumem esse papel, o que nos evidencia que os entrevistados também estão aptos para desenvolver os afazeres domésticos, podendo renegociar com as companheiras a divisão dos trabalhos e não apenas reproduzir o modelo tradicional.

Já em menor proporção, tivemos quatro trabalhadores-pais – Fábio, Rodrigo, Gabriel e Lucas – que relataram cuidar da esposa, e com exceção de Gabriel, também relataram cuidar do filho. Às vezes foi utilizada a palavra "ajudar" a esposa para se referir aos cuidados com o bebê e/ou serviços domésticos, o que nos possibilita observar que esses homens compreendem tais atividades como sendo de responsabilidade das

mulheres, principalmente no que se refere aos cuidados do filho, como esta fosse uma ação que faz parte da maternidade e não envolve a paternidade, afinal quando o homem a desempenha ele está apenas "ajudando, "auxiliando" a mulher.

Paulo, que não tirou a licença-paternidade, mas passou três dias de folga com a família após o nascimento de seu quarto filho, falou sobre essa noção de "ajuda":

> Pesquisadora: *Você fazia o quê quando estava em casa? Nesses três dias.*
>
> Paulo: *Sempre ajudando a mulher, porque nós não temos empregada, aí é só eu, ela e o menino. Eu passei os três dias ajudando em tudo... trocando, eu já tenho um pouquinho de experiência nessas coisas* [risos]. (Paulo, 52 anos, quatro filhos)

Tiago, que se ocupou com os serviços domésticos durante a licença, relata que não se envolveu nos cuidados do filho, pois tinha muitos familiares – todos mulheres – para o desempenhar. Ele parece não identificar o lugar do pai neste contexto de cuidados do filho, considerando que qualquer outra pessoa pode ocupá-lo, principalmente mulheres, e Tiago não o reivindica, vejamos:

> Pesquisadora: [...] *O que foi que você fez?*
>
> Tiago: *Assim... serviço de casa, varria uma casa, porque ela não podia, ficava organizando as coisas. Se ela precisasse de alguma coisa eu ia fazer.*
>
> Pesquisadora: *E com a filha, você se envolvia em algum cuidado?*
>
> Tiago: *Mais não, que as irmãs não deixavam. A família é grande, aí...* criança sempre é bem-vinda, né?! Aí aquela coisa toda, elas praticamente mora*m junto das irmãs dela, aí tem irmã, tem cunhadas, aí fica ali, criança, bebezinho aí ta todo mundo quer pegar, todo mundo quer sentir o cheiro, aquele cheirinho gosto. Aíí pronto... daí em diante, foi assim. Chegou o dia deu vim embora, eu vim embora, com o coração apertado, mas eu tenho que vim.*

> Pesquisadora: Ééé, então mais nesses cinco dias você ficou fazendo serviços de casa?
>
> Tiago: *Foi, fiquei em casa, ajeitando as coisas e ajudando no que precisasse.* (Tiago, 28 anos, um filho)

Dentre outras práticas e atitudes durante o período da licença, citadas com menor frequência pelos entrevistados, nos chamou atenção a ação de tomar cachaça, relatada por João, que não faz referência a cuidar da esposa, filho ou da casa:

> Pesquisadora: *Então seu Cláudio, eu gostaria que você falasse um pouquinho mais desses cinco dias que você tirou de licença-paternidade. O que você lembra? Você, o que você pode contar desses dias pra gente?*
>
> João: Éé, eu fiquei em casa né?! Fiquei em casa...tomando cachaça [risos]. (João, 40 anos, três filhos)

A opinião dos trabalhadores-pais a respeito da licença-paternidade foi um dado em que tivemos respostas divergentes, refletindo mais uma vez a diversidade de produções de sentidos dos entrevistados sobre a licença. Paulo, Henrique e Pedro parecem não dar muita importância a esse direito, visto que nem usufruíram do mesmo. Enquanto João, José, Tiago, Fábio, Rodrigo, Gabriel e Lucas destacam de forma positiva a importância da licença, se apropriando da lei e defendendo-a como "um direito nosso", que as empresas precisam respeitar.

4. Considerações finais

Análises preliminares indicam que a licença-paternidade se configura para os trabalhadores-pais entrevistados de diversas formas, evidenciando que apesar de circular em nossa sociedade um perfil tradicional do exercício da paternidade, que contempla a responsabilidade e provisão financeira, os pais têm incorporado, aos poucos, outras formas de cuidado e se direcionando – ainda de forma tímida – ao espaço privado.

O direito aos cinco dias de licença do trabalho em função do nascimento do filho é sentindo como um prazo curto, principalmente pelos trabalhadores-pais que estão longe de suas famílias e não têm o cotidiano ao lado dos filhos, além do tempo de viagem, que perdem para chegar ao local em que sua família mora, o próximo encontro será proporcionado apenas com a folga seguinte do trabalho.

Apesar de a maioria dos entrevistados ter usufruído da licença-paternidade, constatou-se que foram poucos os trabalhadores-pais que identificaram tal direito pelo nome, evidenciando a necessidade de maior divulgação da licença. Talvez o fato dessa temática não ser de grande circulação e discussão em nossa sociedade, que esse direito ainda esteja como um item dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, e não tenha sido aprovada uma lei para regulamentar tal inciso. Ao contrário da licença-maternidade, que possui seu termo fixado em lei e já foram realizadas discussões para sua ampliação.

As mulheres ainda são as principais responsáveis pelo cuidado com a prole e atividades domésticas. Entretanto, pôde-se observar um desejo de alguns homens em passar mais tempo no espaço privado, sendo limitado devido ao seu trabalho, pelo fato de terem que honrar com o compromisso de sustentar financeiramente sua família. Logo, quando os olhares são direcionados para a esfera privada, evidencia-se a ausência de políticas sociais para contemplar esse espaço, suas ações e divisões são responsabilidades daqueles que compõem esse privado.

Para avançar nas discussões da licença-paternidade e de outros aspectos no campo do trabalho e família, será preciso retomar a máxima do movimento feminista "o pessoal é político" para que os olhares possam ser direcionados a esse espaço, se avance nas discussões e novos direitos sejam garantidos.

Referências

BRASIL, **Consolidação das Leis do Trabalho, de 1º de maio de 1943**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 09 de outubro de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao. htm>. Acesso em: 09 out. 2014.

FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Editores), GUARESCHI, Pedrinho (Tradução). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, cap. 5, p. 114-136.

LEAL, Caroline Maria. Divisão sexual e social do trabalho: reprodução das desigualdades de gênero? In: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, n. V, 2011, São Luís, p.1-9. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/DIVISAO_SEXUAL_E_SOCIAL_DO_TRABALHO_REPRODUCAO_DAS_DESIGUALDADES_DE_GENERO.pdf > Acesso em: 09 out. 2014.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez., 2007.

SPINK, Mary Jane. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS**. v. 31, n. 1, jan./jul., p. 7-22, 2000.

STAUDT, Ana Cristina Pontello; WAGNER, Adriana. Paternidade em tempos de mudanças. **Psicologia: Teoria e Prática** [online]. v. 10, n. 1, p. 174-185.

WETHERELL, Margareth; POTTER, Jonathan. El análisis del discurso y la identificación de los repertorios interpretativos. GORDO, A.; LINAZA, J. (Eds.) ***Psicologías, discursos y poder***. Madrid: Visor, 1996.

Programa Bolsa Família: rupturas e permanências do status e poder masculinos

Eloah Maria Martins Vieira[1]
Rebecca Batista de França[2]

Introdução

Nas ruas arborizadas do bairro da Várzea, os casarões misturam-se com os prédios e casas modestas. A Várzea está localizada na microrregião político administrativa 4 da cidade do Recife e tem uma população residente de 70.453 habitantes. Destes, 53,34% são mulheres[3]. É nesse cenário que se desenvolve nosso estudo a respeito dos impactos do Programa Bolsa Família (PBF). Principalmente em duas das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)[4] do bairro: Brasilit e Sítio Wanderley. Nessas ZEIS reside parte da população público alvo do PBF, programa de transferência condicionada de renda que aqui propomos analisar.

---

1 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Educadora social - Instituto PAPAI. eloah.martinsvieira@gmail.com

2 Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Cursando Especialização em Educação em Direitos Humanos- UFPE. Educadora social - Instituto Papai. rebeccabfranca@gmail.com

3 Informações sobre o bairro da Várzea disponíveis em: http://www2.recife.pe.gov.br/servico/varzea . Acesso em: 12 out. 2014.

4 São consideradas Zonas Especiais de Interesse Social os assentamentos habitacionais consolidados de baixa renda, surgidos espontaneamente e carentes de infraestrutura básica e também as áreas destinadas a programas habitacionais de Interesse Social. A política que institui tais zonas especiais objetiva reconhecer a diversidade de ocupações existente na cidade permitindo integrar áreas tradicionalmente marginalizadas e melhorar a qualidade de vida da população.

O governo brasileiro implementou o PBF em 2003, através da união de diferentes benefícios sociais pré-existentes. Eram eles: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. O PBF objetiva assistir às famílias brasileiras em situação de pobreza ou extrema pobreza, através da entrega de um benefício financeiro e da garantia de acesso à saúde, educação e assistência social. Senso assim, este benefício se destina às famílias com renda mensal de até setenta e sete reais por pessoa, isto é, em situação de extrema pobreza, ou famílias com renda mensal de até cento e cinquenta e quatro reais por pessoa, caso a família tenha crianças e/ou adolescentes até 17 anos, e/ou gestantes e/ou nutrizes, ou seja, famílias em situação de pobreza (BRASIL, 2004a).

Enquanto programa de transferência condicionada de renda, o PBF não se constitui apenas pela entrega do benefício financeiro[5], mas também pela existência de condicionalidades e pela promoção de atividades complementares, como: cursos de educação e qualificação profissional. As condicionalidades são exigências para que o benefício continue a ser entregue para a família e se referem à saúde e educação, como por exemplo: vacinação em dia e frequência escolar (BRASIL, 2004b).

Na Lei 10.836/2004, que regulamenta o PBF, está escrito: "o pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento" (BRASIL, 2004b). Seguindo esta determinação de titularidade de preferência feminina, em 2013, quando treze milhões e oitocentas mil famílias participavam do PBF, 93% da titularidade do PBF era composto por mulheres (MULHERES, 2013).

Dada a titularidade de preferência feminina e o consequente número majoritário de titulares mulheres, algumas/alguns pesquisadoras/es (VIEIRA, 2015; NANES, 2014; REGO; PINZANI, 2013; MEDEIROS, 2012; SUÁREZ; LIBARDONI, 2007) têm pensado o impacto do PBF na vida destas mulheres, avaliando as mudanças e as continuidades em suas vidas. Porém, ainda são poucos os estudos (MUNIZ, 2011; NANES,

5 A regulamentação do PBF define os seguintes tipos de benefício: Benefício Básico (R$ 77,00); Benefício Variável de zero a 15 anos (R$ 35,00); Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (R$ 42,00); e Benefício para Superação da Extrema Pobreza (calculado caso a caso) (BRASIL, 2004a).

2010) que se dedicam, como este artigo, a refletir sobre impactos do PBF nas vivências masculinas. Apostando na perspectiva de gênero e na sua dimensão relacional, entendemos como fundamental saber também o que os homens pensam sobre o PBF e a titularidade de preferência feminina, e se este Programa poderia alterar status e poder masculinos.

Para a construção de nossas reflexões, fazemos uso de duas estratégias metodológicas: entrevistas semiestruturadas (NETO, 1998) com homens parentes de mulheres titulares do PBF e entrevistas semiestruturadas com Agentes Comunitárias de Saúde (ACS).

Nossa inserção no campo de pesquisa ocorreu através de nosso trabalho no Instituto PAPAI[6]. Entre agosto e outubro de 2014, esta organização implementou o projeto "Equidade de gênero e empoderamento econômico de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família" nas ZEIS Brasilit e Sítio Wanderley. Ao longo da execução do projeto nestas áreas, foram realizadas oficinas temáticas semanais sobre gênero com grupos separados de mulheres e homens. A partir deste projeto, contatamos e entrevistamos cinco homens que moram nas referidas ZEIS do bairro da Várzea e são parentes de mulheres titulares do PBF.

Para nos deslocar um pouco da posição e visão destes homens a partir de suas trajetórias individuais, também entrevistamos três ACSs que trabalham em uma Unidade de Saúde da Família (USF) localizada no bairro da Várzea. Conseguimos realizar as entrevistas com as ACSs pois, para divulgar o referido projeto do Instituo PAPAI, nos articulamos com algumas delas.

A partir das entrevistas feitas, apresentaremos hipóteses construídas e algumas considerações sobre as opiniões dos homens em relação ao PBF e sobre rupturas e permanências do status e poder masculinos influenciadas pelo PBF.

6 O Instituto PAPAI foi fundado em 1997. É uma organização não governamental feminista, sediada em Recife – Pernambuco. A equipe do Instituto é formada por mulheres e homens que desenvolvem ações educativas, informativas e políticas prioritariamente com homens, bem como estudos e pesquisas sobre masculinidades, a partir da perspectiva feminista e de gênero.

Considerações sobre gênero

O termo "gênero" pode ser utilizado em diferentes campos do conhecimento. Usamos aqui a concepção de Joan Scott (1995), que compreende gênero como sendo uma percepção sobre as diferenças sexuais, as quais seriam hierarquizadas, ou seja, seriam relações de poder. Gênero, para a autora, deve ser estudado através de uma perspectiva histórica e relacional. A dimensão relacional de gênero permite pensar para além das vivências das mulheres, mas também, as experiências e percepções dos homens.

De acordo com Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008), ao se considerar gênero através da perspectiva relacional, podemos estudar também as masculinidades, não se reduzindo a estudos sobre as mulheres.

Na nossa cultura, o modelo tradicional de homem corresponde à ideia do homem como provedor. As ideias sobre masculinidades podem variar em uma cultura por diferentes motivos (VIEIRA, 2013). Dentre as motivações de transformação das masculinidades, refletimos sobre as influências institucionais através de políticas públicas. Pode-se problematizar os impactos para o homem (tradicionalmente visto como o provedor), a partir do momento que políticas públicas, a exemplo do PBF, priorizam a mulher como titular e, por isso, receptora do benefício.

Para estudar a divisão de atividades entre homens e mulheres, Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) fazem uso do termo divisão sexual do trabalho[7]. Segundo estas autoras, cabe tradicionalmente às mulheres a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, e aos homens, o papel de provedor, ocupando a esfera produtiva. Ainda que estas atribuições sejam mutáveis e existam diferentes modelos, a desigualdade na valoração e divisão das atividades entre mulheres e homens é destacada pelas autoras. Sendo assim, consideramos que tradicionalmente cabe aos homens prover e controlar as finanças e às mulheres cuidar.

7 Em francês, as relações socioculturais relacionadas ao masculino e ao feminino são nomeadas como relações sociais de sexo, mas o significado se refere ao que chamamos, em português, de relações de gênero, ou seja, remetem à dimensão sociocultural referente ao masculino e ao feminino. Só recentemente, começou-se a utilizar *gênero* em francês. Por isso, nesta obra, Hirata e Kergoat (2007), enquanto pesquisadoras de universidades francesas, falam em divisão *sexual* do trabalho.

Políticas públicas podem contribuir para reforçar esse padrão ou o enfraquecer. Por exemplo: o baixo acesso da população pobre a serviços de creches e pré-escola ainda se constitui como barreira a profissionalização feminina, assim como a não ampliação da licença paternidade reforça o afastamento masculino da participação nas atividades domésticas e na dinâmica familiar. Nesse sentido, com base nos autores/as supracitados/as e nas entrevistas realizadas, procuramos refletir como o Programa Bolsa Família, enquanto política pública, contribui para a transformação ou na manutenção do *status* e poder masculinos, uma vez que a mulher é a titular do PBF e por isso recebe o benefício.

Papéis de gênero e a preferência das mulheres como titulares do Bolsa Família

Os cinco homens entrevistados têm entre 21 e 45 anos, e se auto identificam como pardos. Estes homens têm diferentes relações de parentesco com mulheres titulares do PBF: esposo, ex-marido, pai, sobrinho e filho.

As três ACSs entrevistadas têm entre 37 e 57 anos, todas se auto identificam como pardas e, assim como os homens, residem em ZEIS do bairro da Várzea. As ACSs trabalham atendendo várias famílias beneficiárias do PBF diariamente em uma USF, visitam e acompanham essas e muitas outras famílias do bairro em suas residências.

Nas entrevistas, perguntamos qual a opinião dos/as entrevistados/as sobre o PBF e sobre a titularidade de preferência feminina. A escolha preferencial de mulheres como titulares está presente na Lei nº 10.836/2004 que regulamenta o PBF, porém esta definição não é justificada nem nesta Lei nem no Decreto nº 5.209/2004 que regulamenta o PBF. Nestes documentos oficiais, também não se esclarece um objetivo específico que tenha como público alvo as mulheres e suas vidas ou que vise ao enfrentamento das desigualdades de gênero. Mesmo assim, perguntamos aos/às entrevistados/as por que as mulheres são as titulares de preferência.

Os homens entrevistados responderam que isso ocorre porque as mulheres frequentemente ficam – e devem permanecer – em casa, onde

cuidam dos/as filhos/as, enquanto os homens trabalham no mercado produtivo. Além disso eles consideram que os homens não sabem cuidar dos/das filhos/as tão bem como as mulheres; e que como benefício seria para gastar com os/as filhos/as, elas que saberiam o que eles/as precisam. A exemplo do trecho de entrevista a seguir:

> **Entrevistadora**: *O que você acha das mulheres terem preferência pra receber o Bolsa Família? Por que você acha que o governo deu preferência para elas?*
>
> **Bruno**[8]: É porque o homem é mais preferência ao trabalho. E as mulheres ficam mais em cas*a. Eu não tô discriminando que a mulher não trabalhe, tem muita mulher que trabalha e tem muito homem que trabalha. Mas tem muito mais homem que trabalha do que mulher. Verdade? Por isso elas têm preferência. Ela tem mais cuidado com as crianças do que os homens, os homens ficam mais na rua.* (...) *Um projeto que o governo fez né? Para muita mulher não trabalhe, fique em casa tomando conta das crianças, dos filhos, e o homem vai trabalhar.* (...). *Ela sabe o que precisa dentro da casa, o que a criança precisa. O homem, o pai não sabe o que a criança precisa. O pai vive mais na rua, mais no trabalho, mais no campo do Sport, no campo do Náutico, no futebol, ou também no meio de um bar, ou no meio de uma barraca. É isso que eles fazem.*

O entrevistado Carlos, quando perguntado, comentou:

> **Carlos**: *As mulheres têm que ter preferência porque mulheres são um pouco mais sensíveis do que o homem. A gente tem bem mais capacidade pra qualquer coisa, trabalho, tudinho, e as mulheres não. Quando tá com filho, recém- nascido, 2 anos, 1 ano, elas têm que se dedicar mais aos filhos, aí por isso fica mais difícil. O homem não, o homem, é bem* fácil da gente pegar qualquer ô*ia* (trabalho). *As mulheres são pessoas mais sensíveis. Elas são mais dedicadas do que o homem. Eu acho assim né, mulher é mais prestativa assim, daquele jeitinho, se tiver tudo errado, ela dá um jeito. A mulher é mais certa do que o homem pra cuidar.*

8 Todos os nomes nesse trabalho são pseudônimos, foram modificados para preservar o anonimato.

Outro entrevistado, Artur, comentou:

> **Entrevistadora:** *Por que você acha que o governo deu preferência no recebimento desse benefício para as mulheres?*
>
> **Artur:** *Porque tem que ser a mulher né? Homem tem que trabalhar. Mulher tem que ficar em casa, tomando conta da casa e dos meninos.*

Nestes trechos de entrevista, percebemos a atribuição das características de cuidado e sensibilidade às mulheres e as características de aptidão para o trabalho remunerado aos homens. Sendo assim, com base nas suas concepções de homem e mulher, fortemente baseadas na tradicional divisão sexual do trabalho, os homens entrevistados defendem que a titularidade deve ser feminina.

Apenas um dos homens entrevistados e uma das ACSs entrevistadas não consideraram que as mulheres devem ser as titulares de preferência. Para ele quem deve receber o beneficio é a pessoa responsável pelo cuidado dos/as filhos/as, o que corresponderia ao pai em casos como o dele, que é o cuidador principal de seus/suas filhos/as. Enquanto que, para a ACS, independentemente de ser homem ou mulher, deveria ser titular aquela pessoa que for usar este benefício para a melhoria da vida familiar.

Mesmo assim, é predominante a ideia de que as mulheres devem ser as titulares porque são aquelas que ficam em casa, cuidam de seus/suas filhos/as e sabem as necessidades deles/as. Por estes motivos, a maioria dos/as entrevistados/as se mostra contrária ao benefício ser entregue a homens.

Embora uma das ACSs comente que já conheceu um homem beneficiário do PBF e este utilizava o recurso de forma "correta", gastando para o benefício de seus/suas filhos/as, o considera como uma exceção. Assim, ela reafirma que não é comum que os homens sejam cuidadores de seus/suas filhos/as. Com base neste argumento, ela, como a maioria dos/as entrevistados/as, defende que este benefício deve ser entregue preferencialmente às mulheres. Segundo esta ACS, os homens poderiam utilizar este dinheiro de forma "incorreta", comprando bebida alcoólica; ou, na opinião de outra ACS, com outras mulheres. Um dos homens entrevistados também considera que

os homens poderiam gastar o benefício com bebida alcoólica. Em oposição a esta ideia, uma das ACSs afirma que tanto homens como mulheres gastam o benefício de forma "errada", comprando bebidas alcoólicas e drogas. Aqui entra em cena uma das características marcantes das entrevistas em torno do PBF, que são as considerações sobre sua finalidade e julgamento do uso do recurso tanto por beneficiárias/os como por profissionais operadores das condicionalidades (funcionários/as públicos/as dos serviços de saúde, educação e assistência social).

Ainda que o possível gasto que os homens fariam do benefício com bebida alcoólica seja um argumento apresentado pelos/as entrevistados/as para a titularidade de preferência feminina, a maior justificava dada para a permanência da titularidade preferencialmente feminina se baseia na ideia de que as mulheres, diferentemente dos homens, são pessoas mais sensíveis, cuidadoras e sabem o que os/as filhos/as e a casa precisam. Dessa forma, os homens entrevistados consideram que as mulheres correspondem à esfera do cuidado e do espaço privado, enquanto os homens são responsáveis pela aquisição de bens e ocupam o espaço público.

Refletimos que o benefício do PBF está atrelado a condicionalidades vinculadas à saúde e à educação, que dizem respeito à esfera do cuidado, e assim, este benefício é associado facilmente à mulher. Sendo assim, é atrelado diretamente ao domínio feminino, antes de ser pensado como uma riqueza monetária, que tradicionalmente se refere ao domínio masculino. Por isso e com base nas entrevistas, acreditamos que é reduzida a capacidade do benefício romper com a atribuição feminina de cuidadora, o *status* e o poder de autoridade masculina na família.

Além disso, as mulheres, ao participarem de programas sociais, tornam-se sujeitas a obrigações impostas pelo Estado que afetam o tempo e o trabalho femininos. Estas obrigações estão no cumprimento de atividades e responsabilidades vinculadas ao cuidado de crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiências. Quando o Estado impõe certas condições como as condicionalidades, reforça uma sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social. É o que destacam Mariano e Carloto (2009). Neste sentido, a esfera do cuidado, que é socialmente atribuída à mulher, seria

reforçada pelo PBF. Através do discurso dos entrevistados, como os trechos anteriormente citados, identificamos que essa política reafirma papéis rígidos de gênero e a divisão sexual do trabalho.

Bolsa Família, orçamento familiar e independência feminina

Quando os homens foram perguntados sobre o que o benefício do PBF representa para o orçamento familiar, responderam que é "*uma **ajuda** de custo*", "*uma **ajuda** muito grande. É uma **ajuda** boa demais.* (...) *dá para muitas coisas*. É ***pouquinho** mas dá*". (grifo nosso). Artur comentou que o benefício representa:

> **Artur:** *Muitas coisas, porque com **o pouco** que* (se) *ganha dá pra comprar um negócio pro menino,* (um) *lanche, uma roupa pra ele, material escolar, **algumas** coisas dentro de casa também.* (grifo nosso)

Evidenciamos que todos os homens entrevistados ainda que tenham falado que é possível gastar o benefício com várias coisas, fizeram uso de palavras, como "ajuda" e "pouco", que relegam a este recurso uma posição secundária. As palavras utilizadas pelos homens para se referirem ao benefício do PBF também foram estudadas por Giselle Nanes (2010). Para esta autora, a desvalorização da importância deste recurso na forma como os homens se referem a ele é uma estratégia masculina para a manutenção de sua posição de provedor, e, consequente, manutenção de seus *status* e poder masculinos.

Segundo Nanes (2010), diminuir a importância de algo feminino ou sob o controle da mulher, como o benefício do PBF, é uma forma de reforçar e manter a autoridade masculina. Desta forma, ela defende que uma autoridade é reforçada não apenas pela sua exaltação como também pela inferiorização das características de quem é dominado. Esta estratégia seria uma forma de minimizar a possibilidade do benefício recebido pelas mulheres estremecer a posição de homem como provedor e sua consequente autoridade.

Outra estratégia utilizada pelos homens seria o controle do benefício. Ainda que este benefício seja recebido pelas mulheres e, segundo os homens entrevistados, deva ser administrado por elas, uma das ACSs comenta que

a maioria das mulheres titulares justifica aos seus companheiros como vai gastar o dinheiro, o que os mantêm em uma posição de controle. Esta posição de controle pode reforçar o *status* e o poder dos homens. Além disto, duas ACSs comentam que há homens que brigam com as mulheres para ficar com o dinheiro, tendo sido relatado, por uma delas, um caso de disputa judicial movida por um homem pela titularidade do benefício.

A partir destas reflexões, percebemos que os homens têm suas estratégias para a manutenção de seu *status* e poder, como o menosprezo e o controle do benefício, ainda que a mulher seja a titular. Além do que, identificamos que, como o benefício do PBF está atrelado a esfera do cuidado, não promove grandes rupturas na autoridade do homem provedor e acaba reforçando a divisão sexual do trabalho.

Entretanto, as ACSs comentam que muitas mulheres ficam mais independentes de seus maridos quando começam a receber o benefício do PBF, uma vez que não precisam mais pedir dinheiro para eles para todos os seus gastos. A ACS Bruna comentou o caso de uma mulher que se separou do marido depois que começou a receber o PBF e conquistou autonomia financeira. Ela também revelou, diferentemente dos homens entrevistados, que várias mulheres afirmam que na visão delas o benefício do PBF lhes deu mais autonomia.

Em entrevista, a ACS Bruna comentou que:

> **Bruna:** *Quando você, mulher, só depende da renda do seu companheiro você fica como se fosse assim ... menos independente. Esse dinheiro* (benefício do PBF) *dá uma certa independência à mulher. Porque aí ela tem onde buscar, onde pegar uma renda uma vez a cada mês. É o que eu vejo, muitas mulheres dependiam do homem pra comprar uma calcinha, dependiam do homem pra comprar um absorvente e a partir do momento em que ela recebe esse dinheiro por menos que ele seja ela cria uma certa independência financeira do seu companheiro.*

A ACS Carla também discorreu no mesmo sentido:

> **Carla:** *Eu acho que antigamente a mulher ficava muito presa porque a gente sabe que a gente vive numa sociedade*

> *infelizmente machista. O homem é o provedor, e a mulher é a dona da casa, né? Ela cuida. Então toda vez que ela precisa de alguma coisa, ela tem que está se submetendo, pedindo dinheiro pra esse companheiro, e o Bolsa Família ele veio pra tirar essa coisa né? Que a mulher fica um pouco que independente, ela pega o dinheirinho dela, ela investe nas crianças, ela investe. Antigamente, tudo que fosse fazer, tinha que tá dando satisfação pro marido. Hoje não, ela recebe esse dinheiro, ela sabe no que vai investir e querendo ou não* – não é por ser mulher e querer puxar sardinha pro nosso lado – *mas a gente tem mais um domínio de dentro de casa, o que é que precisa ou não.*

O entrevistado Beto corroborou com a ideia que o PBF trouxe independência para as mulheres. Ele afirma que apesar de o dinheiro do PBF ser destinado aos/às filhos/as, as mulheres ganharam autonomia. Quando perguntado sobre relação homem-mulher, Beto afirmou:

> **Beto:** *A vida do casal mudou por que ela está recebendo o dinheiro sem fazer nada e o marido sempre trabalha. Ela vai sempre ter o pezinho de jogar algo na cara do marido. Acho que trouxe uma relação de quebra do clima de amor, sentimento, com esse dinheiro. Como muda pra mulher, muda para os homens.*

Beto, ao mesmo tempo em que reconhece a autonomia da mulher que participa do PBF e as mudanças na relação romântica entre homem e mulher decorrentes dessa autonomia, considera que a mulher que recebe o benefício "não faz nada" no sentido de atividade remunerada. Enquanto os homens, trabalhadores, receberiam algum tipo de retaliação já que elas poderiam usar o recebimento do recurso como algum tipo de argumento e negociação, nas palavras dele o "jogar na cara". Não exercer atividade remunerada e receber benefício do governo se configura para ele como "não fazer nada". A invisibilidade do trabalho doméstico baseia sua crítica às mulheres que atuam "apenas" no lar ou na informalidade. Cabe ressaltar com essa fala a pouca importância atribuída ao trabalho doméstico e, como comentado antes, uma estratégia de menosprezar aquilo que está sob a responsabilidade feminina.

Alguns estudos que, diferentemente do nosso, priorizaram o ponto de vista feminino, apontam para conclusões onde as mulheres alcançam,

através do benefício do PBF, mais independência. Como é o caso da pesquisa de Walquiria Domingues Leão Rego e Alexandre Pinzani, intitulada "Vozes do Bolsa Família**:** Autonomia, dinheiro e cidadania" (2013) e da pesquisa de Gregory Duff Morton intitulada "Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família" (2013). Para estes autores e esta autora é revelado, através do discurso feminino, que o benefício do Programa tem importantes contribuições para a autonomia das mulheres. Mesmo que as entrevistadas destas pesquisas aleguem que o benefício é pouco dinheiro, estas pesquisas identificaram que as mulheres titulares têm maior poder de compra em lugares pobres, aumentando a repercussão sobre a autonomia feminina, uma vez que a titularidade é de preferência feminina, principalmente porque muitas delas têm acesso pela primeira vez a uma conta no banco, anticoncepcional ou mesmo produtos de beleza. Assim como reforça a autonomia por ajudar no investimento em estudos, animas, sementes ou mesmo posses (como móveis pra casa). Entretanto, existem estudos (VIEIRA, 2015; NANES, 2014; MEDEIROS, 2012; SUÁREZ; LIBARDONI, 2007) que percebem que mesmo diante de mudanças na vida das mulheres titulares a partir de sua inserção no PBF, a esfera do cuidado continua sob responsabilidade feminina.

O que destacamos no presente estudo é que esta independência feminina como consequência da titularidade do PBF só foi comentada ou confirmada pelas ACSs e por um dos homens entrevistados, enquanto que os demais homens entrevistados não comentaram sobre qualquer tipo de mudança na autonomia feminina em função do PBF. Podemos analisar a ausência de comentários dos homens entrevistados sobre a independência das mulheres em função do PBF como fruto da real falta de percepção em relação a essa autonomia, ou como uma forma deles não assumirem esta possibilidade e assim terem mais uma estratégia para a manutenção de seu *status*. Se esta é uma estratégia dos homens para camuflar sua diminuição de autoridade na família, como afirma Nanes (2010), só um estudo mais amplo e profundo poderia revelar. Sendo assim, destacamos que o não-dito também poderia ser analisado.

Conclusão

A partir das reflexões construídas com base nos dados coletados, consideramos que políticas públicas como o PBF podem problematizar alguns significados sociais como as noções de masculinidades e feminilidades, uma vez que permitem a mulheres pobres acessar renda própria. Porém, não se tratando de uma política de gênero, as relações desiguais de gênero não são a dimensão social mais problematizada por este Programa.

Visando a expor os significados que os homens atribuem à titularidade feminina no PBF e possíveis impactos no poder e *status* masculinos a partir do Programa, identificamos que para muitos homens o benefício não é mais do que uma *ajuda* na renda familiar, e por isso não inviabiliza seu *status* nem seu poder, ainda que ele não seja o único provedor uma vez que a mulher titular recebe o benefício.

Percebemos que, para os homens entrevistados, através da associação entre titularidade feminina e condicionalidades, há um reforço da tradicional divisão sexual do trabalho e da ideia de que a mulher constitui uma força de trabalho secundária, fatores que contribuem para a manutenção do modelo desigual "mulher-cuidadora" e "homem-provedor".

Além disso, identificamos estratégias masculinas para menosprezar o benefício ou controlá-lo, que podem proporcionar um reforço das desigualdades de gênero que pressupõem o maior poder e o *status* masculinos e a submissão feminina. Assim, embora o benefício contribua para as melhorias nas condições materiais de vida das titulares, ainda se fazem necessárias mudanças que possibilitem uma maior equidade nas relações de gênero.

Analisar o discurso desses homens implica em entender que as palavras usadas por eles carregam significados. Não se pode estabelecer definições acabadas como se as palavras pronunciadas carregassem a verdade absoluta. As palavras carregam o sentido e o significado das experiências vivenciadas por aqueles que a expressam, dentro de sua lógica e contexto. O exame de uma fala mesmo quando inseridas no devido contexto em que estão os sujeitos pode revelar aspectos sobre o que se quer investigar, mas não sua

totalidade. Ainda assim, a nossa escolha de evidenciar privilegiar a análise dos discursos masculinos nos permitiu ter acesso a ângulos fundamentais e diferenciados sobre esta problemática que de maneira geral evidencia a fala feminina. Acreditamos que se mostra necessária uma ampliação das pesquisas que relacionam o Programa Bolsa Família às transformações ou manutenções nas relações de gênero, analisando conjuntamente discursos de mulheres titulares e de homens. Fora isso, consideramos que outros estudos podem ser feitos, como, por exemplo, análises sobre o silêncio dos homens a respeito da independência feminina como consequência do PBF. Dessa forma, esperamos ter contribuído com reflexões e interligações dos estudos de gênero, políticas públicas e masculinidades.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004a.** Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm>. Acesso em: 18 mar. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004b.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 18 mar. 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.132, p.595-609, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza:programa bolsa família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p. 901-908, 2009.

MEDEIROS, Karen Cristiane de. **O benefício do Programa Bolsa Família e suas implicações nas relações de gênero.** 2012, 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Especialização em Gestão de Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Educação para Diversidade, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, MG, 2012. Disponível em: <http://www.amde.ufop.br/tccs/Ouro%20Preto/Ouro%20Preto%20-%20Karen%20Medeiros.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3, p. 809-840, 2008.

MORTON, G. D. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano**.** In: Política & Trabalho. **Revista de Ciências Sociais,** n. 38, 2013.

MULHERES representam 93% da titularidade do Bolsa Família. 23 setembro 2013. Informação postada no Portal do Brasil, no hiperlink Cidadania e Justiça. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/mulheres-representarm-93-da-titularidade-do-bolsa-familia>. Acesso em: 18 mar. 2014.

MUNIZ, André Aristóteles da Rocha. **Homens, Masculinidades e Política Pública de Assistência Social:** uma análise de gênero no âmbito de um Centro de Referência de Assistência Social de Belo Horizonte/MG. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2011. Disponível em:<http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/1999/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Homens,%20masculinidades%20e%20pol%C3%ADtica%20p%C3%BAblica%20de%20assist%C3%AAncia%20social.pdf >.Acesso em: 10 fev. 2015.

NANES, Giselle. **Ele ainda canta de galo:** etnografando homens pobres no domínio da casa. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2010.

_____. **Gênero, Desenvolvimento e Programa Bolsa Família:** Direitos Reprodutivos, Trabalho e Projetos de Vida de Mulheres do Coque (Recife/PE). 2014. 228f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2014.

NETO, Otávio Cruz. O Trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 51-66.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família:** autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2014.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In VAITSMAN, Jeni (Org.). **Avaliação de Políticas e Programas do MDS** – Resultados. Volume 2 – Bolsa Família e Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasília/DF. 2007.

VIEIRA, Eloah Maria Martins. **Gênero e o Programa Bolsa Família**: analisando experiências de mulheres moradoras da comunidade de Brasilit (Recife -PE). 2015, 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia e Departamento de Antropologia e Museologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2015.

VIEIRA, Sirley. Gênero, masculinidades, risco e sexualidade: referências teóricas para pensar os homens trabalhadores. In: VIEIRA, Sirley. **Pião Trecheiro**: trabalho, sexualidade e risco no cotidiano de homens em situação de alojamento em Suape (PE). 2013. p.48 -77. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2013.

Amor romântico, violência contra as mulheres e discursos adolescentes

Telma Low Silva Junqueira[1]
Danielly Spósito Pessoa de Melo[2]

1. **Por onde começamos.... situando a pesquisa e alguns conceitos *norteadores***

Este artigo visa refletir sobre os sentidos produzidos por 12 adolescentes acerca do mito do amor romântico e da violência contra as mulheres. Ele faz parte de um recorte da pesquisa de campo que desenvolvemos no marco do doutorado em Estudos de Gênero, a partir de uma parceria estabelecida entre pesquisadoras e a equipe técnica da ONG Instituto Papai.

Justificamos a relevância do estudo ao considerarmos que, ainda que exista uma vasta literatura acerca dos temas centrais aqui abordados, o mito do amor romântico ainda parece pouco visibilizado nos espaços que se propõem a debater acerca da violência contra as mulheres, especialmente entre o segmento adolescente. Assim, como mostram alguns estudos, a violência nas relações de namoro entre adolescentes vem se tornando objeto de interesse das pesquisadoras e dos pesquisadores pelas sérias repercussões que pode causar na vida e saúde desses sujeitos (CASTRO, 2008).

1 Doutora em Psicologia Social, professora do Instituto de Psicologia da UFAL, pesquisa apoiada pela AECID/MAEC, telmalow@gmail.com

2 Doutora em Serviço Social, assistente social do IFAL, danysposito@gmail.com

Participaram da nossa pesquisa 06 mulheres e 06 homens adolescentes, com idades entre 15 e 18 anos, moradoras/es de comunidades da periferia de Recife/PE, estudantes de escolas públicas, vinculadas/os a um Projeto[3] desenvolvido pelo Instituto Papai. O desenho metodológico constou de reuniões com a equipe técnica do Instituto Papai, reunião com as famílias[4] e realização de Grupos Focais (GF) com as e os adolescentes, sendo 02 GF somente com as mulheres, 02 GF somente com os homens e 02 GF mistos, com mulheres e homens adolescentes. Os dados produzidos na pesquisa foram analisados com base na análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Para desenvolvermos a investigação, partimos de alguns conceitos que têm norteado nossos trabalhos empíricos e acadêmicos. Nesse contexto, o conceito de gênero enquanto categoria de análise aparece como relevante, visto que

> el género es un elemento constitutivo de las relaciones sociales basadas en las diferencias que distinguen los sexos y el género es una forma primaria de relaciones significantes de poder. (SCOTT, 1990, p. 22. 22).

Recorremos ao conceito de gênero para pensar sobre como as mulheres e homens adolescentes participantes da pesquisa constroem as diferenças sexuais. Posto que identificamos que, por um lado, seus discursos se aproximam dos significados culturais que definem masculinidade e feminilidade, a partir de uma lógica binária que os apresenta como antagônicos, complementares e hierarquizados. Ao mesmo tempo que também se distanciam dos padrões de gênero dominante, inclusive questionando-os e considerando-os *ultrapassados*:

> *A gente poderia dizer que era machista porque pra gente ser mulher era isso.* […] *ajeitar o cabelo, ser vaidosa. E homem é jogar bola, é trabalhar. A gente aprendeu que mulher também pode trabalhar e homem também pode ser vaidoso* (Mulher adolescente).

3 Curso Jovens Promotores de Saúde: Homem, Gênero e Sexualidade.

4 Para apresentação e diálogo acerca dos objetivos da pesquisa e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

> *Ser mulher é... eu acho que é saber seu valor. Saber descrever seu valor. Assim, homem também tem que se dar o valor, mas eu acho que a mulher seria mais discriminada, se ela não tivesse valor, mais do que os homens* (Mulher adolescente).

> *Menino assim tem que pegar as primeiras meninas, sei lá, qualquer menina pra dizer que é o pegador, que é o fodão, pra ganhar status.* […] *na moral, qual é o prazer de beijar aquela menina que eu nunca vi ela na minha vida? Por que ela tem o peito grande é?!* […] *eu não sinto prazer não, véio. Agora alguém que eu amo eu beijo, na moral* (Homem adolescente).

Os fragmentos dos discursos dos sujeitos adolescentes nos ajudam a entender que as construções sociais para o ser homem e o ser mulher vêm se transformando ao longo do tempo, ainda que não assegurem uma mudança na estrutura de uma sociedade considerada patriarcal[5], mas que também precisa ser pensada a partir da interseccionalidade com outros marcadores sociais, como classe, raça, sexualidade e geração, por exemplo. (MEDRADO; LYRA, 2008).

Nesse contexto, os relatos das e dos adolescentes expressam uma ambivalência, posto que novos-outros discursos são narrados a partir da co-existência daqueles que legitimam alguns valores e ideais normativos, que persistem em reduzir e dividir o mundo em masculino x feminino. Assim, podemos dizer que as narrativas tanto refletem um processo de desconstrução/afastamento quanto de permanência/aproximação com os padrões de gênero.

Interessa-nos ressaltar que a desconstrução/afastamento é fruto das conquistas que os movimentos feminista e de mulheres vêm logrando, especialmente nas últimas décadas, juntamente com as contribuições dos estudos feministas e de gênero, que têm dado destaque para a construção de uma ciência situada e ético-politicamente comprometida com a

5 Também chamada por Lima (2015, p. 15) de ordem patriarcal, considerada "a chave conceitual para a apreensão da dinâmica do feminino e do masculino, historicamente construídos. No sentido literal, patriarcado significa governo dos pais; historicamente, consiste num tipo de organização social em que a autoridade é exercida pelo varão, chefe da família e dono do patrimônio: esposa, filhos, filhas, escravos, animais, bens".

problematização e desconstrução das desigualdades. Desse modo, o curso que a ONG Instituto Papai desenvolveu parece funcionar como um espaço de reflexão e de debate que possibilita às mulheres e homens adolescentes contrapor a forma como a sociedde define e determina os padrões de gênero e o modo como elas e eles passam a (re)significá-los.

Por outro lado, os discursos também expressam a interface entre os padrões de gênero instituídos e as relações de dominação e de desigualdade construídas no âmbito das relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres:

> […] *E também do tipo, a mulher engravida e no ponto de vista de todos, da sociedade assim, só ela tem obrigação de cuidar do filho. Ele não, ele vai sair pra trabalhar. Eu acho que ser mulher é isso também, é ter mais responsabilidade doméstica*. (Mulher adolescente).
>
> *Mas também tem lugares, lá no vídeo game. Lá no vídeo game é difícil ver uma menina. E quando entra, o irmão bota pra sair de lá. Saia daqui que aqui não é lugar de mulher não...* (Homem adolescente).
>
> *Até o pai mesmo assim, se ver a filha ficando com todo mundo. O pai diz: oh pra aí, que puta eu tô criando. E se ver um homem: esse é meu filho mesmo!!!* (Homem adolescente).

Esses relatos nos convidam, portanto, ao desenvolvimento de uma análise com base na perspectiva feminista de gênero. Ou seja, uma análise que nos ajude a pensar para além do binarismo homem x mulher, agressor x vítima etc., considerando também os engendramentos e desigualdades de poder que se constroem nesse contexto.

> […] é necessário considerar que relacional não implica complementaridade, mas assimetria de poder. É preciso, portanto, submeter o conceito de "gênero" a uma leitura feminista. Ou seja, deve-se adotar a perspectiva de gênero, buscando compreender como diferenças se constituem em desigualdades, indo além dos sexos como determinantes biológicos e da "di-visão" sexual do mundo. [...] é preciso a adoção de uma perspectiva que rompa com a visão

> feminista dicotômica que adota a noção de dominação, desconsiderando o jogo relacional de poder entre o eu e o outro... (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 819).

Nesse sentido, os próprios relatos adolescentes apontam que as posições de gênero não estão cristalizadas e que homens e mulheres, em suas relações, exercem e assumem o poder de modo dinâmico e di-verso, rompendo com uma noção de ser homem e de ser mulher "naturalizada":

> […] *ele ama mais, mas só que ele não tem coragem de ver que ama, tá ligado! A mulher tem mais coragem* (Homem adolescente).
>
> *Eu acho que o homem demonstra mais, eu acho.* […] *a mulher quer muita prova que o cara gosta dela* (Homem adolescente).
>
> […]. *Pelo menos eu sou muito possessiva, se eu tô ficando com ele, eu quero ele só pra mim. Agora se eu souber, mesmo eu ficando, se eu souber que ele tá com outra pessoa, eu não quero mais.* […] *ah, eu fico, com outros e com ele* (risos) (Mulher adolescente).

Mas, quais os sentidos produzidos pelas mulheres e homens adolescentes acerca do amor? Elas e eles constroem alguma relação entre o mito do amor romântico e a construção da violência no âmbito das relações afetivo-sexuais? Essas são questões chaves no nosso artigo e que apontam para a relevância de entendermos que a vivência das relações afetivo-sexuais entre os pares se faz de modo complexo, processual e amplo.

Demandando que, ao pesquisarmos sobre o mito do amor romântico, o situemos como uma construção sócio-histórica, que se relaciona com questões da coletividade, subjetividades, posicionamentos, práticas cotidianas etc. (HERRERA, 2010).

2. Por que falar de amor?

Estudos feministas e de gênero apresentam o mito do amor como um dos aspectos centrais que marca a reprodução das assimetrias de gênero no âmbito das relações de casal. Destacando a necessidade de contemplarmos a dimensão política do amor, já que quando esse se

mitifica, pode constituir uma importante fonte de poder que se exerce contra as mulheres (JÓNASDÓTTIR, 1993; LAGARDE, 2005; MARTÍNEZ BENLLOCH et al., 2008).

Ao longo da história, homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens vêm se relacionando afetivo-sexualmente. Porém, nesse "universo amoroso", algumas teóricas feministas como Clara Coria (2007) e Carol Herrera (2010), por exemplo, vêm chamando a atenção de que os padrões de gênero construídos socialmente, que atribuem aos homens um lugar de poder e dominação, podem contribuir para que, especialmente no âmbito das relações afetivo-sexuais heterossexuais, muitos deles cresçam e se socializem acreditando que, "por amor tudo se justifica e vale a pena", inclusive dominar a até matar suas companheiras e (ex)companheiras. Enquanto isso, as mulheres são educadas para, "em nome do amor", acreditarem que devem se submeter aos desejos e "necessidades" de seus companheiros e (ex)companheiros.

Assim, de acordo com Bosch et al. (2007), homens e mulheres aprendem a amar e a expressarem amor de modo distinto e até desigual. Posto que

> […] *ellas se caracterizan por mostrar una idealización del amor y una entrega incondicional a la relación amorosa* […], *un elevado sentimiento de protección y cuidado del otro por encima de la satisfacción de sus propias necesidades e intereses, un concepto de amor que implica sacrificio del yo* […]. *En cambio, los chicos muestran una disposición mucho menor a la renuncia total, el sacrificio personal y la entrega y una mayor contención emocional* (p. 15).

As ideias apresentadas pela teórica se aproximam de algumas narrativas adolescentes, especialmente quando elas e eles, constroem sentidos sobre o amor a partir das relações de gênero. Assim, (re)produzem uma noção de amor vinculada à entrega/doação, à felicidade plena, a um amor eterno/verdadeiro etc.

> *Eu acho que toda mulher* […] *sonha com isso. Com um homem da forma como imagina, um homem que tu sabe que vai passar toda a vida ali, tu ao lado dele, feliz…* (Mulher adolescente).

> […] *Saber que ela me ama e que ficará ao meu lado, cuidando do meu filho, para sempre, até* morrer (Homem adolescente).

> *Assim... porque eu ficava com ele e ele tinha namorada. A gente ficou assim por muito tempo e aí ele acabou com ela pra ficar comigo. Aí toda vez que a gente tinha uma crise, acabava. E eu chorava muito... Se eu não amasse ele, eu deixava ele pra lá. Mas, depois que eu chorei muito ele me disse: "não, M3, não dá mais". E eu: tá certo! Mas, depois que ele disse que ia embora, eu disse a ele: a gente tem que voltar porque eu quero ser feliz ao teu lado. Porque eu acho assim que é amor de verdade! Até porque se não fosse, eu deixava ele para lá.* [...] *Eu sempre sonhei com alguém assim, como ele...* (Mulher adolescente).

Esses exemplos nos possibilitam identificar novas-outras contradições nos discursos das e dos adolescentes. Pois, ao mesmo tempo que elas e eles problematizam e se distanciam da ideia de um binarismo homem X mulher, ativo X passivo etc., como vimos anteriormente, ao falarem sobre amor e suas relações afetivo-sexuais, reproduzem (e reafirmam) os padrões de gênero binários e dominantes e as assimetrias de poder entre os sexos.

> [...] é aquele que não tem desconfiança, que dá atenção, carinho. [...] *eu acredito que existe* [...] é porque a gente ainda não encontrou a pessoa ideal pra gente. Mas, para cada uma da gente, tem uma alma gêmea, um homem... (Mulher adolescente).

> É porque homem é tudo cabeção. Eu acho que a gente aprende a ser o oposto deles, porque se a gente fosse igual nunca ia ter uma boa relação. Se ele é cabeção, eu não posso ser. Porque se não a gente nunca mais ia nem se falar, quanto mais ficar... (Mulher adolescente).

> *Geralmente* [...] *o modo de vestir dela também afeta. Assim, é feio pra menina sair na rua com uma roupa assim..., curta. Por que eu tenho que deixar ela sair na rua com um short que*

> *eu não gosto? Eu não deixo não... oxe, pros cara ficar tudo olhando* (Homem adolescente).

Esses discursos, por um lado, nos levam a pensar acerca das ideias de Marcela Lagarde (2008, p. 02), quando afirma que "[…] los hombres son el sujeto del amor y de la sexualidad, de ahí su centralidad y jerarquía. Las mujeres son el objeto del amor de los hombres". Ao mesmo tempo que demanda uma definição do que entendemos por mito do amor romântico:

> […] se presenta como un ideal, como un mito de referencia, una representación social o un imaginario hegemónico, pero va más allá de establecer un marco de sentido o interpretación de los afectos y relaciones para convertirse en un conocimiento práctico que genera actitudes, regula vivencias, arma estrategias y perfila unos tipos de agentes (amantes), etc., cobrando materialidad en los propios cuerpos y acciones de los enamorados, en las formas y legitimaciones predominantes de las parejas y en la producción cultural (música, novelas, películas, etc.) que nos envuelve (GARCÍA; CASADO, 2010, p. 136-137).

Diante dessa conceituação, questionamos se a desconstrução das relações desiguais de poder entre os pares não passa também pelo rompimento com um modelo de amor (romântico), que se constrói e se sustenta como elemento normativo que responde, ainda que de modo simbólico, à lógica da dominação masculina, da hierarquização dos pares e da complementaridade dos sujeitos (BOSCH et. al., 2007; LAGARDE, 2008; ESTEBAN, 2011; LOW, 2013).

> *Na minha opinião, eu escolho a menina mais de casa.* […] *uma menina correta, educada, que estuda* […]. *Essa é a melhor.* […] *porque eu quero um amor pra toda vida* […] *ainda que lá na comunidade, a gente joga porrinha pra ver qual é a menina que a gente vai beijar* (Homem adolescente).

> *Eu acredito que para gostar de uma pessoa tem que ter desejo* [...] *assim, eu não sou nada romântica, nem um pouquinho. Mas, se fosse por mim, se eu amo de verdade, eu fico 24 horas ao lado da pessoa. Eu desligo o telefone e já tô querendo falar*

> *com ele de novo. Eu fico doidinha porque quero tá do lado o tempo todo...* (Mulher adolescente).

É possível identificar, a partir das narrativas destacadas, que ainda que a adolescente não se assuma como romântica, ela recorre à noção de amor verdadeiro e "dependente" que caracterizam o mito do amor romântico e que ainda aparecem como muito "familiar" a muitas mulheres. Enquanto que o adolescente, parece ter bem mais marcado em seu discurso uma divisão entre uma mulher "ideal", aquela que ele escolhe "para amar por toda a vida", e aquela que ele consegue para beijar, através de um jogo com os amigos.

Nesses relatos, chamam a atenção a ideia de objetificação, subordinação e domesticação da mulher, que aparece naturalizada e vinculada ao ideal de amor entre os pares. Recorremos, portanto, a Giddens (2008, p. 64), quando afirma que "El amor romántico está profundamente tergiversado en términos de poder. Los sueños de amor romántico han conducido muy frecuentemente a la mujer a una enojosa sujeción domestica.

Ainda quando pensamos sobre o mito amor romântico, torna-se necessário destacar que o ciúme é um dos seus principais componentes. Teóricas feministas como Bosch et al. (2007) e Esteban (2011), por exemplo, ressaltam que o ciúme deve ser muito trabalhado e problematizado quando se discute a interface entre amor e violência. Posto que, ainda que apareça como sinônimo de cuidado, de proteção e de expressão de um amor "mais puro e verdadeiro", deve ser significado como uma expressão do exercício de poder/dominação/controle que uma pessoa exerce sobre a outra.

Os discursos adolescentes corroboram essa noção trazida pelas autoras, principalmente quando situam o ciúme como um elemento imprescindível numa relação amorosa:

> […] *Oxe, todo mundo tem que ter ciúme, meu véio. Porque quem ama tá cuidando* (Homem adolescente).
>
> *Quando eu tinha um namorado, eu olhava discretamente o telefone dele. Assim, ele não via não. Mas, quando ele se*

> *distraía eu olhava só por curiosidade. E aí quando tava na frente dele eu perguntava: quem foi que ligou? Mas, dizer a ele pra deixar eu ver eu não dizia não* (Mulher adolescente).
>
> […] é que eu acho que se um homem não tem ciúme da mulher, eu acho que ele não sente nada por ela […]. *O ciúme faz parte da relação* (Mulher adolescente).
>
> *Numa relação tem que ter ciúme sim. Mas, não é tanto não. Porque tem gente que é muito ciumenta* [...] *Eu acho que o ciúme tem que ter limite também* (Mulher adolescente).
>
> *Eu acho que o ciúme tem que ser pouco* [...] *porque pode causar violência, assim quando é fora do controle* (Homem adolescente).

Diante desses discursos, consideramos relevante pontuar que esse "limite" atribuído pelas mulheres e homens adolescentes para o ciúme aparece como uma "fronteira" que elas e eles constroem entre o que consideram amor e o que entendem por violência. Ou seja, o mito do amor romântico, especialmente a noção de ciúme, se constitui como um "catalizador" de um ideal que tende a nortear a construção das relações afetivo-sexuais entre os pares, ao mesmo tempo que funciona como um agente "provocador" do exercício da violência.

3. Quando amor e violência se "(des)encontram"...

Ressaltamos que neste artigo nos centramos na violência que os homens exercem contra as mulheres (relações heterossexuais), sem desconsiderar, entretanto, que casais homoafetivos também constroem relações assimétricas que podem desembocar no exercício da violência. Ao mesmo tempo que consideramos que mulheres também exercem violência contra homens, ainda que em número reduzido. Isso parece se "justificar" porque, como afirma Saffioti (2001, p. 116) "[…] as mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença".

A pesquisa que realizamos demonstrou que, apesar das mudanças significativas conquistadas em relação à (re)significação de muitos dos

padrões de gênero, os discursos adolescentes expressam que muitas mulheres continuam ocupando um "lugar" de submissão nas relações afetivo-sexuais.

Assim, quando perguntamos aos sujeitos adolescentes se elas e eles identificavam alguma relação entre amor e violência contra as mulheres, de imediato as respostas convergiam em "não".

> Grupo entre Homens Adolescentes:
>
> Facilitador: *Vocês acreditam que existe alguma relação entre o amor romântico e a violência contra as mulheres?*
>
> *Nenhuma, nenhuma, nenhuma mesmo.*
>
> Grupo entre Mulheres Adolescentes:
>
> Facilitadora: *Vocês acham que existe alguma relação, algum tipo de relação, entre o amor romântico e a violência contra as mulheres?*
>
> *Eu acho que não.*
>
> *Oxe, o amor romântico é…*
>
> É uma coisa tão de mimo, tão amorosa, tão tão…
>
> *A pessoa chega fica derretida…*
>
> É isso aí, não tem nada a ver.

Porém, à medida que o debate se intensificava, as narrativas pareciam ampliar e problematizar os temas em questão. Uma das adolescentes, por exemplo, compartilhou sobre o modo como a mãe e o pai se relacionavam, construindo aproximações entre esses dois temas, aparentemente opostos:

> *Meu pai batia em minha mãe toda semana. A gente ia lá tentava apartar, minha avó* dizia que ia denunciar e nada […] *ela dizia que não deixava ele porque amava ele muito e ele também parecia amar muito ela....* (Mulher adolescente).

Outra adolescente debatia sobre uma situação de violência entre um casal heterossexual, dizendo:

> *Eu acho que se separar seria a coisa certa. Porque começa assim, se a pessoa baixa a cabeça na primeira tapa, vai ter a segunda, terceira, quarta, quinta, sexta.... mas também é bom perguntar se ele quer se separar.* […] *ele já está estressado da vida e veio descontar nela... é o trabalho, o estresse...* […] é porque *quando a gente ama perdoa tudo* (Mulher adolescente).

Esses discursos nos convidam a (re)pensar sobre as controvérsias que o mito do amor romântico tende a gerar quando, "em nome do amor", um amor "de doido", muitos casais constroem uma vinculação afetivo-sexual que tem no exercício da violência uma de suas expressões:

> *Que existe amor, existe. Mas, é um amor assim de doido. Não sabe falar as coisas normal, quer partir logo pra agressão (*Homem adolescente).
>
> *Assim, nos casos de violência... se o casamento dura anos e a pessoa quer terminar, eu acho que ela tem que se aproximar dele e perguntar porque ele agrediu ela* (Mulher adolescente).

Esses discursos apontam para mais uma ambivalência nas narrativas dos sujeitos adolescentes. Pois, ao mesmo tempo que problematizam a existência da violência no contexto das relações afetivo-sexuais, também contribuem para sua "aceitação". Ainda que a violência esteja presente, ali também está o amor, um "amor doido", que faz com que a mulher em situação de violência, ainda que queira se separar, precisa perguntar ao homem o que o "levou" a agredi-la.

É nesse mesmo contexto que a noção de que "mulher gosta de apanhar", de que "o amor tudo perdoa" etc. vai sendo (re)produzida e se constitui como um desafio para a construção de relações simétricas de poder:

> *Mas, tem umas mulheres que gosta... Tipo assim: ela é maltratada e nunca quer denunciar ao marido* […] é porque ela gosta de apanhar (Mulher adolescente).
>
> É porque, às vezes, a mulher provoca também […]. *Minha mãe mesmo, meu pai dava nela toda semana* […] *Minha vó*

> *dava conselhos a ela pra ela denunciar, mas ela não ia* […] *Porque ela dizia que não tinha coragem, porque ela amava muito ele* (Mulher adolescente).

Os discursos apontam, ademais, para uma vinculação amor-violência que se desdobra na permissividade e legitimidade social e subjetiva que dá lugar à dicotomia mulher/submissa/vítima X homem/opressor/agressor, que foi tantas vezes questionada e superada nas narrativas adolescentes. Assim, ao perguntarmos às mulheres se elas perdoariam uma violência cometida por seu parceiro, "em nome do amor", a maioria das respostas foram afirmativas:

> Perdoaria.
>
> Depende da situação.
>
> Perdoaria se ele quisesse continuar comigo e prometesse que não iria fazer mais.

Essa aceitação e justificação social da violência no marco das relações afetivo-sexuais, presente nos discursos adolescentes e também em outros discursos sociais (como na mídia, na fala de políticos etc.), nos convoca a refletir sobre como (e se) as temáticas de gênero, amor e violência vêm sendo pautadas, trabalhadas e debatidas nos diversos espaços sociais. De modo que a pouca visibilidades desses temas contribuem para que as mulheres continuem sendo socializadas para aceitar, compreender, esperar, renunciar, perdoar, se sujeitar etc., "em nome do amor", ao exercício de relações de poder desiguais; e eles a esperarem que suas companheiras "respondam" aos ideais de gênero socialmente construídos. "Esto es precisamente una manera de decretar la muerte o desaparición del sujeto personal, cuyo lugar pasa a ser ocupado por un extraño 'en nombre del amor'". (FERREIRA, 1995, p. 181-182).

Daí a importância de problematizarmos sobre os efeitos que esse ideal de amor pode provocar na vida cotidiana dos casais, visto que parece retroalimentar as desigualdades e incidir na perspectiva da integralidade dos seres e no desenvolvimento de suas autonomias.

4. Gênero-amor-violência: velhas, novas e outras questões

Finalizamos esse artigo destacando a importância de seguirmos problematizando a interface gênero, amor, violência. Posto que os discursos adolescentes apontaram que os sentidos produzidos para e nessa interface estão abertos, em movimento, compondo um processo de reflexões, relativizações e possibilidades inacabadas e complexas.

Consideramos que a construção do amor atravessa a história da humanidade, participando do processo de formação das subjetividades, dos posicionamentos, relacionamentos e práticas dos sujeitos. De modo que tem se tornado para nós um tema que se atualiza e se relaciona com diversos outros-novos contextos e dimensões do humano.

Nossa participação em diferentes rodas de conversa sobre o tema, juntamente com adolescentes, mulheres, profissionais etc., tem nos possibilitado (re)pensar sobre o desafio que tem sido construir espaços de diálogo sobre o amor nos diferentes contextos. Ao mesmo tempo que nos possibilita perceber que há espaço, demanda e pessoas interessadas em protagonizar essas rodas.

Daí nos perguntamos por que ainda pensamos, muitas vezes, que esse não seja um tema importante para debatermos de modo mais constante nos espaços comunitários? Será que é por que ele é considerado "subjetivo"? Será que é por que consideramos que a violência contra as mulheres, especialmente depois da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), já é uma questão superada ou "reservada" à determinada política pública/serviço? Será que é por que pensamos que amor e violência são temas opostos, que pouco se relacionam?

Enfim, ao final desse artigo a impressão que nos dá é que estamos diante de um tema que nos provoca mais questões e menos respostas/certezas. Ao mesmo tempo que contribui para pensarmos sobre os efeitos que pesquisas como essas podem gerar na sociedade, na vida das pessoas, nas nossas vidas, transcendendo a noção de que são questões "próprias" da academia.

Os discursos dos sujeitos adolescentes protagonizaram efeitos que consideramos *di-versos* e relevantes porque: nos provocam a seguir investigando

os temas e a reconhecer que as políticas públicas precisam se aproximar deles; nos convidam a (re)visitarmos as formas como amamos, como construímos nossas relações de intimidade e afetividade, como vivenciamos nossa sexualidade e nos posicionamos diante das relações de poder que construímos; nos convocam a (re)pensar sobre os princípios que têm norteado a construção das estratégias de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres ao longo do tempo e o que esperamos/desejamos delas.

Referências

BOSCH, Esperanza et al. ***Del mito del amor romántico a la violencia contra las mujeres en la pareja.*** España: Instituto de la Mujer/Ministerio de Igualdad, 2007.

CASTRO JOSÉ DE SOUZA, Ricardo. **Violência no namoro entre adolescentes no Recife:** em busca de sentidos. Recife: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, 2009.

CORIA, Clara. ***El amor no es como nos contaron...ni como lo inventamos.*** Buenos Aires: Paidós, 2007.

ESTEBAN, Mari Luz. ***Crítica del pensamiento amoroso.*** Barcelona: Bellaterra, 2011.

FERREIRA, Graciela. Cómo se llega a mujer maltratada. En: FERREIRA, Graciela. ***Hombres violentos, mujeres maltratadas****: aportes a la investigación y tratamiento de un problema social.* Buenos Aires: Sulamericana, 1995. p. 174-189.

FERRER, Victoria et al. *El concepto de amor en España.* ***Revista Psichotema***, Asturias, v. 20, n. 4, p. 589-595, 2008.

GARCÍA, Fernando; CASADO, Elena. ***Violencia en la pareja:*** *género y vínculo*. Madrid: TALASA, 2010.

GIDDENS, Anthony. ***La transformación de la intimidad:*** *sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas.* 6. Ed. Madrid: Cátedra, 2008.

HERRERA, Coral Gómez. ***La construcción sociocultural del amor romántico***. Madrid: Fundamentos, 2011.

JÓNASDÓTTIR, Anna. ***El poder del amor:*** ¿le importa el sexo a la democracia? Madrid: Cátedra, 1993.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. ***Amor y sexualidad, una mirada feminista.*** España: Universidad Menéndez Pelayo, 2008.

LIMA, Regina Nádia. **Gênero como categoria útil de análise e como ferramenta para o conhecimento e intervenção do mundo social.** Alagoas: Cordenadoria Institucional de Educação à Distância (CIIED)/ UFAL, 2015.

LOW, Telma Silva Junquira. ***Hacia la superación de las desigualdades de género entre las y los adolescentes:*** *proceso de toma de conciencia*. 2013. 328 f. Tese (Doutorado em Estudos de Gênero) – Universidad de Valencia, Valencia, 2013.

MARTÍNEZ BENLLOCH, Isabel (Org.) et al. ***Imaginario cultural, construcción de identidades de género y violencia:*** **formación para la igualdad en la adolescencia. Madrid: Instituto de la Mujer, 2008a.**

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminist de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas,** Florianópolis, V. 16, n. 3, p. 809-840, set.-dez., 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Brasil: ***Cadernos Pagu***, Vol. 16, p. 115-136, 2001.

SCOTT, Joan. *El género una categoría útil para el análisis.* In MAELANG, J. S. y NASH, M. ***Historia y género:*** *las mujeres en la Europa moderna y contemporánea. Valencia: Ediciones Alfons el Magnánim*, p. 22-56, 1990.

Juventude e feminismo no Brasil: a experiência como lugar de enunciação[1]

Elismênnia Aparecida Oliveira[2]
Eliane Gonçalves[3]

> *O feminismo é a minha escola, ele me desafia todos os dias, ele me dá coragem, ele me dá felicidade, ele me dá alegria, é ele que me mantém de pé* (Roseane Arévalo, JFSP, 2013).

Enquanto algumas organizações (ONGs, grupos formais) e núcleos acadêmicos de pesquisa completam mais de trinta anos de atuação feminista, outros grupos surgem, se desfazem e se reconstroem por lugares distintos Brasil afora, provando que o feminismo ainda é,

1 Esse artigo é resultado de análises parciais da pesquisa "Estratégias de transmissão intergeracional no feminismo brasileiro (1980-2010)", vinculada ao Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal de Goiás, financiada pelo CNPq e realizada no período de 2011-2014, cujos resultados vêm sendo debatidos em eventos brasileiros desde 2011, como por exemplo: Reunião da sociedade Brasileira de Sociologia (Curitiba, 2011), Seminário Mulheres em Movimento (Fundação Carlos Chagas, SP, 2014), Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Florianópolis, 2013) II Colóquio Feminista (UnB, 2014), V Seminário Internacional Trabalho e Gênero (UFU/MG, 2014), 18º encontro da REDOR (Recife, 2014), Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, ABRASCO (Goiânia, 2015) entre muitos outros. Agradecemos a todas as interlocutoras entrevistadas nos anos de 2013, citadas neste artigo e, por tabela, as entrevistadoras responsáveis: Fátima Regina Almeida de Freitas, Elismênnia Aparecida Oliveira e Márcia Sardinha da Costa. Agradecemos as contribuições de Alda Brito da Motta e demais integrantes do GT 2 Gênero e Geração do18ª Encontro Nacional de Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR, Recife, 2014. Somos igualmente gratas aos organizadores pela seleção do nosso artigo e pela oportunidade de publicar nesta coletânea.

2 Graduada em Ciências Sociais, mestra em Sociologia (UFG, 2015), militante nos seguintes espaços: Coletiva Feminista e Fórum Goiano de Mulheres/Articulação de Mulheres Brasileiras. mennalis@gmail.com

3 Doutora em Ciências Sociais, Professora da Faculdade de Ciências Sociais/UFG e pesquisadora do SER-TÃO Núcleo de Estudos e Pesquisas em gênero e sexualidade/UFG, coordenadora da referida pesquisa. Co-fundadora e colaboradora permanente do Grupo Transas do Corpo. elianego@uol.com.br

como aponta Navarro (2009), um dos movimentos sociais que conseguiu mudar o mundo e continua a existir com vitalidade. Mas, nesse caminho de emergência, recomeços e reinvenções, como se dá a permanência do movimento feminista no tempo? Como o feminismo é "transmitido"?

Talvez a primeira coisa a fazer nesta sucessão de expressões deva ser sublinhar imediatamente a pluralidade da palavra feminismo. Não usaremos grafia no plural, mas deixamos enunciado que é disso que tratamos, de **feminismos**, de variedade, de múltiplas feições, de múltiplas concretudes e de múltiplas juventudes, também. E, prosseguindo, um segundo desafio é dizer o que estamos chamando aqui de "transmissão".

Ainda que seja impreciso definir o que seja transmissão, a noção passa por, mas, ao mesmo tempo, ultrapassa: ensinamentos compartilhados de geração a geração; reposição de quadros nos diversos espaços do movimento, graças ao "empoderamento" e à interação entre feministas de todas as idades e gerações que chegam ao feminismo; multiplicação, reprodução, popularização ou até mesmo "massificação" do feminismo, segundo termos recorrentes em todas as entrevistas, visando à sua permanência no tempo; por fim, as preocupações sucessórias do tipo "passar o bastão".

Assim sendo, este texto (ou capítulo de livro) tem por objetivo apresentar alguns pontos de vista de mulheres jovens inseridas em grupos e coletivos acerca da transmissão do conhecimento feminista e de suas tecnologias ou metodologias, dos contatos geracionais e da coexistência mais ou menos afetada por conflitos que não inviabilizam a prática no presente e também o pensar o futuro.[4] O artigo focaliza três eixos

4 Apresentamos falas em seus contextos mais "autorais" (nomeando-as) e também coletivos: Jovens Feministas de São Paulo (JFSP), Blogueiras Feministas (DF), Coturno de Vênus (DF), Marcha das Vadias (SP e DF) e Coletivo Unificado de Mulheres da UnB (DF), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea, DF), Bamidelê (João Pessoa, esta entrevistada atuando "emprestada" ao Cfemea, em Brasília), Sempreviva Organização Feminista (SOF, SP e também Marcha Mundial de Mulheres). As entrevistadas de outras regiões que estão citadas neste artigo foram ouvidas no evento *Vulva La Vida* em Salvador, 2013: Grupos de autodefesa de mulheres (vários), Lobaxs (Curitiba), Corpus Crisis (DF). Para uma análise mais detida deste último evento coletivo ver: GONÇALVES, FREITAS; OLIVEIRA (2013). Nossa própria história de militância em Goiânia, Goiás, em diferentes espaços, atravessa essas narrativas na medida em que é impossível apartar nossas trajetórias locais, singulares, daquelas das jovens que entrevistamos. Estamos cientes da riqueza extrema do feminismo protagonizado por jovens, no Brasil, certamente muito mais amplo do que aquele que

interseccionados: 1) como e quando se dá a entrada no feminismo; 2) como se dá ou se percebe a relação entre as gerações e 3) como se pensa a transmissão do conhecimento/prática feminista de modo a favorecer a sua sobrevivência no tempo.

Jovens feministas: localizando circuitos

Ainda que as respostas sejam distintas para grupos e pessoas, entendemos que a relação de transmissão intergeracional, com a entrada constante de jovens no feminismo seja importante para a permanência de demandas feministas no tempo. A existência concreta de jovens que se identificam como feministas mostra que este movimento tem sido capaz de se reinventar no tempo, ainda que algumas de suas reivindicações estejam longe de se materializar, ao menos aqui, em solo brasileiro. E esta reinvenção tem relação com o modo como as metodologias feministas funcionam, seja o "trabalho de formiguinha", noção atribuída ao trabalho realizado na "base", junto a qualquer grupo de mulheres e homens que expresse uma alteridade importante, seja nas ações em redes (físicas e virtuais), cada vez mais eficazes em multiplicar conceitos feministas.

Apesar da não homogeneidade, a expressão "jovens feministas" não aparecerá doravante entre aspas, porque mantivemos o critério da identidade dos grupos e coletivos mapeados que aludem à juventude e ao feminismo, ainda que algumas não reconheçam a validade da categoria "jovem" enquanto um marcador etário e identitário para si mesmas, tal como afirmamos em outro lugar (GONÇALVES; FREITAS; OLIVEIRA, 2013).

Variando de 17 a 31 anos[5], essas jovens autodeclaradas negras, índias, pardas e brancas, lésbicas, bissexuais, heterossexuais, ateias ou praticantes de alguma forma de religiosidade ou espiritualidade, majoritariamente não casadas e sem filhos, são provenientes de diversas

apresentamos aqui, pelas limitações de nossa pesquisa. Também deve ficar claro que não somos, ambas, especialistas na temática da juventude.

5 Embora não haja consenso sobre as variações de idade definindo os ciclos de vida, alguns grupos se apoiam em classificações de organizações como a ONU e a UNESCO. As Jovens Feministas de São Paulo consideram a idade máxima de 29 anos, mas várias atividades das quais participamos contavam com mulheres entre 16 e 31 anos.

regiões brasileiras[6]. Em grande parte, são jovens universitárias ou cursando ensino superior em universidades federais nas cidades de residência, sem trabalho regular formal (exceto as que atuam em ONGs feministas), com renda complementada pela família. Juntas, elas formam um circuito enredado que incorpora anarcofeministas, veganas, artivistas, feministas autônomas e jovens feministas de movimentos sociais institucionalizados em ONGs[7]. Esses circuitos têm suas diferenças e semelhanças em relação às de feminismos de outros formatos: partidários, religiosos, de jovens feministas organizadas a partir das articulações feministas nacionais etc. Assim, por mais que a formação e atuação das jovens feministas sejam diversas, elas referem em comum o já terem passado por outros movimentos e organizações – estudantis, pastorais, sindicatos e partidos – como analisaremos a seguir.

Trajetórias: inserção e militância no movimento feminista

Marcadores discursivos – juventude, velhice, feministas históricas, feministas jovens – possuem uma trajetória de conflito e oposição, tal como já sugere a pesquisa de Miriam Grossi (1998) sobre a relação entre jovens e velhas feministas, realizada em 1995 com grupos, núcleos de pesquisa e sindicatos no Brasil. A recorrência do termo "jovem", portanto, não deve ser desconsiderada, pois passa a ser uma categoria importante para o nomear-se como tal. A ênfase pode ser tomada como uma manifestação do conflito entre transmissão geracional e o apagamento das idades, reafirmando algo já dito por Alda Britto da Motta (2000) de que a dificuldade de identificações etárias fez/faz parte da história do feminismo no Brasil.

6 A circulação não é só de conceitos. Notamos que as jovens se deslocam com frequência de um lugar a outro. Parte das entrevistas foi realizada no evento Vulva la Vida em Salvador em janeiro de 2013, local privilegiado de confluência de jovens que praticam um feminismo considerado, em linhas gerais, por quem o organiza, como um evento transgressor das regras. Elas usam a arte como expressão e não se vinculam de modo formal a nenhuma organização, mas atuam em coletivos e grupos diversos às vezes simultaneamente. Quanto às ativistas que estavam à época da entrevista em organizações formais, é provável que algumas tenham já se desligado ou estejam atuando em outros locais, até mesmo em outras regiões ou países. Esta verificação é possível acompanhando suas carreiras e trajetórias nas redes sociais, pelo Instagram e Facebook.

7 Em artigo recente, Sonia Alvarez (2014) denomina de *sidestream* a este feminismo lateralizado que se multifacetou e se descentralizou para fora do *mainstream* representado pelos feminismos dominantes (das ONGs, do Estado, das universidades), verticalizados dos anos 1990 em diante.

Chama bastante atenção, pelo fato de serem jovens, que a maior parte das jovens feministas por nós entrevistadas tenham tido contato anterior com outros movimentos e ativismos – movimento negro, LGBTTTI, de base católica (Pastorais), estudantis e da "luta geral" encampada por partidos identificados como de "esquerda". Embora mais recente, também é citada a Marcha das Vadias como o primeiro contato de atuação em movimento social e feminista, em suas múltiplas identidades, pois acontece de forma autônoma e independente em várias regiões do país. A "porta de entrada" para o feminismo, embora com enorme centralidade, não é apenas a universidade, embora esta tenha favorecido o contato inicial com as teorias feministas para boa parte das jovens ativistas (GONÇALVES, 2015).

Em termos de memória, inspiração ou vinculação real a algum tipo de formação, há citações abundantes de nomes de algumas organizações, mas em especial de mulheres feministas com as quais estiveram em contato ou que têm como referência em sua militância. Ou seja, não caíram de paraquedas no ativismo feminista ignorando processos de longa duração anteriores[8]. As vivências feministas anteriores à atuação das jovens são importantes porque dizem respeito a uma trajetória de intensa realização de atividades e participação militante de dois a 10 anos não somente em seus grupos ou coletivos, mas também em distintas atividades feministas em suas regiões e pelo Brasil, e em alguns casos com participação de representação internacional. Essas referências feministas demonstram, por fim, a participação delas em circuitos de produção em rede, pois são mulheres reconhecidas em circuitos locais de produção do conhecimento indicando a construção de uma trama feminista no país a partir de eventos, marchas e outras intervenções.

Assim, pelas citações de importância e (re)conhecimento que as jovens feministas têm de vários outros grupos e referências feministas, já podemos identificar, tal como alude Claire Hemmings (2009) que as ideias e princípios feministas circulam de modo confluente de intersecção, reconstrução e intensificação entre grupos e demandas feministas.

8 Foi grande a tentação de citar nomes, mas não sucumbimos, visto que isso trairia nossas intenções de não hierarquizar ainda mais o conhecimento. Esta informação é importante na medida em que expõe o legado, a eficácia, se podemos dizer, dos processos de transmissão.

Jovens feministas: a produção de um lugar de enunciação

Se a juventude não é apenas uma palavra, quais sentidos lhe são atribuídos pelas jovens? Pelo menos três aspectos merecem atenção: a) vulnerabilidade: enfrentamento de violências específicas contra meninas e adolescentes, ou seja, a maior vulnerabilidade produz violências específicas; b) apagamento das idades e hierarquização dentro do feminismo que induz a pensar o lugar das jovens em atuações específicas geralmente vinculadas ao artivismo, ao uso das tecnologias comunicacionais e à exposição dos corpos, por exemplo, nas marchas das vadias em suas distintas formas de organização locais[9]; c) ser jovem é ter tempo, força e disposição física e social para a militância, portanto, a juventude como marcador de vigor e atuação política em ápice.

Dessa forma, podem ser articuladas as concepções em dois sentidos fortes: "juventude protagonista" e "grupo de risco" ou "vulnerável". O primeiro, protagonismo, é o mais recorrente na mídia, em diversos manuais sobre juventude divulgados em pesquisas de órgãos governamentais e produções acadêmicas, como mostra Julia Zanetti (2011). Essa noção se aproxima, nas ciências sociais, ao que autores como Karl Mannheim (1993) considerado precursor dessa discussão, quando apresentam a juventude com um caráter aspirador à revolução e tendo um poder transformador, contestador e revolucionário, mas não necessariamente "progressista"[10]. Nesse sentido mais usual de juventude, ser jovem é importante e contrário a ser adulto por questões de criatividade, corporalidade e intensidade em ações e intervenções.

A primeira descrição de juventude, a juventude revolucionária, está diretamente relacionada com a linguagem praticada por elas, considerada

9 Em 2013, referências à Marcha das Vadias foram uma unanimidade nas entrevistas realizadas entre jovens e adultas. No geral, esta vertente do movimento foi identificada com a própria renovação do feminismo brasileiro. A constatação não é isenta de problemas, uma vez que quando dizemos "marcha" num diálogo feminista o termo se confunde com outras marchas, por exemplo a Marcha das Margaridas, mencionada com muito vigor por uma das coordenadoras da SOF/SP à época, Sarah de Roure que também dialogava com a Marcha das Vadias de SP.

10 Esta nota é importante na medida em que nenhum sujeito individual ou coletivo é, em si mesmo, progressista. Como afirma Gouveia (2011, p. 269) "há fortes movimentos sociais que não emancipam nem transformam as estruturas das desigualdades, opressões e injustiças".

mais acessível, mais criativa, condição essencial, segundo elas, para a permanência do feminismo no tempo. A outra, a vulnerabilidade, emerge colada à corporalidade que, no caso das jovens, seria mais suscetível a violências como abuso sexual, psicológico e físico, além de acesso precário aos direitos sexuais e reprodutivos no país. O corpo passa, então, a ser o foco das manifestações, pela concretude e urgência de suas necessidades, mas também como elemento que produz impacto imediato. A Marcha das Vadias, por exemplo, ainda que como aponte Priscilla (Cfemea) remonte a uma antiga bandeira do feminismo – a autonomia do próprio corpo –, tem a visibilidade que tem, porque, segundo Lia (JFSP) e Bianca (Blogueiras Feministas), os corpos jovens "chamam mais a atenção" pela construção social sexista que os vincula à beleza e os objetifica.

O uso de novas tecnologias digitais, o uso massificado da Internet com o surgimento das redes sociais e a proliferação dos dispositivos eletrônicos e aparelhos de toda espécie, embora atinja pessoas de todas as idades, tem sido cada vez mais apropriado por jovens, adolescentes e crianças. Aqui não estamos fazendo vistas grossas à hierarquização de classe e região no quesito acesso a esses bens materiais, mas veiculando o que a pesquisa nos permite concluir a partir do engajamento de suas ativistas. Entre as mais jovens o uso desses equipamentos e ferramentas é hegemônico e tem sido reiteradamente mencionado como uma diferença geracional. Tais artefatos tecnológicos não modelam apenas a comunicação, mas todo um modo de ser socialmente construído, ou seja, torna-se um modo de subjetivação.

A "inovação na linguagem" aparece não só pela construção de signos e acesso a mais pessoas, mas também pelo maior uso de mídias digitais para a "viralização"[11] de informações que estão dispostas em "chamadas curtas e diretas" de diversas áreas da militância. As "muito jovens feministas" têm hoje acesso ao feminismo já a partir dos 14 anos de idade graças a diversos sítios, blogs e páginas dedicadas ao tema. Portanto, no caso específico brasileiro e quiçá de outros lugares que não estamos em condições de avaliar por limitações de pesquisa empírica, a questão

11 Nome dado às notícias que são reproduzidas ou repercutidas nas redes sociais rapidamente atingindo milhares de pessoas.

intergeracional se torna um fenômeno com visibilidade crescente, a partir dos anos 2000, que coincide com contextos de intensas mudanças culturais, sobretudo comunicacionais.

O "debate" ou "embate" geracional como expressam algumas das entrevistadas expõe uma dinâmica já tratada em outros textos sobre juventude e ativismo (ZANETI, 2009; GONÇALVES; OLIVEIRA; FREITAS, 2013 GOUVEIA, 2011, entre outros), ou seja, há tensões importantes nas relações institucionais, em particular nas quais coexistem as várias idades e nos eventos que demandam representação. É possível notar que existe aí um conflito geracional, pois a polarização entre jovens e feministas adultas, mais velhas e 'feministas históricas' é recorrentemente enfatizada. No entanto, esse conflito é pontuado com maior ênfase para feministas que estão "institucionalizadas" em grupos que se assumem/identificam como jovens, como é o caso das Jovens Feministas de São Paulo ou entre as que atuam nas ONGs, como a SOF ou o Cfemea. Ela é menos ou não tão importante para jovens que participam de grupos feministas sem identificação jovem explícita. Mesmo com atividades que recebem um público majoritariamente jovem e em que as participantes do próprio coletivo são jovens, o recorte de juventude, idade e geração não é pensado como de extrema importância ou não tem sido pautado em nenhum momento para grupos como o Coturno de Vênus, as Lobaxs e os Grupos de autodefesa de Mulheres.

Nesse sentido, a polissemia do termo juventude não elimina o reconhecimento da existência de uma especificidade que ela possui para o feminismo, seja para as pesquisas, seja para pensar políticas públicas. E é também importante pensar esta relação polarizada, da qual já aludimos, para ressaltar o adultocentrismo.

Por práticas adultocêntricas apreendemos a partir das falas das entrevistadas aquelas que requerem a participação prioritária de feministas de mais idade e que costumam ser mais reconhecidas no âmbito da militância levando, por consequência, ao nivelamento das mais jovens à "incompetência" e "falta de experiência" para lidar com atividades de decisão. Lia (JFSP) enfatiza que essa postura revela uma face

de autoritarismo feminista em concentrar atividades nas mãos de poucas pessoas e construir relações de hierarquias, deslegitimando demandas de feministas jovens. Assim, o adultocentrismo surge enquanto uma categoria que é marca das relações intergeracionais a partir da das vivências de jovens feministas com feministas adultas ou mais velhas que remetem ao problema da transmissão, de representação e de participação política e de decisão dentro do feminismo, que não estão isentas de conflitos. Como sugere Lia, a sobrecarga em atividades para os coletivos centradas nas mãos de poucas feministas, que tenham mais atributos ou conhecimento redundam em maior circulação que, por consequência as tornam mais conhecidas e mais reconhecidas.

Não se trata tanto de congelar esta polarização como emblemática das relações intergeracionais, mas de questionar se o lugar de protagonismo jovem (ou a falta dele) não esconde outras mediações. Charlote Bunch (RUTGERS, 2007, p. 20) uma feminista branca adulta estadunidense, expressa isso de uma forma interessante: "não se trata de esperar que alguém lhe dê a liderança, mas de como você exerce liderança em qualquer posição em que você esteja"[12]. No entanto, tomar esta asserção como verdade desqualifica as demandas das jovens que nos dizem que há sim um problema geracional no interior do movimento. Para Gouveia (2011), pode até haver um vazio de poder que adultos/as não estão dispostos/as a ocupar, mas que não estão, todavia, disponíveis ou abertos às/aos jovens e isso é adultocentrismo também!

Quando as idades são apagadas, o problema da "transmissão do bastão" nas estratégias de formação e empoderamento é pouco enfrentado, segundo as narrativas das mais jovens. Em relação à transmissão do feminismo para a ocupação de funções de representação ou até mesmo cargos, essencial para a continuidade dos grupos e sobrevivência no tempo, esta preocupação é mais forte nas organizações cuja presença jovem já existe e nas quais há claramente uma política de investimento nas novas gerações. É o caso da SOF/SP que está desenvolvendo metodologias diversas para a renovação, apostando em temas, tecnologias e metodologias, sobretudo

12 *"It's not about waiting for someone to give you leadership, but how you exercise leadership in whatever position you are in"* (tradução nossa).

dirigidas à popularização do feminismo. Segundo Sarah de Roure, da SOF, investir na formação de jovens é fortalecer o feminismo. Na organização das Jovens Feministas de São Paulo existe a preocupação de "empoderar" as ainda mais jovens que chegam, na intenção de combater diferenças que tendem a reforçar desigualdades de classe e de oportunidades. A concentração das tarefas especializadas entre quem domina determinada habilidade (ou tem facilidade para) esconde e potencializa diferenças de acesso a bens. Em um texto de 1980, Joo Freeman (2013) inicia a discussão sobre organização e sobrecarga nos grupos feministas mencionando que a organização institucional com divisão de tarefas entre participantes não era uma proposta hierarquizante como temiam as feministas, mas poderia combater as práticas de autoritarismo, personificação, e sobrecarga. No entanto percebemos, a partir das entrevistas, que a questão não é somente dividir atividades, e 'estruturar o movimento', mas transmitir funções ensinando como atuar, saindo de cena, "largando o osso", como enfatiza uma das entrevistadas.

A expressão é forte. Sair de cena soa tão autoritário quanto a concentração de poder nas mãos das mais antigas, em geral fundadoras, que se denuncia. Remete também à ideia norteadora de que para haver transmissão é necessária a sucessão (por saída voluntária, morte ou incapacitação) e não a coexistência geracional com circulação de informações e de poder. O feminismo tem muito a ensinar sobre a coexistência multigeracional seja no espaço acadêmico (intergeracional por excelência), seja no movimento mais diretamente ligado ao ativismo de rua, das redes sociais ou das organizações estruturadas. Mas faltaria a ele, justamente – e esta é uma hipótese muito recorrente – a realização da transmissão com empoderamento e acento das mais jovens nos espaços de poder. Poder aqui significa circulação e representação em espaços privilegiados de informação, formação e decisão.

A pesquisa identificou que poucos são os grupos que pensam a transmissão nos dois sentidos: 1) transmissão interna para a formação de integrantes de modo a dar continuidade ao grupo; 2) transmissão externa, formação feminista para população como um todo ou popularização/massificação do feminismo. Tendo sido historicamente uma vocação das

organizações feministas brasileiras (de dois ou 30 anos de existência), a formação para públicos externos possibilita a entrada de feministas jovens nas instituições através de seleção baseada nesta mesma formação. É interessante notar que as chamadas ou editais enfatizam algo como poderíamos chamar de "feministas profissionais", ou seja, uma trajetória no currículo pessoal que apresente formações de gênero ou feministas, como se pode ver nos casos de Cfemea, SOF e das próprias JFSP, mas também outras.

Outro aspecto que se mostrou muito promissor em termos de uma experiência feminista duradoura é o tipo de afetividade, marcada pela amizade e cumplicidade, construída por elas enquanto atuam, de forma que as estratégias de transmissão passem, portanto, por demandas afetivas de "querer que todas continuem juntas", porque a militância tem como resultado relações sólidas de amizade e companheirismo. Paradoxalmente, no coletivo JFSP esta amizade duradoura precisa persistir fora do âmbito institucional do grupo já que o limite etário – 29 anos – requer a saída da jovem da organização, o que é vivido com extrema dor e ambivalência. O momento em que a jovens feministas atuam juntas é expresso como um momento de intensa formação das mesmas, pois saem com uma alta bagagem de militância. O feminismo não teria como motivação básica a luta por direitos, cidadania ou políticas públicas (interesses), que se tornam, também, importantes para a constituição da ação coletiva, mas a solidariedade e o ter um espaço capaz de produzir sentido, identidade (MELUCCI, 2001).

Quando a renovação não se realiza, a alternativa tem sido literalmente o fim dos grupos como ocorre nas organizações e coletivos de mais de 20 anos que até então foram mantidos por suas fundadoras, mulheres que têm entre 40 e 60 anos. Algo similar ocorre nos grupos (formais e informais) cuja existência é recente, como confirmou o trabalho de Lays Morais (2013), mas em contextos distintos. Seria o fim dos grupos uma consequência do processo de transmissão, ou o fim de um "momento no tempo-espaço" contingencial que demanda novas articulações? Entendemos a partir de nossas vivências e das entrevistas que numa mistura dos dois modelos a transmissão interna tem peso maior para o fim dos grupos e uma relevância menor para os coletivos.

Feministas num futuro do passado próximo

A continuidade do feminismo está relacionada ao fato de ele ser necessário e, sendo necessário, se manterá vivo enquanto houver mulheres que vivam relações de desigualdade. Nesse sentido, Karen (Coturno de Vênus) chega a dizer que espera o dia em que o feminismo não precise ter um futuro, não precise existir, pois deixarão de existir relações de opressão por gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, corporalidades.

Por outro lado, o futuro do feminismo aparece centrado na necessidade de mais financiamento para os grupos e uma renovação de linguagem para um maior acesso das pessoas, renovações essas que as entrevistadas acreditam ter nos grupos de jovens feministas, nesse sentido, são citadas atividades de escrita em grande escala, como a produção de artigos das Blogueiras Feministas (identificadas como "geração do meio", entre 30-40 anos de idade), mas também a atuação em teatros, performances nas ruas, oficinas, a militância rápida e prática nas redes sociais, e uma captação de que as coisas mudam e para ter acesso a mais pessoas é preciso acompanhar as mudanças tais como a relação de jovens mulheres com o funk, para citar um exemplo.

Mas, fora a renovação por linguagem e apropriação cada vez maior de um feminismo artivista centrado nas corporalidades, o futuro do feminismo depende de formas efetivas de lidar com 'problemas de sempre' em relação à participação de homens, à participação e reconhecimento de feministas negras e lésbicas, o reconhecimento de conflitos nas relações de representação e poder dentro do próprio feminismo. As falas coletivas da Lobax encontram ressonância nas de Lia (JFSP) e Tatiana (Corpos Crisis) quando enfatizam que empoderar as meninas que entram, assim como implantar uma convivência de respeito e reconhecimento entre feministas de todas as idades é de extrema importância para transmitir o ideário e dar continuidade aos grupos e, assim, à própria luta que está localizada na vontade das pessoas, na luta diária delas, na convivência, no autocuidado e no reconhecimento. Tudo isso deveria caminhar junto nos processos de transmissão intergeracional voltados para "dentro" e para "fora". A 'brevidade da juventude' leva à necessidade de formar e aproveitar

a bagagem já adquirida na formação de jovens feministas cada vez mais cedo, a partir de 13 anos de idade!

Como já o disseram Amelia Valcárcel (1995), Virginia Vargas (2002) e Sonia Alvarez (2014), importa menos saber definições e novidades sobre o feminismo que apostar em seu potencial de mudança do mundo apropriado por distintas feministas em lugares diferentes. Com as jovens feministas, entra em jogo o reconhecimento de um grupo com demandas específicas, também, dentro do próprio feminismo, considerando suas vivências como relevantes politicamente assim como e, sobretudo, na produção de conhecimento.

Considerações finais: o feminismo e a produção de conhecimento pela experiência

Em grande parte, a transmissão do feminismo é oral e embora isso seja rico e possa ser duradouro, escrever sobre as práticas e a história dos diversos feminismos contribui para ampliar suas dimensões sociais e políticas. Saber que, em 2013 (com continuidade em 2015, momento da escrita deste artigo), temos agrupamentos e até mesmo organizações formais de jovens feministas no Brasil nos oferece uma visão de otimismo, de realização, de colheita, afinal embora a ligação não seja de tipo linhagem sucessória (e é bom que não seja mesmo!) as jovens entrevistadas foram "iniciadas" num movimento por outras mulheres feministas de gerações acima ou por jovens da mesma idade que elas só que com história de formação distinta. Quando alguma de nós lê e se identifica ou consegue se ver em uma produção escrita, isso gera identificação, um passo fundamental para a conexão, para "o ser no outro" (YNCERA, 1993).

O uso autoral das entrevistadas como coletivo mais do que como autoras individuais foi realizado nesse trabalho com a intenção de evidenciar as demandas de grupos de jovens feministas à produção de conhecimento feminista do Brasil e despolarizar tensões. Trazemos para discussão a importância da experiência, e do lugar de enunciação feminista na construção de conceitos a partir de realidades particulares, porque tais conceitos só passam a existir porque estão localizados em seus contextos e demandas, ou como queremos, nas suas experiências.

Assim a experiência que consideramos para esse trabalho, é tal como para Joan Scott (1998) e Avtar Brah (2006) diferente de auto-evidência, e se traduziria em lugar de enunciação, como aquilo que constitui a subjetividade e finalmente a identidade das pessoas e resulta das muitas operações de diferença. Gênero, raça, etnia, idade, classe e língua – entre outros – marcam a construção de formas distintas de subjetivação, identificadas em vivências coletivas. As jovens são a alteridade do momento presente do feminismo, tal como expressa Clara Carbunar, da Marcha Mundial de Mulheres, ao discorrer sobre o acampamento das jovens feministas europeias em 2013:

> Como jovens, temos a responsabilidade de transmitir nossas visões e práticas de luta a todas. Temos que atuar conjuntamente com a diversidade de vivências e experiências, a fim de descobrir novas formas de resistência. Como as mulheres negras, indígenas ou lésbicas souberam, em seu momento, expressar sua voz no movimento de mulheres de forma teórica e prática, nós jovens também sabemos falar de nossas realidades e das análises que fazemos das práticas que derivam delas (CARBUNAR, 2015).

A questão da experiência remete à epistemologia, à produção de conhecimento e à representação, presente em diversas autoras feministas célebres tais como Patrícia Hill Collins, Uma Narayan, Sandra Harding, Donna Haraway, Glória Anzáldua e Abigail Brooks acerca da necessidade de um saber localizado, de um *standpoint feminista*. Intentamos, neste artigo, explorar "experiência" no sentido de lócus de enunciação, presente na produção descolonial, que faz referência à, e não deixa de ser uma apropriação da, discussão feminista. Lócus de enunciação é o lugar de fala geopolítico, a corporificação da produção de conhecimento em pessoas, países, línguas, corpos (MIGNOLO, 2003, 2009; GROSFOGUEL, 2007).

Tratar de experiência como lócus de enunciação é, portanto, tratar da proposta epistemológica feminista de localizar a produção de conhecimento, suas categorias e conceituações, em corpos, lugares e interesses. A existência de um lócus de enunciação das jovens feministas tem sido importante para problematizações levantadas em encontros, sites e documentos e que as entrevistadas mencionam sobre seus grupos e

vivências. E, uma vez que nos voltarmos para demandas de suas falas mais que para as polaridades e contradições, poderemos entender mais sobre o processo de transmissão do feminismo e sobre a produção de conhecimento feminista no Brasil.

Nos movimentos sociais, como na vida social em geral, o fluxo de entrada é contínuo, o que faz com que as gerações não sejam marcadas com muita evidência. Assim, os padrões de idade servem para contrastar discursos e lócus de enunciação nos quais a questão intergeracional – seja ela derivada de reconhecimento pela herança/legado das que vieram antes, seja pela crítica aos comportamentos das mesmas vis-à-vis às mais jovens – emerge como recurso para pensar o presente e dimensionar ainda que de modo frágil cenários futuros. Longe da linearidade, as gerações vistas pelas lentes dos movimentos sociais fornecem uma imagem de profunda mixagem, coexistência e até mesmo apagamento das idades. A própria existência de um discurso feminista marcado por idade – as jovens com menos de 30 anos – leva a crer que a necessária sucessão e reposição, realizada pelas estratégias de formação centradas na transmissão de um ideário e de suas metodologias, vem ocorrendo no feminismo brasileiro, mesmo sem ser devidamente notada. Os atritos ou fricções produzidos na interação das gerações e vivamente declaradas pelas mais jovens não esconde nem desmerece a lealdade, a admiração e o profundo reconhecimento pelo legado das que as antecederam e isso é, a nosso ver, fundamental para a sobrevivência do feminismo como visão de mundo, como luta política e como uma ética, inseparáveis.

Referências

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, (43), jan/jun, 2014, p. 13-56

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 26, 2006, p. 239-76.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A atualidade do conceito de gerações nas pesquisas sobre envelhecimento. **Sociedade e Estado,** v. 25, n. 2, p. 225-250, 2010.

CARBUNAR, Clara. As jovens na MMM: experiências europeias. Blog da MMM Disponível em: https://marchamulheres.wordpress.com/2014/03/25/as-jovens-na-mmm-experiencias-europeias/. Acesso em: 25 ago 2015.

FREEMAN, Jo. ***La tirania de la falta de estructuras***. *Ojo De Bruja Ediciones Feministas y Lésbicas Independientes.* Disponível em: http://difusionfeminista.blogspot.com> Acesso em: 12 fev. 2013.

GONÇALVES, Eliane. "Pensar e agir": apontamentos sobre processos de formação, permanência e renovação no feminismo brasileiro. **Anais da SBS,** 2015: Disponível em: http://sbs2015.com.br/, Acesso em: 20 ago. 2015.

GONÇALVES, Eliane; FREITAS, Fátima Regina A.; OLIVEIRA, Elismennia A. Das idades transitórias: as jovens no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. **Revista Feminismos,** v. 1, p. 01-30, 2013.

GOUVEIA, Taciana. Juventudes: os sujeitos, as questões, os movimentos, o tempo. In: PAPA, Fernanda C. e FREITAS, Maria Virgínia (Orgs.). **Juvetude em pauta:** *políticas públicas no Brasil.* Editora Peirópolis/Ação Educativa, 2011, p. 267-280.

GROSFOGUEL, Ramón. Entrevista a Ramón Grosfoguel. ***Polis,*** Santiago, n. 018 [2007]. Entrevista concedida a Angélica Montes Montoya e Hugo Busso.

GROSSI, Miriam Pillar. Feministas Históricas e Novas feministas no Brasil. **Antropologia em primeira mão.** Ilha de Santa Catarina, SC: UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. n. 28, 1998.

HEMMINGS, Clare. "*Telling Feminist Stories*". **Revista Estudos Feministas,** v.17, n. 1, p. 115-139, 2009.

MANNHEIM, Karl. "El problema de las generaciones". Trad. SANCHEZ, Ignácio de la Yncera. ***Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS),*** n. 62, p. 193-242, 1993.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades contemporâneas. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / Projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. *El lado más oscuro del Renacimiento.* Trad. GARCÍA, Martha Cecilia V. ***Universitas Humanistica,*** Bogotá, Colombia, n. 67. 2009. p. 165-203.

MORAIS, Lays B.V.; GONÇALVES, Eliane. **A transmissão do conhecimento feminista dentro de grupos e ONGs no Centro-Oeste brasileiro.** Relatório Pibic. Goiânia: UFG, 2013.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Proj. História,** São Paulo, (16), fev. 1998.

VALCÁRCEL, Amelia. *Es el feminismo una teoría política o una ética?* ***Debate Feminista,*** México, vol.12, ano. 6, p.122-140, 1995.

RUTGERS UNIVERSITY. Listening to each other: a multigenerational feminist dialogue. In: ***The global dialogue series working paper.*** New Brunswick, New Jersey, USA, 2007.

VARGAS VALENTE, Virginia. *Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio (Una lectura político personal).* In: MATO, Daniel (org.). **E*studios y Outras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder.*** Caracas: CLACSO y CEAP, 2002, p. 307-316.

YNCERA, Ignacio S. De La. *Presentación la sociología ante el problema generacional Anotaciones al trabajo de Karl Mannheim.* **REIS,** 62/93, p. 147-192.

ZANETI, Julia Paiva. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. **Cadernos Pagu,** Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, n. 36, p. 47-75, 2011.

_____. **Jovens feministas.** Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro. UFF, 2009, dissertação de mestrado.

"*He can do it* "
A participação dos homens no movimento feminista

Luiz Tagore Fernandes Martins [1]
Grasiela Augusta Morais Pereira de Carvalho[2]

1. Introdução

> Mas para muitas críticas feministas da modernidade (e eu me incluo aqui), destronar o rei não equivale a degolá-lo. Mais precisamente, a questão aqui é compartilhar poder (BORDO, 2000, p. 16)

A modificação do papel da mulher na sociedade veio interferir, de maneira positiva e questionadora, no papel dos homens, recolocando-os em funções não antes desempenhadas, demonstrando que o conceito de gênero se encontra em transformação.

O presente trabalho pretende localizar o homem, as questões de gênero e masculinidades na contemporaneidade, revelando a contribuição do movimento feminista na desconstrução dos papéis para cada sexo, no intento de contribuir para os estudos gênero, apresentando um olhar feminista sobre as masculinidades.

1 Bacharel em Direito, pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), e estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. luiz.tagore@yahoo.com.br

2 Bacharela em Direito, pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), especialista em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES). grasielamoraiscarvalho@gmail.com

Dialogando com produções clássicas sobre Gênero e Feminismo (BOURDIEU, 2014; BUTLER, 2015; SCOTT, 1989; 2005; PATEMAN, 1993; BRAH, 2006; RUBIN, 1993; PISCITELLI, 2004; PITANGUY, 2011), abordaremos o debate entorno do pós-feminismo e a participação dos homens no movimento feminista como processo de ressignificação das masculinidades (CONNNEL, 2013; BADINTER, 1993; CECCARELLI, 1997, MEDRADO, LYRA, 2008).

O tema foi escolhido em face de sua importância e atualidade no que concerne aos estudos dos movimentos sociais, estando intimamente ligado ao desenvolvimento da sociedade, o estudo sobre o movimento feminista, sob a ótica da participação dos homens, perpassa pela discussão sobre as questões de gênero, os objetivos do movimento, projeto político, metas, e, por fim, sobre os atores sociais.

A "Evaporação" das mulheres do conceito de gênero indica certo afastamento destas à condição de sujeito militante do feminismo, provocando críticas sobre tal processo de esvaziamento, caracterizando assim uma nova fase do movimento: o pós-feminismo (COSTA, 1998, p. 127).

Nas linhas seguintes pretendemos apresentar uma análise sobre a teoria feminista e as novas demandas sociais, incluindo as identidades de gênero influenciadas pelo discurso contestatório do feminismo, o caráter relacional da categoria gênero, sob a perspectiva das masculinidades, e o debate acerca da participação dos homens nos movimentos sociais pró-igualdade.

2. As identidades de gênero e suas dimensões relacionais.

> Imaginem o que sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas e se as mulheres se puserem, legalmente considerando, em pé de igualdade com os homens! Os senhores sabem como são as mulheres, façam-nas suas iguais, e imediatamente elas quererão subir as suas costas para governá-los.[3] (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 14/15).

3 A autora apresenta trecho do discurso do Senador Marco Pórcio Catão, que, segundo a mesma, teria sido procurado por mulheres romanas, no ano de 195 D.C, que se opunham contra a exclusão do uso dos transportes públicos, sendo este um privilégio dado apenas aos homens.

Jean-Jacques Rousseau classifica as desigualdades sociais em dois tipos: desigualdade natural (ou física) e desigualdade moral (ou política). O desequilíbrio natural ou físico entre os homens seria fruto das diferenças de idade, estrutura corporal e das qualidades do espírito. Por outro lado, as desigualdades morais estariam lastreadas em convenções que são autorizadas pelo consentimento dos homens (ROUSSEAU, 2013, p.43). Assim, a igualdade apenas poderia ser concedida àqueles efetivamente iguais entre si (ALBERNAZ; LONGHI, 2009, p.78).

A ausência de igualdade entre os homens opera exclusões e segregações em razão de fatores biológicos irrenunciáveis, tais como raça, gênero e sexualidade, a fim de afastar esses atores da participação social, econômica e política de suas comunidades.

As categorias de classe, raça e gênero passaram a ser analisadas de forma relacional, representando relações de poder indissociáveis que operam sobre atores em posições ou condições desvalorizadas.

As desigualdades de gênero, por um longo período, foram baseadas nas estruturas físicas e biológicas, sendo esta a razão para os papéis socioculturais de gênero. A lógica contratualista de Rousseau vinculava a cidadania à propriedade, destinando a estes poucos os rumos decisórios da sociedade, conferindo às mulheres um papel de menos valia na sociedade.

O essencialismo, base das desigualdades, passou a ser rebatido pelas mulheres sob a afirmação de que as diferenças não se baseavam em determinismos objetivos, mas, na verdade, em construções sociais subjetivas, e, portanto, passíveis de mudança.

Surge uma nova perspectiva em que se desmistifica a ideia de que a condição de subordinação/sujeição da mulher seria um destino irrevogável. Fortificou-se, desta forma, a concepção de que a formação social apresentava estrutura fundada na divisão dos sexos (AMORIM, 2011, p.2), sendo os papéis constituídos mais por questões culturais do que por fatores biológicos, sendo a identidade de gênero socialmente aprendida e historicamente reproduzida.

Enquanto homens ficavam com as atividades produtivas e externas ao lar, às mulheres cabiam as atividades domésticas (reprodutivas), sem

prestigio social, que sem contraprestações financeiras comumente foram consideradas improdutivas. A participação da mulher em ambientes extradomésticos estava, quase sempre, vinculada ao afastamento do homem do mercado de trabalho; como nos casos dos enviados às guerras (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 16/17). Por outro lado, estas experiências participativas influenciaram na concepção da mulher como ser produtivo, desconstituindo assim, a concepção de incapacidade vinculativa do sexo.

Segundo Da Matta (1997, p. 31) não há sistema social onde não exista uma noção de tempo e de espaço, de forma que como reflexo às intervenções do movimento feminista a modificação da concepção de espaço (público e privado) e suas demarcações sexuais, até então vigorantes, passaram a ser questionadas.

Para o movimento feminista, a ideia da dicotomia público-privado e os papéis sociais e sexuais precisavam ser modificados; atrelar o pessoal (privado) e o político (público) permitiria tornar evidente o sistema de dominação, sempre latente, mas, até então, imperceptível.

Estudar o movimento feminista é mergulhar em uma análise histórica na qual o passado e o presente, considerando experiências e memórias, constroem o conceito de gênero que, refém das mudanças sociais, permanecerá mutável.

Importa mencionar que o conceito de gênero se apresenta, inicialmente, como um sinônimo da categoria de mulher, tornando-se oposição ao sistema do patriarcado e em contra via ao determinismo sexual/biológico em meados dos anos 1980, onde há a abertura aos estudos relacionados à masculinidade, o que é visto como esvaziamento do conceito de gênero.

Posições essencialistas, portanto, tem sido alvo de questionamentos, sendo possível que o conceito de gênero representasse, não apenas as naturezas femininas ou masculinas, mas as relações fluidas de poder (COSTA, 1998, p. 131).

O movimento feminista proporcionou uma dimensão diversa do que é ser mulher; contra às reificações do papel feminino, incentivando a construção de um novo contexto para os homens, trazendo à tona novos nortes para o estudo da masculinidade.

Isto tem ocasionado um reordenamento espacial nas relações de poder, que reorganizou as forças no tensionamento que há entre a subordinação feminina e a dominação masculina. O número crescente de famílias chefiadas por mulheres, os novos arranjos familiares, bem como, a crescente presença feminina em cargos de liderança, a liberdade sexual, operam sobre os homens a ausência de amarras na vivência de suas masculinidades.

Estaria em curso então, desde o advento da dita revolução sexual e do surgimento do feminismo, um processo de enfraquecimento do patriarcado, marcado pelo empoderamento das mulheres e pela readaptação dos homens ao rearranjo das relações entre os gêneros. Assim, o processo de mudança social tem sido libertador também para os homens, ao despi-los de algumas exigências e lhes possibilitar (novas) vivências no âmbito profissional, sexual e emocional.

É neste contexto de mudança que vem à tona a discussão da participação dos homens no movimento feminista e o espaço que estes poderiam ocupar na defesa dos direitos da mulher.

3. De opressores a aliados: homens no combate ao machismo.

> Assim, se a agressão e a dominação inatas masculinas estão na raiz da opressão feminina, um programa feminista deveria logicamente requer o extermínio do sexo opressor ou então algum projeto eugênico para modificar o seu caráter. [...] Se a derrota histórica mundial das mulheres ocorreu pela mão de uma revolução patriarcal armada, então é tempo das guerrilheiras Amazonas começarem um treinamento nos Adirondacks [4](RUBIN, 1993, p. 2)

Segundo as definições encontradas em dicionários da língua portuguesa, feminista é a definição utilizada para pessoa partidária do feminismo que, por sua vez, seria um "movimento em favor da ampliação e valorização do papel e dos direitos da mulher na sociedade" (HOUAISS,

4 As montanhas Adirondack são uma cordilheira do estado norte-americano de Nova Iorque, conforme informação extraída do sítio da internet. A Autora, provavelmente, se refere a estas formações rochosas como sinônimo para dificuldades visto que tais montanhas ultrapassam os 1200 metros de altitude.

2003, p. 238) ou "teoria que requer igualdades de direitos civis entre mulher e homem" (BUENO, 1969, p. 542).

Seja teoria ou movimento, inicialmente o feminismo se apresentou à sociedade como uma corrente política que se baseava na busca pela igualdade, afirmando que homens e mulheres deveriam ser considerados iguais, devendo suas diferenças serem abolidas em prol de uma sociedade equilibrada, especialmente no que concerne ao acesso à educação e ao trabalho.

A internacionalização da agenda das mulheres tem concedido um caráter universal ao Feminismo (PITANGUY, 2011, p.31), dando visibilidade mundial ao movimento e, como consequência, angariando adeptos e simpatizantes, vinculando os direitos da mulher aos direitos humanos.

A ideia construída de uma identidade coletiva comum a todas as participantes e da existência de um patriarcado universal foi alvo de críticas nos anos seguintes e debates que abordam a pauta específica e pontual das mulheres negras e das deficientes, a visibilidade das lésbicas e das transexuais e, finalmente, a infiltração dos homens no movimento feminista, passaram a ser as novas polêmicas que cercam este movimento social.

À medida em que as lutas foram se tornando mais específicas, o movimento feminista sofreu fragmentações, internas e silenciosas, que, apesar de abruptas, não causaram a sua implosão, mas deixou grandes marcas e dúvidas sobre o futuro deste movimento.

Antigamente, a denominação feminista era considerada ofensa ao movimento, transferindo uma ideia de que suas defensoras buscavam uma segregação social, quando, a bem da verdade, o que se pretendia era uma plena inserção (PINTASILGO, 1981, p.14).

Uma maior autonomia das mulheres para decidir sobre o seu corpo, as já consagradas lutas por espaço profissional, educacional e político (BADINTER, 1993, p. 5), o próprio surgimento e popularização de métodos contraceptivos, que garantiu maior autonomia (sexual e reprodutiva) e aumentou a participação das mulheres no mercado de trabalho (DORAIS, 1994, p. 14), podem ser apontados como grandes promotores de um reordenamento nas relações de gênero.

No final dos anos 1990, o gênero se destaca pelo estudo das masculinidades (COSTA, 1998, p.132), possibilitando uma ressignificação da identidade masculina, ao colocar um contraponto à masculinidade oitocentista marcada por uma objetificação do feminino tratado apenas como instrumento de satisfação do desejo do homem, sem autonomia e completamente passiva.

Tal processo de ressignificação é marcado por uma verdadeira crise identitária, caracterizado pela tentativa de manter um modelo de identidade de gênero hegemônico, calcado fortemente no modelo tradicional de homem, que exala a dita masculinidade oitocentista por meio de sua virilidade, capacidade de provisão e agressividade (SAMYN, 2013, p.214).

As masculinidades, de acordo com a doutrina mais clássica, seriam configurações práticas de uma ação social, não se aparentando como "uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos" (CONNELL, 2013, p.250), podendo sofrer interferências significativas quanto ao espaço e tempo em que são analisadas. É precioso compreender que o conceito de masculinidade foi construído sob uma concepção heteronormativa de gênero (CONNELL, 2013, p.250), sendo incapaz, portanto, de representar ou definir a realidade dos homens atuais. Qualquer conceito que se apresente sobre masculinidade, antigo ou atual, será insuficiente para a definição exata desta categoria, visto que o essencialismo reduz a uma unidade falsa da realidade mutável.

A inclusão das masculinidades no conceito de gênero, como categoria relacional, evidencia a necessidade de se pensar gênero e as relações de poder, numa perspectiva feminista, mas também inclusiva no que se refere aos homens na busca de emancipações.

Falar de inclusão é esbarrar no conceito de representação, visibilidade e legitimidade das mulheres como sujeitos políticos do movimento feminista, posto que "[...] a formação jurídica da linguagem e da política que representa mulheres como 'o sujeito' do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional" de forma que "o sujeito feminista se revela discursivamente construído", na lógica de que tais sujeitos são "invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão" (BUTLER, 2015, p.19).

Butler (2015, p.24) afirma que talvez seja o momento para um novo tipo de política feminista, que conteste as reificações de gênero e da identidade e transforme a identidade de pré-requisito para objetivo político do movimento.

Nunca é tarde para (re)lembrar que a sobreposição de um sexo ao outro e a negação das capacidades foram primordiais para o estabelecimento e manutenção da cultura do patriarcado, sendo essencial que a cultura de igualdade busque o equilíbrio como fonte de extinção da carga de negatividade dada às diferenças (AMORIM, 2011, p.4).

Por uma questão de estratégia para atingir os objetivos do movimento, faz-se necessário que a representação seja feita por mulheres, ademais, inserir os homens na cultura do feminismo é atuar, por via transversal, na promoção de uma sociedade mais igualitária.

O feminismo concede as armas para o combate das imposições da sociedade patriarcal, do machismo e do sexismo, e a ideia é que a luta não deveria ser de responsabilidade única das mulheres tem fundamentado a discussão sobre participação e espaços de pertencimento dos homens.

4. Conclusão

> O feminismo não é a luta das mulheres contra os homens: é a luta das mulheres pela sua auto determinação; e o processo de libertação de uma cultura subjulgada, é a conquista do espaço social e político onde ser mulher tenha lugar (PINTASILGO, 1981, p.14).

A atual crise de identidade praticada por aqueles afetados positivamente pelo feminismo tem feito surgir uma nova classe de ideológicos partidários ao feminismo, que mesmo ainda vinculada ao tradicionalismo de ser um movimento das/para as mulheres, busca espaço neste movimento. Assim, as teorias feministas e o projeto político emancipatório deste movimento social, além de provocar as modificações identitárias relatadas, produziram questionamentos relativos à participação dos homens no movimento feminista.

Em via diversa à postura feminista desconstrutivista, a participação dos homens no movimento feminista encontra oposição na lógica do esvaziamento de um olhar voltado as feminilidades. Neste sentido, Costa (1998, p.132) afirma, preocupada, que "não fosse suficiente a mulher ter virado gênero nos anos 80, vejo gênero virando masculinidade no final dos anos 90".

Assim, a principal via contrária à integração dos homens no movimento feminista está fundacionada na acepção da mulher como sujeito político e ideológico deste movimento social. Por outro lado, a defesa da participação masculina apresenta como argumentos a questão do projeto político do movimento feminista seja, em seu mister, a construção de uma sociedade mais igualitária para os gêneros, o que só seria possível com o empoderamento feminino e a revisão de privilégios masculino.

Para além, a praticada separação por gênero ofende a subjetividade do ser humano, nega radicalmente a democracia, e que, se compreendermos cidadania como sinônimo de participação (BENEVIDES, 1999, p.1) então, estaremos diante de uma (suposta) transgressão à condição de cidadão; são os argumentos para a defesa da inclusão dos homens no movimento feminista.

Porém, é preciso entender que grupos ou movimentos são formados de acordo com as identidades de cada indivíduo, sendo estas definidas pelas experiências e vivência. Então, espaços políticos exclusivos para mulheres, antes mesmo de ser uma segregação de gênero, é um enfoque de empoderamento, permitindo que certo grupo focal estabeleça a abrangência dos direitos que deseja perseguir ou exigir, de acordo com suas especificidades como ator social e grupo.

A análise das perspectivas apresentadas acerca dos espaços que cabem ou não à participação masculina no feminismo apresenta-se como uma discussão contemporânea dos rumos deste movimento social, mas em momento algum tem o propósito descartar o apanágio das mulheres. Cabe e sempre caberá, às mulheres, a condição de agentes protagonistas. Aos homens, aliados, não protagonistas, caberá a revisão dos privilégios concedidos através do sistema de opressão e a atuação em favor do recrutamento dos demais.

Portanto, aos homens, quer desejem ser chamados de feministas, pró-feministas ou aliados, incube-se a tarefa, não menos importante, de utilizar os espaços de forma crítica, admitindo a existência e a necessidade de espaços exclusivos para mulheres e o papel de conscientização dos demais sobre males do sexismo e do machismo, tudo em prol de uma sociedade mais igualitária.

Referências

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira; LONGHI, Marcia. Para compreender gênero:uma ponte para revelações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT,Parry (Org.); LEWIS, Liana (Org.); QUADROS, Marion T. (Org.). **Gênero, diversidade e desigualdades na educação:** interpretações e reflexões para formação docente. 1ª ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1991.

AMORIM, Linamar Teixeira de. Gênero: uma construção do movimentofeminista? **Anais** II Simpósio Gênero e Políticas Públicas (GT2- Gênero eMovimentos Sociais). Universidade Estadual de Londrina, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Linamar.pdf> Acesso em: 10 out. 2014

BADINTER, Elisabeth. **XY:** sobre a identidade masculina. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação.**Cadernos Pagu.** Campinas – São Paul, n. 26, Junho - 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Oct. 2014.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia.**Lua Nova**, São Paulo, n. 33, Agosto - 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000200002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 15 Out. 2014.

BORDO, Suzan. A feminista como o outro.**Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 08, n. 01, 2000. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2000000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2014.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa.** 6º Edição. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), 1969.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A Construção da Masculinidade. Percurso: **Revista de Psicanálise**. 1997.

CONNELL, Robert W. MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica:repensando o conceito repensando o conceito.[Tradução: Felipe Bruno MartinsFernandes]. **Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro-abril, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2013000100014&script=sci_arttext >. Acesso em: 15 Out. 2014.

COSTA, Claudia De Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 127-140, jan. 2013. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634468/2392>. Acesso em: 08 nov. 2015.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DORAIS, Michel. **O Homem Desamparado**. São Paulo: Loyola, 1994.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. [tradução Marta Avancini]. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

PINTASILGO, Maria de Lourdes. Feminismo - Palavra velha?**Reflexão Cristã**, nº 26, Jan -Mar 81. Disponível em: <http://www.arquivopintasilgo.pt/MLP/Documentos/0214.006.pdf> Acesso em: 12 Out. 2014.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. **Poéticas e Políticas Feministas.** Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2004.

PITANGUY, Jacqueline. Mulheres, constituintes e Constituição. In: ABREU, Maria Aparecida (org.). **Redistribuição, reconhecimento e representação:** diálogos sobre igualdade de gênero. Brasília: IPEA, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos dadesigualdade entre os homens.** [introdução de João Carlos Brum Torres];Tradução: Paulo Neves - Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: nota sobre a "economia política" do sexo.** Tradução: Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Correia. Recife: S.O.S Corpo, 1993.

SAMYN, Henrique Marques. Da seriedade masculina e da mulher como bagatela:considerações sobre a sociedade patriarcal oitocentista a partir de Delacroix**. OPSIS**, Catalão. 2013

_____. **O "novo homem" nascerá do feminismo**. Blogueiras Feministas [Internet]. Postado em 14 jan. 2013. Disponível em < http://blogueirasfeministas.com/2013/01/o-novo-homem-nascera-do-feminismo/> Acesso em: 13 out. 2014.

_____. **Homens (pró-) feministas**: aliados, não protagonistas. Wordpress [Internet]. Postado em 22 fev. 2014. Disponível em: <http://marquessamyn.

wordpress.com/2014/02/22/homens-pro-feministas/> Acesso em: 13 out. 2014.

_____. **Entrevista para o Blog Causas Perdidas**. Wordpress [Internet]. Postado em 02 mar. 2014. Disponível em < http://marquessamyn.wordpress.com/

2014/03/02/entrevista-causas-perdidas/#more-116 > Acesso em: 13 out. 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica.** [Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila]. Recife, SOS Corpo 1989.

_____. O enigma da igualdade. **Revista de Estudos Feministas** 13 (1). Florianópoles , Janeiro/Abril, 2005.

STOLCKE, Verena. *La mujer es puro cuento: la cultura del género.* **Revista de Estudos Feministas** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004

TORRAO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu** . 2005, n.24, Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2014.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Cláudia Rodrigues da Silva

Doutorado em Antropologia. Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE. acrodriguess@gmail.com

Ana Luísa Cataldo

Graduada em Psicologia pela UFAL, atualmente vinculada a UFPE. Pesquisa financiada pela CAPES. analuisacataldos@gmail.com

Benedito Medrado

Professor Doutor da pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Coordenador do Gema/UFPE. beneditomedrado@gmail.com

Cecília Maria Bacellar Sardenberg

Doutora e Diretora de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/ Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal da Bahia. cecisard@ufba.org.br

Daliane Fontenele de Souza

Assistente Social, Especialista em Gestão Hospitalar, Especialista em Seguridade e Serviço Social, Mestra em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí – UFPI, Analista Judiciária do Núcleo Multidisciplinar do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Teresina-PI/Brasil. daliane.souza@hotmail.com

Danielly Spósito Pessoa de Melo

Doutora em Serviço Social, assistente social do IFAL. danysposito@gmail.com

Eliane Gonçalves

Doutora em Ciências Sociais, Professora da Faculdade de Ciências Sociais/UFG e pesquisadora do SER-TÃO Núcleo de Estudos e Pesquisas em gênero e sexualidade/ UFG, coordenadora da referida pesquisa. Co-fundadora e colaboradora permanente do Grupo Transas do Corpo. elianego@uol.com.br

Elismênnia Aparecida Oliveira

Graduada em Ciências Sociais, mestra em Sociologia (UFG, 2015), militante nos seguintes espaços: Coletiva Feminista e Fórum Goiano de Mulheres/Articulação de Mulheres Brasileiras. mennalis@gmail.com

Eloah Maria Martins Vieira

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Educadora social - Instituto PAPAI. eloah.martinsvieira@gmail.com

Eulália Lima Azevedo

Doutora em Ciências Sociais; pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia. eulaliaazevedo@uol.com.br.

Fernanda Maria Vieira Ribeiro

Professora substituta da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (CE). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Email: fernandamvribeiro@gmail.com

Gilberta Santos Soares

Pós doutorado como Visiting Fellow no Institute of Development Studies (IDS), University of Sussex, Inglaterra. Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba. gilbertass@gmail.com

Grasiela Augusta Morais Pereira de Carvalho

Bacharela em Direito, pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), especialista em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES). grasielamoraiscarvalho@gmail.com

Inez Sampaio Nery

Enfermeira, Pós-Doutora e Doutora em Enfermagem, Profa. Associada III do Departamento de Enfermagem, Membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina-PI/Brasil. ineznery.ufpi@gmail.com

Jorge Lyra

Doutor em Ciências (Saúde Pública) pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), professor adjunto da UFPE. jorglyra@gmail.com

Jullyane Brasilino

Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP. jullyanebrasilino@gmail.com

Juliana Vieira Sampaio

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Integrante do Gema/UFPE. julianavsampaio@hotmail.com.

Lays Conceição Franco Fon

Estudante da Faculdade de Direito da UFBA. Integrou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania da UCSal. Membro do Programa Direito e Relações Raciais da UFBA. laysfrancofon@hotmail.com

Luiz Tagore Fernandes Martins

Bacharel em Direito, pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), e estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. luiz.tagore@yahoo.com.br

Márcia Santana Tavares

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunto I do Curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (PPGNEIM). marciatavares1@gmail.com

Maristela de Melo Moraes

Doutora em Psicologia Social pela Universidad Autónoma de Barcelona. Professora adjunta do curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. maristelammoraes@gmail.com

Mary Alves Mendes

Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Piauí, Campus Petrônio Portella – Teresina-PI mryam@uol.com.br

Michael Machado

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Associado do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da UFPI. Integrante do GEMA/ UFPE. michael.mmachado@gmail.com

Parry Scott

Professor titular de Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco e coordenador do Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (FAGES). rparryscott@gmail.com

Rosângela Costa Araújo

Graduada em História pela UFBA, Mestra e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo/USP. Professora Adjunta do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar de Difusão do Conhecimento/DMMDC-UFBA, do Bacharelado de Estudos de Gênero e Diversidade -BEGD/NEIM e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Atual Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/UFBA.

Rebecca Batista de França

Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco(UFPE). Cursando Especialização em Educação em Direitos Humanos- UFPE. Educadora social - Instituto Papai. rebeccabfranca@gmail.com

Ricardo Pimentel Méllo

Professor Doutor de Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

Sandra Valongueiro

Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação Integrada em Saúde Coletiva-PPGISC/UFPE. svalong@gmail.com

Tatyane Guimarães Oliveira

Mestre em Ciências, area de concentração em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (PPGNEIM) tatygut@gmail.com

Telma Amaral Gonçalves

Doutora em Antropologia, Universidade Federal do Pará telmaral@ufpa.br.

Telma Low Silva Junqueira

Doutora em Psicologia Social, professora do Instituto de Psicologia da UFAL, pesquisa apoiada pela AECID/MAEC. telmalow@gmail.com

Thália Barreto

Doutorado em Saúde Coletiva. Programa de Pós-graduação Integrada em Saúde Coletiva-PPGISC/UFPE. thaliabarreto@hotmail.com

Valdonilson Barbosa dos Santos

Doutor em Antropologia e professor da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé-PB. valdonilson.santos@uol.com.br

Título Relações e Hierarquias Marcadas por Gênero
Organizadores Parry Scott / Jorge Lyra / Isolda Belo da Fonte
Projeto Gráfico Denise Simões
Capa Título: Relações e Hierarquias Marcadas por Gênero
Revisão de Texto Os autores

formato 15,5 x 22,0 cm
fontes Minion Pro, Swis 721 Cn BT

Oficina Gráfica | UFRPE

Diferenças e desigualdades estão sempre na mira de pesquisadoras e pesquisadores que adotam perspectivas de gênero e feminista. Politicamente astutas, as pesquisas em gênero e feminismo requerem uma permanente readequação de olhares sobre uma pletora incontável de assuntos. Nesta coletânea de artigos sobre Relações e Hierarquias Marcadas por Gênero se percebe esta prática política em ação quando se aborda o próprio feminismo, a sexualidade, a masculinidade, a saúde, a violência e o desenvolvimento entre tantos outros temas, entrecortados por diferenças que reportam a fatores como geração, sexo, sexualidade, políticas públicas e movimentos sociais que colorem todas as discussões. Descortinar desigualdades e realizar inversões simbólicas são dois processos que se extraem deste conjunto de trabalhos que descreve os múltiplos campos de construção do feminismo e de promoção de uma igualdade que respeita as diferenças. São trabalhos irrequietos que floresceram em estudos, pesquisas e ações sensíveis a padrões e fluxos internacionais e nacionais e, realizados sobretudo, mas não unicamente, no Nordeste Brasileiro.

REDOR

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UFPE

UFRPE

978-85-415-0772-1